UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Instituto de Psicologia

**Trauma precoce e ligações psíquicas,
um estudo psicanalítico**

Maria Manuela Assunção Moreno

São Paulo
2014

Maria Manuela Assunção Moreno

**Trauma precoce e ligações psíquicas,
um estudo psicanalítico**

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Doutora em Psicologia

Área de Concentração: Psicologia Experimental

Orientador:

Prof. Dr. Nelson Ernesto Coelho Junior

São Paulo

2014

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação

Biblioteca Dante Moreira Leite

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Moreno, Maria Manuela Assunção.

Trauma precoce e ligações psíquicas, um estudo psicanalítico / Maria Manuela Assunção Moreno; orientador Nelson Ernesto Coelho Junior. -- São Paulo, 2014.

188 f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Experimental) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Psicanálise 2. Trauma Emocional 3. Cisão Psíquica 4. Ligações Estruturais 5. Símbolo I. Título.

RC504

MORENO, Maria Manuela Assunção

Trauma precoce e ligações psíquicas, um estudo psicanalítico.

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Doutora em Psicologia

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

*A todos que me instigam a pensar,
que me ensinam a cuidar e
que possam se beneficiar destas construções.*

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Nelson Ernesto Coelho Junior, meu professor orientador, minha profunda gratidão pela sua presença reservada e por sua aposta silenciosa, ao longo destes anos, que me possibilitaram trilhar e me apropriar deste caminho; por sua orientação cuidadosa e generosa, e por sustentar o grupo de orientação, verdadeiro dispositivo de troca e construção de ideias, essencial para a formação de pesquisadores.

A todos que participaram deste grupo e que me ensinaram muito durante minha passagem, pelo apoio e acolhimento das angústias suscitadas durante o percurso, especialmente Alexandre Maduenho, Camila Junqueira, André de Martini, Maria Carolina Garcia, Eugênio Canesin dal Molin, Maria Florência Gluglielmo, Márcio Bandeira, Márcio Robert, Kátia Cherix, Elisa Amaral, Perla Klautau e Pedro Salem. Reservo, aqui, um agradecimento especial para Adriana Pereira Barbosa, pela parceria e alegria em diversos momentos de trabalho.

Ao Leonel Braga, meu supervisor, por sua sensibilidade e pela sua forma direta de transmitir seu pensamento clínico, que deram forma a minha escuta, fazendo parte essencial da minha formação.

Ao grupo do Projeto de Investigação e Intervenção nas Anorexias e Bulimias do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, um dos solos de emergência dos questionamentos da presente tese, pelo acolhimento de ideias iniciais e por possibilitar um trabalho psíquico livre, Alessandra Sapoznik, Liliane Mendonça, Ana Cecília Mesquita, Waleska Ribeiro, Mabel Casakin, Suzana Dias e, novamente, minha amiga Camila Junqueira, com quem dividi mais este espaço. Aos supervisores, Mario Fuks e Magdalena Ramos, pela generosidade e por sempre mostrarem interesse renovado pelo tema.

Ao grupo das Reuniões Clínicas de quarta, coordenado por Luís Claudio Mendonça Figueiredo, Marion Minerbo, Nelson Ernesto Coelho Junior e Patrícia Getlinger, lugar de aprendizado contínuo, onde a teoria é interrogada a partir da prática.

Aos Professores Luís Claudio Mendonça Figueiredo e Octávio Souza pela leitura inicial deste trabalho e suas contribuições por ocasião do Exame de Qualificação, fundamentais para seu desdobramento.

Aos membros da banca de doutoramento, Luís Claudio Mendonça Figueiredo, Octávio Souza, Marion Minerbo e Mara Lurdes Dias Caffé Alves, pela disponibilidade de participarem deste importante momento de minha formação.

E por se tratar justamente de mais um momento de formação, agradeço às Elisas de minha vida (Elisa Maria Ulhôa Cintra e Maria Elisa Pessoa Labaki) que, com sua presença viva, fazem parte do que me tornei.

A Bruna Gabriel Pedro e Elaine Midori Ychico pela revisão cuidadosa do texto. A Leila Aparecida Bonadio da Biblioteca do Conjunto das Químicas da USP pela revisão das referências.

Aos meus pais, Fernando e Aurora, por todo amor e investimento em mim, e pelo incentivo de mais esta etapa. Agradeço especialmente ao meu pai, pois sua paixão pela pesquisa e sua dedicação à Academia, certamente, inspiraram minhas escolhas.

Ao meu querido irmão, João Pedro, por sua amizade, ternura e companhia em tantos momentos importantes de minha vida, e por ter trazido a ela uma irmã, a Aninha.

Ao Gustavo, meu companheiro de vida, por seu amor, dedicação e compreensão em relação aos infinitos momentos de ausência nos últimos anos, dedicados a este trabalho.

Ao meu peludo, Rufus, por novamente me acompanhar, durante estes anos, com seu fiel companheirismo.

Aos amigos de muitos anos, Luciana Albuquerque Venezian, Juliana Albuquerque Venezian, Vanessa da Fonseca, Renata Lins e José Eduardo Assunção Azevedo (primo querido), e aos amigos mais novos, especialmente Débora Albieiro, com quem, ao longo da minha formação, dividi o amor pela psicanálise, minhas angústias e conquistas, além de muitos momentos de alegria.

A todos os funcionários do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, representados aqui por Sonia Maria Caetano de Souza, por sua inestimável colaboração em todos os momentos necessários.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela concessão da bolsa de doutorado e pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

RESUMO

MORENO, M.M.A. **Trauma precoce e ligações psíquicas, um estudo psicanalítico.** 2014, 187 f. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

A presente tese se configura como uma interrogação à teoria psicanalítica acerca das ressonâncias do traumatismo precoce e das defesas por ele suscitadas no processo de simbolização primária, especialmente nas ligações psíquicas decorrentes e na construção de sentido inconsciente. Os conceitos de trauma precoce e simbolização primária se entrelaçam na trama complexa da constituição psíquica, que se suplementa, em tensão paradoxal, entre os pólos intersubjetivo e intrapsíquico. As discussões se articulam entre as proposições inaugurais de Freud e Ferenczi e seus desdobramentos na teoria psicanalítica pós-freudiana, particularmente nas obras de Donald Winnicott, André Green e René Roussillon. O primeiro eixo de discussão da tese enfoca a noção de simbolização primária em sua relação intrínseca com os processos de diferenciação psíquica entre os campos Eu/não-Eu e Isso-Eu, no tempo do narcisismo primário. Considero que a organização psíquica, tanto no nível do Eu como no das representações, constitui-se em simultaneidade ao processo de simbolização da alteridade (interna-externa). Problematizo a concepção de desamparo constituinte a partir do estudo dos efeitos da diferença na organização psíquica. Tenho por hipótese que a possibilidade interna de reconhecimento de diferenças depende de uma função de reconhecimento que é criada no espaço intersubjetivo a partir do investimento objetual. O modo como o objeto primário reconhece as experiências do *infans* e as reflete de volta, em uma experiência de compartilhamento de prazer, é constituinte de ligações psíquicas simbolizantes, necessárias para a instalação de um Eu diferenciado do que lhe exterior e da função de simbolização. As ligações simbolizantes remetem, assim, à construção de estruturas psíquicas terciárias que sustentam a associatividade psíquica. Associo o trauma precoce a uma falha objetual, em suas funções primárias de espelhamento, que se desdobra internamente em um sofrimento psíquico decorrente das perturbações nos processos de integração pulsional, de diferenciação psíquica e de internalização da função de simbolização. Outra hipótese da tese é que o sujeito se defende da realidade traumática por meio de um conjunto de defesas, pautadas pela ação da pulsão de morte desintrincada (desligamento e cisão psíquica) que configuram um funcionamento transicional negativo segundo modalidades de ligação psíquica traumática. Tais ligações têm como objetivo impedir o (re)conhecimento da realidade traumática, condição de elaboração psíquica, ao interpor barreiras, por meio de mecanismos como a recusa e a alucinação negativa, entre os traços perceptivos do trauma e seu encadeamento em uma cadeia associativa significativa. As articulações teóricas da pesquisa pretendem oferecer contribuições à metapsicologia dos processos psíquicos inaugurais, constitutivos e traumáticos, assim como subsídios ao pensamento clínico/psicopatológico em psicanálise.

Palavras-chave: Psicanálise; Trauma Emocional; Cisão Psíquica; Ligações Estruturais; Símbolo.

ABSTRACT

MORENO, M.M.A. **Early trauma and psychic bindings, a psychoanalytic study.** 2014, 187 f. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

The present work is designed as an interrogation to the psychoanalytic theory about the resonance of early trauma and the defenses caused by it during the primary symbolization process, specially on resulting psychic bindings and construction of unconscious sense. The concepts of early trauma and primary symbolization are interlinked in the psychic constitution, which is built through the tense, paradoxical and supplementary dynamics between intrapsychic and intersubjective poles. Discussions are made among inaugural propositions from Freud and Ferenczi and their consequences on the post-freudian psychoanalytic theory, particularly on the works of Donald Winnicott, André Green and René Roussillon. The first axis of the present discussion focuses on the notion of primary symbolization in its intrinsic relation with psychic differentiation processes between the fields *I/not-I* and *Id-I*, at the primary narcissism time. I consider that the psychic organization, not only at the level of *I*, but also at the level of representations, is constituted by simultaneousness to the alterity symbolization process (internal-external). I emphasize the problem on the conception of constituent helplessness from the study of the effects of difference in psychic organization. I hypothesize that the internal possibility of recognizing the differences depends on a recognition function that is created in the intersubjective space, from the object's investment. The way the primary object recognizes the *infans* experiences, and reflects them back, in an experience of sharing pleasure, constitutes the symbolizing psychic bindings, which are necessary for installing a differentiated *I* and the symbolization function. The symbolizing bindings reflect, therefore, the construction of tertiary psychic structures that support the psychic associativity. I associate the early trauma to a failure of the object on his primary mirror functions, which internally unfolds into a psychic suffering due to disturbances on the drives integration processes, of psychic differentiation and internalization of the symbolization function. Another hypothesis of the present thesis is that the subject fends off traumatic reality through several defenses, ruled by the action of desintricated death drive (disconnection and psychic splitting), which define a negative transitional function according to traumatic psychic binding modalities. Such bindings aim to avoid the recognition of traumatic reality, condition of psychic elaboration, by building barriers, through mechanisms such as disavowal and negative hallucination, between perceptive traces of trauma and its connection to a significant associative chain. Research theoretical articulations intend to offer contributions to the metapsychology of inaugural, constitutive and traumatic psychic processes, as well as subsidizes the clinical/psychopathological thought in psychoanalysis.

Keywords: Psychoanalysis, Emotional Trauma, Psychic Splitting, Structural Binding, Symbol.

SUMÁRIO

	Pág.
1. INTRODUÇÃO.....	03
2. SIMBOLIZAÇÃO PRIMÁRIA – RECONHECIMENTO E DIFERENCIAÇÃO.....	16
2.1 <i>Além da Representação: a ligação psíquica</i>	17
2.2 <i>Confusão de Línguas: a introjeção</i>	26
2.3 Sobre presenças e ausências: a instalação de uma matriz intersubjetiva da simbolização	30
2.3.1 Especularidades: do reconhecimento sensível à realidade.....	33
2.3.2 O investimento psíquico entre força e significação.....	41
2.3.3 Inter-jogo e reflexividade psíquica: a problemática da apropriação subjetiva.....	55
3. LIGAÇÕES SIMBOLIZANTES: O FUNCIONAMENTO DE INTERFACES E FRONTEIRAS.....	71
3.1 A ligação entre dois ou uma teoria do contato: a superfície significante.....	76
3.1.1 O corpo-a-corpo simbolizante.....	80
3.2 Enquadre e terceiridade psíquica.....	92
3.2.1 Transicionalidade: tecendo distâncias.....	94
3.2.2 Processos psíquicos transicionais.....	98
3.2.3 Jogar-sonhar.....	105
4. TRAUMATISMOS E DEFESAS ARCAICAS: NOS DOMÍNIOS DO NEGATIVO	110
4.1 Trauma precoce e destruição simbólica.....	110
4.1.1. Desdobramentos teóricos: a ausência impossível.....	115
4.2 Defesas de morte.....	121
4.2.1 Negativação psíquica e negatividade traumática.....	123
4.2.2 Cisão subjetiva: um desligamento radical.....	130
5. LIGAÇÕES TRAUMÁTICAS: A SUTURA PELA NEGATIVIDADE.....	137
5.1 A incorporação do objeto como ligação primária da perda original.....	138
5.1.1 Transicionalidade negativa: dor e compulsão à repetição mortífera.....	144
5.2 Sobre vazios, brancos e interrupções.....	148
5.2.1 A recusa do sentido traumático.....	155
5.3 O paradoxo das defesas por reviramento da realidade.....	159
6. A CONTRA-ASSOCIATIVIDADE PSÍQUICA: UMA REFERÊNCIA À CLÍNICA DAS LIGAÇÕES TRAUMÁTICAS.....	165
6.1 Negatividade como fantasia constitutiva.....	165
6.2 A anti-associatividade traumática.....	170
6.3 Fueros: memória sem lembranças.....	176
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	181
REFERÊNCIAS.....	188

Gabriel, o anti-pensador

Após algumas experiências terapêuticas que tinham terminado por uma decisão unilateral dos terapeutas (o que pode indicar reações contratransferenciais não elaboradas), Gabriel dá início a uma análise que se estende por muitos anos. No princípio, seu discurso foi permeado por queixas relativas a angústias permanentes, que produziam muita confusão. Faltavam-lhe lembranças evocáveis: os fatos, nunca datados, pareciam estar situados ora em uma época, ora noutra. Não era possível ter qualquer indicação precisa sobre sua história. Quando emergiam temas interessantes e o analista conseguia segui-los, Gabriel tinha a impressão de causar tédio e irritação. Ele interpretava alguns sinais do analista como precursores de um novo abandono: parecia sentir que ia ser colocado porta afora. Nestes momentos, certas falas como “Eu não sei”, “Não me lembro” e “O que estou dizendo não é apaixonante” entrecortavam as sequências discursivas. Neste tempo, Gabriel, frente a uma intervenção do analista, disse: “Não lhe ouço, tenho merda nos ouvidos”.

Tal funcionamento entrecortado produzia um sentimento no analista de perda periódica da comunicação. Parecia que quanto mais Gabriel progredia no que ele tinha para dizer, mais ele tinha um sentimento de perigo; e que o funcionamento entrecortado buscava prevenir algo de aparecer ou se concretizar. Gabriel reconheceria mais tarde que esta estratégia tinha o poder de matar qualquer representação.

De fato, sua vida fora entrecortada, marcada por separações e uma grande solidão, agravada pelo divórcio dos pais quando tinha 12 anos, o levando a viver com uma mãe deprimida que desaparece quando ele tinha 15 anos. O pai, objeto de uma oposição sem trégua, parece nunca ter desistido dele: consultou um psiquiatra e convidou Gabriel para se mudar junto com ele e sua nova esposa para o interior, o que o menino recusou. Sucedeu-se, então, uma fase de adolescência bastante perturbada, marcada por agitação política, estudos caóticos e alguns comportamentos transgressores.

Demorou oito anos para o analista saber que entre a idade de um e três anos, Gabriel havia sido colocado na casa de uma mãe substituta, fato para o qual, de início, parecia não existir razão. Mais um trauma agravou o da separação: sua mãe, ao contrário de seu pai que o visitou todas as semanas durante este período – apesar da distância de 300 km – só apareceu para retomá-lo. Neste dia, como era de se esperar, Gabriel não a reconheceu. Esta mãe, durante todo o tempo de seu tratamento, nunca lhe visitou nem lhe telefonou. Também nunca via ninguém e rechaçava as propostas de Gabriel para vê-la. Quando mantinham algum contato por telefone, no entanto, dirigia-se a ele de maneira apaixonada e se queixava

de tudo, dizendo que tinha apenas ele para ajudá-la. O analista levou um tempo para compreender que apesar de ser uma pessoa muito perturbada, seu comportamento tinha um sentido: ela preferia não ver as pessoas porque ela não suportava se separar delas, temendo adoecer assim que a deixassem.

Antes de ir para a casa da mãe substituta, contaram a Gabriel que sua mãe, enquanto o amamentava, teve um abscesso no seio. Mesmo assim, ela continuara a nutri-lo, alegando nada sentir. Ela não se deu conta de que Gabriel definhava a olhos vistos, só absorvendo o produto de um seio purulento e vazio. Seu filho gritava como um abandonado. Finalmente o pai de Gabriel interveio, chamando um médico que decidiu separar o filho da mãe. Em seu décimo ano de análise, retomando a época em que vivera com a mãe substitutiva, Gabriel faz uma construção. Repensando a respeito das visitas de domingo, ele diz: “Revi-me como criança, à mercê de uma tensão angustiante indescritível, inteiramente ávido, na entrada da fazenda, à espera da vinda deles e na esperança de vê-los aparecer. Meu rosto tinha uma expressão tensa, tão terrível que eu disse para mim mesmo: ‘Isto não é possível, isto não pode ser eu’”(sic). Não era possível saber se se tratava de uma rememoração ou de uma revivescência.

Gabriel falava da decepção de não ver sua mãe, sentimento que não podia ser comunicado ao seu pai, por medo de que ele também deixasse de visitá-lo. O analista, de toda forma, compreendeu que em tal construção se encontrava a chave da atitude de Gabriel. Ele vivia aterrorizado permanentemente, mas, de uma certa maneira, não era ele quem vivia os terrores; ou então o que o angustiava encontrava explicação no comportamento dos outros em relação a ele. Este movimento defensivo era facilitado por numerosas confusões de identidade transitórias, entre sua mãe e ele, entre ele e seu tio morto, que não conhecia, mas tinha o mesmo nome e diziam que se pareciam, entre ele e seu irmão, entre ele e seu filho, entre sua mãe e sua mulher. Não se tratava de identificações, mas de suspensões transitórias de sua identidade. Em um momento da transferência, ele dirá: “Tomo-me pelo Dr. Green”, o que o leva a um sentimento de usurpação que, de fato, interditava qualquer identificação. Algum tempo depois da construção elucidadora, Gabriel volta ao episódio do abscesso do seio para contar uma frase que ela dizia: “E tu chupavas, e tu chupavas, e tu chupavas” (sic). Mas Gabriel não pode concluir, tarefa psíquica de associação que restou ao analista: “E nada vinha!”¹

¹ Caso atendido por André Green e relatado em seu texto *A posição fóbica central com um modelo de associação livre*. Foi utilizada a tradução publicada pela Revista Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre, vol. 3, nº 1, 2001, p. 35-70.

1. INTRODUÇÃO

*O que é a poesia?
A poesia é a invenção da Verdade.
Há influência de um escritor sobre o outro?
O que chamam de influência poética é apenas confluência.
(Mario Quintana)*

*O resultado de um escrito não é seu fechamento, mas
a revelação do ponto do qual deveria ter partido.
(André Green)*

Toda excitação excessiva, seja ela interna ou externa, que irrompe e transborda em um psiquismo despreparado é traumática. O trauma excede as capacidades momentâneas do sujeito de trabalho, mas simultaneamente produz movimento psíquico em necessidade de ligação. Desde as primeiras teorizações psicanalíticas acerca da histeria, ele aparece como fator de subversão do registro psíquico dos acontecimentos, motivo de defesa (a dissociação psíquica) e da constituição de uma instância (o inconsciente). No entanto, é a partir da compreensão trazida pela segunda tópica freudiana que é possível encontrar sua expressão mais radical, o traumático como o próprio fundamento do funcionamento psíquico, ligado à dinâmica das pulsões e à angústia automática. Passa a existir uma espécie de “causação” direta e o sentido rudimentar do trauma se engendra na inseparabilidade entre movimento, forma e conteúdo dos processos. Deste modo, ele é constitutivo, mas também pode ser visado a partir de seus efeitos psicopatológicos, particularmente quando acontece em um momento precoce da organização psíquica. Os conceitos de trauma e defesa se entrelaçam na trama complexa da constituição psíquica, em que a problemática da passividade e atividade psíquicas se dialetiza e se suplementa entre os pólos intersubjetivo e intrapsíquico. A presente pesquisa se insere neste campo de questionamento, a saber, compreender a partir de um estudo histórico-conceitual em psicanálise os efeitos do traumatismo precoce² e das defesas por ele suscitadas no processo de simbolização primária e suas vicissitudes psicopatológicas. Centralizar o questionamento em torno da problemática da ligação psíquica³ e da construção de sentido, particularmente o sentido de si⁴, me parece que pode apresentar uma contribuição

² Entendo como traumatismo precoce aquele que incide na primeira infância, momento de constituição do aparelho psíquico, das primeiras diferenciações dentro/fora, Eu/não-Eu, Isso/Eu.

³ De fato, Freud abre o campo de investigação a respeito das ligações psíquicas, mas não o aprofunda. É possível reconhecer um trabalho posterior acerca da temática na obra dos autores pós-freudianos convidados a dialogar na presente tese, porém eles mesmos indicam um espaço teórico vago a ser ocupado e trabalhado.

⁴ Em princípio, tomo de empréstimo o sentido de *self* dado por Figueiredo (2009, p.214) para pensar a noção de sentido de si. *Self* está designando os sentimentos e representações de si na relação com o próprio (o corpo e a “mente” do sujeito) e com os outros. Associa-a, então, à noção de Eu-sujeito de Green, como será apresentado logo a seguir.

1. Introdução

original⁵ para esta discussão teórica e fornecer, ulteriormente e de forma indireta, subsídios para a compreensão dos quadros clínicos que instigam a presente pesquisa (indivíduos cuja experiência é destituída de vida emocional, de sentido de realidade, sendo repleta de lacunas de memória).

O campo do traumatismo psíquico remete, portanto, às mudanças introduzidas pela segunda tópica freudiana, que desalojam o domínio do campo representacional em relação às produções psíquicas. O psiquismo deixa de ser primordialmente associado à representação. O que até então era considerado como externo, a dimensão das forças pulsionais e a dimensão do outro-sujeito, tem seu impacto incluído na esfera psíquica. Quando Freud (1923) afirma que o Isso tem seu próprio aparelho perceptivo, atuante tanto em relação ao exterior como em relação ao interior, dissocia a percepção da consciência e introduz um novo modo de pensar a constituição do inconsciente, reformulando o próprio conceito de inconsciente: de instância psíquica passa a significar uma qualidade de diferentes conteúdos e funções psíquicas. Abre-se, então, o campo de interesse teórico a respeito do registro da percepção e seus efeitos no psiquismo, sem sua transformação imediata em representação, em memória. Coelho Jr. (2000) entende, a partir de uma interface de estudo entre a psicanálise e a fenomenologia de Merleau-Ponty, que as percepções e sensações já trazem em si a possibilidade de atribuição de sentidos. A percepção constitui nossa relação originária com o mundo por meio do contato sensível, que nos apresenta a realidade ao mesmo tempo em que a constrói. A percepção “é justamente este ato que cria de um só golpe, com a constelação dos dados, o sentido que os une – que não apenas descobre o sentido que *eles têm*, mas ainda faz com que *tenham um sentido*” (MERLEAU-PONTY, 1945, *apud* COELHO JR., 2000, p.75). Ela é, portanto, simultaneamente criação e descoberta. Introduzo esta temática para sustentar a compreensão atual em psicanálise de que a constituição psíquica deve ser pensada em um campo de imbricação e simultaneidade entre o intrapsíquico e o intersubjetivo, de coconstituição entre realidade psíquica e realidade exterior, em uma temporalidade que se opõe a um pensamento genético e desenvolvimentista.

As discussões a respeito das ligações e da construção de sentido psíquico privilegiarão os desdobramentos teóricos trazidos para a concepção de originário pela virada de 1920 no pensamento psicanalítico. Naquele momento, a psicanálise foi levada, a partir do que se apresentava em seu *setting* analítico – particularmente das análises dos casos difíceis, das vicissitudes da guerra e das experiências e análises infantis, contextos em que a capacidade de

⁵ Vale frisar que o objetivo deste trabalho não é fechar um debate ou oferecer soluções teóricas, mas abrir perspectivas teóricas para um pensamento clínico.

1. Introdução

simbolização encontrava-se prejudicada ou ainda não constituída –, a conjecturar a respeito das fantasias de origem do psiquismo e sua articulação teórica com as falhas nos processos de simbolização. O que se apresentava na cena analítica e que deu início a um questionamento do modelo teórico da época baseado na lógica do princípio de prazer e, portanto, da representação, era a repetição de impressões sensíveis (traços perceptivos) que não puderam ser elaborados psiquicamente – algo da ordem do ainda não “experimentado” pelo Eu⁶, como posteriormente entende Winnicott –, mas que não deixam de apresentar seus efeitos no psiquismo. Diferentemente do campo das neuroses, em que o reprimido se torna perceptível por meio de sua “presentificação” em sintomas e que indica o retorno de um conteúdo que pode ser simbolizado, as lesões narcísicas decorrentes do trauma precoce, como Freud (1938, 1940) e Ferenczi (1931, 1932) as descreveram, apontam para um campo de experiências que não puderam ser ligadas e inscritas como representações, mas que continuam se fazendo presentes no psiquismo em busca do que podemos nomear atualmente como apropriação subjetiva. A interrogação que o traumatismo faz à psicanálise se insere, portanto, no campo de interesse teórico aberto pela segunda tópica freudiana e que se resume no axioma de 1923: *“Wo Es war soll Ich werden”*.

De fato, o interesse pelo originário remete à problemática da ligação psíquica e da transformação das excitações e moções pulsionais em traços mnêmicos. Freud propõe que o enlace psíquico seria pressuposto para a futura ocorrência de um processamento psíquico. Contudo, Freud tenta compreendê-lo a partir de uma perspectiva intrapsíquica, relacionando-o ora ao funcionamento egóico e ao surgimento de uma angústia sinal, ora à pulsão de vida, por meio da compulsão à repetição (SOUZA, 2003). Interessa-me refletir particularmente acerca desta ausência de clareza na teoria freudiana a partir da compreensão dos efeitos do traumatismo precoce na organização psíquica (em sua dimensão econômica, dinâmica e tópica), trazida pelos autores pós-freudianos convidados a dialogar neste trabalho, que enfatiza o papel do objeto externo. Como ocorre o enlace das excitações e de vivências precoces, condição para a atuação do princípio do prazer? Como se dá o trabalho de simbolização no nível da organização do Eu e das representações? Quais as condições e consequências de seu fracasso? Qual o trabalho psíquico do trauma? Trata-se de questões que circunscrevem o campo de interesse da presente tese. Desta forma, as discussões e

⁶ Optei por seguir a tradução francesa para os termos *das Es*, *das Ich*, utilizados por Freud em alemão, por o Isso e o Eu. O termo Isso mantém a estranheza que o neologismo Id produz. Já a tradução por Eu permite recuperar o frescor da prosa de Freud e enfatizar a centralidade vivencial do pronome “eu” contida na instância (HANNIS, 1996). Quanto ao *Über-Ich*, preferi a tradução por Super-Eu, para indicar a localização desta instância transformada a partir do Eu, que serve para expressar sua função de ideal e de consciência moral em relação ao Eu.

1. Introdução

articulações teóricas tecidas ao longo do trabalho pretendem oferecer contribuições à metapsicologia dos processos psíquicos inaugurais, constitutivos e traumáticos, assim como subsídios ao pensamento clínico/psicopatológico em psicanálise.

Vale resgatar, a título introdutório deste pensamento, a diferenciação que Masud Kahn (1971/1977) tece a respeito das formas de apresentação clínica do reprimido e do dissociado. O autor afirma que o reprimido nos é sempre perceptível através da sua ausência e da catexia que se lhe opõem os mecanismos de defesa; já no caso das dissociações, a pessoa “é” todos os elementos dos seus estados dissociados e os vive como tal. Esta eterna “presença” dos elementos traumáticos será articulada aos efeitos negativos e de compulsão mortífera do trauma no funcionamento psíquico. O trauma primário diz respeito a um acontecimento que não pôde ser reconhecido pelo Eu e, portanto, inscrito e inserido em uma cadeia associativa, encontrando-se impedido de fazer sentido. Será, então, o trabalho sobre a experiência perceptiva da realidade traumática que está em jogo na clínica do trauma. A ausência e a diferença, no trauma precoce, aquele que incide no tempo das diferenciações Eu/não-Eu e Isso/Eu, não podem ser consideradas constitutivas, fundamentais para a construção do campo fantasístico e simbólico, pois quando não podem ser reconhecidas, elas passam a ser vividas como traumáticas, impossíveis de serem elaboradas. É, portanto, o campo da ligação e da transitividade psíquicas que ganha complexidade nestes casos.

De fato, é possível enxergarmos já em Freud que o traumático deixa de se referir à intensidade de uma percepção ou ao conteúdo de uma representação, aproximando-se da ideia de uma incapacidade de representação em seu texto *Moisés e o Monoteísmo*, de 1938. A irrupção do traumático, segundo Knobloch (1996) se configura como um choque de um acontecimento⁷ com a história, que engendra de forma repentina um saber. Veremos que tal saber, em tempos precoces, é impossível de ser (re)conhecido, pois envolve um risco de morte psíquica. Se Freud distinguiu na origem do movimento pulsional uma exigência de trabalho psíquico semelhante a do traumático – a ligação das excitações por meio da compulsão à repetição em um tempo anterior à instauração do princípio de prazer –, buscarei sustentar que o trauma precoce, impossível de ser representado, suscita um trabalho primário de ligação por meio de defesas arcaicas que organizará um funcionamento psíquico negativo. As dimensões intersubjetiva e intrapsíquica também se imbricam nos processos traumáticos. É a partir das

⁷ Knobloch (1996) distingue acontecimento de acidente. O traumático é considerado pela autora como um incidente, que mesmo que ínfimo, transtorna as relações do tempo, e diz respeito a uma dor insuportável que não pode ser apreendida pela ordem da representação.

1. Introdução

relações de complementariedade entre aqueles dois campos, muitas vezes paradoxais⁸, que podemos nos questionar a respeito das ligações psíquicas e da (anti)construção de sentido para a realidade traumática, campo da negatividade traumática.

Pretendo, portanto, amparar meu pensamento em uma visão histórico-estrutural da causalidade psíquica, segundo a leitura realizada por Green (1982) e retomada por Roussillon (2006). Tal leitura se baseia nos efeitos da diferença na constituição e diferenciação psíquica, que se sustentam por processos de conjunção/disjunção/conjunção em torno do Édipo. Vale frisar que o contexto social atual interroga o conceito tradicional de Édipo em psicanálise. Neste sentido, deve-se considerar as novas formas de relação social, ou seja, as novas formas de distribuição das funções familiares e das diferenças para além de uma lógica binária (mãe-pai, homem-mulher), tanto no que tange aos seus desdobramentos teóricos quanto ao seu uso como dispositivo normalizador na prática clínica, quando esta vem restabelecer, legitimar e naturalizar a centralidade de sua função interdutora relacionada à lei paterna (CAFFÉ, 2011). O Édipo é, deste modo, ao mesmo tempo estrutura e história, sendo em torno das suas relações que os processos de diferenciação são demandados. São estes que possibilitam ou impossibilitam a simbolização, o encadeamento psíquico e a construção do sentido psíquico. Diferença entre o bebê e a mãe (ou o objeto dos cuidados primários), diferença sexual entre os sujeitos e diferença de gerações. Diferenciação entre Isso e Eu e, depois entre Isso, Eu e Supereu. Diferenciação no seio do Eu que permite a discriminação dos afetos e a separação entre afeto e representação. Priorizarei o estudo do tempo da simbolização primária, aquele que diz respeito à diferenciação mãe-bebê e Isso-Eu.

Todo o sistema de causalidade em psicanálise depende, como veremos, de uma organização do tempo e espaço psíquicos. O tempo da vivência não coincide, portanto, com o tempo do sentido, da significação. A vivência deve ser “tomada” em uma estrutura e deve receber um tipo de tratamento temporal, um encadeamento temporal por remodelações da posterioridade. O sentido não nasce nem na história nem na estrutura, mas no ponto de encontro delas, “assim a causalidade determinante para o aparelho psíquico deriva da necessidade de significar a estrutura no seio da história, e de significar a história no seio da estrutura” (ROUSSILLON, 2006, p.67).

Tomo como referência, para pensar as relações de complementariedade entre o intrapsíquico e o intersubjetivo na construção do sentido psíquico, a lógica que fundamenta o

⁸ A lógica paradoxal diz respeito à produção de sentido a partir de ideias contraditórias. Trata-se de uma declaração, ou ideia lógica, que transmite uma mensagem que contradiz a sua estrutura. Utilizarei, ao longo da tese, a compreensão de Roussillon (2006) a respeito dos fenômenos paradoxais. Em sua visão, eles se intercalam entre dois modos de realidade em ruptura relativo um ao outro.

1. Introdução

pensamento de Derrida⁹, e reencontro tal lógica nos autores pós-freudianos de referência da tese. Derrida (1988), a partir de uma leitura desconstrutivista dos textos freudianos, particularmente de sua *Carta 52*, considera que o aparelho psíquico teorizado por Freud é um aparelho de escrita. O filósofo ressalta, no entanto, que o texto decorrente deste aparelho de escrita é desde o princípio uma transcrição. O traço psíquico não é o reflexo transparente das coisas do mundo, não é o indício de uma presença plena das coisas, mas justamente o contrário, ele se assenta na ausência das coisas (CAFFÉ, 2011). Derrida se refere ao trabalho psíquico de escrita como circulação de energia psíquica, trabalho de significância que não visa encontrar uma representação, mas conferir movimento psíquico, desdobramento à cena. Neste sentido, Derrida (1988, p.185) afirma que a vida psíquica não constitui “nem a transparência do sentido nem a opacidade da força, mas a diferença no trabalho das forças”. A construção de sentido psíquico depende de um trabalho de diferenciação, que se dá de forma suplementar, em descontinuidade e pressupõe o jogo de presença/ausência do objeto.

O presente, visto sob este ângulo, não é constituinte, mas é originariamente reconstituído a partir dos signos da memória. Tudo começa, para Derrida, pela reprodução sob a lógica da encenação que faz um apelo a um suplemento, a uma espécie de depósito de significado que se estabelece no encontro com um outro sujeito. Ao pensarmos no grito de um bebê tomado por uma tensão transbordante, é possível apontar o apelo ao suplemento como originário, é ele que “escava aquilo que se reconstitui mais tarde como o presente” (DERRIDA, 1988, p.200). A apresentação psíquica de uma impressão só é possível frente a sua encenação. Freud utiliza o termo *Darstellung*, que é a representação no sentido fraco da palavra, mas também muitas vezes no sentido da figuração visual e por vezes, segundo Derrida, da representação teatral. Somente assim, a partir de sua inscrição em traço mnêmico ou cena é que a percepção ganha qualidade psíquica, ou seja, é enlaçada em uma cadeia de sentido. Derrida, então, sublinha a dimensão da ausência na construção do sentido: “Os traços não produzem, portanto, o espaço de sua inscrição senão se dando no período de sua desaparecimento. Desde a origem, no “presente” de sua impressão, são constituídos pela dupla força de repetição e de desaparecimento, de legibilidade e de ilegibilidade” (DERRIDA, 1988, p.221).

Assim sendo, a apresentação psíquica pode ser considerada como uma verdadeira construção significativa em que a resposta do outro já se encontra implicada, em uma lógica do *a posteriori*. A noção do *Nachträglich* na obra de Freud remete, segundo o *Vocabulário de Psicanálise* de Laplanche e Pontalis (1999), a uma ideia de “efeito retardado” que indica a

⁹Apesar de utilizar as ideias do filósofo para dar sustentação ao modo de pensamento apresentado na tese, não pretendo explorar a riqueza de suas concepções, bem como de seus fundamentos desconstrutivistas.

1. Introdução

distância temporal entre o vivido e seu efeito psíquico. O sentido e a eficácia psíquica são conferidos posteriormente à impressão do acontecimento. Buscando maior definição, os autores afirmam que não é o vivido que é remodelado *a posteriori*, mas sim o que não pôde se integrar plenamente num contexto significativo. Freud, em seu caso do *Homem dos Lobos*, de 1918, utilizou a noção de posterioridade não no antigo sentido da compreensão sexual de uma experiência vivida em um período pré-sexual, mas justamente como a possibilidade de um sentido ser fornecido em um momento posterior às marcas da cena primordial que não puderam se integrar numa trama de sentido pela precocidade do vivido. *Nachträglich*, desta forma, também significa suplementar. É sob esta lógica que a psicanálise, a partir de 1920, centra seu interesse teórico em processos inaugurais e modalidades de funcionamento psíquico subsequentes. Este também constitui o eixo de interesse desta pesquisa, particularmente no que tange aos processos de simbolização e de defesa e à instalação ou não de espaços e funções psíquicas.

À vista disso, compreendo, em consonância com Figueiredo (2009), que as condições de simbolização e construção de sentido subjetivo para as experiências, assim como de sua impossibilidade traumática, situam-se no campo da intersubjetividade e das relações de objeto, onde também se encontra incluída a dimensão intrapsíquica. Em 2004, Coelho Jr. e Figueiredo conceituaram quatro formas de organização, quatro matrizes da dimensão intersubjetiva, que devem ser consideradas como elementos paradoxais, simultâneos e suplementares nos diferentes processos de constituição da subjetividade: “intersubjetividade transubjetiva”, “intersubjetividade traumática”, “intersubjetividade interpessoal” e “intersubjetividade intrapsíquica”. Das primeiras três matrizes decorrem três figuras da alteridade, a saber, o Outro do acolhimento, o Outro da diferença radical e o Outro do reconhecimento, como funções do objeto primário constituintes do psiquismo e de seus objetos. A última dimensão da intersubjetividade, a intrapsíquica, é pensada como decorrente da internalização desse campo intersubjetivo, ou melhor, das funções do objeto primário. Ou seja, na teorização psicanalítica é possível conceber uma dimensão da experiência intersubjetiva em que a presença de objetos (no caso, outros sujeitos, ou ao menos partes deles) não precisa se dar efetivamente na realidade externa para que tenha efeito e produza consequências em termos psíquicos (COELHO JR., FIGUEIREDO, 2004).

Consequentemente, nesta matriz da intersubjetividade intrapsíquica, o outro se apresenta em uma forma especial de alteridade, interna e referida ao trabalho psíquico relacionado ao jogo de sua ausência-presença. Coelho Jr. e Figueiredo retomam a importância heurística, em termos psicanalíticos, das noções de identificação (Freud), incorporação

1. Introdução

(Nicolas Abraham/Maria Torok) e introjeção (Ferenczi). Embora exista sempre referência a um objeto externo, em última instância o que se incorpora ou se introjeta é uma relação entre o sujeito e seus objetos que passa, então, a produzir efeitos, positivos ou negativos, na cadeia de fantasias inconscientes. O objeto deve, então, ser visado, em psicanálise, como simultaneamente empírico e psíquico (COELHO JR., 2001). Essas diferentes noções serão apresentadas e problematizadas em articulação com as considerações a respeito dos processos de diferenciação e simbolização psíquicas. Coelho Jr. e Figueiredo também apontam que é nesta matriz que se encontram os fundamentos para uma compreensão das grandes cisões e das personificações das forças e faculdades mentais. A cisão, entendida como cisão subjetiva, uma cisão no Eu antes mesmo dele construir seus limites, será visada na presente tese como o mecanismo de defesa privilegiado diante do trauma precoce. Contemplarei todas essas dimensões da intersubjetividade de diferentes maneiras ao longo da tese, mas priorizarei o estudo da dimensão da intersubjetividade intrapsíquica, justamente por que a tese se propõe a focar o trabalho do traumatismo precoce na constituição psíquica. Além disso, concordo com Green (1990) quanto ao caráter de especulação das teorias psicanalíticas acerca das origens do psiquismo. Mesmo Winnicott (1962/1983), apesar de enfatizar a importância do espaço potencial e o uso do objeto na constituição psíquica, faz questão de frisar que quaisquer que sejam os fatores externos, o que conta é a visão que o indivíduo tem do fator externo. Todo modelo da criança em psicanálise, contudo, será e permanecerá da ordem de um mito indispensável.

Em uma breve digressão explanatória do conceito de sujeito necessária à introdução da tese, resgato e subscrevo a distinção que Green (1995) faz entre as séries *moi/soi* e *Je-sujet*. *Soi*, o si-mesmo, diz ele, ou bem se restringe ao narcisismo ou bem recobre um fenômeno estrangeiro à psicanálise, enquanto o *moi*, o eu, na verdade, só tem consistência existencial e linguística. O autor acredita que a série Eu-sujeito seja fecunda para o pensamento psicanalítico atual. Ele concebe o sujeito como um operador falível, assujeitado ao trabalho psíquico: o sujeito trabalha, é tudo o que sabe fazer. Acrescento a proposição de Candi (2010) que entende que o sujeito oscila entre o “trabalho do sonho” e o “trabalho do luto”, duas modalidades diferentes do trabalho de representação. Resta o Eu, e Green se pergunta se o Eu não é inteiramente constituído de objetos, propondo, então, o Eu como o lugar das transformações de objetos, que tem o poder de converter os objetos segundo suas próprias exigências e aquelas que ele deve respeitar em relação ao Isso, ao Supereu e à realidade. Roussillon (1999) corrobora o pensamento de Green e considera que o ser humano está submetido a um imperativo categórico: tornar-se sujeito daquilo a que foi assujeitado, o que

1. Introdução

não quer dizer necessariamente agente. Trata-se de uma formulação moderna para a compulsão à repetição que designa, por um lado, a necessidade psíquica para o sujeito de representar o que lhe afetou, e por outro, a necessidade de se re-presentar como si mesmo (operação autometá) no seio destes acontecimentos. O autor conclui: “A clínica mostra a evidência de que este trabalho de autoafetação não pode se efetuar ‘de dentro’ sem ter tido lugar suficiente entre si e o espelho do ambiente primário e secundário. O *self*, o si (*soi*), concebido como o conjunto de potencialidades do sujeito só será subjetivado na medida deste reconhecimento pelo outro” (ROUSSILLON, 1999, p.106).

Outra distinção que tomo como fundamento do pensamento desdobrado na tese é a que Winnicott (1957) tece a respeito da diferença entre o que pode ser considerado como profundo e o que pode ser considerado como precoce em termos da constituição psíquica. Profundo é aquilo que se encontra na fantasia do paciente ou em sua realidade psíquica, quer dizer, o que já apresenta representação psíquica. Em termos do inconsciente freudiano da primeira tópica, é possível se pensar, até certo ponto, que o mais profundo seja também o mais precoce. Todavia, Winnicott relembra que em termos kleinianos, a posição depressiva não se dá antes dos seis meses de idade. Já a posição esquizo-paranóide e o mecanismo do *splitting*, que interessa à presente argumentação em particular, poderiam ser verificados antes da integração se tornar realidade, em um momento que não haveria uma distinção entre o bebê e seu ambiente, em que o bebê não poderia estar consciente, ou melhor, não pode representar seu ambiente, especialmente quando este é satisfatório. Neste sentido, o autor passa a considerar o profundo como o pertencente à criança, e a levar em consideração o ambiente auxiliar do Eu quando pensa no precoce. Mas Winnicott não é ingênuo, afirmando que esta dimensão ambiental não pode se tornar material de análise como os outros registros mnêmicos. O autor nos fala que o ambiente está implícito na observação do paciente e que cabe ao analista imaginar/conceber tal dimensão. Em suas palavras: “o lactente humano precisa percorrer certa distância do começo para ter a maturidade para ser profundo” (WINNICOTT, 1957, p.105). Esta distância diz respeito, para o autor, a um processo de integração, em um relacionamento do bebê com sua mãe (mãe-ambiente), no qual se dará a organização do núcleo do Eu do bebê. Ela pode ser pensada, em termos freudianos, como aquisição psíquica, e ser relacionada a um trabalho de autorrepresentação da vivência, como proposta por Freud em 1895. Winnicott (1958) afirma que um impulso do Isso só se torna significativo se contido na vivência do Eu. A temática da apropriação psíquica ganha, portanto, relevo na tese. A ênfase é deslocada da questão da consciência ou de sua ausência, para a da constituição do aparelho psíquico e de suas funções.

Em relação ao trauma, tal visão desloca e subverte a concepção psicanalítica de que não existe trauma que fique fora da onipotência do sujeito, concepção esta, como Winnicott (1960b/1983) ressalta, onde tudo fica eventualmente sob o controle do Eu, relacionado-se, por isso, ao processo secundário. Abre-se, portanto, um campo para pensarmos o traumático fora da onipotência do sujeito, como aquilo ainda não representado ou irrepresentável e sujeito ao domínio da compulsão mortífera.

O primeiro eixo de discussão teórica da tese será, assim, a noção de simbolização primária atrelada aos processos de diferenciação psíquica entre os campos Eu/não-Eu e Isso-Eu e à função objetual de reconhecimento, no tempo do narcisismo primário. A organização psíquica tanto no nível do Eu como das representações se constitui em simultaneidade ao processo de simbolização da alteridade (excitações de origem interna-externa). Neste processo, não há anterioridade das pulsões com relação aos objetos de identificação, nem é possível afirmar que os objetos antecedam os movimentos pulsionais. O processo constitutivo, de fato, remete à ideia de simultaneidade. Associo também, neste primeiro momento do texto, a dimensão pulsional à objetual em um questionamento a respeito das noções de diferença e desamparo em relação à constituição psíquica. A temática do reconhecimento é relevante para uma compreensão da organização psíquica que não dependa unicamente da noção de trauma. Os seres humanos se conhecem, se constroem e se reconhecem em e por meio de encontros com outros seres humanos que revelam as diferenças. Nesta leitura, a função de espelho materna dos estados internos de seu bebê é um fator crucial que permite à criança entrar em contato com seus próprios afetos e representar o que lhe afeta.

Em ressonância com este pensamento, Roussillon (1999, p.170, *tradução nossa*) formula uma proposição, que se torna um marco teórico para as discussões da tese: “as características da relação primária ao objeto tendem a se transferir na relação do sujeito com a atividade de simbolização e ao ‘reconhecimento’ simbólico que ele espera dela”. Tenho por hipótese que a possibilidade de reconhecimento interna de diferenças depende de uma função de reconhecimento que é criada no espaço intersubjetivo a partir do investimento objetual. O modo como o objeto primário reconhece as necessidades do bebê e as reflete de volta, em uma experiência de compartilhamento de prazer, é constituinte de ligações psíquicas simbolizantes necessárias para a instalação de um Eu diferenciado do que lhe exterior e da função de simbolização.

A temática das ligações simbolizantes, aprofundada no item 3, articula-se, portanto, à da configuração de um espaço psíquico e de seu funcionamento. As ligações simbolizantes estão intimamente relacionadas ao trabalho de transformação da perda do objeto primário em ausência psíquica criativa que ocorre em um jogo entre o bebê e seus objetos externos,

1. Introdução

sustentado pelos fenômenos transicionais. Tais ligações remetem, deste modo, à construção de estruturas terciárias como a do próprio Eu e a do símbolo, estabelecidas ou perturbadas durante os processos de diferenciação psíquica, que instalam simultaneamente territórios fronteiriços (limites) e passagens (transformações psíquicas). Considero, então, que as ligações simbolizantes sustentem a associatividade psíquica, fundante das categorias psíquicas da memória, da fantasia e do desejo.

A dificuldade ou impossibilidade de reconhecimento por parte do objeto primário da experiência do *infans* constitui, a meu ver, um traumatismo precoce, que perturba a integração pulsional, a instalação da função de simbolização e a diferenciação psíquica. O domínio do princípio do prazer não se configura e o bebê não consegue construir símbolos da união com o objeto primário que lhe permitam lidar com sua ausência e diferença. Assim sendo, o trauma precoce prejudica o trabalho de luto do objeto primário. O bebê continua dependendo da presença do objeto externo, sempre ameaçadora, uma vez que ele não pode ser reconhecido em sua externalidade. No item 4, trabalho a dimensão propriamente defensiva do traumatismo precoce na constituição psíquica. O sujeito é levado a se defender precocemente da realidade traumática. Considero que diante da ausência ou perturbação da integração pulsional, as defesas arcaicas são caracterizadas pelo funcionamento da pulsão de morte, aliando desligamento e cisão psíquica. Proponho a noção de cisão subjetiva como mecanismo de defesa primário em relação à realidade traumática.

A cisão primária, contudo, não é suficiente para a sobrevivência psíquica¹⁰, pois os traços perceptivos da perda original continuam ameaçando o psiquismo de retorno por meio de uma atualização alucinatória da qual o sujeito é obrigado a continuar se defendendo. Tenho por hipótese que o conjunto de defesas utilizadas pelo *infans*, nesse tempo constitutivo, configurem a organização psíquica e seu funcionamento segundo modalidades de ligação psíquica que podem ser consideradas, em si, como traumáticas. Tais ligações visam interpor uma barreira entre a função de representação psíquica, a inscrição do traumático como traço perceptivo, e a função de significação, a possibilidade de seu encadeamento em uma cadeia associativa, articulação teórica tecida no item 5. A cisão subjetiva coloca em risco o vínculo interno com o objeto absolutamente necessário em um tempo anterior à possibilidade subjetiva de sua perda. Winnicott nos fala, então, em morte do objeto interno. Sob a modalidade da recusa da realidade traumática, considero que o sujeito se defenda deste

¹⁰ O termo “sobrevivência psíquica” diz respeito às ligações psíquicas necessárias para evitar a morte psíquica, pois a cisão subjetiva precoce interrompe a vivência de continuidade psíquica baseada no símbolo, necessária para a constituição do sentimento de estar vivo, como será aprofundado ao longo da tese.

1. Introdução

assassinato psíquico insuportável por meio de um mecanismo de identificação primitivo, a incorporação do objeto. Ele realiza uma ligação intrapsíquica estabilizadora em uma fantasia que impede o surgimento de sentido para a vivência traumática de perda original. A cisão subjetiva aliada à incorporação do objeto constitui, contudo, uma ferida narcísica (Freud, Ferenczi), um ardil identitário (Green) insuperável do ponto de vista intrapsíquico. Tal ardil identitário é sustentado por mecanismos de alucinação negativa e desautorização perceptiva.

Por fim, discuto os efeitos das ligações traumáticas, ligações fundamentalmente não simbólicas, na função de representação psíquica e suas ressonâncias no funcionamento do Eu (item 6). Proponho que o funcionamento psíquico decorrente do traumatismo precoce deva ser pensado em termos de uma transicionalidade negativa, sendo fundamentalmente antiassociativo e antimnêmico. Tal funcionamento tem por objetivo impedir qualquer movimentação psíquica que permita o surgimento do sentido inconsciente para a realidade traumática. Ao impedir a transitividade psíquica, desde o reconhecimento das percepções traumáticas até qualquer possível efeito de irradiação associativa, ele impossibilita que o trauma se transforme em lembrança e possa ser esquecido. Entendo que, desta forma, o campo da transferência psíquica a novos objetos (internos e externos) fica prejudicada, sendo alvo privilegiado do eterno retorno do “mesmo”, da atualização da ferida narcísica impossível de ser significada. As ligações traumáticas se caracterizam, assim, como uma poderosa resistência à análise.

As discussões tomam como ponto de partida as contribuições teóricas inaugurais de Freud e Ferenczi para, então, aprofundar a pesquisa na teoria psicanalítica pós-freudiana, particularmente nas obras de Donald Winnicott, André Green e René Roussillon, a respeito dos desdobramentos teórico-clínicos das noções de trauma precoce e simbolização primária e suas relações, especialmente no que tange às ligações psíquicas decorrentes. Apesar do pensamento destes autores pós-freudianos se alinhar em uma mesma matriz teórico-epistemológica dentro da teoria psicanalítica, o que nos permite pensar em uma teorização em sintonia, o diálogo só se torna possível pelas diferenças intrínsecas, pela singularidade de cada obra que aporta complexidade ao trabalho histórico-conceitual que pretendo realizar.

Finalmente, gostaria de sublinhar, como fio condutor das investigações a seguir, o conceito de pensamento clínico de Green (2002a). De fato, acredito que seja importante para a psicanálise atual superar a dicotomia teoria-clínica, pois qualquer teorização em psicanálise é um trabalho de abstração clínica (MEZAN, 1998), tanto que a obra que inaugura propriamente o campo psicanalítico é a *Interpretação dos sonhos*, que indica a inversão realizada por Freud. Teoria e clínica se encontram em um espaço de mútua interferência, assim como “a teoria submete-se ao método do qual se deriva, num movimento permanente

1. Introdução

através do qual a teoria se corporifica e se checa, simultaneamente por meio do método” (LOFFREDO, 2004, p.12). Acho válido resgatar as palavras do Green, que trazem clareza ao campo:

Sustento – diz ele – que existe na psicanálise não somente uma teoria da clínica, mas um pensamento clínico, ou seja, um modo original e específico de racionalidade proveniente da experiência prática. Não direi que se trata de uma lógica, propriamente falando, ainda que nos esforcemos em considerar os fenômenos psíquicos que entram no campo da psicanálise sob o ângulo de uma causalidade específica que dê sentido aos movimentos, desenvolvimentos, transformações que se ofereçam à escuta do psicanalista. A elaboração pode ter alcançado um nível de reflexão que tomou distância da clínica, mas mesmo que não faça referência explicitamente aos pacientes, o pensamento clínico nos faz sempre pensar neles. [...] Reconhecemos indubitavelmente o pensamento clínico quando a elaboração teórica promove associações que se referem a este ou aquele aspecto da experiência psicanalítica do leitor [...] Por vezes explicitamente ausente do discurso, o analisando, apesar das aparências, não está ausente e não se perdeu no caminho das formulações de ideias, ele está somente escondido na dobra da escrita. (GREEN, 2002a, p.11)

Desta forma, compreendo que os estudos teóricos em psicanálise, como a presente pesquisa, devem ter como objetivo último promover associações e desenvolver a imaginação clínica dos leitores. A construção da tese se baseia neste modelo de investigação associado ao modelo epistemológico do “pensar com a história”, próprio também da produção teórica de Green e que remete a uma compreensão hermenêutica que dá relevância tanto à história da produção conceitual e clínica do campo psicanalítico, quanto ao papel da pesquisadora. “Pensar com a história” remonta a um modo de ordenar o conhecimento e atribuir coerência a partir da experiência de apropriação subjetiva de cada intérprete, ainda que seja discutível, aos movimentos que constituíram a história da psicanálise (CANDI, 2010). A própria escolha dos autores de referência da tese indica um modo particular de atribuição de coerência à história psicanalítica dos conceitos. Assim sendo, os textos serão lidos segundo uma modalidade de escuta paradoxal, própria da escuta psicanalítica. Trata-se de uma leitura rigorosa mais próxima do sentido intrínseco à obra, que tem como intenção entrar em contato e acolher a heterogenidade do texto, para então se dobrar sobre uma leitura mais solta, subjetiva e flutuante, que permite realizar e acolher os fios associativos entre os textos estudados. Este é o movimento de ligação, desligamento e (re)ligação que permitirá conferir um sentido próprio à escrita das ideias.

2. SIMBOLIZAÇÃO PRIMÁRIA – ENTRE RECONHECIMENTO E DIFERENCIAÇÃO

*Uma arte que dá medo
É a de ler um olhar
Pois os olhos têm segredos
Difíceis de decifrar*

(trecho da poesia Aula de leitura de Ricardo Azevedo)

Antes de tudo, o psiquismo é um aparato de transformação do que lhe atinge de dentro e de fora, de um lado a alteridade interna, o soma; e do outro, a alteridade exterior, particularmente o outro-sujeito. O aparelho psíquico, tal como Freud o constrói a partir de 1923, pode ser pensado como o espaço de trocas interior/exterior, diferenciando-se ele próprio no contato do interior com o exterior (ROUSSILLON, 2006). O destino das pulsões e dos objetos apresenta efeitos diretos na constituição e no funcionamento do aparelho psíquico, nos processos de simbolização, nas ligações psíquicas e na qualidade dos conteúdos psíquicos. A construção do sujeito, portanto, depende também dos objetos, segundo uma noção moderna na qual Green (1982, p.261) sublinha: “o objeto é o que recorta e delimita um campo na própria operação de recorte que isola conjuntamente tanto o campo quanto o objeto”. A organização do Eu e o objeto psíquico – aquele que interessa particularmente à psicanálise – são coconstituídos pela dinâmica pulsional e das identificações.

Uma leitura a partir da psicanálise contemporânea, que busca articular o papel do objeto primário ao das pulsões na constituição psíquica, considera que a organização narcísica não é nem imediata nem direta, como Freud (1923) mesmo apontara. Ela se constrói em uma espécie de entre-jogo entre Eu e o outro, dentro e fora (ROUSSILLON, 2011), em uma superposição de investimentos. A rigor, não há anterioridade das pulsões com relação aos objetos de identificação, nem é possível afirmar que os objetos antecedam os movimentos pulsionais. A compreensão de jogo é essencial: o conceito de pulsão deve ser pensado por meio do jogo de sua formação e transformação.

Subscribo a compreensão de Roussillon (2006, 2007, 2011), que considera que o tempo do narcisismo primário abrange duas tarefas psíquicas em particular: a criação de um vínculo (*lien*) com um outro sujeito e o início de sua representação interna, investimento no objeto intrapsíquico (*liaison*). O processo constitutivo do psiquismo, tanto no nível da organização do Eu como no nível da representação, remete à ideia de simultaneidade de processos de elaboração psíquica, ou apropriação subjetiva, que envolvem a simbolização de experiências e a diferenciação Eu/não-Eu. A matéria psíquica primária ou, como Freud a

2. Simbolização primária – Entre reconhecimento e diferenciação

denominou, a matéria-prima (*raw material*), constitui um verdadeiro amálgama multi-sensorial e multi-perceptivo relacionado às moções pulsionais, e que mistura Eu e não-Eu, endo-percepção e exo-percepção, partes de si e partes do outro (ROUSSILLON, 2001). Tal matéria-prima deve sofrer um trabalho de transformação para ser integrada ao Eu, o que requer um objeto e uma história de satisfação.

O objeto primário, compreendido como um outro-sujeito, tem uma função subjetivante crucial: o espelhamento do sujeito para si próprio, constituinte da função de reconhecimento interno-externo. Em termos pulsionais, Green (1990) aponta um duplo papel constitutivo do objeto primário: revelar as pulsões e contê-las. Tal objeto, absolutamente necessário, deve sofrer um processo de internalização que se encontra intimamente ligado à constituição da função de simbolização. Para tanto, sua presença real é, em um primeiro momento, imprescindível, mas ela deve, no decorrer na organização psíquica, se fazer presença-dentro. Neste campo, Roussillon (1999) aponta para a existência de uma circularidade teórica paradoxal no que se refere ao processo de simbolização primária: para simbolizar é necessário fazer o luto da coisa, poder perder o objeto primário; mas para fazer o luto da coisa é necessário suportar sua ausência, ou seja, representá-la e simbolizá-la.

Neste item pretendo discutir as origens do psiquismo, a partir da compreensão de um pensamento paradoxal das diferentes dimensões da intersubjetividade, seus processos constituintes, enfocando particularmente o papel da simbolização na diferenciação psíquica. Este constituirá o fio condutor das articulações que serão realizadas no presente item a partir do estudo da obra de Donald Winnicott, André Green e de René Roussillon. Dividirei este primeiro item em recortes teóricos, que privilegiarão certo campo do pensamento de cada autor, a partir dos quais realizarei discussões e articulações teóricas. Antes, contudo, realizo um breve resgate teórico das proposições inaugurais de Sigmund Freud e Sandor Ferenczi, das quais se desdobram as contribuições teóricas contemporâneas, para situar o fundamento da problemática.

2.1 Além da representação, a ligação psíquica

No que tange à temática da simbolização na obra de Freud, torna-se importante resgatar algumas mudanças trazidas pela reformulação teórica introduzida em 1920, inspirada pela clínica do trauma, que deslocam o gradiente da ligação psíquica do pólo da representação

para o pólo da percepção¹¹. De certa forma, tais mudanças fundamentam os desdobramentos teóricos que serão trabalhados durante o presente item. As relações inaugurais e constitutivas do binômio percepção-representação estão no foco dos autores que retomaram a investigação dos fenômenos originários e traumáticos. Neste contexto, as elaborações sobre as relações concretas entre psiquismo e realidade, entre sujeito e objeto ganham destaque.

Lembremos que um pouco antes de escrever *Além do Princípio do Prazer*, Freud esteve envolvido no atendimento a um paciente russo que se mostrou resistente às suas intervenções interpretativas. O autor relatou a posição do paciente como a de uma passividade cordata e, na compreensão deste caso, passou a utilizar a noção de posterioridade (*Nachträglichkeit*) de uma maneira diferente: trata-se da possibilidade de um sentido ser fornecido em um momento posterior às marcas da cena primordial que não puderam se integrar numa trama de sentido inconsciente pela precocidade do vivido. Freud estava diante, portanto, de um ainda não representado no psiquismo, ou melhor, subjetivamente apropriado ou elaborado, mas que apresentava efeitos psíquicos de forma alucinatória e na relação transferencial.

Na mesma época, Freud também se depara com a sintomatologia das neuroses de guerra – uma compulsão a repetição que se apresentava num agir, em estados alucinatórios e em sonhos traumáticos –, indícios de marcas que não haviam sido processadas psiquicamente. Freud começa a enxergar, a partir da observação das brincadeiras de criança, tal compulsão como necessidade de dominação de acontecimentos vividos de forma passiva, dando-se conta de um caráter indomável das pulsões presente no psiquismo, um campo de força que se apresentava sem o necessário trabalho de mediação pela representação e que se encontrava além do princípio do prazer. A referência maciça à representação presente na primeira tópica cede lugar, desta forma, à moção pulsional. Quando me refiro a lugar penso tanto em lugar teórico quanto em mudança da tópica psíquica: a moção pulsional desloca o lugar que era ocupado pela representação de coisa no inconsciente, infiltrando o psiquismo a partir do Isso. Então, em 1920, Freud aproxima o pulsional ao traumático não assimilado e o campo da percepção ganha novo interesse.

Apesar de ter tirado o foco do aspecto representacional do psiquismo, Freud não abandona o que pode ser compreendido como função de representação psíquica, fundamental para a sua concepção de psiquismo. Um exemplo disto constitui sua afirmação de que os processos que ocorrem no Isso são equivalentes àqueles da representação para o Eu (FREUD, 1932). É próprio do psíquico um processamento dos dados sensoriais internos e externos que

¹¹ Não pretendo realizar um estudo aprofundado da temática do binômio percepção-representação na obra de Freud, pois isto por si só esgotaria o espaço de uma tese.

o afetam, mas tal processamento não se encontra atrelado unicamente ao trabalho dos representantes-representação. O psiquismo registra (percebe) tudo, contudo isto também não quer dizer que elabora (liga em uma cadeia de sentido) tudo que lhe afeta. As relações entre percepções internas e externas revelam a complexidade própria das concepções de Freud sobre a constituição e o funcionamento do aparelho psíquico, enquanto marca de um pensador que reconhece a importância do que chamou de realidade psíquica (COELHO JR., 1999a).

O próprio processo perceptivo para a psicanálise indica uma dinâmica que já é propriamente psíquica, não coincidindo com uma noção apenas descritiva de uma função corporal ou da consciência. A percepção é concebida simultaneamente como a forma de denominar uma função, o nome do ato que exerce esta função e o resultado do ato (COELHO JR., 1999). Ela participa do processo de simbolização, da construção da realidade e da possibilidade de (re)conhecer. O casal Botella (1995), que dedicou grande parte de suas elaborações teóricas à temática da percepção e do irrepresentável, considera aquela uma noção situada nos limites da teoria analítica: aqueles do psíquico-somático, aqueles do psíquico-mundo exterior. O papel da percepção, portanto, está relacionado ao registro das excitações, tanto internas quanto externas, e à constituição de traços mnêmicos de objetos reais. Freud caracteriza a percepção como a possibilidade inaugural de reconhecimento psíquico. Portanto, algum sentido, um sentido primário já se encontra vinculado ao fenômeno perceptivo, que já diz respeito a uma operação de ligação psíquica primária. Se a percepção ocupa essa tópica dos limites, é possível afirmar que é sobre ela que o traumático apresentará seus efeitos de forma primordial, como sustentarei ao longo da tese.

A maior parte do desprazer que experimentamos é um desprazer perceptivo [*Wahrnehmungsunlust*]. Esse desprazer pode ser a percepção de uma pressão por parte das pulsões [*Triebe*] insatisfeitas, ou ser a percepção externa [*äussere Wahrnehmung*] do que é aflitivo em si mesmo ou que excita expectativas desprazerosas no aparelho psíquico [ou anímico], portanto, o que é por ele reconhecido como um perigo. (FREUD, 1920, p.221)

Entretanto, para que o registro desprazer-prazer possa de fato atuar, Freud teoriza a necessidade de uma operação anterior, a saber, o enlace psíquico ou a ligação dos estímulos como pressuposto para a futura ocorrência de um processamento psíquico. O autor enxerga na repetição de experiências que causaram forte impressão na criança por meio do brincar uma forma de processar psiquicamente o evento e se assenhorar dele de forma primária. Tal repetição, pela mudança de posição de passiva a ativa, não é isenta de prazer. Freud reconhece

na eterna demanda infantil pela repetição das histórias um ganho de prazer relacionado ao reencontro da identidade perceptiva¹².

Utilizando-se da tese de Breuer que admite duas formas de energia nos sistemas psíquicos, a saber, cargas de investimento que fluem livremente e que pressionam para a descarga – e aqui localizo a tensão pulsional assim como as impressões traumáticas – e cargas de investimento em repouso, Freud (1920, p.155) supõe “que o ‘enlaçamento’ ou ‘captura’ (*Bindung*) da energia que flui ao aparelho psíquico consista em uma passagem do estado de fluxo livre para o estado de repouso”. O domínio do princípio do prazer só poderia se estabelecer após o enlaçamento das excitações internas, cuja principal fonte são as moções pulsionais. “Enquanto isso não acontece, a tarefa do aparelho psíquico de processar (*bewältigen*) ou enlaçar (*binden*) a excitação teria prioridade, não em oposição ao princípio de prazer, mas operando independentemente dele e, em parte, sem levá-lo em consideração” (*Ibid.*, p.159).

Ao trabalhar a noção de ligação psíquica (*binden*), de energia pulsional enlaçada (*gebunden*), Hanns (2006), psicanalista, comentador e tradutor do texto freudiano, sustenta que a energia pulsional ou investimento psíquico pode, então, enlaçar-se a uma função ou a uma imagem (representação)¹³. Ele se baseia no emprego que Freud faz do termo em diversos contextos, entre eles, para descrever aglomerados em que a energia pulsional está enlaçada ou “grudada” à finalidade pulsional, ao afeto e à imagem; “enlaçados”, formam uma unidade dotada de um sentido básico, bem como podem formar cadeias ou redes associativas nas quais os elementos estão amarrados entre si (*gebunden*) e dotam uma experiência de sentido mais complexo.

A ideia do necessário enlace primário das excitações faz Green (1995) considerar que Freud, em sua segunda tópica, retoma e posiciona o antigo conceito de representante psíquico das excitações (*Psychische-Repräsentant*) sem representação no seio do aparelho psíquico. A pulsão compreendida como um *Psychische-Repräsentant* não possui qualidade em si mesma, mas constitui uma medida da exigência de trabalho que é imposta ao psíquico em consequência da sua ligação ao corporal (FREUD, 1915). Hanns (2006) aponta para o ímpeto em direção ao processamento psíquico que a pulsão traz em sua essência. Green (1995) entende que a problemática neste nível é complexa, e que a pulsão é, de fato, incognoscível por si mesma. O conceito de representante psíquico, a meu ver, oferece inteligibilidade à ligação psíquica primária da pulsão. Assim se disponibiliza a energia pulsional para o investimento inconsciente que sustenta o processo de simbolização. O registro econômico

¹² Peço ao leitor que se lembre desta forma de ligação psíquica e constituição de prazer pelo reencontro da identidade perceptiva, pois será retomada ainda neste item a partir do pensamento de Winnicott e Roussillon.

¹³ Esta compreensão é de suma importância para o desenvolvimento da tese e será retomada, discutida e aprofundada no próximo item.

articula, portanto, pulsão e função de representação psíquica, percepção e representação. Freud, em *Notas sobre o bloco mágico* (1925), afirma que a catexia inconsciente investe a percepção em um movimento de inexcitabilidade periódica. Tal investimento periódico garante tanto uma proteção contra os estímulos como configura simultaneamente a capacidade de perceber e inscrever a impressão em um traço perceptivo, primeira marca mnêmica psíquica. Desde 1915, Freud já postulava que o inconsciente está aberto à recepção de estímulos externos por meio de percepções que prescindem de uma mediação pela consciência. O estímulo chega pelos órgãos sensoriais e já se tem aí uma primeira consciência, uma consciência “direta”, ou melhor, um sentido rudimentar.

A pulsão, contudo, não apenas representa os estímulos, mas engendra, suscita o advento das representações (*Vorstellungen*) e afetos por meio de seus representantes psíquicos (GREEN, 1995). Vale lembrar que Freud define as representações como investimentos fundados sobre traços mnêmicos. O representante psíquico ao investir a representação de coisa, ocupa-a e a monopoliza, dando origem aos representantes-representação da pulsão, que se dividem em representante-representação e em um quantum de afeto, podendo, deste modo, fornecer notícias a respeito da intensidade de investimento de tal representante-representação.

Assim, a noção de investimento é imprescindível para explicar como o *infans*¹⁴, mergulhado em um mundo de possíveis percepções, pode organizar e se apropriar de suas experiências, fazendo surgir representações propriamente ditas. Uma explicação puramente econômica, contudo, não é suficiente para elucidar o destino do investimento. Freud, em um momento menos solipsista de sua teorização, argumenta em seu *Projeto* (1895) que a linguagem verbal possui uma função essencial na atividade do reconhecimento, ligando-se à possibilidade de tomada de consciência de um estímulo. Os investimentos da percepção devem ser marcados pelo selo de uma representação sonora, da qual deriva a representação de palavra. A imagem mnésica, associando-se à imagem verbal, pode adquirir o “índice de qualidade” específico da consciência, forma como a passagem do processo primário para o secundário pode ser compreendida. No entanto, como ao *infans* falta a linguagem verbal, Freud afirma que a aprendizagem é feita por um duplo investimento: o das imagens sonoras provenientes das produções sonoras do próprio sujeito, e o das provenientes do ambiente, dando lugar à repetição. Frente à impossibilidade de satisfação via alucinação (investimento da percepção), os sons (o grito) do *infans* demandam um reconhecimento, uma tradução pelo objeto de cuidados. Esta função de representação, atribuída primariamente ao outro, constitui,

¹⁴ Considero o tempo do *infans* – que significa “sem fala” – como a fase anterior à apresentação das palavras e ao uso das palavras como símbolos.

na verdade, a própria possibilidade do enlace primário da energia corporal em investimento psíquico, como será discutido a partir dos desdobramentos teóricos pós-freudianos. Em Freud, encontra-se apenas a indicação da importância da dimensão intersubjetiva de reconhecimento. As explicações freudianas a respeito do reconhecimento psíquico apresentam acento na dinâmica intrapsíquica, enfatizando as relações entre percepção e representação e o trabalho de transformação que lhes é inerente.

Nesta esteira de pensamento, é necessário pensar a atividade de representação e a instalação da capacidade de reconhecimento e, portanto, a própria organização egóica como produtos de um trabalho psíquico que se inicia no campo perceptivo, onde se articulam a dimensão da força e da significação. “A segunda tópica é o produto da necessidade de poder pensar o psiquismo enquanto conjunto de fenômenos submetidos a mudanças; em suma, em termos de processo e não unicamente de conteúdos representacionais e sistemas” (BOTELLA, BOTELLA, 1995, p.354). Tal trabalho, no que tange à origem do psiquismo e à diferenciação tópica, envolve a extensão da energia disponível de Eros (libido) presente no Isso-Eu indiferenciado, estado absoluto de narcisismo primário, em direção aos traços mnésicos dos objetos, que transforma a libido narcísica em libido objetual. Em *O Eu e o Isso*, de 1923, Freud diz que o narcisismo do Eu é, em verdade, um narcisismo secundário subtraído aos objetos. Analisando este texto central da obra freudiana, Coelho Jr. (1999a) afirma que os órgãos de percepção ganham o estatuto de mediação com o meio e formam o núcleo de origem do Eu. A percepção apresenta papel fundamental no processo de auto-informação e diferenciação psíquica. Se a relação entre percepção, investimento psíquico, Eu e representação segue um percurso mais evidente em relação às percepções provenientes do exterior, em relação às internas o caminho exige um maior esforço de compreensão.

Freud considera as percepções internas como as mais primitivas e elementares, diferentemente das percepções externas, pois aquelas não produzem um traço perceptivo desde sua origem por não atravessarem e/ou atingirem a superfície do aparelho psíquico de pronto. Enquanto as representações inconscientes precisam criar elementos de ligação para chegarem à consciência, as sensações se propagam diretamente. Freud faz corresponder as sensações inconscientes às percepções endopsíquicas, uma vez que as sensações e sentimentos só se tornam conscientes atingindo o sistema perceptivo. Na verdade, elas não precisam de uma consciência aguda ou lúcida para serem sentidas, pois a consciência das

percepções internas seria aquela mais direta, pré-verbal. Desta forma, o autor acentua a relação entre processos perceptivos e inconscientes sem mediação pela representação¹⁵.

Se a qualidade psíquica das sensações e dos processos internos depende de sua ligação ao sistema perceptivo, a percepção, neste sentido, teria uma função de ligação, enlace psíquico de sensações não representadas, assim como de pensamentos. Tal compreensão sustenta a afirmação de Freud (1923) de que todo o conhecimento provém de percepções externas e, portanto, interior e exterior se relacionam de forma suplementar. A passagem pelo sistema perceptivo, envolvendo a projeção de sensações, pode se tratar de uma nova compreensão de consciência atrelada ao corpo, pré-verbal, mas que já produz sentido.

Embora ao vermos nosso próprio corpo, ele se nos apresente como se fosse um objeto, ao tocá-lo, notaremos que ele produz dois tipos de sensações táteis, das quais uma pode ser equiparada a uma percepção interna [...] Assim, o Eu é sobretudo um Eu corporal, mas ele não é somente um ente de superfície: é, também, ele mesmo, a projeção de uma superfície. (FREUD, 1923/2007, p.38)

Coelho Jr. (1999a) afirma que a vinculação do Eu ao corpo abre inúmeras possibilidades para se pensar a constituição da subjetividade a partir de um modelo que não se reduza ao do binômio percepção-representação. Se Freud aproxima o traumático à excitação pulsional não enlaçada como fatores quantitativos com uma força excessiva, que gera uma efração do pára-excitações (*Reizschutz*), é neste campo do fazer sentido mais direto e pulsional que seus efeitos devem ser pensados. Antes de introduzir o pensamento de Ferenczi, como teórico que trouxe inovações importantíssimas ao campo, gostaria de resgatar uma teorização freudiana de 1925, em *A Negativa*, como desdobramento desta compreensão da possibilidade de simbolização primária associada à dimensão sensível e pré-verbal, um sentido rudimentar já vinculado à experiência pulsional.

Freud, no final desse texto, relaciona o surgimento da função psíquica de emitir juízos ao jogo de forças dos impulsos pulsionais primários. Antes do desenvolvimento da capacidade de emitir juízos e de uma função intelectual propriamente dita, baseada no princípio de realidade, o princípio de prazer fundado na polaridade incluir/excluir pressuporia e pareceria corresponder à atividade dos dois grupos de pulsões: “A confirmação seria um substituto da unificação e pertenceria a Eros; a negativa [*Verneinung*] seria, então, sucessora da expulsão, pertencendo à

¹⁵ Coelho Jr. (1999a) sustenta que a percepção interna dos processos de pensamento tem vínculos com as percepções externas, mas há elementos gerados que não fazem parte de algo que foi originalmente marcado como memória de um acontecimento, como o que se entende por representação. Esta compreensão sustenta a possibilidade, como veremos, de um traumatismo ser vivido, porém não experimentado, auto-informado ao ego. Penso também que as impressões traumáticas, assim como as sensações inconscientes, se propaguem diretamente ao pólo perceptivo externo, daí o caráter alucinatório de sua repetição. Tal caráter difere da realização alucinatória do desejo e tem como desdobramento teórico a compreensão freudiana tardia do delírio.

pulsão de destruição” (FREUD, 1925, p.150). Se de uma forma em geral não fica claro no texto freudiano se a tarefa de ligar as excitações cabe ao Eu a partir do surgimento da angústia sinal, ou seja, de uma representatividade afetiva, ou à pulsão de vida (SOUZA, 2003), entendo que quanto mais nos aproximamos teoricamente das origens do psiquismo, mais a dinâmica pulsional arcaica imprime suas características no funcionamento psíquico.

Além disso, se é possível reconhecermos que Freud priorizou os aspectos intrapsíquicos nos processos de simbolização psíquica é, também, após as teorizações de 1920 que o papel do objeto externo em relação à constituição do psiquismo volta a ser considerado. Em *Inibição, Sintoma e Angústia*, de 1926, Freud associa dor, trauma e angústia automática¹⁶: todas estas experiências dizem respeito a uma excitação excessiva que invade o sujeito e provoca uma grande perturbação e desequilíbrio energético. Se considerarmos as mudanças teóricas, é possível afirmarmos a anterioridade lógica da sensação psíquica de dor em relação à de desprazer. Todo excesso desencadeia uma reação de descarga que ocorre por meio de agitação motora, de adoecimento ou do grito. Derrida (1988) entende que a própria descarga já tem função comunicativa, uma vez que permite que o desconforto seja percebido pelo objeto, um outro sujeito que, por sua diferença de capacidades psíquicas, pode colocar em prática a ação específica para a eliminação da dor. Somente o objeto, enquanto outro sujeito, objeto dos cuidados primários, pode aliviar tais tensões.

Quando a criança houver descoberto pela experiência que um objeto externo perceptível pode pôr termo à situação perigosa que lembra o nascimento, o conteúdo do perigo que ela teme é deslocado da situação econômica para a condição que determinou essa situação, a saber, a perda do objeto. É a ausência da mãe que agora constitui o perigo. (FREUD, 1926, p.161)

A ação específica proporciona, então, uma experiência de satisfação. Segundo Derrida (1988, p.141), “não há *Bahnung* sem um começo de dor”, mas é a partir dela que se pode pensar em um traumático constitutivo em Freud. Estabelece-se, assim, a relação entre o traumático e o desamparo psíquico do bebê, que em última instância remete ao seu desamparo biológico. As somas de excitação que primariamente catexizaram os órgãos do próprio corpo do recém-nascido, ligam-se em uma catexia objetual: “O que acontece é que a situação biológica da criança como feto é substituída para ela por uma relação de objeto psíquica quanto a sua mãe” (FREUD, 1926, p.137). Assim, assistimos a relação de perigo se tornar paradoxal entre seu surgimento interno e sua evocação externa, pois o impacto pulsional primário só pode ser metabolizado, nestes primórdios, por um outro-sujeito. A ausência ou

¹⁶ Remeto o leitor à discussão aprofundada realizada em minha dissertação de mestrado acerca da relação entre dor, trauma e angústia (MORENO, 2009).

presença do outro se torna condição externa das perturbações energéticas internas, assim como lugar de sua continência e possibilidade de simbolização.

Tal construção é contemporânea à teorização a respeito do conceito de identificação. Freud começa a enxergar a forma originária do laço afetivo com os primeiros objetos de amor como constituinte do sujeito. Em estreita correlação com a incorporação oral, em *Psicologia de grupo e análise do ego*, de 1921, Freud pensa a identificação primária em uma relação de identidade com o investimento de objeto, em um tempo anterior à diferenciação Eu/outro, à perda do seio. Somente após esta operação psíquica, quando se estabelece propriamente uma relação de objeto, é que ocorrem as identificações secundárias. Assim, o conceito de identificação assume progressivamente um valor central na obra de Freud, que faz deste conceito, na visão de Laplanche e Pontalis (1999), mais do que um mecanismo psicológico entre outros, mas a operação pela qual o sujeito humano se constitui. Sua importância, seguem os comentadores, surge com a colocação em primeiro plano dos efeitos estruturais do complexo de Édipo e pela remodelação tópica introduzida pela segunda teoria do aparelho psíquico, em que as instâncias que se diferenciam a partir do Isso são especificadas pelas identificações de que derivam. Desde 1900, Freud distingue o mecanismo de identificação da simples imitação. Em sua concepção, aquele constitui um mecanismo de apropriação baseado na pretensão a uma etiologia comum, como se exprimisse um “tudo como se”. Se, em princípio, tal elemento se encontrava no campo representacional, referido a uma fantasia, na segunda tópica a teorização conceitual se enriquece e a identificação passa a se referir a um resqúcio das ligações aos objetos. As instâncias psíquicas diferenciadas a partir dos processos de identificação, portanto, já não são descritas em termos de sistemas em que se inscrevem imagens, recordações, conteúdos psíquicos, o que me leva a pensar que o campo das identificações subverte as relações entre percepção e representação, o dentro e o fora na constituição psíquica, particularmente em seus primórdios.

A despeito de tal enriquecimento teórico, Freud não realiza uma maior articulação entre os campos da identificação e da simbolização primárias. Encontraremos tal esforço em certos analistas pós-freudianos que continuaram se debruçando sobre a temática, entre eles os “convidados” para acompanhar o percurso do atual trabalho. Antes de explorar suas contribuições, gostaria de resgatar certas teorizações ferenczianas, por introduzirem mudanças paradigmáticas que constituem, na visão de Mezan (1993), uma verdadeira matriz teórica para a psicanálise contemporânea.

2.2 Confusão de línguas: a introjeção

Ferenczi, apesar de se reconhecer como um “aluno” de Freud, discípulo mais fervoroso, traz em suas elaborações um olhar inovador à estruturação psíquica, deslocando a ênfase da organização da vida psíquica de uma derivação das pulsões e de suas transformações para o papel da relação com o outro em seu caráter constituinte e traumático. Muito atento aos fenômenos clínicos, o psicanalista húngaro deu maior importância terapêutica ao campo constituído pelo par analítico, sendo o primeiro a teorizar a respeito do valor clínico da noção de contratransferência. Defrontou-se de forma inquieta justamente com a questão dos limites (psique/soma, interno/externo, os limites da técnica) na psicanálise, não hesitando em explorá-los e questioná-los. Em decorrência desta linha de pensamento, o autor reintroduziu a importância da experiência traumática e da realidade material como elemento fundamental para a compreensão psicanalítica do funcionamento psíquico (COELHO JR., 1999a). Suas elaborações inauguram uma visão em psicanálise que busca superar a dicotomia sujeito-objeto, realidade interna-realidade externa. A relação entre trauma e simbolização no pensamento ferencziano foi estudada de forma aprofundada em meu mestrado¹⁷, mas, no momento, pretendo resgatar certas discussões, particularmente em torno de sua noção de símbolo e do processo de introjeção, para introduzir os desdobramentos teóricos contemporâneos que serão articulados neste item. É possível conceber Ferenczi como um teórico-limite que possibilitou uma abertura de campo para a pesquisa a respeito dos impactos do objeto externo no psiquismo.

Ferenczi elabora seu conceito de introjeção ao considerar as primeiras experiências do sujeito no mundo como constituintes do psiquismo. Em sua opinião, as pulsões, assim como as lembranças e os traços das experiências, estabelecem-se a partir da vivência corporal histórica do mundo por meio do processo de introjeção, cujo impulso é derivado da própria pressão (*Drang*) do movimento pulsional, sempre excessiva em relação ao sistema representacional já constituído na ordenação psíquica, em sua busca por satisfação. É interessante notar como sua compreensão deste mecanismo, datada de 1912, propõe uma abertura teórica que se torna condição para as mudanças introduzidas na segunda tópica freudiana. A introjeção tem caráter processual e envolve a extensão dos investimentos narcísicos ao mundo a partir da qual se dá uma apreensão essencialmente afetiva do mundo. Não se trata, em primeira instância, da apreensão de um conteúdo cognitivo impresso

¹⁷ Remeto o leitor interessado ao texto da minha dissertação de mestrado (Moreno, 2009).

enquanto representação. Apresenta, ainda, um caráter fundamental do psiquismo, equivalendo-se “assim, ao processo comum – e interminável – de constituição de si e dos objetos a serem investidos libidinalmente” (KUPERMANN, 2003, p.130). O meio ambiente se constitui, sob esta perspectiva, como mediador psíquico. É por meio da introjeção que o psiquismo pode se assenhorar primariamente de sentido, constituído simultaneamente em um campo dentro/fora, Eu/não-Eu. O objeto psíquico derivado deste processo pode ser concebido, segundo Mezan (1993, p.23), como uma trança ou um bloco de afetos, precipitação de sensações que pulsa e age sobre o psiquismo. Considero que a compreensão ferencziana desse processo traz em seu bojo a construção de um pensamento que ultrapassa a necessidade de uma polarização percepção-representação para pensar a simbolização psíquica:

É essa união entre os objetos amados e nós mesmos, essa fusão desses objetos com nosso ego, que designamos por introjeção e – repito-o – acho que o mecanismo dinâmico de todo amor objetual e de toda transferência para um objeto é uma extensão do ego, uma introjeção. (FERENCZI, 1912, p.61)

De maneira que se desdobra em produtos psíquicos, tanto em funções como a de representar, quanto em imagens como as representações de objeto. Contudo, para Ferenczi, o sujeito só pode representar este exterior com características que descobriu em si mesmo como os movimentos mímico-gesto-postural, a alucinação e os desejos (MEZAN, 1993). É conhecida a frase de um pequeno menino ao olhar o Danúbio, citada por Ferenczi: “Olha mamãe, quanto cuspe!”. O reencontro de experiências corporais na realidade está na base da construção das relações simbólicas. Introjeção e projeção são mecanismos que concorrem para o desenvolvimento do sentido de realidade; em última instância estes devem ser igualmente utilizados e se compensar mutuamente (FERENCZI, 1926). Se a ideia de reencontro é constitutiva, é possível que ela seja relacionada à vivência de identidade perceptiva, de uma certa homomorfia. Não encontramos no pensamento ferencziano, entretanto, um aprofundamento desta visão em diálogo com Freud; será Roussillon que a desdobrará a partir de Winnicott. Contudo, se o autor faz questão de frisar o aspecto corporal e sensível desta apropriação subjetiva, isto nos autoriza a pensar que, em termos constitutivos, em sua teoria tem destaque o papel da percepção. Em suas palavras: “Nesse estágio a criança só vê no mundo reproduções de sua corporalidade e, por outro lado, aprende a figurar por meio do seu corpo toda a diversidade do mundo externo. Assim se manifesta a ‘sexualização do universo’” (FERENCZI, 1913, p.107). Tal processo confere às relações simbólicas um sentido individual, pois se refere aos caminhos singulares de exploração da sensorialidade do corpo. Torna-se importante ressaltar que Ferenczi, apesar de situar a organização libidinal num plano

intersubjetivo, não prescinde da noção de sexualidade freudiana. Mas, para Ferenczi, tal organização consiste em um processo de exuberância, de expansão egóica que desemboca em certa sexualização do universo. Esta leitura pela exuberância configura um contraponto à de que todo contato com o mundo é traumático em sua origem.

Kupermann (2003, p.137) ressalta que o símbolo, para Ferenczi, seria uma criação que teria lugar *entre* a corporalidade da criança e a diversidade do mundo externo. Desta forma, poderia ser aproximado do estatuto que os excrementos detêm no interesse infantil, considerados pela criança como “uma parte de si mesma, algo intermediário (*Zwischending*) entre o sujeito e o objeto” (FERENCZI, 1928, p.7). Mezan (1993) considera que Ferenczi quase dissolve a ideia de símbolo como conteúdo que privilegiadamente representa outro. O objeto, neste primeiro momento teórico do autor, constitui um precipitado de sensações, apresentando o papel de alvo passivo das pulsões. A introjeção visa incluir o mundo simbólico do qual o objeto é portador. Mezan (1993) também não enxerga aí um processo semelhante ao traumatismo, mas sim um processo de objetualização das pulsões, o objeto sendo criado no movimento libidinal, como Green o teorizará.

Vale, contudo, lembrar que Ferenczi afirma a importância do recalque de um dos termos da analogia corpo-mundo para que o outro ganhe um suplemento de importância afetiva e se converta num símbolo do termo recalado. O autor, desta forma, ressalta também a participação de mecanismos particularmente intrapsíquicos na formação do símbolo. Veremos com o próprio Green como o trabalho do negativo está envolvido neste mecanismo defensivo, que pode ser considerado como primário. De qualquer maneira, entendo, em consonância com Ferenczi, que é por meio do processo de introjeção que a ligação psíquica das excitações se dá, primeiramente em um campo intersubjetivo, que não recusa as dualidades Eu/não-Eu, dentro/fora, percepção-representação, mas que subverte suas relações, colocando-as em tensão constituinte. Tal compreensão avança na direção de uma análise de espaços intermediários e das novas realidades que emergem das situações clínicas, consideradas nos limites da analisibilidade, revelando a complexidade das situações afetivas inaugurais, que não se submetem facilmente às oposições que em geral estruturam nossas formas de análise e que constitui o interesse de pesquisa da tese (COELHO JR., 1999a).

Vale resgatar, apenas a título introdutório, certas diferenciações conceituais tecidas em relação aos processos de identificação, incorporação, introjeção e interiorização. Os processos de incorporação e introjeção, segundo Laplanche e Pontalis (1999), constituem os protótipos da identificação, sendo modalidades em que o processo mental é vivido e simbolizado como uma operação corporal (ingerir, devorar, guardar dentro de si, etc). Já Nicolas Abraham, em *O*

‘Crime’ da Introjeção, de 1963, define a introjeção como a possibilidade de interiorizar uma relação objetal, de instalar em si mesmo um objeto que servirá de referência para apreensão do objeto externo, processo que pressupõe que o sujeito tenha a faculdade inata de ser sujeito e objeto para si mesmo. Temos aí o enlace teórico que liga o processo de introjeção à constituição dos primórdios da função de reflexividade psíquica, calcado na função de representação, a ser explorado em articulação com o pensamento de Roussillon. Tal compreensão da introjeção coincide com a de interiorização de Laplanche e Pontalis, para os quais, a identificação se faz com objetos – pessoa inteira (assimilação do ego a um ego estranho) ou com determinada característica de uma pessoa, objetos parciais – enquanto a interiorização se refere a uma relação intersubjetiva. Cabe, aqui, lembrar a importante caracterização conceitual que Nicolas Abraham e Maria Torok (1968) realizaram da incorporação¹⁸, mecanismo defensivo que se opõe justamente à elaboração psíquica de uma vivência ao evitar uma mudança tópica. Tal mecanismo pressupõe a internalização de um traço do objeto, ou dele todo, como uma espécie de fantasia com caráter conservador que impede a introjeção de sentido e a realização do luto do objeto. Neste sentido, equivale a um guardar dentro de si o objeto para não perdê-lo na realidade, constituindo, então, uma doença do luto.

Consequentemente, compreendo que a concepção ferencziana de simbolização pressupõe uma primeira internalização das excitações, sejam elas externas ou internas, em uma espécie de marca corporal com qualidade sensível, denominadas de marcas mnésicas do ego, que se localizam em um inconsciente corporal. Desta forma, é possível relacioná-las à ligação primária da pulsão em representante-psíquico, que configura um sentido sensível rudimentar para o investimento psíquico de traços perceptivos das experiências. A representação de palavra coincidiria, na teorização de Ferenczi, com o último estágio em direção à realidade, adquirida a partir da linguagem verbal para estabelecer um elo entre a consciência e a percepção, primordialmente corporal. Neste plano intermediário, a palavra surge como figuração simbólica: por imitação, a criança reproduz os sons, aos quais são associadas coisas, ou seja, identificadas, criando-se, assim, representações. Para Ferenczi, em princípio, a palavra é uma palavra mágica. Mezan (1993, p.25) aponta que “o próprio da linguagem não é sua função designativa, mas sua função evocativa – esta é a essência da magia, fazer ser o que não é por meio da palavra.” Kupermann (2003) recupera ser neste

¹⁸ Remeto novamente o leitor à minha dissertação de mestrado (Moreno, 2009) para uma discussão aprofundada.

sentido que Ferenczi descreve a linguagem verbal como um dos “meios” físicos utilizados pela criança para figurar seus desejos e os objetos que cobiça.

O pensamento ferencziano, portanto, fundamenta os desdobramentos teóricos que se seguirão a respeito da constituição psíquica em sua relação intrínseca com o processo de simbolização. O autor sustenta uma compreensão inaugural que dá destaque ao campo do intermediário e também nos indica como o registro do primário se imbrica com o do secundário, em relações mutuamente constituintes. Tal concepção estará na base do que entendo como ligações simbolizantes a serem trabalhadas no item 3. Antes disso, exploremos o que os autores contemporâneos têm a dizer a respeito do campo do originário.

2.3 Sobre presenças e ausências: a instalação de uma matriz intersubjetiva da simbolização

Green (1990) considera que há duas posições a partir das quais um bebê pode ser visado: Freud se coloca do ponto de vista da criança que vive ativamente as pulsões, enquanto Balint segue a tradição ferencziana e, quando olha a cena, enxerga a mãe e o bebê, como objeto um do outro. Balint sustenta que um *infans* precisa do amor do objeto primário para se constituir. Apesar de tal diferenciação resgatada por Green, concordo com o posicionamento do autor de que, quando nos colocamos no lugar do bebê, estamos lidando sempre com uma relação narcísica, pelo fato de não haver ainda uma separação, limites bem constituídos entre mãe-bebê. O estado do narcisismo primário inclui os cuidados maternos. O psiquismo surgirá e se definirá pelas diferenciações e limites a serem construídos nesta relação. Além disso, é importante frisar que concebo, em consonância com o pensamento de Green, ser uma ilusão querer saber do inicial. Por outro lado, é importante ter um esquema *mítico* do desenvolvimento (de momentos sucessivos da construção do aparelho psíquico), um esquema coerente construído a partir do que ensina a análise dos adultos (GREEN, 1990). É muito mais fecundo precisar a organização das configurações clínicas e reconhecer o tipo de coerência a que elas obedecem para disso deduzir os eixos organizadores do psiquismo do que pensar em termos de uma concepção desenvolvimentista sobre o que viria primeiro, a libido do Eu ou a libido do objeto.

Se o interesse da tese diz respeito a um aprofundamento teórico em relação à temática das vicissitudes do traumatismo precoce nos processos de simbolização primária, a articulação teórica necessariamente tangenciará a temática da gênese do Eu-sujeito, apesar de não tê-la como foco. Buscarei sustentar, ao longo da escrita, a simultaneidade constitutiva dos

processos de simbolização e da organização do Eu, cujas relações são perturbadas de maneira destrutiva pelo traumatismo precoce. A questão das origens sempre interessou à psicanálise, e Roussillon (2006) acredita que, em relação à metapsicologia freudiana, a problemática da origem do Eu, ou melhor, da fantasia da origem do Eu que se encontra presente na maioria dos trabalhos psicanalíticos, constitua seu próprio motor. Por sua vez, na compreensão de Laplanche e Pontalis (1999), Freud tenta explicar a gênese do Eu em dois registros relativamente heterogêneos, quer vendo nele um aparelho adaptativo, diferenciado a partir do Isso em contato com a realidade exterior, quer definindo-o como produto de identificações que levam à formação no seio da pessoa de um objeto de amor investido pelo Isso. A temática da perda é inerente a ambas as tentativas, seja ela referida a ausência do seio (objeto interno), seja a ausência do objeto externo de amor. No entanto, apesar de Freud ter afirmado em uma nota de *Dois Princípios do Funcionamento Mental* (1911) que, ao considerar o lactente, deve-se incluir nele o cuidado que recebe da mãe (afirmação que serve de inspiração para Winnicott pensar a respeito da primeira infância¹⁹), ele enfatiza, como vimos, o trabalho subjetivo e pulsional do processo de simbolização da ausência. Seu interesse está voltado primordialmente ao objeto do desejo, objeto substituto e contingente da vida mental de um psiquismo normal ou neurótico.

Em 1895, Freud postulou que as qualidades psíquicas se organizavam nas diferenças de quantidades energéticas como fruto de um trabalho interno realizado pela instância egóica (DERRIDA, 1988). Ele acreditava que as pulsões eram anteriores ao objeto, sendo o objeto (da pulsão parcial) apenas um aspecto contingente da montagem pulsional. Bastaria, para sua transformação em representação de coisa, uma retenção energética (FREUD, 1895), um reinvestimento moderado do primeiro traço perceptivo, um simples *não* exercido no encontro da experiência alucinatória, um *não* a uma tendência de busca por uma identidade de percepção (FREUD, 1925). Neste sentido, Roussillon (1999) assinala que na visão de Freud bastaria fazer o luto da coisa primeira para representar, renunciar a reencontrar o idêntico. Tal concepção tropeçará em uma série de dificuldades clínicas, sobretudo as que concernem à problemática melancólica. As patologias do luto apontam para sujeitos incapazes de elaborar a perda do objeto primário, ou seja, incapazes de fazerem o trabalho do luto e indicam, paradoxalmente, que o trabalho do luto instala a capacidade de representar ao mesmo tempo em que dela depende. Este impasse se encontra na origem do questionamento do trabalho da simbolização primária e de sua complexidade. A simbolização requer mais que a simples

¹⁹A posição freudiana será retomada em diálogo com as proposições de Green no item seguinte.

retenção da descarga, a qualidade e a natureza da ligação intrapsíquica são também fundamentais.

Neste sentido, são as patologias narcísicas, aquelas decorrentes de uma lesão narcísica traumática, que nos indicam que a função do objeto se sobrepõe ao conceito simples de apoio proposto por Freud, em 1905. Aquilo que de certa forma não se apresenta na problemática neurótica, pois já foi ultrapassado em termos de aquisições psíquicas (já ocorreu a internalização das funções objetais primordiais), incita o questionamento acerca da natureza do apoio sobre os objetos dos cuidados primários, no que concerne à simbolização e à capacidade de representação. O pensamento dos autores pós-freudianos convidados para dialogar na presente tese, principalmente Donald Winnicott, André Green e René Roussillon, converge com relação ao papel constituinte dos objetos externos. A instalação da capacidade interna de simbolização da ausência depende da internalização de funções psíquicas sustentadas primariamente pelos objetos dos cuidados primários. Os processos de diferenciação psíquica, então, articulam-se à internalização de tais funções.

O conceito freudiano de apoio esteve, desde suas origens, muito marcado pela figura da conservação, a sustentação de uma necessidade corporal em detrimento de um olhar para as necessidades do Eu, para as condições de possibilidade de subjetivação. Winnicott (1960), ao afirmar que suas teorizações a respeito do desenvolvimento emocional se encontram para além de uma compreensão das satisfações pulsionais, parece querer enfatizar justamente esta outra leitura do apoio objetual. O autor sustenta que existe a necessidade de uma outra espécie de satisfação, anterior, que permite que as pulsões sejam definidas como internas ao lactente. Veremos como Green e Roussillon frisam a importância da experiência de prazer na constituição das ligações psíquicas primárias, do enlace pulsional e da instância egóica. Somente quando as exigências do Isso forem sentidas como parte do *self* e não como ambientais é que a satisfação do Isso se torna um importante fortificante do Eu. Nesta área de experimentação prévia, o objeto, como um outro-sujeito, para além de satisfazer as pulsões, tem uma função subjetivante crucial: o reconhecimento e o apoio ao Eu incipiente do lactente. O objeto primário se configura, desta forma, como absolutamente necessário para o psiquismo se constituir. A clínica dos casos difíceis indica com toda nitidez a importância deste ao revelar sua ausência, ineficácia ou falhas mais profundas no funcionamento psíquico decorrente.

Deste modo, em consonância com Green, a tese privilegiará a tradição balint-ferencziana, que enfatiza a importância da presença do objeto externo na elaboração da ausência, sem necessariamente precisar prescindir, contudo, das noções psicanalíticas de

sexualidade infantil e de pulsionalidade. Neste sentido, será problematizada uma visão dicotômica da teoria pulsional e objetal, que desconsidera suas tensões constitutivas: “É da dialética entre pulsão e objeto que o psiquismo nasce” (FIGUEIREDO, 2007, p.481). O objeto será considerado em sua dimensão “absolutamente necessária”, sem a qual o psiquismo não chega a se constituir. As contribuições winnicottianas serão abordadas para, então, serem discutidas a partir de um resgate da teoria pulsional realizada na obra de Green. Segundo este autor, o objeto absolutamente necessário tem o duplo papel de revelar as pulsões e contê-las. Tal objeto deve sofrer um processo de internalização que está intimamente relacionado, na obra dos autores escolhidos para me acompanhar no itinerário desta pesquisa, à constituição da função de simbolização. Para tanto, sua presença real é, em um primeiro momento, imprescindível, mas no decorrer na organização psíquica, deve se fazer presença-dentro. Este processo está intimamente vinculado às vicissitudes da ausência objetal. Este será também o campo de incidência do traumatismo precoce. A problemática em torno da presença e da ausência objetal se torna fundamental para articular simbolização primária e traumatismo.

2.3.1 Especularidades: do reconhecimento sensível à realidade

Símbolo: entre a ilusão e a desilusão

Winnicott (1967b/1975), em *O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil*, influenciado pelo artigo de Lacan, *Le stade du miroir* (1949), defende que o rosto da mãe, especialmente seu olhar, apresenta papel singular na constituição psíquica, particularmente no que se refere ao processo de simbolização, tanto em seu aspecto normal, quanto no patológico. Winnicott pensa que a origem se situa em um momento e espaço pré-subjetivos, constituintes de uma localização interna (uma tópica psíquica em estado nascente) tributária das experiências vividas, e que não pode ser considerada como um *a priori*. Neste momento inicial não existe um bebê independente da provisão ambiental, o lactente precisa do apoio egóico de uma mãe “suficientemente boa” capaz de se identificar às suas necessidades e apresentá-las de forma que o bebê possa se apropriar de suas vivências. Trata-se de um momento essencialmente pré-representacional, anterior à emergência do mundo simbólico, que permite uma vivência de continuidade interna e externa/interna. O trabalho de diferenciação entre Eu/não-Eu na concepção de Winnicott está atrelado a um processo de simbolização que ocorre paralelamente ao que o autor chamou de integração

psíquica, processo que envolve a construção do inter-relacionamento psicossomático e que desemboca no estabelecimento da função de reflexividade psíquica e da relação de objeto. Em termos de simbolização, o rosto materno representa as funções da mãe-ambiente relativas à integração psíquica, a saber: o *holding*, o manejar (*handling*) e a apresentação de objeto.

Quando o bebê mama, para além de satisfazer suas necessidades corporais, ele olha, e olha não para o seio, mas para o rosto de sua mãe. Se a mãe pode se identificar com seu bebê, geralmente ela o refletirá e o que o bebê verá será ele mesmo: “Em outros termos, a mãe está olhando para o bebê e *aquilo com o que ela se parece se acha relacionado com o que ela vê ali*” (WINNICOTT, 1967b/1975, p.154). A vivência de identidade neste momento precoce, de coincidência entre a experiência interna e externa, encontra-se na base do estabelecimento do narcisismo primário, de um *self* unitário e da formação do objeto subjetivo. A noção de narcisismo primário, sublinha Fulgêncio (2013, p.131), está associada à questão do surgimento do sujeito psicológico: “é uma questão de compreensão e descrição da origem ou das origens”.

A base de um *self*²⁰ se forma sobre o fato do corpo vivo, que não tem apenas formas, mas também funções que, para constituírem o senso de *self* ou sentimento de si, precisam de uma experiência de aceitação e reconhecimento. Tal reconhecimento, nos primórdios da comunicação mãe-bebê, ocorre em um plano pré-verbal e sensível que possibilita, por meio de uma integração em termos de elementos sensoriais e motores, uma experiência de tempo e espaço, que compreende tanto um processo de personalização – a possibilidade do Eu se relacionar com o corpo e suas funções – quanto o início das relações objetais²¹. O pensar e o fantasiar se encontram vinculados a tais experiências funcionais. Neste sentido, o significado que Winnicott confere ao papel de espelho materno deve ser pensado em termos simbólicos e originários da qualidade da relação que se estabelecerá entre o bebê e seu ambiente e da relação do bebê com seus objetos internos.

A formação do objeto subjetivo em sua relação com a instalação da função de simbolização, contudo, interessa a presente tese de maneira especial. O reconhecimento inicial se relaciona com um fenômeno de realização interna, um fenômeno subjetivo. Winnicott nos diz que é desta forma que a mãe é capaz de tornar real aquilo que o bebê está pronto para alcançar, descobrir, criar: “A mãe coloca o seio real exatamente onde o bebê está pronto para criá-lo, e no momento exato” (WINNICOTT, 1953/75, p.26)²². A vivência de

²⁰ Fulgêncio (2013) aponta que Winnicott usa o termo ego em dois sentidos diferentes: como sendo uma tendência inata à integração; e como a própria unidade do sujeito psicológico integrado em seus diferentes níveis.

²¹ Para Winnicott (1960b/1990) seu estabelecimento está intimamente ligado à ideia de processo primário e é, de início, essencialmente não-reativo aos estímulos externos, mas primário.

²² Abrams (2008) considera que esta função materna esteja relacionada à sua capacidade de sobreviver através da sua habilidade de lidar com as intensas ansiedades do bebê no início da vida.

concordância propicia ao bebê uma experiência de ilusão, que foi chamada de experiência de onipotência, baseada na vivência de que o seio faz parte de si: “O lactente experimentando onipotência sob a tutela do ambiente facilitador *cria e cria o objeto*, e o processo gradativamente se forma dentro dele e adquire apoio na memória” (WINNICOTT, 1963/1983, p.164). Se tudo vai bem, de início, o objeto é um objeto subjetivo, que é como o objeto está sendo experimentado pelo bebê; um primeiro objeto ainda não repudiado como um fenômeno não-Eu. Roussillon (2001) considera que a intuição winnicottiana dos processos do encontrado/criado e, em geral, como veremos, a hipótese dos processos transicionais que realizam a suspensão da oposição dentro-fora, são muito pertinentes, pois correspondem à necessidade psíquica de não encontrar muito precocemente experiências que forcem a uma discriminação que não é subjetivamente possível sem invasão psíquica. Penso que eles fundamentam o processo de introjeção, como proposto por Ferenczi. Winnicott acrescenta que a experiência de ilusão está na base do estado de confiança, no qual o bebê começa a fruir de experiências baseadas num “casamento” da onipotência dos processos intrapsíquicos com o controle do que tem do real (WINNICOTT, 1953/1975).

Em consequência, desenvolve-se no bebê um fenômeno subjetivo chamado de seio da mãe, que coincide com a internalização da técnica da maternagem (*holding*), modo pelo qual Winnicott compreende a identificação primária concebida por Freud em 1923. O *holding* se configura como uma sustentação confiável, a provisão ambiental total anterior ao conceito de *viver com* (WINNICOTT, 1960/1990), ou seja, anterior à separação Eu/não-Eu. Neste tempo, em que o bebê cria o seio que encontra, estabelece-se a experiência do “eu sou”, uma primeira afirmação do *self*. O seio constitui, então, um símbolo de ser e, neste exato momento, bebê e objeto são um²³ (WINNICOTT, 1953/1975). Fulgêncio (2013, p.135) nos diz: “É da ação criativa do bebê, sustentada pelo ambiente, que surge, ao mesmo tempo, a experiência do si-mesmo e o encontro com o objeto (subjetivo)”. Winnicott está interessado justamente em como é possível, quais são as operações constituintes para suportar a separação e a ausência do objeto primário dos cuidados. Entendo que, em sua concepção, a simbolização tenha como função justamente apoiar as primeiras experiências de separação, de forma a evitar uma desconexão irremediável do bebê e sua mãe, da qual o bebê precisaria se defender precocemente. A simbolização permite, portanto, a vivência de continuidade, que impede o traumatismo precoce. Nas palavras de Winnicott:

²³ O símbolo, neste momento, deve ser entendido como *Symbolon* grego. Na Grécia antiga, quando dois amigos ou familiares se separavam, quebravam uma moeda, um pequeno prato de argila, um anel, ou ainda a metade de uma concha de madrepérola. Quando este alguém retornava, tinha que apresentar sua metade. Caso ela combinasse com a outra metade, teria sido revelado sua identidade de amigo e, ele teria, assim, direito à hospitalidade.

2. Simbolização primária – Entre reconhecimento e diferenciação

Entre o lactente e o objeto existe algo, ou alguma atividade ou sensação. À medida que isto une o lactente ao objeto (como objeto parcial materno), se torna a base de formação de símbolos. Por outro lado, à medida que há algo separando ao invés de unir, sua função de levar a formação de símbolos fica bloqueada. (WINNICOTT, 1960a/1990, p.134)

Entendo que a instalação da simbolização primária, para Winnicott, se sustenta no paradoxo da ilusão/desilusão, coincidente com a constituição do sentimento do Eu e do outro. A base para o desenvolvimento do Eu se situa na comunicação do indivíduo com os fenômenos subjetivos, que conduzem, primeiro, à autodescoberta e ao sentimento de existir, uma existência psicossomática (inserção da psique no soma, cuja base é a ligação de experiências funcionais motoras e sensoriais) e, depois, à capacidade de desenvolver um interior (membrana limitante equacionada com a superfície da pele), de ter a capacidade de utilizar os mecanismos de projeção e de introjeção e se relacionar com o mundo, ou seja, o sentimento de Eu (*self*) (WINNICOTT, 1975).

A experiência de desilusão, todavia, tem papel constituinte tão importante quanto o da experiência de ilusão, sendo-lhe suplementar. Aquela pressupõe um fracasso graduado da adaptação materna em um tempo que o bebê possa suportar. A mãe tem papel ativo também neste momento, pois deve calcular este tempo para que não se torne excessivo e traumático. Seria possível traduzir a experiência de desilusão, na linguagem de Roussillon, pela vivência necessária de heteromorfia. A desilusão se constitui, assim, como fundamento do pensar: “O pensar faz parte do mecanismo pelo qual o bebê tolera tanto o fracasso da adaptação à necessidade do ego, quanto a frustração do instinto que produz *tensão*, particularmente o primeiro” (WINNICOTT, 1968/1994, p.167).

Winnicott propõe um estudo do momento de passagem de um mundo pré-representacional, anterior à emergência de um mundo simbólico, a um mundo interior em que os processos de simbolização se tornam uma aquisição do sujeito. Durante esta passagem, momento do desajuste, cria-se um espaço entre a mãe e o bebê. Um bebê que pôde instalar em si o fenômeno subjetivo – também chamado de fundo materno silencioso –, poderá fazer uso da ilusão para criar o que Winnicott denominou de objeto transicional. A capacidade de ilusão se tornou, então, uma função psíquica. Os fenômenos da transicionalidade realizam de forma hábil uma superação da oposição dentro-fora, percepção-representação (GREEN, 2010a), capaz de transformar este espaço do desajuste, de distância e diferença, em espaço potencial. O objeto transicional, contudo, ainda depende, paradoxalmente, da concretude de um objeto externo. Portanto, o pensamento de Winnicott aponta para o fato de que é na presença de um objeto que a ausência objetual começa a ser elaborada e representada. Em sua célebre frase, Winnicott sintetiza a transicionalidade: “O fato de ele não ser o seio (ou a mãe), embora real, é tão importante quanto o fato de representar o seio (ou a mãe)” (WINNICOTT, 1953/1975, p.19). Por sua vez, o objeto transicional:

2. Simbolização primária – Entre reconhecimento e diferenciação

Encontra-se no lugar, no espaço e no tempo, onde e quando a mãe se acha em transição de (na mente do bebê) ser fundida ao bebê e, alternativamente, ser experimentada como um objeto a ser percebido, de preferência a ser concebido. O uso de um objeto simboliza a união de duas coisas agora separadas, bebê e mãe, *no ponto, no tempo e no espaço, do início de seu estado de separação*. (WINNICOTT, 1967a/1975, p.135)

Uma série de fenômenos psíquicos está acontecendo e ganhando realidade psíquica de maneira simultânea: a separação Eu/não-Eu, o sentimento do “eu sou”, a possibilidade de se relacionar com objetos, a constituição da capacidade de perceber, representar e pensar. Na fase anterior, da dependência absoluta, o bebê não era capaz de perceber sua condição de dependência, ele se encontrava em um estado de apercepção constituinte. O desenvolvimento gradual da relação de objeto constitui uma realização que depende da possibilidade da aceitação da diferença e da similaridade, base da distinção entre fantasia e fato, objetos internos e externos, entre criatividade primária e percepção (WINNICOTT, 1967a/1975). O objeto transicional abre campo a este processo de reconhecimento, fundamentado na experimentação. A importância deste momento é que “o bebê passa do controle onipotente (mágico) para o controle pela manipulação (envolve o erotismo muscular e o prazer da coordenação)” (WINNICOTT, 1953/1975, p.23), ou seja, ao lado de seu valor simbólico, portanto, importa a sua realidade.

A questão que interessa a Winnicott é justamente o problema da relação, desde o nascimento, entre o que é objetivamente percebido e o que é subjetivamente concebido, sendo, portanto, uma questão de jogo de realidades, psíquica e material. A simbolização tem como função sustentar tal relação: ao segurar seu objeto transicional, que pode ser uma fralda, um ursinho, ou mesmo um carretel (jogo do *fort-da*, Freud), porque, enfim, ele é uma criação subjetiva, a criança mantém a presença da mãe em um campo entre a concretude da matéria e a abstração do símbolo. Neste plano intermediário, tem início também a palavra como figuração simbólica. Roussillon (2006) nos lembra que para Winnicott a atividade mental consiste exatamente na derivação (deslocamento) da experiência primária de encontro sobre um outro objeto, derivação na qual irá se originar o espaço psíquico do jogo.

É possível pensar que, para além da problemática da transição do princípio do prazer para o de realidade, seja a própria questão da instalação de uma realidade interna, a possibilidade de sentir prazer e ter um funcionamento mental sentido como próprio, que esteja em jogo no pensamento de Winnicott. A meu ver, este é o campo das primeiras ligações psíquicas, intimamente relacionado à instalação da capacidade de criar símbolos e da possibilidade de uma apropriação subjetiva. Concordo quando Green (1995) critica a ausência

2. Simbolização primária – Entre reconhecimento e diferenciação

de uma referência em Winnicott à atividade pulsional na constituição do objeto psíquico que, de fato, não é pensável epistemologicamente sem sua concomitância. Acredito, contudo, que Winnicott buscou justamente pensar a respeito das condições de possibilidade de subjetivação da dimensão pulsional. Entendo que o esforço teórico de Winnicott tente responder ao questionamento deixado por Freud acerca de como se dá o enlace psíquico para além do princípio de prazer, como condição do prazer. De um estado de dependência absoluta em que o bebê não pode perceber sua condição de dependência para o desenvolvimento gradual da relação de objeto, estágio de dependência relativa, no qual o lactente já pode tomar conhecimento de si e do outro, o psicanalista inglês enxerga o caminho como um processo de realização que se sustenta na catexia libidinal, o que não deixa de afirmar, apesar de o considerar como um processo fundamentalmente de simbolização das necessidades do Eu. São estas últimas que sustentam a capacidade de sentir prazer e (re)conhecer e a diferenciação entre as instâncias psíquicas. O autor acredita que não tem sentido o uso da palavra Isso para designar fenômenos que não são abrangidos, experimentados e, finalmente, interpretados pelo funcionamento do Eu e que:

A mudança do objeto de “subjetivo” para “percebido objetivamente” é realizada menos efetivamente por satisfações do que por frustrações. A satisfação derivada de uma mamada tem menos valor no que concerne ao estabelecimento de relações objetais do que quando o objeto cruza seu caminho, por assim dizer. A gratificação instintiva proporciona ao lactente uma experiência pessoal, *mas pouco afeta a posição do objeto*; tive um caso em que as satisfações eliminaram o objeto para um paciente esquizoide adulto, de modo que este não podia deitar-se no divã, reproduzindo isto para ele a situação das satisfações infantis que eliminavam a realidade externa ou a exterioridade dos objetos. (WINNICOTT, 1963b/1990, p.165)

A citação acima esclarece a diferença que Winnicott faz entre uma satisfação pulsional e uma necessidade do Eu em termos do enlace e da constituição psíquicos, e sublinha a importância da noção de desilusão em sua obra. Considero que tal discriminação constitua um refinamento teórico que importa à presente tese, pois apresenta implicações diretas na compreensão da problemática do trauma e da simbolização primária em relação ao papel do objeto, trazendo uma rica contribuição à psicanálise. Para ser possível amar e/ou odiar objetos, é necessário, primeiro, que eles possam ter existência, que se possa fazer uso deles como objetos não-Eu. Winnicott afirma que é durante este processo de realização que ocorre a fusão dos impulsos instintivos (agressivo e erótico), momento em que podem ser sentidos como dirigidos ao mesmo objeto e ao mesmo tempo. Tornar reais os objetos equivale a dizer tão odiados quanto amados, o que coincide com a posição depressiva em psicanálise e com a concepção de saúde de Winnicott (1953/75).

Do lado erótico há tanto a procura da satisfação como a procura do objeto, e do lado agressivo há um complexo de raiva empregando erotismo muscular e de ódio, que envolve a retenção de um objeto bom em imagem, para a comparação. Além disso, o impulso agressivo-destrutivo global pertence a um tipo primitivo de relação objetal, em que amar envolve destruição. (WINNICOTT, 1963a/1983, p.71)

Sobre perdas: o paradoxo do criado/destruído/encontrado

Aprofundemos um pouco mais a discussão teórica que Winnicott tece em relação ao tema das pulsões, da construção e uso dos objetos psíquicos e dos processos de simbolização, pois tal discussão ganhará desdobramentos importantes no pensamento de Green no subitem a seguir. Ao teorizar acerca da diferença entre o conceito de relação de objeto (relacionar-se) e o uso do objeto, Winnicott escreve (1969/1975, p.123): “Na relação de objeto, o sujeito permite que se efetuem certas alterações do eu (*self*), alterações do tipo que nos levou a criar o termo catexia. O objeto tornou-se significativo”. O investimento do objeto depende da colocação do mesmo fora da área de controle onipotente, ou seja, de sua percepção como fenômeno externo. Investimento e sentido, um sentido pré-verbal e sensível, encontram-se vinculados e concorrem para a instalação da realidade. Para que os objetos ganhem existência psíquica é necessário que o objeto de relação do sujeito seja destruído. Winnicott dialoga, nesta discussão, com a noção de perda do seio em Freud.

A mãe-ambiente asseguradora só pode ser deixada se o bebê encontra/cria no mundo um suporte para sua ausência, pois separar-se do objeto primário envolve deixá-lo, e deixá-lo remete a seu assassinato psíquico. Só é possível realmente deixar o objeto, nos tempos primários, se quando o sujeito dele precisar, estiver aí vivo para ser (re)utilizado, de modo que a destruição constituinte não se torne destrutividade psíquica. O objeto, portanto, tem novamente um papel muito importante nesta transição para evitar um traumatismo durante o processo: deve sobreviver à destruição pelo sujeito, o que, no caso, se refere a reconhecer o tempo de ausência suportável para o bebê. Sobreviver quer dizer não retaliar nem sumir, o que permite com que o objeto seja percebido em sua volta e adquira valor de realidade. Uma vez que o bebê cria e percebe a externalidade do objeto e sua dependência em relação a este, o objeto passa a ser investido como um objeto de falta, por assegurar com sua presença um paliativo aos estados de aflição; esta é a base do contrato narcísico que garante o processo de socialização (ROUSSILLON, 1999). Neste momento ocorre a constituição da ambivalência e começa a atividade fantasística: “Enquanto estou te amando, estou permanentemente te

destruindo na fantasia (inconsciente). O sujeito pode agora *usar* o objeto que sobreviveu” (WINNICOTT, 1969/1975, p.126). A partir de então, o objeto será amado por sua presença e sua ausência será odiada.

Winnicott critica a compreensão de Freud e Klein quanto à origem da agressividade ao dizer que eles se refugiam em uma visão hereditária da pulsão de morte que não converge com sua compreensão do estado de dependência absoluta do bebê. A destruição referida acima não é a mesma decorrente do traumatismo. Há, sim, uma vertente inatista em seu pensamento, mas esta se refere a uma tendência ao amadurecimento que o autor denominou de criatividade primária. A agressividade nos primórdios se relaciona com o amor primitivo, impiedoso (*ruthless*) por não reconhecer, em princípio, a externalidade do objeto, correspondendo, assim, à parte do exercício que pode conduzir à descoberta de objetos externos. Somente a sobrevivência real dos objetos catexizados que se encontram em processo de destruição por serem reais e de se tornarem reais por serem destruídos, é que possibilita a descoberta da externalidade (WINNICOTT, 1969/75). Neste momento, os mecanismos projetivos deixam de constituir o motivo pelo qual o objeto está ali (paradoxo do criado/encontrado), mas começam a auxiliar no ato de notar o objeto. A aquisição da capacidade de uso do objeto pelo bebê coincide com o começo da formação, na realidade psíquica pessoal do bebê, de uma imagem do objeto. Só assim o sujeito pode destruir o objeto subjetivo, momento que, a meu ver, coincide com o da perda do seio na teoria freudiana.

O postulado central dessa tese está em que, enquanto o sujeito não destrói o objeto subjetivo (material de projeção), a destruição surge e se torna característica central, na medida em que o objeto é objetivamente percebido, tem autonomia e pertence à realidade “compartilhada”. (WINNICOTT, 1969/1975, p.127)

Para o autor, a destruição real está relacionada ao fracasso do objeto em sobreviver, fracasso que pode significar apenas uma mudança de qualidade e de atitude em seus cuidados. Winnicott realiza uma inversão teórica ao postular que a agressividade cria a qualidade da externalidade ao invés de ser reativa ao encontro com o princípio de realidade. Roussillon (2006) propõe, então, um complemento à teoria dos processos transicionais: os objetos não são simplesmente encontrados/criados, são também destruídos/encontrados. Assim, o que alguns autores atribuem a uma intolerância constitucional ou a um excesso de força pulsional deve ser temperado pela consideração da maneira como o objeto originário efetivamente se comportou frente à agressividade do sujeito. Se a mãe pôde sobreviver e respeitar tanto o movimento de distanciamento como os ataques de seu bebê, também pôde desempenhar os papéis de *espelho*, *continente*, *Eu auxiliar* (GREEN, 1979), permitindo ao bebê (re)conhecer

paulatinamente a realidade, sem precisar se defender precocemente dela. Entendo que o se deixar ser usada componha mais um aspecto do reconhecimento e diferenciação constitutivos, pois permite a integração do que é próprio do bebê, seus impulsos amorosos e agressivos, de forma contemporânea à possibilidade de percepção e criação psíquica dos fenômenos internos e externos, de sua discriminação.

Por fim, torna-se importante frisar que o Eu se constitui ao mesmo tempo em que os objetos ganham existência psíquica e podem ser representados. A metabolização do objeto, sua transformação, sua afetação tópica (fora e dentro) constituem as categorias definitivas do ser e do ter, no sentido que Freud fala de um Eu-realidade definitivo (GREEN, 1995). Roussillon (2006) aponta que a linha fantasmática que está no centro da problemática winnicottiana é a de um Eu às voltas com a questão de sua origem. O Eu busca se dar representações que contenham ele mesmo: um Eu em reflexão sobre seu próprio funcionamento, em trabalho para captar por dentro seus próprios limites, autorrepresentar seu trabalho de apropriação. A capacidade de simbolização se articula intimamente com o desenvolvimento de um ponto de vista tópico, pois os símbolos conferem substância ao psiquismo, como uma rede de proteção para que os objetos e a realidade possam ser conhecidos e o sujeito possa experimentá-los em sua diferença. Os símbolos representam, a um só e mesmo tempo, os fenômenos do mundo externo e os fenômenos do sujeito, dependendo de experiências do viver e não de tendências hereditárias (WINNICOTT, 1975, p.151). Na saúde vivemos no espaço intermediário, nem colados no real nem isolados em nosso mundo interno, subjetivo, lugar das ligações simbolizantes, trabalhadas no item a seguir.

2.3.2 O investimento psíquico: entre força e significação

No momento, proponho-me a apresentar e discutir o esforço teórico realizado por Green para reler as contribuições winnicottianas (e de outros autores que influenciaram seu pensamento, como Bion e Lacan), a partir de uma compreensão da metapsicologia freudiana. Não deixando de levar em conta a necessária tensão e suplementariedade entre as dimensões *intrapsíquicas* e *intersubjetivas* ressaltadas pela psicanálise contemporânea, Green recoloca em cena alguns temas centrais da psicanálise em uma tentativa de estabelecer uma teoria geral da constituição e do funcionamento do aparelho psíquico. O campo psíquico, em sua concepção, é instalado sob a influência de dois pólos mutuamente constituintes: a pressão da

pulsão e o impacto provocado pelo objeto externo, que faz, ao mesmo tempo, parte da montagem pulsional e lhe é externo:

Consideremos um organismo que tem pulsões que se exprimem no somático: suas pulsões só chegarão a existir e só serão para ele objeto de conhecimento, ou só mobilizarão nele mecanismos de significação, na medida em que o objeto as revelar. O que quer dizer, de modo mais claro, que é através da existência do objeto e, em particular, da falta de objeto, que a pulsão se faz sentir, pois a pulsão satisfeita quase não faz sentir seus efeitos. (GREEN, 1990, p.71)

A relação de objeto é vista, sobretudo, do ângulo do narcisismo primário, fruto do interesse de Green, gerado a partir de uma escuta mais sensível aos conflitos carregados de potencial arcaico e às questões relacionadas aos processos de simbolização que começam a prevalecer na clínica psicanalítica contemporânea. Green se inclina a pensar que o narcisismo primário mais antigo engloba de maneira confusa *todos* os investimentos, inclusive o amor objetual primário (Balint), e mesmo o que se poderia chamar simetricamente de ódio objetual primário, “pois é a indiscriminação primitiva sujeito-objeto que caracteriza o tipo e qualidade dos investimentos” (GREEN, 1980, p.265). Somente quando a separação se realiza que é possível opor legitimamente narcisismo primário mais tardio como aquele que designa os investimentos do Eu em oposição aos investimentos objetais. Em decorrência disto o autor atribui um grande papel ao traumatismo referido à função do objeto primário, ou melhor, à suas falhas. Se a indiferença do real é aceitável quando se trata de objetos inertes, ela é impensável quando emana de objetos externos ligados aos objetos internos de nossa realidade psíquica (GREEN, 1995). A indiferença e/ou falha objetual primária não tem sentido psíquico possível, uma vez que os sistemas de significação estão sendo constituídos justamente neste campo de imbricação Eu/não-Eu por meio de processos de separação, diferenciação, mas também de ligação.

Em um resgate das proposições freudianas da segunda tópica, o autor centrará suas teorizações acerca da constituição psíquica e da instalação da capacidade de simbolizar em torno da noção de investimento. Green se dedica a conceber uma construção psíquica menos fundada nos representantes-representações da pulsão do que nos investimentos pulsionais (*Psychische-Repräsentant*), fundamentado pela hipótese de um funcionamento anterior ao emprego do recalque. Em sua compreensão, se a teoria psicanalítica repousa na positividade excessiva do funcionamento pulsional, o sujeito “só pode compor negatizando-a pelo jogo dos mecanismos de defesa, tornando a vida pulsional compatível com as exigências da vida cultural” (GREEN, 2010a, p.305). Calich (GREEN, 2010a, p.XI) sustenta que é a partir dessa noção de negatização do excesso que Green também trabalha as noções de presença excessiva e de ausência excessiva do objeto. É por meio da tensão dialética entre investimento psíquico

(pulsão-objeto) e de sua negatização que o autor pensará a respeito da função de simbolização. O pensamento de Green interessa de maneira particular ao trabalho atual, pois, como Coelho Jr. (2012²⁴, 2013) bem compreendeu, opera a tensão necessária entre as dimensões da força (intensidades e movimentos pulsionais, oriundos tanto do corpo próprio quanto da presença desejante do outro) e do sentido (a formação e o encadeamento das representações e suas efetividades), como a tensão necessária entre o que pode ser considerado como *interno* ao psiquismo e o que advém do *mundo externo*. Entre os motivos que tornaram as teorizações de Green importantes para a presente pesquisa, se destaca o fato de que ele concebe a busca de sentido em sua relação com as dimensões de força, como referência primordial do aparelho psíquico.

Narcisismo primário: transformações do sensível

Green (1966-7/1988a), em consonância com Freud (1926) afirma que o sujeito não nasce no momento do nascimento, pois o nascimento não é vivido subjetivamente como separação da mãe, visto que esta é, enquanto objeto, completamente desconhecida para o feto, absolutamente narcísico. O interesse de Green está voltado para a questão do conhecimento desde a criação de um primeiro sentido sensível para uma experiência psíquica, em uma reflexão que faz o pensamento de Freud e de Winnicott se encontrarem. Na opinião do autor, há necessariamente um caminho a ser percorrido para que a diferença faça sentido: desde o nascimento, deverão ocorrer diversas operações de inversões que constituirão os sentidos primários do Eu e do objeto. Pretendo apresentar neste item estas operações constituintes da possibilidade de simbolizar, articulando-as em torno dos destinos psíquicos dos investimentos pulsionais e do objeto em sua relação coconstituente. Tais operações envolvem, em uma lógica da suplementariedade, presença e ausência objetais, movimentos de ligação e de separação.

Green (1990) dialoga com uma compreensão ferenczi-winnicottiana ao sustentar que a origem dos investimentos, ou o que ele denominou de vitalidade, provém de duas fontes: da vitalidade própria, enquanto componente idiossincrático que a mãe saudável – e isto é muito importante – pode enxergar e refletir no gesto espontâneo de seu bebê desde que ele nasce

²⁴ Texto originalmente apresentado na Mesa Redonda “Por que André Green? Psicanálise Contemporânea e atualidade da clínica”, no evento *André Green Homenagem*, promovido pela Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, no dia 26 de maio de 2012.

(Winnicott); e a outra que está no objeto externo. O autor fala em termos de cobertura e apoio maternos, como se o Eu-Isso de seu psiquismo já estruturado recobrisse o Isso-Eu do psiquismo em estado nascente, bruto e caótico do bebê. À mãe cabe uma função paradoxal: por um lado ela deve estimular seu bebê, para despertá-lo para vida, deve seduzi-lo, deve lhe sorrir, acariciar, banhar, segurar; por outro, deve conter tudo isto, toda esta excitação, deve saber quais são os limites, sem deixar seu bebê em estado de excitação intolerável. No que se refere ao pólo do Isso-Eu nascente, em termos dos investimentos primários, Green (1966-7) nos apresenta duas funções simultâneas: a de ser uma *fonte de energia* e um *entreposto de reserva*. Como fonte, envia seus investimentos para os objetos (orientação centrífuga) e para o futuro Eu (orientação centrípeta), contribuindo para a segunda função (Eu – entreposto de reserva/investimento narcisista). Esses afetos narcisistas serão, após a diferenciação Isso-Eu, transferidos ao Eu.

Green (1966-7/1988a, 2010) teoriza a problemática desta diferenciação enquanto construção de um duplo limite, que se instala simultaneamente entre Eu-outro e entre Isso-Eu por meio das operações de inversão próprias do trabalho do negativo. Os dois processos fundamentais anteriores ao recalçamento originário (mas, sua condição), atravessados pelo circuito pulsional, descritos por Freud (1915) – o retorno da atividade em passividade e o retorno em seu contrário – são constituintes de uma operação de dupla inversão denominada pelo autor de decussação. Tal dupla inversão, que pressupõe os mecanismos de projeção e introjeção, instala uma relação entre “dentro” e “fora”. O movimento se delineia em uma dialética sem síntese entre presença e ausência objetais, em um campo anterior ao da representação²⁵. As palavras do próprio Green podem oferecer maior clareza em relação aos efeitos de tal processo, antes de entrarmos em suas minúcias:

Nessa inversão por decussação é, de algum modo, como se a resposta esperada do objeto estivesse entranhada nesse movimento onde se intercambiam, na corrente pulsional, as posições extremas do interior e do exterior. [...] O que se constituiria, assim, é um circuito que não reportará às propriedades do objeto, mas à resposta deste que, ao mesmo tempo mantendo o objeto em sua ausência, o delegará junto ao sujeito, *como se* fosse o objeto que efetivasse sua realização; onde se poderia ver uma operação de metáfora. Eu prosseguia comparando pára-excitação e recalque, afirmando que não há correspondência, como entre um exterior e um interior, mas [...] entre eles se realiza um cruzamento a fim de que aquilo que está no interior possa ser tratado como é tratado o que vem do exterior, com a condição, para o interior, de poder ser percebido como do exterior, *sem fusão de um e do outro*. Isso esclarece e prolonga a fórmula de Freud

²⁵ Vale ressaltar que tais operações foram pensadas em termos metapsicológicos, o que faz o autor se referir constantemente aos aspectos conceituais e metafóricos de suas concepções, realizando uma articulação importante entre a obra de Freud e de Winnicott.

segundo a qual o id é o segundo mundo exterior do Eu. (GREEN, 2010a, p.225)

Na esteira do pensamento ferenczi-winnicottiano, a experiência do nascimento, que poderia ser considerada como catastrófica devido ao excesso de excitação liberada, é primeiramente negativada no plano intersubjetivo pela pronta adaptação da mãe às necessidades do bebê, contemporâneas ao estabelecimento do seu funcionamento pulsional inicial. A mãe “suficientemente boa”, como vimos, reconstitui, no exterior, condições tão próximas quanto possíveis da vida intrauterina, fornecendo-lhe simultaneamente um acolhimento e um investimento. Este já está marcado, em função da diferença na organização psíquica de ambos, pelo campo do sentido. Uma reconstituição exata é, no entanto, sempre impossível. Green (1990) problematiza a noção de indiferenciação²⁶ mãe-bebê. O campo das diferenças se encontra no cerne de um movimento oscilatório entre momentos de fusão com a mãe e momentos de solidão. Estes, em princípio, são breves e não são vividos como traumáticos, pois em uma relação satisfatória com a mãe já há o início imediato de construção de um objeto interno.

Pensando a respeito das condições para que as diferenças possam ser vividas e conhecidas subjetivamente, Green retoma e problematiza a afirmação tardia de Freud (1940) de que a criança, no início, não distingue o seio de seu próprio corpo. Tal diferenciação se estabelece quando ela percebe que o seio lhe falta. Neste momento, Freud entende que a criança o separa do seu corpo, situa-o fora e o considera desde então como um objeto, um objeto carregado de investimento pulsional e que se completa, em seguida, tornando-se a pessoa da mãe. O corpo do bebê também se separa do ambiente se transformando em alvo de investimentos pulsionais. No texto *A Negativa*, de 1925, Freud já havia conceituado a perda do seio como um momento teórico, baseado na hipótese de um Eu-realidade original, capaz de distinguir entre as excitações externas e as internas, que expulsaria para o exterior todo o mau, odiado e estranho a ele, processo que terminaria na constituição do Eu-prazer e do Eu-desprazer. Pela passagem do julgamento de atribuição (identidade de percepção) ao de existência (identidade de pensamento), instalar-se-ia o princípio de realidade e, então, estaria

²⁶ Diferentemente de Winnicott, que imagina uma indiscernibilidade da díade mãe-bebê no início, Green ressalta que desde o princípio a relação deve ser pensada em termos triádicos. O complexo de Édipo moderno diz respeito a esta triangulação presente desde os começos. O bebê foi gerado por um casal parental e o destino do pai no psiquismo da mãe é essencial na constituição psíquica do bebê. As funções primordiais do “objeto absolutamente necessário” podem ser concebidas como “funções casadas” e, efetivamente, podem ser mais facilmente exercidas pelo casal parental, embora tanto a mãe quanto o pai, isoladamente, sejam requisitados para ambas as funções (FIGUEIREDO, 2007). A função paterna, particularmente, consiste em conter a mãe, “para introduzir o elemento de distância e de medida tanto para segurar as angústias da mãe quanto para solicitar-lhe que seja mais tranquila com seu bebê” (GREEN, 1990, p.167). A separação da mãe e do bebê está estritamente articulada à intervenção do pai no psiquismo da mãe, este que Green chama de outro do outro. Quando a mãe investe o pai, esta situação é vivida pelo bebê como uma ausência do objeto, que tem início em sua presença.

2. Simbolização primária – Entre reconhecimento e diferenciação

constituído o Eu-realidade definitivo. Tal passagem se daria no momento da perda do objeto, isto é, diante do sentimento de que o seio não mais faria parte do bebê e que existiria independentemente dele. A prova de realidade estaria estreitamente vinculada à separação objetual e à constituição do Eu.

Tomando como referência o pensamento winnicottiano, Green questiona a sustentação da ideia de um Eu-realidade inicial capaz de perceber e conhecer. Como vimos, para que a separação venha a fazer sentido, Winnicott conceitua a necessidade de um momento prévio: a constituição do seio como fenômeno subjetivo. A título de articulação teórica, vale resgatar a noção winnicottiana de constituição de um “meio interno”, fenômeno mais primitivo que o termo de “mãe introjetada”, discriminado em seu texto *A capacidade de estar só*. Winnicott (1958/1983) descreve que é gradualmente, à medida que o ambiente auxiliar do ego é introjetado e construído dentro da personalidade, que o indivíduo se torna capaz de dispensar a presença real da mãe e de seu símbolo, o objeto transicional. Tal constituição se relaciona no pensamento de Green com a maneira como o investimento do objeto primário é capaz de vincular as excitações pulsionais do *infans* – aqui podemos pensar no *holding* (Winnicott), ou no continente materno (Bion). O investimento objetual formatará as possibilidades de contenção e ligação psíquica que constituirá a matriz da percepção, ou melhor, a possibilidade da percepção ser investida e se desdobrar em objetos psíquicos.

Em 1920, Freud afirmou a necessidade de um modo inaugural de concatenação, a ligação primária, cujo estabelecimento seria précondição para o funcionamento do princípio do prazer. Esta operação primeira, na visão de Green (2010a, p.202), contudo, só se estabelece em uma experiência de prazer vivida na relação com o objeto primário. Para o autor, o prazer tem como função a construção de um *duplo vínculo* constituinte:

Compreende-se a função de *duplo vínculo* do prazer: ligando um Eu embrionário (que talvez nasça *après coup* da relação), ele [o prazer] liga essa alguma coisa que ele ainda não é a alguma coisa que não é ele mesmo e que só pode ser um duplo “fora”. Enquanto que paralelamente encontrando nele o meio de se proporcionar um prazer substituto, ele desdobra esse Eu (por autoerotismo) constituindo seu duplo interior, “em”. O Eu nasce, portanto, desse duplo desdobramento “fora” “em”. Somente o prazer pode realizar isso. Ou seja, constituir a mediação que obrigará o sujeito a se colocar “entre” para escapar ao aprisionamento do de dentro e ao descentramento exigido de fora. (GREEN, 2010a, p.199)

Segundo Green, falta à teoria psicanalítica da percepção, enquanto possibilidade de oferecer um sentido psíquico primário ou protossimbólico, sua inclusão em um espaço de inversão em relação aos investimentos pulsionais, englobando aí uma parte que pode ser

ligada à do objeto primário. A possibilidade de uma primeira figuração²⁷, que permite compreender o trânsito exterior-interior, nascerá destes mecanismos. Esta pressupõe, em consonância com a compreensão de Freud, a atribuição ao objeto de conotações de prazer e desprazer, que decorre de movimentos incorporativos e excorporativos selados pelos mecanismos de duplo retorno.

Neste contexto, retomarei a discussão freudiana resgatada por Green que embasa o conceito de dupla inversão pulsional. Freud nos fala que o que é sentido como mau, um excesso intolerável, deve ser expulso para que a incorporação, seguida da introjeção, dê lugar a um Eu-prazer purificado, núcleo estrutural do psiquismo, sua constituição e pré-requisito. Em direção ao primário, Green (1988b) entende que a expulsão em primeira instância consiste apenas em uma excorporação, uma ação corporal como espécie de exorcismo. O autor insiste no fato de que só o que já foi incorporado – entendo aqui o que já tem alguma forma de registro psíquico – pode ser excorporado, mas que isto pode ocorrer de forma retroativa. Considero que o que Green chama de primariamente incorporado se relaciona ao processo de introjeção como descrito por Ferenczi, esta primeira interiorização promotora do enlace psíquico das pulsões em um momento que não existe, ainda, uma diferenciação dentro/fora, e realiza, em um espaço intermediário, um amálgama sensível precursor do símbolo. A excorporação pode ser compreendida como uma negação do objeto que faz com que ele reapareça à distância em sua diferença, como objeto de atração e repulsa (CINTRA, FIGUEIREDO, 2004). Quando Green fala em retroatividade, parece-me ser novamente possível relacionar seu pensamento ao de Ferenczi, pois, para o último, o processo de introjeção se vincula intimamente ao mecanismo de projeção²⁸. O tempo seria, a meu ver, o da simultaneidade constituinte.

Green (1988b), contudo, confere importância particular ao mecanismo de projeção. É por meio dele que uma superfície de “fora” começa a ser instalada e que a questão dentro-fora começa a ser levantada, tanto do objeto em relação a um sujeito quanto do Eu em relação ao Isso. Em suas palavras (GREEN, 1988b, p.91): “A projeção está inextrincavelmente ligada à percepção. Uma *passage à la limite* permite que uma dimensão do id (o material projetado) seja transformada em uma dimensão do ego (a que se percebe pela projeção)”. A pulsão, como Freud a postulou, é um conceito limite. A complexidade e também a obscuridade do conceito de pulsão, ressalta Green, origina-se do fato de que ela reúne uma fonte somática

²⁷ O casal Botella denomina os processos de transformação do não-representado a um estado com representação psíquica de figuração psíquica.

²⁸ Se houver interesse na discussão ferencziana, remeto novamente o leitor a minha dissertação de mestrado (MORENO, 2009).

interna, uma excitação da qual não se pode fugir, a um objeto psíquico externo. A fim de encontrar a satisfação, a pulsão traça um caminho projetivo que conduz do movimento ao objeto, daí ao seu objetivo, tornando-se, então, ligada e psiquicamente operante.

A projeção tem início quando o objeto fornece uma superfície para a matéria psíquica ser transferida; tal afirmação nos remete à metáfora do espelho (GREEN, 1988b). Entendo que esta ganha ampliação a partir do pensamento de Green, que entende que antes de fornecer uma imagem à qual o sujeito pode se identificar (narcisismo unificador), o objeto se oferece como uma primeira superfície sensível para a projeção das excitações e sua contenção. Esse processo implica no funcionamento de um relacionamento de superfície a superfície, e isto se relaciona à formação do Eu enquanto um ente de superfície, uma superfície de projeção do corpo (FREUD, 1923). Desta maneira, Green realiza um desdobramento do paradoxo winnicottiano do encontrado/criado. Portanto, a projeção, acrescenta o autor²⁹, não se restringe a uma absoluta má interpretação da realidade, sendo uma medida de conhecimento constituinte do acesso a determinada verdade. Encontro ressonância deste pensamento em Roussillon (2006), que também considera os efeitos positivos dessa identificação pelo outro mais aquém daquilo que o estágio do espelho implicaria em alienação imaginária a uma imagem unificada. Tais considerações sustentam minha hipótese de que o objeto externo, enquanto outro sujeito, está implicado desde os primórdios da constituição psíquica em uma função de reconhecimento precoce que se desdobra internamente em possibilidade de perceber e (re)conhecer.

O essencial das ideias de Green é permitir conceber o entrelaçamento dos diversos registros (soma-psique, sujeito-objeto, dentro-fora) e o desenho de certos circuitos funcionais, nos tempos do narcisismo primário. Acredito que o autor esteve lidando com certas questões centrais em relação à organização subjetiva: como o investimento se disponibiliza para uso psíquico pelo sujeito e pode derivar em significação? Como o sujeito pode vir a exercer internamente funções que eram realizadas pelo objeto-ambiente?

Green (2010a) entende que os mecanismos de dupla inversão promovam uma dupla transformação criadora de um circuito fechado, uma estrutura enquadrante do espaço psíquico, ao delimitar espaços opostos (internos e externos), suscetível de recolher, de inscrever, de fazer agir entre eles as representações; a fita de Moebius pode lhe conferir figuração. Não obstante, o autor entende que esta operação, para ter efeitos de separação e discriminação, deve ser acompanhada por um mecanismo capaz de “ausensificar” a mãe ainda

²⁹ Apoiado no texto de Freud de 1922, *Alguns mecanismos neuróticos no ciúme, paranóia e homossexualidade*.

em sua presença. É necessário que a criança possa negatizar a mãe, apagar internamente sua presença (seio da mãe alucinado), para poder interiorizar as funções que lhe são próprias. Green pensará o tempo do autoerotismo como vinculado à interiorização desta estrutura enquadrante no seio do Eu. O “objeto absolutamente necessário” assim, ressaltam Cintra e Figueiredo (2004), não é introjetado como objeto interno, mas, tal como ocorre no luto, como elemento estrutural e estruturante do psiquismo.

Diante da necessidade de negatizar o objeto, Green (2010a) propõe que o sujeito lance mão de um mecanismo que foi descrito como particularmente defensivo: a alucinação negativa, que neste momento, contudo, é tomada em sua dimensão constituinte³⁰. Green se inspira na ideia de Lewis (1946) da tela em branco do sonho como pano de fundo onde as imagens e pensamentos dos sonhos possam ser projetados. Não se trata de um vazio, mas Lewis pensa tal imagem como projeção da vivência de adormecimento do bebê no seio. Assim, Green concebe a alucinação negativa da mãe como constituinte do pano de fundo da representação (DUPARC, 2001). Em seu aspecto estruturante, tal mecanismo, quando bem sucedido, possibilitaria o surgimento de uma ausência que é presença em potencial (GARCIA, PENNA, 2010).

Gostaria de introduzir e subscrever a crítica que Duparc (1992) faz de tal teorização. Em um resgate da compreensão freudiana da alucinação negativa e de seus desdobramentos na própria obra de Green, Duparc afirma que este fenômeno constitui um mecanismo defensivo primitivo massivo de rejeição de uma percepção intolerável. Tal alucinação produz um vazio psíquico decorrente do apagamento da percepção que está em vias de se realizar psiquicamente por meio de um contrainvestimento extremamente custoso para ser mantido, produzindo uma espécie de hemorragia libidinal. Logo, é fugaz e deve ser acompanhada de mecanismos de apoio para sustentá-la, como a fuga motora, a intoxicação e o investimento lateral. Apesar de Freud ter indicado, em *Complemento metapsicológico à teoria dos sonhos* (1915), a alucinação negativa como condição do desenvolvimento de uma alucinação positiva, Duparc (1992) entende que aquela, na verdade, impede a satisfação alucinatória de desejo de acontecer. Sendo assim, a alucinação negativa impede o processo de simbolização e não deve ser visada em uma dimensão constituinte. Considero tal alucinação como um mecanismo negativo da ordem da “sideração” traumática, visão que será aprofundada nos itens 4 e 5 desta tese. Entendo que a própria compreensão da problemática da identificação primária como destino da vida pulsional, a partir dos mecanismos de dupla inversão e da ação do objeto externo, pode oferecer maior inteligibilidade às origens de um quadro materno interno.

³⁰ A dimensão patológica da alucinação negativa no registro mais ou menos regressivo das manifestações da negatividade traumática e da confusão alucinatória será apresentada no item 4.

Donnet (*apud* ROUSSILLON, 2006) resgata uma compreensão de Roussillon que dialoga com este desenvolvimento teórico e que, a meu ver, sustenta teoricamente o questionamento a respeito da compreensão de Green acerca negatização do objeto. Roussillon, em uma leitura cuidadosa do jogo do carretel e de seu precursor, o jogo da espátula descrito por Winnicott, faz compreender em que sentido os retornos contra si e em seu contrário se revelam potencialidades autorreflexivas de si, mediante certas precondições internas e ambientais. O autor mostra que o elemento essencial é a não reação ativa da mãe ao ato da criança, que constitui a tela pára-excitação na qual a pulsão se reflete e se transforma: a mordida se transforma em morder, isto é, em jogo com potencialidade autoerótica. “Assim, a tolerância do objeto à manifestação pulsional realiza um retorno *real* (passivo-ativo), *comportamental*, que condiciona os retornos *representacionais*” (DONNET *apud* ROUSSILLON, 2006).

Green (2010a) propõe que a identificação primária apareça como reverso da incorporação, que faz desaparecer o objeto, fixando-o, sem que exista consciência de separação ou de tê-lo no interior. O mecanismo de incorporação deve ser completado pela introjeção das pulsões no Eu; é aí que Green sustenta que se desenrola o trabalho do negativo, uma ação que duplica a incorporação, constituindo-se como um verdadeiro remanejamento de incidência tópica. No entanto, o psicanalista francês não prescinde de sua noção de alucinação negativa constitutiva, afirmando que ela se liga à dupla inversão pulsional na tentativa de criar o perceptível. Neste momento, para tentar realizar uma discriminação entre uma dimensão mais fenomenológica e a metapsicologia da problemática da percepção, cabe resgatar a concepção de que perceber não é conhecer, mas re-conhecer, e re-conhecer é percorrer novamente a trajetória de um movimento definido. Se há percebido, ele deve ser tomado em uma configuração

Em que aquilo que o percebido pode veicular de informação é englobado no que é acompanhado pela moção pulsional, onde o dominante se constrói em torno da modalidade *contato-movimento*, a especialização no tocar e a cinestesia herdarão. A percepção emerge desse conglomerado que inclui as esferas das relações tocante-tocado, em movimento-parado, preso-solto, em simbiose-desamparo, etc., todos recobertos pelo par contrastado prazer-desprazer, acoplado com o que eu não saberia qualificar melhor a não ser de forma muito imprecisa, “*com-sem*”, como pré-forma da futura distinção ausência-presença. (GREEN, 2010a, p.225-226)

Entendo que Green esteja se referindo à percepção como possibilidade de um reconhecimento interno de vivências, uma “consciência” primária, pré-verbal. Considero que ele esteja pensando a respeito das condições de funcionamento do processo primário, que tem como base a disponibilidade de uma energia para investimento e uma tópica psíquica. Vale repetir suas palavras (2010a, p.226): “A mãe é tomada no quadro vazio da alucinação

negativa e se torna estrutura enquadrante para o próprio sujeito. O sujeito se edifica lá onde a investidura do objeto foi consagrada no lugar de seu investimento”. E o autor finaliza afirmando que o enquadramento, enquanto representação da ausência de representação – e aqui penso mais na noção de representante psíquico –, decorrente da alucinação negativa da mãe, *tornou as condições de representação possíveis*. É neste momento que o corpo toma lugar do mundo exterior, instaurando o autoerotismo. Instala-se, também, em simultaneidade, um segundo limite, que desdobra o interior Isso-Eu e que coincide com o recalçamento originário. Green (1982) nos fala que a sutura do duplo retorno que assiste à separação entre criança e o objeto primordial na experiência de perda do seio é a condição determinante do recalque. O tempo do autoerotismo, portanto, está ligado à constituição do Eu como um ente de superfície e do objeto como objeto total. É sobre este autoerotismo unificador que o narcisismo do sujeito se edificará, fundando a individualidade própria do sujeito: “É na medida em que a introjeção não é nem assimilação nem inclusão, nem simples tomada no interior, mas passagem remultiplicada deste circuito que ela é constituinte da individualidade” (GREEN, 1995, p.81).

A instalação de um quadro materno no seio do Eu não se explica pela negativização das percepções, sobretudo as visuais da presença materna, mas por esta transformação dos dados sensíveis. Os processos de transformação descritos acima “vão fornecer a esse fechamento o que lhe permite ‘segurar’ e que remete àquilo que, na criança, se sente (conforme se empregue a terminologia de Winnicott ou a de Bion) ‘held’ (segurado-guardado) ou ‘contained’ (contido)” (GREEN, 2010a, p.227). Pulsões e objetos precisam se submeter mutuamente ao trabalho do negativo, deixando-se modular para que se constitua o que Green denominou de duplo-limite, o limite entre exterior e interior e o efetuado pelo recalçamento. Disso decorre a possibilidade de perceber e representar tanto as excitações de origem externa como as moções pulsionais. Existe uma relação constitutiva recíproca entre tal possibilidade, a constituição da instância egóica como reservatório de libido e a capacidade de simbolizar.

Ligação originária: objetualização e figuração

A instalação deste quadro interno como proposto por Green é, portanto, contemporânea à aquisição da capacidade de simbolizar. Na verdade, o autor afirma que a estrutura enquadrante configura a matriz simbólica do pensamento. É sobre o fundo da

ausência do objeto, no desdobramento de um Eu, que a estrutura permitirá que o que se passa no cenário psíquico seja ligado e representado. Sua própria construção equivale a uma ligação que pode ser compreendida a partir da noção da função de representação, mas que ainda não configura propriamente uma representação. Tal estrutura não é perceptível nem figurável enquanto tal, mas constitui um representante psíquico com funções de diferenciação, sendo fundamento da criação de objetos psíquicos. Entendo tal processo mais como a instalação dentro de uma função-entre baseada na ligação primária da pulsão que se transforma em investimento significativo. Green confere justamente primazia ao papel de ligação interna e externa da estrutura enquadrante, por meio do que denominou de função objetalizante.

Como já foi mencionado anteriormente, Green se distancia de Freud quando pensa a representação a partir da clínica. O autor (1995, p.72) afirma que Freud defende uma concepção de simbolização onde o símbolo não é a relação entre um objeto e sua representação, mas a relação entre dois tipos de representação, as de coisa e as de palavra. Para Green, assim como para Roussillon e Winnicott, tal relação constitui um segundo tempo da simbolização. É necessário considerar o que tem lugar no psiquismo que é da ordem de uma aparição, de uma *présentation*, uma apresentação primeira que torna possível, então, uma representação de coisa³¹. Assim como Freud foi levado, em sua segunda tópica, a deslocar a ênfase das formas psíquicas representacionais em direção à compreensão das moções pulsionais, considero que o pensamento de Green aprofunde a relação destas últimas com a noção de representação psíquica. O autor tem em mente certas formas de representatividade que se apresentam na clínica psicanalítica, em que a capacidade de figuração parece ter sido suplantada por um coeficiente dinâmico mais ou menos desorganizador da representação ou, mais precisamente, suscetível de romper o vínculo da representação com a realização do desejo. Ele se interessa justamente por pensar o funcionamento desta ligação psíquica. Sigamos esta linha de pensamento que fundamentará futuramente o que compreendo como ligações traumáticas.

As pulsões, de fato, só se fazem conhecer por meio de seus representantes psíquicos. A representatividade das moções pulsionais deve, segundo Green (2010a), ser buscada nas funções psíquicas que engendram. O autor (1995) enxerga que no sistema de pensamento de Freud há uma diferença entre representação *de* e representação *por* (*pour*), que tem o sentido de estar no lugar de, ser um delegado. A função de representação *por* não se situa em relação a qualquer coisa que lhe seja exterior, tratando-se de uma função de delegação que

³¹ Tal discussão será aprofundada no item 3.

possivelmente só se revela a si mesma pelo encontro com uma forma que lhe confere um sentido. O representante pulsional, diferentemente da representação de coisa, não representa nada, apenas exprime uma necessidade, uma tensão, uma exigência a ser satisfeita, enquanto a representação de coisa é simplesmente a inscrição de uma experiência anterior. O autor localizará o tempo inaugural do pensamento na ligação entre um representante psíquico da pulsão, como delegação não figurável, mediante o investimento em um traço anterior deixado pelo objeto, e uma representação de coisa, como representação figurável derivada da percepção³². O sentido inaugural também deve ser procurado no investimento. Desta forma, Green desloca a ênfase de uma compreensão da função de representação psíquica pela fixação para seu papel de ligação, o que nos remete à importância da função objetualizante.

Houve transformações importantes nas últimas teorizações freudianas, particularmente em *Esboço de Psicanálise* (1940): além de substituir as pulsões sexuais pelo conceito de pulsão de vida, Freud não fala mais em pulsão sexual, mas sim em função sexual, cujo indício, a libido, consiste no melhor meio de conhecer *Eros*. O grande mecanismo que serve para definir a ação da pulsão de vida, passando pela sexualidade, é a ligação, porque sexualidade é ligação, e não é possível pensá-la sem objeto. Em referência a esse modo de funcionamento pautado na ligação psíquica, Green acrescenta que:

Se a incorporação e a introjeção são os modos de relação com o objeto mais primitivos, pode ser sustentado que o tipo de funcionamento que elas colocam em jogo continua a operar bem além do tempo onde elas representam o modelo geral de atividade psíquica. É isto que a teoria designa pela referência à internalização e à identificação. Entretanto, a apropriação do Eu não se limita àquilo que transita do exterior ao interior. O Eu não se contenta em transformar o estatuto dos objetos com os quais ele entra em relação, ele cria objetos a partir da atividade pulsional, uma vez que esta o toma por objeto. (GREEN, 1995, p.225)

Green faz coincidir a função objetualizante com o processo de introjeção. O autor sublinha que é pelo fato do próprio Eu poder se tornar um objeto para a pulsão, ligando-a, que ele dispõe de energia para criar objetos. Para o autor, esta é a compreensão da noção de investimento significativo constituído na complexidade das relações entre o intrapsíquico e o intersubjetivo. Se Freud concebeu o objeto como a parte do circuito pulsional eminentemente substituível, podendo se tornar inclusive o próprio Eu do sujeito, até o ponto que o objeto não guarda nenhuma das características e das qualidades primitivas do primeiro objeto, o que importa, segundo Green, é que seja salvo o investimento significativo, de tal maneira que, no limite, *é o próprio investimento que é objetualizado*.

³² Esta ligação também será discutida de forma detalhada no item 3.

2. Simbolização primária – Entre reconhecimento e diferenciação

Se o investimento significativo for mantido, isto é, se eu elejo um objeto, não importa qual seja, um pedaço de barbante, por exemplo, mas se eu o elejo, dando-lhe sentido, dizendo que esse pedaço de barbante tem sentido para mim, porque me lembra o dia em que encontrei meu primeiro amor – e havia um pedaço de barbante em sua roupa... e eu o guardei –, basta então que o investimento significativo seja conservado, para que seja mantida a condição de deslocamento do objeto. (GREEN, 1990, p.73)

A estrutura enquadrante é condição de simbolização psíquica no sentido de constituir um investimento significativo que pode ser deslocado sobre objetos variados, substituíveis, sobre percepções endopsíquicas e do mundo exterior. Vale lembrar que Freud (1925) postulou que o sistema perceptivo só estaria apto a captar percepções quando investido pelo inconsciente. A própria possibilidade de perceber e criar algo no aparelho psíquico, portanto, está relacionada ao investimento significativo. Assim como Winnicott faz coincidir a atividade psíquica com a capacidade de derivação, Green (1990) confere grande importância ao mecanismo psíquico de transferência no trabalho da simbolização. Tal investimento constitui, assim, a propriedade fundamental da objetualização substitutiva: “Uma tal realização é a garantia da intrincação dos dois grandes grupos pulsionais cuja axiomática, para mim, continua sendo indispensável à teoria do funcionamento psíquico” (*Ibid.*, p.102). O objetivo objetualizante das pulsões de vida ou de amor tem como principal consequência, segundo Green (2010a), realizar, pela mediação da função sexual, *a simbolização*. É o investimento significativo que possibilita a criação de sentido para os objetos. Penso que ele é o que confere também aquele sentido mais privado, que defini como sentido de si e que se liga ao que Winnicott descreveu como o se sentir real, em oposição ao simples existir, fonte da vitalidade do ser. Assim, se considerarmos, como Green, a pulsão de vida em sua função sexual enquanto expressão da vitalidade do sujeito, ela estará intimamente ligada, em sua formação originária, à vitalidade transmitida na relação com o objeto primário³³. O investimento significativo é o elo que faz a ligação psíquica simbólica, que coloca em relação o mundo interior com o mundo exterior em uma dada formação. Contudo, seu enlace pode ser perturbado pelo trauma precoce, gerando padrões de desligamento no psiquismo, como será discutido de forma aprofundada no item 4.

³³ Torna-se importante registrar o alerta que Green (1995) nos faz em relação à distinção necessária entre a função objetualizante e a relação de objeto em todas as suas formas. A relação objetal se limita às relações que implicam sempre o objeto enquanto tal. Por sua vez, a função objetualizante é o processo que faz surgir os aspectos do funcionamento psíquico na condição de objetos psíquicos, a partir de seu investimento.

2.3.3 Inter-jogo e reflexividade psíquica: a problemática da apropriação subjetiva

Considero o pensamento de René Roussillon como um refinamento teórico, realizado a partir da metapsicologia freudiana, das teorizações de Winnicott e de Green a respeito da simbolização primária e do traumatismo precoce. O autor busca destacar a importância da constituição da capacidade de autoinformação e autorrepresentação que está intimamente relacionada à problemática do reconhecimento interno. O foco de seu interesse é a transformação da matéria prima psíquica em símbolo primário, que torna possível a realização alucinatória inconsciente de desejo. Sua reflexão explora os tempos estruturantes dos primeiros esquemas de simbolização; em sua concepção, “A simbolização primária liga a primeira inscrição de coisa psíquica – a “matéria prima” psíquica (FREUD, 1900) –, o primeiro signo psíquico da coisa, seu traço perceptivo à representação de coisa” (ROUSSILLON, 1999, p.218, *tradução nossa*).

Estes momentos envolvem os processos já descritos por Winnicott e Green – neste sentido, o pensamento de Roussillon se alinha com as discussões realizadas até agora–, contudo, Roussillon traz elaborações teóricas que delineiam diferenças. A experiência primeira e o sentido, para o autor, estão separados por uma heteromorfia essencial. A apropriação subjetiva se relaciona intimamente aos processos de autorrepresentação que se encontram no cerne da problemática da reflexividade psíquica. Para que a matéria prima psíquica possa ser representada e significada, é necessário que a psique se apresente de novo, em uma forma que lhe permita tomá-la como reapresentação, como “apresentação segunda”, diferente da inscrição primeira onde a experiência se produz. Trata-se do problema fundamental do pensamento reprodutivo, a construção da capacidade de lembrar, de diferenciar a reprodução do traço de sua produção primeira. O autor resgata teoricamente um momento estruturante, propriamente intrapsíquico, da instalação da função simbolizante no psiquismo: a atividade onírica.

Tal trabalho de autoafetação, entretanto, “só pode se efetuar ‘de dentro’ se ele tiver tido precedentemente suficiente lugar entre si e o espelho-ambiental primário e secundário. O *self*, o si, concebido como o conjunto de potencialidades do sujeito, não será subjetivado na medida deste reconhecimento pelo outro” (ROUSSILLON, 1999, p.106, *tradução nossa*). O autor recoloca a sedução narcísica no centro da problemática do sujeito e da realidade, assim, ser seduzido significa instaurar em si uma parte do outro não reconhecida como tal, instaurar uma alteridade em si, no seio de si, ignorando seu caráter de estranheza a si (ROUSSILLON, 1999). Sem deixar de considerar, portanto, a dimensão pulsional sublinhada por Green na

constituição da sexualidade infantil, Roussillon dá relevo ao campo dos significantes enigmáticos emitidos pelo objeto, como teorizado por Laplanche.

As pulsões estão endereçadas ao objeto enquanto um outro-sujeito e sua representação psíquica deve ser pensada em termos intersubjetivos como um composto entre inscrição e resposta do outro. Neste sentido, Roussillon concebe como ideia implícita no pensamento de Freud, partindo do conceito de jogo transferencial, a noção de uma pulsão mensageira: não existe sentido pré-determinado à mensagem independente da resposta do objeto. Tal concepção pressupõe uma lógica da suplementariedade e do *a posteriori* que se afina com a leitura da obra de Freud realizada por Derrida (1988). O sentido deve ser pensado como sendo construído parcialmente como função da maneira como o objeto recebe e reage à mensagem. Duparc (2005) corrobora tal visão ao afirmar que a excitação psíquica faz sempre um apelo ao objeto, um apelo com três objetivos igualmente importantes: o investimento do objeto, a satisfação por meio da ação específica capaz de inscrever em sua travessia um traço mnésico e a atividade de jogo terminando na construção de representações psíquicas. O objeto tem, neste sentido, um valor transformacional (BOLLAS, 1989) ou, na terminologia de Roussillon (2011), uma função simbolizante. Veremos como, em seu pensamento, a tensão entre os pólos intrapsíquico e intersubjetivo ganha novos contornos e destaques.

Reciprocidade: condição de prazer e diferenciação

A dimensão da sexualidade psíquica é basal: quando Roussillon pensa a respeito do interjogo constituinte da simbolização primária e das ligações psíquicas, pensa em termos de prazer e de dominação psíquica. Em direção às origens do psiquismo, em busca das precondições para experimentar prazer, Roussillon retoma o modelo freudiano de sexualidade infantil para desdobrá-lo a partir de suas influências winnicottianas. Há, em Freud (1905), um duplo posicionamento quanto ao desenvolvimento da sexualidade infantil: um que se desenvolve na ausência do objeto, que não tem objeto sexual, sendo assim autoerótica; e outro que considera a presença do objeto na experiência de satisfação sexual, que se apoia na satisfação de necessidades de autoconservação, mas que dela se desvia. Roussillon enxerga aí dois momentos diferentes, o da sexualidade infantil como descrita tradicionalmente e o de uma sexualidade dita primitiva. A primeira se estrutura de acordo com uma dupla diferença, a dos sexos e das gerações, mas já tem garantida a diferença Eu/não-Eu como constituída. A dimensão primitiva da sexualidade, no entanto, é determinada pela problemática da diferenciação Eu/não-Eu e pelas vicissitudes de sua apropriação subjetiva.

Tal diferenciação resulta de uma conquista da maturação, em que o desenvolvimento da simbolização se superpõe à função de apropriação subjetivante e deve ser efetivada entre dentro-fora (ROUSSILLON, 2012). A troca simbólica e a atividade de representação serão necessárias para dar conta da distância cada vez maior entre a criança e as condições primárias de satisfação. A natureza e a qualidade das ligações intersubjetiva e intrapsíquica são, tanto quanto os aspectos quantitativos, constituintes do trabalho de simbolização. Os objetos externos têm papel fundamental neste processo de diferenciação, e Roussillon sublinha sua função potencialmente simbolizante dos objetos para o sujeito, em que a dimensão de sentido se articula à instalação da experiência de satisfação: “A experiência de satisfação depende da instalação de uma relação suficientemente segura com um objeto catexizado, gradualmente percebido, construído e concebido como um duplo de si” (ROUSSILLON, 2011, p.136, *tradução nossa*).

Entendo que Roussillon avalize a compreensão de Green a respeito do investimento significativo. A função simbolizante dos objetos pressupõe, como este bem o ressaltou, tanto seus aspectos excitantes e reveladores da pulsão, quanto seus aspectos continentais, os quais Roussillon (2007a) relaciona com uma outra função: a função limite. As marcas deste encontro configurarão a relação do sujeito com sua capacidade de representação, com a forma como a matéria prima psíquica será representada e significada: “As características da relação primária ao objeto tendem a se transferir sobre a relação do sujeito à atividade de simbolização e ao ‘reconhecimento’ simbólico que poderia se esperar” (ROUSSILLON, 1999, p.170, *tradução nossa*). Tal desenvolvimento teórico se revela fundamental; ele dá sustentação à hipótese da tese de que a qualidade do reconhecimento vivido na dimensão intersubjetiva marcará (dará forma) as possibilidades de reconhecimento interno e a construção de sentido para as experiências.

O narcisismo primário, considerado como primeira posição subjetiva encontrada na história da construção da subjetividade (ROUSSILLON, 2007b), terá como processo fundamental uma dupla tarefa, que pode ser descrita como apego-diferenciação, “pois o que está em jogo não é somente ser capaz de se ver e se representar como diferente do objeto, mas também criar uma espécie de ligação com o objeto” (ROUSSILLON, 2012, p.44, *tradução nossa*). O investimento do corpo próprio, do Eu e de seu funcionamento não é um dado imediato e direto. O paradoxo do narcisismo trata da superposição do investimento do objeto ao investimento de si-mesmo, na medida em que o investimento do objeto vem refletir ao sujeito seus próprios estados (ROUSSILLON, 2007b). Acompanhemos de perto como o trabalho mental de diferenciação e construção de representações deve, na visão de Roussillon,

ser alcançado em paralelo ao movimento reverso de (re)construção de uma relação primária especular, denominada de homossexualidade primária em duplo, em que o outro deve ser estruturado subjetivamente como um duplo do *self*.

A matéria prima psíquica, que Freud denominou em 1900 como *raw material*, é pensada como um amálgama, uma trança feita de feixes que refletem a teoria anaclítica em toda sua complexidade. Roussillon (1999, p.219-20) ressaltava tal complexidade da inscrição da experiência vivida: “Ela consiste em uma composição multisensorial, multissensual, que condensa em uma forma primeira da experiência de si e da experiência de si na relação com o outro – com as repostas complexas e por vezes enigmáticas do outro –, pulsões e complexidade de movimentos pulsionais de si e do outro, percepções internas e externas, etc”. Para que a matéria prima psíquica possa ser subjetivamente apropriada, deve ser descondensada e difratada, aberta e desdobrada. Neste sentido, deve ser transferida para o objeto primário e refletida de volta. Na esteira do pensamento freudiano, Roussillon (2007b) afirma, junto a Green, que somente a experiência de prazer é capaz de possibilitar tal transferência. A experiência de compartilhamento de prazer entre mãe e bebê tem papel determinante e essencial na composição do afeto de prazer do bebê, em sua organização e na possibilidade de ser experimentado como tal, ou seja, que o afeto possa se constituir em um representante psíquico da pulsão e se disponibilizar para investimentos.

Roussillon sustenta como hipótese que o compartilhamento de prazer entre mãe e bebê fundamente a construção de uma relação homossexual primária em duplo com o objeto externo. O prazer do bebê nasce em uma espécie de *ballet* no encontro com um outro semelhante percebido no movimento de espelho de si. Um duplo, esclarece Roussillon (2011), deve ser suficientemente “mesmo” para se constituir como duplo de si, mas deve ser suficientemente outro para não ser si-mesmo; não há confusão, nem mistura. Esta relação deve se estabelecer em dois níveis intrincados, porém distintos: um primeiro nível, de adaptação e compartilhamento de sensações corporais, nomeado de “estésico”; e um segundo nível, de partilha emocional, de afinação afetiva. Quando a matéria prima psíquica pode ser compartilhada, os processos de simbolização primária contribuem para criar uma forma de linguagem não verbal e proto-simbólica entre o sujeito e seu ambiente.

O compartilhamento cria um efeito de “objeto comum”, que não é nem de um nem do outro, nem colado ao corpo de um, nem colado ao corpo de outro, por meio dele o objeto se separa tanto de um quanto do outro e se torna “objeto compartilhável”, mas ele representa como um e outro podem se unir, encontrar-se e comunicar seus estados internos, tornando-se assim elemento de uma linguagem, elemento possível de uma forma narrativa. (ROUSSILLON, 2012b, p.150, *tradução nossa*)

Entendo que tal hipótese de Roussillon dialetize as experiências de homomorfia e heteromorfia em uma tensão constituinte do tempo do narcisismo primário. Desta forma, o autor localiza o processo de constituição psíquica em um campo de simultaneidade e imbricação com a simbolização primária da diferença, em uma temporalidade que se opõe a um pensamento desenvolvimentista e se baseia no primado do transicional. Trata-se de um pensamento essencialmente processual. O modelo da homossexualidade primária em duplo constitui o fundamento da relação primária mãe-bebê que permanecerá presente e mais ou menos ativo durante toda a vida. É esta relação que regula a mutualidade, o grau de reciprocidade que torna a dependência possível, impedindo a confusão e a necessidade de defesas precoces. Tal modelo se configura em uma concepção estrutural que organiza uma relação “que é preliminar ao processo de separação-diferenciação ou dialeticamente complementar a ele” (ROUSSILLON, 2011, p.135, *tradução nossa*).

O compartilhamento estésico constitui o primeiro e mais fundamental, nível. É ele que, na visão de Roussillon (2007b, 2011), condiciona o investimento libidinal primário no corpo do bebê. Tal compartilhamento se configura a partir da adaptação, investimento e espelhamento mimo-gesto-postural recíproco entre mãe e bebê. Uma verdadeira coreografia corporal acontece na busca, encontro e distanciamento entre um e outro, pela qual se afinam e se comunicam toda uma série de sensações que, desta forma, encontram uma espécie de regulação. Trata-se de um ajuste recíproco, amplamente inconsciente e amodal, o que significa que não é simétrico, pois os meios engajados neste encontro não são similares³⁴. A mãe, ao mesmo tempo em que partilha e reflete ao bebê seus próprios estados, introduz marcadores que diferenciam estes momentos daqueles em que ela mesma experimenta afetos e os endereça ao seu bebê. Desta forma, ela oferece uma espécie de metacomunicação que protege o bebê das ameaças de confusão.

Roussillon (2007b) sustenta que a hipótese fundamental da partilha estésica primária concerne não somente às primeiras formas de afeto, mas também aos primeiros processos psíquicos de transformação e de tratamento dos estados internos que prefiguram os futuros estados emocionais do bebê. Desta forma, a afinação estésica seria pré-condição para o estabelecimento do processo do criado-encontrado. O compartilhamento estésico, conseqüentemente, possibilitará a constituição de uma afinação emocional, e a coreografia

³⁴ Roussillon (2007b, 2011) aponta três elementos essenciais no estabelecimento desta relação: as capacidades de “imitação” inatas do bebê (DECETY, 2002), que permitem a instauração de uma espécie de conhecimento dos estados sensório-emocionais do outro por meio da exploração “no interior” dos movimentos do outro; a constituição de uma capacidade de antecipação dos movimentos rítmicos do outro, quando o gestual materno não é transbordante e o afeto de júbilo produzido por esta espécie de efeito em “eco” inerente à harmonia da coreografia.

emocional se estabelece, novamente, por aproximação, encontro e distanciamento, e não por colagem ou fusão emocional.

Tal compreensão é capital para se pensar o movimento em direção à simbolização primária como advindo não da perda do seio, que já é uma conquista ulterior, nem da vivência de desamparo precoce, mas da diferença sendo constituída em uma relação de confiança, afinação e espelhamento. É por meio de um processo de diferenciação, não vivido como desamparo, que o bebê começa a conceber o objeto como diferente de sua representação interna.

Roussillon (2007b, 2011) sustenta que a futura capacidade de refletir o objeto em si, por meio da constituição de uma representação interna do objeto ausente, decorre da forma como se foi refletido pelo objeto, pela maneira como este último pode assegurar uma função de espelho “identificante” de nossos estados internos. A possibilidade destes serem psiquicamente experimentados, subjetivamente apropriados, depende, portanto, da qualidade da relação com o objeto primário. A psicopatologia da problemática precoce evidencia amplamente que quando o prazer não pode ser experimentado na relação primária, o bebê não “encontra” prazer e, sendo o princípio de prazer colocado “fora de jogo”, a própria dimensão de autoconservação fica ameaçada³⁵ (ROUSSILLON, 2007b).

Esta compreensão leva o autor a sublinhar a diferença entre o prazer, como prazer-descarga, e a satisfação subjetiva, decorrente do prazer da ligação psíquica. O prazer relacionado somente à descarga pulsional, ao rebaixamento das tensões ligadas à autoconservação, não produz necessariamente o sentimento de satisfação, que depende do compartilhamento de prazer com o objeto. Roussillon se comunica, neste momento, com a diferença proposta por Winnicott entre satisfação pulsional e necessidades do Eu. No encontro prazeroso, o bebê experimenta uma espécie de reunião das diferentes experiências com as quais é confrontado, o que lhe permite investir tal função de síntese de seus estados internos. Na esteira de Green, Roussillon compreende que é o prazer compartilhado que tornará possível a instalação de um investimento, que podemos chamar de significativo, fundante do princípio de prazer e da função de objetualização. A pulsão é fator de ligação psíquica tanto quanto a ligação (*lien*) aos objetos, e é por meio do prazer partilhado que se efetua sua integração. Existe, na visão de Roussillon, um prazer envolvido no próprio processo de internalização, da incorporação primária à introjeção subsequente, graças ao qual se instala o

³⁵ Neste sentido, o autor entende que as duas formas de prazer que têm sua fonte no soma e que não são comandadas diretamente pelo prazer do encontro, da autoconservação e da erogenicidade dos órgãos, podem ficar “inconscientes” ou, a meu ver, subjetivamente desligados.

autoerotismo. Este é o prazer que subjaz ao processo de apropriação subjetiva e que, a meu ver, sustenta também a experiência analítica.

Winnicott foi o primeiro teórico a formular as condições de apropriação subjetiva das experiências primárias vinculadas a um processo de simbolização em uma lógica transicional. O processo do “criado-encontrado”, constituinte da experiência de ilusão, pode ser considerado como sua condição fundamental. Roussillon (2007b) entende que os processos de ajuste e afinação estejam envolvidos na constituição desta experiência na medida em que contribuem para reduzir a alteridade entre aquilo que o bebê experimenta e aquilo que ele encontra fora, na relação com sua mãe. No entanto, Roussillon nos oferece uma nova visão do processo ao tentar aproximar a intuição winnicottiana da compreensão freudiana de experiência de satisfação. Freud (1985) propôs que, no caso de um aumento de tensão, o bebê é capaz de investir os traços mnésicos de satisfações anteriores. Roussillon (2007b) pensa que quando Winnicott se refere à dimensão de criação do processo, trata-se de um investimento de um traço ou pré-concepção³⁶ que produz uma primeira “apresentação” psíquica, caracterizada por um processo alucinatório daquilo que se tem necessidade. Roussillon, deste modo, confere ao processo alucinatório papel determinante na simbolização primária, considerando que a primeira alucinação perceptiva capaz de se transformar em ilusão é aquela que ocorre ainda na presença do objeto, desencadeada pelo aumento de tensão, e não necessariamente por sua falta.

A matéria psíquica primeira deve, para se inscrever, começar por se apresentar ao sujeito, ela deve se fazer percepção, ela deverá se materializar em torno de uma forma perceptiva suscetível de acolher, por suas propriedades perceptivas singulares, a alucinação primeira. (ROUSSILLON, 1999, p.224, *tradução nossa*)

Roussillon propõe que o bebê vive, neste momento, uma experiência subjetiva de autossatisfação, uma ilusão narcísica primária de ser ele mesmo a fonte de sua própria satisfação. Desta forma, entendo que a constituição da experiência de ilusão corresponda simultaneamente ao primeiro momento psíquico de apropriação subjetiva da experiência e de construção de um sentido primário de si, um sentimento de si: “Em se alucinando em objetos, os processos psíquicos, imateriais e indescritíveis neles mesmos, tomam forma perceptiva e material, eles se tornam figuráveis e identificáveis: a psique pode começar a se compreender pela via de sua forma materializada” (*Ibid.*, p.224).

É no encontro com o objeto materno que a primeira matéria da experiência subjetiva, o traço perceptivo primário, encontrou sua origem na maior parte do tempo. Naturalmente o

³⁶ Green (1982) sintetiza que por “pré-concepção” se deve compreender não o juízo preconcebido, mas uma matriz da concepção, uma disposição não consciente inata, de expectativa de realização que implica a participação de um objeto. Bion aproxima a teorização da pré-concepção do conceito de pensamentos vazios de Kant.

primeiro objeto escolhido para refletir a matéria psíquica em necessidade de forma e significância é o objeto materno. A comunidade perceptiva entre a natureza do traço e a natureza do objeto facilita a primeira transferência, “isto porque o objeto cujo impacto deve ser simbolizado é também o objeto procurado para simbolizar este impacto” (ROUSSILLON, 1999, p.226, *tradução nossa*). O objeto que se dá como objeto deve suportar ser utilizado como objeto para simbolizar, o que constitui sua função simbolizante. Tem-se neste paradoxo da simbolização uma complexificação da relação entre alucinação e percepção. Na visão do autor, a segunda tópica intercala entre a alucinação primária e a representação de coisa, a percepção fornecida pelo objeto, justamente onde, na primeira tópica, se pensava prematuramente uma atividade egóica. Abre-se, desta forma, o campo do animismo infantil simultaneamente à criação de representações de coisa (ROUSSILLON, 2001).

O problema teórico essencial desta concepção consiste na superposição, em um tempo primário, de uma alucinação e de uma percepção, de sua coincidência em um mesmo lugar. Ao contrário do que Freud pensou em um primeiro momento, percepção e alucinação não têm um solo antagonista. O campo da ilusão repousa precisamente neste tipo de estado subjetivo. Justamente por isso Freud escreve, em 1925, que a prova de realidade fundada sobre a percepção não funciona para aquilo que concerne ao campo da ilusão. Roussillon sintetiza: “*Graças à percepção a matéria psíquica toma forma, graças à alucinação a matéria perceptiva ganha vida, graças à motricidade ela se tornará transformável*” (*Ibid.*, p.96, *italico do autor*).

Como foi apontado anteriormente, Roussillon compreende o processo de diferenciação psíquica e simbolização primária em termos globais como um movimento criado-destruído-encontrado; assim, ele retoma e subscreve a novidade winnicottiana: o nascimento da exterioridade não se dá por ódio ligado à frustração, mas depende da resposta do objeto à destrutividade do sujeito. A ameaça à ilusão pela dimensão enigmática – ou “dura” – do objeto, ou na linguagem de Winnicott pelos *gaps* que gradualmente o bebê começa a viver na experiência do encontrado-criado, constitui seu principal motor ao dar origem a um impulso destrutivo. A descoberta da externalidade depende de três características da reação objetal frente ao impulso destrutivo do sujeito: a ausência de retração (retirada) psíquica; a ausência de represálias e retaliação; e a sua permanência viva e criativa. São elas que testemunham a existência do objeto como outro sujeito. O *infans* faz, então, a experiência de um objeto indestrutível, adaptável e maleável a suas necessidades, de uma sensibilidade e de uma

disponibilidade suficientes, capaz de transformar as variações quantitativas em índices qualitativos intersubjetivos, em comunicação intersubjetiva³⁷.

A experiência do objeto descoberto em sua exterioridade é que dará início ao registro psíquico subjetivo, ao conhecimento da relação de objeto e ao uso do objeto. A simbolização surgirá do necessário trabalho de reorganização *après coup* da experiência de ilusão primária, em função deste “novo” dado de experiência subjetiva: a diferença introduzida pelo outro (ROUSSILLON, 1999). A descoberta do outro interno é, então, contemporânea à descoberta da exterioridade do objeto. Há sempre uma heteromorfia de significações inconscientes que atua como um aspecto enigmático do objeto (Laplanche) e que diz respeito à figura do pai e, para além, à cena primária e à questão das origens. Tal compreensão subverte uma concepção da “incapacidade constitucional à frustração” para explicar certas dificuldades de simbolização: “O objeto é aqui tanto aquele sobre o qual vacila a ilusão primária, quanto aquele que permite que a destrutividade seja ocasião de uma descoberta estruturante” (*Ibid.*, p.178). Neste sentido, tal compreensão interroga, junto à crítica de Duparc, a necessidade teórica da proposição de Green de uma alucinação negativa do objeto como fundante do Eu e da capacidade de representação. A simbolização, como proposta por Roussillon, se baseia no jogo intersubjetivo que ela procura figurar. É no casal formado pelo movimento de externalização da primeira matéria e pela resposta objetal a esta transferência fundamental que se pode procurar a fonte das primeiras matrizes significantes.

A materialidade: dos objets à figuração

A relação do sujeito com a função representativa e com a representação varia de acordo com as aquisições funcionais da vida psíquica. Ela constitui o local onde a psique se revela, na medida em que é autorrepresentativa da relação interna com a realidade psíquica (ROUSSILLON, 1999). Vimos com Winnicott como a capacidade de simbolização se relaciona intrinsecamente com a tópica do objeto: uma vez operada a diferenciação primária, por meio do paradoxo criado-destruído-encontrado, aquilo que restou da relação com o objeto primário – a falta vivida em relação à adaptação, o que não pode ser utilizável, o enigma, a incompreensão de si na transferência primária – continua sendo motor da simbolização e deve ganhar um novo destino. Roussillon, utilizando-se do conceito winnicottiano de apresentação de objetos, entende que o que ficou de “fora” poderá ser transferido sobre novos objetos. Esta

³⁷ Roussillon compreende que o “ataque aos vínculos” descrito por Bion nas patologias do narcisismo aparecem como uma maneira de tentar re-encontrar, ou encontrar enfim, tal experiência do destruído/encontrado do objeto.

2. Simbolização primária – Entre reconhecimento e diferenciação

utilização de outros objetos “para simbolizar” conferirá valor e sentido, de forma retroativa, ao tempo anterior. A proposição destes abre, assim, o campo da diferenciação entre a relação de objeto e o uso de objetos, sendo que a apropriação subjetiva do trabalho de simbolização supõe, portanto, tal transferência. Estes objetos se tornarão, deste modo, símbolos primários. Roussillon (2006) enxerga na possibilidade de jogo com tais objetos o desenvolvimento do autoerotismo, agora claramente diferenciado das modalidades autossensuais presentes nos movimentos alucinatórios.

Estes novos objetos, os objetos-simbolizantes, como são chamados, no entanto, para poderem funcionar como suporte de transferência psíquica, devem apresentar as mesmas características qualitativas da relação primária, aquelas que conferem uma pré-forma às futuras propriedades do aparelho de simbolização (ROUSSILLON, 1999). Tomando de empréstimo um termo de Milner (1950), Roussillon se refere a eles como objetos do tipo meio maleável (ar, água, massa de modelar, *objet* [Fedida]). Eles devem ser experimentados como indestrutíveis, adaptáveis e maleáveis às necessidades, de uma sensibilidade e de uma disponibilidade suficientes, reversíveis e constantes. Ao oferecerem um meio de trabalho concreto, possibilitam dar forma, por sua materialidade, para as impressões perceptivas. Milner (1950) os concebe como “substância intermediária através da qual impressões são transferidas aos sentidos” (MILNER, 1950, p.862, *apud* ROUSSILLON, 2006, p.160) e em um pensamento teórico muito próximo a Winnicott, a autora frisa que a importância desta experiência é fundir momentaneamente realidade externa e interna. No que se refere particularmente ao processo de simbolização, Milner aponta outro aspecto relevante: colocar em relação duas instâncias diferentes, ação e pensamento, mente e corpo. É por meio deles que ideias e sentimentos buscam expressão e ganham contornos, promovendo, desta forma, a capacidade primária de reconhecimento interno e realizando novamente uma hábil superação da dicotomia percepção-representação.

Os objetos do tipo maleável devem proporcionar a experiência de “reencontro com os objetos”, segundo a fórmula freudiana. Os *objeux* constituem, desta maneira, a primeira forma de metaforização do objeto e sua escolha, segue Roussillon, permite analisar aquilo que tem necessidade de simbolização, como o exemplo do cordão quando é a separação do objeto que está em jogo. Tais objetos podem se tornar, assim, representantes da representação, antes de serem interiorizados sob a forma de representação de coisa da representação. “A experiência de seu encontro e de sua apropriação representativa formará *um nível de experiência específico da subjetividade na origem da inscrição e da definição interna da experiência subjetiva da atividade de simbolização*” (ROUSSILLON, 1999, p.183, *tradução nossa*). A

realidade interna tem a necessidade, para o bebê poder se sentir sendo, seguindo a lógica do objeto transicional, de se dotar de representantes materializáveis; é isto que lhe permite se inscrever e se distinguir da realidade externa. A materialidade dos objetos modela o vazio e é imprescindível para a constituição da capacidade de autoafetação³⁸.

O meio maleável como objeto “externo” constitui o objeto transicional do processo de representação (ROUSSILLON, 2006). O conceito de representação, na concepção de Roussillon, é uma aquisição tardia que depende da organização da crise edípica e da angústia de castração, mas, anteriormente a esta aquisição, a atividade representativa se apoia, exteriormente, na materialidade da relação com os objetos primários e com os *objeux*. Entendo que o psicanalista francês dialetize entre os pólos intrapsíquico e intersubjetivo a necessária negatização da presença do objeto para instalação de um vazio criativo, um quadro materno internalizado, em que ele possa se tornar figurável. Uma resposta objetual que permita a transferência da matéria psíquica já pode apresentar uma função primária de “ausencificação” de sua presença.

Em diálogo com a proposição de Freud de 1920, a respeito de uma pulsão de dominação que tem por função tomar posse de uma experiência por meio de sua ligação como primeira urgência do aparelho psíquico, Roussillon propõe o meio maleável como o objeto desta pulsão. Em *Totem e Tabu* se inscreve uma linha mais geral da compreensão freudiana que concebe o pensamento como uma motricidade interiorizada. A prova de realidade na obra de Freud também é referida, implicitamente, à motricidade, à medida que descreve que as excitações exógenas, diferentemente das endógenas, podem ser eliminadas pela fuga motora. O benefício principal dos *objeux* é tornar compreensível, graças à materialidade e à motricidade, aquilo que escapa da relação ao objeto no encontro anterior. Diferentemente do objeto primário, os *objeux* poderão ser atacados, jogados, utilizados pela criatividade e pela destrutividade e, no deslocamento desta utilização impiedosa, apropriados subjetivamente pelo fato de que sobrevivem aos aspectos violentos do amor e da destrutividade primeira.

Roussillon ressalta que esta apropriação do objeto pela atividade representativa incipiente, assim como das atividades autoeróticas, é vivida como uma “tomada” dos objetos, gerando simultaneamente medo e prazer. O trabalho de autonomia e de luto que se encontra implicado neste processo interroga, novamente, a capacidade do objeto de sobreviver à apropriação subjetiva. O trabalho de simbolização é, mais uma vez, dependente “do modo de ‘acompanhamento’ do objeto, de seu espelho no seio da relação de objeto, e da maneira como

³⁸ A temática da reflexividade psíquica é muito cara à psicanálise, pois pode oferecer, segundo Roussillon, uma baliza para a questão diagnóstica, como será aprofundado nos itens 5 e 6 da presente tese.

o objeto aceita e tolera a utilização de seus representantes-representação deslocados no seio do jogo” (ROUSSILLON, 1999, p.180, *tradução nossa*). A resposta dita “simbolizante” deve poder difratar o medo e o prazer, o objeto deve sobreviver em suas capacidades de prazer e, assim, concretizar “a diferença entre a realidade material e a realidade psíquica em jogo no processo de apropriação” (*Ibid.*, p.180). Esta é, a meu ver, uma nova modalidade constituinte do reconhecimento especular, referida diretamente ao processo de simbolização. A relação do processo de simbolização mantida com o “meio maleável” é testemunho da maneira como a atividade de simbolização foi reconhecida e aprovada em ato na relação de objeto. No entanto, o jogo com os *objeux* permanece dependente da presença e materialidade destes, o que se torna, em determinado momento, ofensivo ao narcisismo primário. Assim como Green destaca a função do prazer na dimensão da ligação psíquica, Roussillon ressalta a função da diferença e da alteridade ao afirmar que no movimento de trânsito externo de partes de si no objeto primário ou nos *objeux*, na busca de forma e reconhecimento, o prazer foi aprisionado no encontro com a alteridade. Uma nova ação psíquica se mostra necessária para atingir o verdadeiro *status* simbólico da representação de coisa, um movimento de assimilação narcísica baseado em um trabalho de desmaterialização que conduz à consolidação dos autoerotismos.

O processo autorrepresentativo: a atividade onírica como reconhecimento interno

Os traços perceptivos constituídos nas experiências de jogo simbólico com o objeto primário e os *objeux* constituem a experiência diurna que colocará em ação o último tempo da simbolização primária, a atividade onírica. O bebê se retira da cena de interação com o outro e com os objetos para metabolizar a experiência em seu mundo interno. O trabalho do sonho é capaz de transformar os traços da percepção e da motricidade em matéria representativa. Assim, os sonhos funcionam como mediações transitivas necessárias, dando destinos figurativos aos restos do potencial traumático do encontro com os objetos (FIGUEIREDO, 2009).

A análise freudiana dos sonhos infantis, momento em que a criança ainda não adquiriu a possibilidade de distinguir as alucinações ou fantasias da realidade externa, demonstra, na maioria das vezes, que constituem simples e indisfarçadas realizações de desejo que foram ativadas durante o dia, mas que permaneceram irrealizadas (FREUD, 1900). Trata-se de uma relação direta com vivências da vigília que foram acompanhadas por intensa coloração afetiva. Parece-me que os sonhos infantis remetem ao que viria a ser considerado como a primeira função dos sonhos, mas que, em termos cronológicos, só veio a ser reconhecida por

Freud mais tardiamente, após 1920 e em diálogo com Ferenczi, como a reexperimentação de resíduos traumáticos do dia e da vida. Toda impressão perceptiva com intensa coloração afetiva, antes de ser dominada pelo psiquismo, ou seja, ligada, tem tal caráter traumático. A tendência à realização de desejos dos sonhos não contraria tal função mais primitiva, mas é garantida por esta. O sonho constitui um campo privilegiado de apropriação subjetiva e constituição psíquica. Roussillon enfatiza a importância da dimensão autorrepresentativa do sonho. É por meio dos processos autoeróticos do sonho que a psique se faz realidade para ela mesma, sem mediação externa, e que o campo da alteridade interna/externa pode ser integrado.

Desfecho de um projeto de captura da matéria psíquica imaterial, da subjetividade ela mesma, o sonho permite tentar simbolizar o incompreensível de si, de o apreender como incompreensível, como umbilical, como força, pulsão, desejo. (ROUSSILLON, 1999, p.233, *tradução nossa*)

Ao suspender a percepção atual e a motricidade, o sonho libera o processo representativo do peso da matéria e do movimento efetivo e faz reencontrar no espaço interno, no espaço representativo, as capacidades adquiridas no comércio com os objetos. Em um desdobramento da função objetualizante conceituada por Green, o autor fala que o sonho se dá narcisicamente em conteúdos a partir dos traços perceptivos do encontro com o objeto. No sonho, o sujeito procura se produzir ao mesmo tempo em que produz figuras, objetos psíquicos em que se reapresenta: “O sonho produz o sujeito da representação, ele contém sempre o projeto de uma autorrepresentação simbólica de si, liberto do Outro, de uma autorrepresentação de si criadora de si” (*Ibid.*, p.233). Por conseguinte, o sonho participa das condições de possibilidade de luto em relação aos objetos externos. Em uma mesma frase, Roussillon realiza um desdobramento teórico da compreensão winnicottiana da coconstituição da tópica psíquica e da simbolização primária, a partir de uma articulação das teorizações freudianas sobre o sonho e da conceitualização de Green acerca do investimento significativo e do duplo retorno, ao resumir a importância deste tempo: “O mundo interno que se desenvolvera fora nos tempos precedentes do processo de simbolização se redobra agora sobre si mesmo, fazendo-se espaço interno, internalizado” (*Ibid.*, p.233).

Quando, na vida diurna, o espelho das respostas dos objetos ou a materialização simbólica com os *objeux* foram suficientemente boas, a apresentação de um si mesmo criador e desejante encontra na produção onírica uma representação suficiente para o narcisismo, uma representação restauradora de si. Somente tal qualidade permite ao sujeito fazer face ao enlutamento dos objetos externos, vivido no sonhar e aceitar sua perda. Contudo,

O esforço de completude narcísica de que o sonho tem o carimbo contém em si o seu próprio limite, que é tanto aquele da alteridade interna a si-mesmo, lugar-fonte da pulsionalidade interna, como aquele do efeito de desaparecimento dos objetos em sua diferença eficaz. (ROUSSILLON, 1999, p.233, itálico do autor e tradução nossa)

A simbolização onírica, portanto, também tem a função de simbolizar sua própria incompletude. Em relação à perda dos objetos, o casal Botella (2002) sustenta que a pior ameaça para o psiquismo a rondar o sujeito toda noite é a da perda da representação dos objetos e, assim sendo, o sonho deve ser capaz de simbolizar seus limites. Quando uma percepção não conseguiu ser significada subjetivamente, Roussillon (1999) sublinha a importância do aparelho psíquico produzir então uma representação da ausência da representação. Somente assim ele se autoinforma que alguma “coisa” não pôde ser inserida na trama representativa e pode disparar os afetos específicos ligados a tal ferida na trama representativa (angústia-sinal). Um dos tempos fundamentais da construção do pensamento está, portanto, na constituição, segundo Roussillon (2006), do *pensamento do não-pensamento* que, abrindo a possibilidade de reconhecer que existe uma coisa que não é pensada, permite a busca de um pensamento dessa coisa. O processo autorrepresentativo dá início ao laço seguinte do processo de simbolização que a secundariza, a partir da possibilidade de explorar o prazer desconhecido de si-mesmo. Assim, a simbolização se transforma para constituir o prazer de reconhecer, o prazer da identidade no símbolo. Roussillon considera que os processos sobre as representações, envolvendo a autoinformação e a autorrepresentação, são os mais fundamentais da psique e constituem, propriamente, o campo da reflexividade intrapsíquica. Eles repousam sobre a tripla capacidade de se sentir si-mesmo, de se ver e de se entender. A problemática da reflexividade psíquica dialoga com a distinção que Freud faz, em *Móises e o monoteísmo* (1938), de um traumatismo que poderia vir a ser reconhecido pelo psiquismo e de outro que não consegue se fazer reconhecer. A temática do irrepresentável e do ainda não representado no psiquismo se articula, deste modo, à da capacidade de reconhecimento interno e será explorada nos itens 5 e 6.

Assim, para Roussillon, os processos de simbolização primária se desenvolvem e tomam forma na articulação e dialética de três pólos de uma matriz simbolizante. Cada um destes tempos ou momentos estruturantes contribuem, em sua visão, para a formação progressiva de representações de coisa, cada tempo aporta suas características próprias a esta produção e a especificidade de cada um destes tempos se articula sobre os limites dos outros. O processo de simbolização primária resulta de processos de trans-formação e trans-figuração

2. Simbolização primária – Entre reconhecimento e diferenciação

em que a matéria psíquica toma vida e forma em movimentos oscilatórios de externalização e internalização entre os pólos intrapsíquico e o intersubjetivo.

A simbolização é tanto uma maneira de cicatrizar a perda, como uma maneira de “produzir a perda, de fazer desaparecer, de produzir uma morte, do objeto, do outro-sujeito, e de precipitar-se então em uma historização de si que abre a seu tempo a questão da própria morte, de sua própria desapareição” (ROUSSILLON, 2001, p.26, *tradução nossa*). O paradoxo criado-destruído-encontrado representa o processo de diferenciação psíquica e se encontra na base da constituição de uma capacidade de simbolização. O ser se faz sujeito quando pode, a partir do espelho objetual, constituir um espelho para si, em um movimento de apropriação subjetiva da própria condição de representação. Este processo implica a necessidade de uma “ausencificação” do objeto para que haja a possibilidade de um distanciamento essencial para a simbolização e criação psíquica. Tal perspectiva teórica constitui, a meu ver, uma evolução no pensamento psicanalítico que testemunha a necessidade de ultrapassar uma perspectiva do funcionamento psíquico mais solipsista freudiana ao centrar as teorizações sobre o campo da ligação pulsão-objeto.

A temática do reconhecimento é de grande importância para este entendimento do início da constituição psíquica e questiona uma compreensão que dependa unicamente da noção de trauma. O investimento traria a marca significativa revelada pelo objeto, o que lhe confere seu potencial dinâmico e um sentido sensível a influenciar o direcionamento dos investimentos psíquicos. O enlace pulsional, concebido como ligação psíquica primária, está intrinsecamente relacionado, portanto, em sua própria forma e intensidade, ao seu processamento no campo transicional que torna possível criar, simultaneamente, uma ligação com o objeto e significá-lo, re-apresentá-lo psiquicamente, atribuindo-lhe sentido. Assim, tal enlace permite à psique começar a refletir como ela própria transforma em representação aquilo que lhe confronta, refletir sua própria ação, sua própria função de transformação.

Acredito, a partir de um diálogo com o pensamento de Freud, apresentado em *A Negativa*, que podemos pensar que o reconhecimento objetual tem papel essencial na instalação da identidade perceptiva, assim como propõe e autoriza as transformações que concernem a sua passagem para a identidade de pensamento. A identidade de percepção se funda na experiência de prazer de encontro, mas dela se desdobra, na experiência de diferença, para construir a própria condição de perceber, de se autoafetar, o início de um sentimento de si em uma experiência de ilusão/alucinação constitutiva. O conceito de perda do objeto e de prova de realidade se complexificam e se dialetizam em um pensamento paradoxal, que envolve tanto a necessidade de uma isomorfia primordial quanto a busca por heteromorfia, suscitada

2. Simbolização primária – Entre reconhecimento e diferenciação

pela alteridade do objeto. No que concerne à construção de sentido, ela deve ser pensada justamente a partir desta heteromorfia essencial, que envolve um trabalho de elaboração, de pensamento e de autorrepresentação que consolida a diferenciação Eu/não-Eu, interno/externo. A capacidade de reflexividade psíquica possibilita à subjetividade se apoderar de si mesma. Este processo constituinte, contudo, pode ficar travado em um ou outro dos tempos sucessivos de sua produção, configurando o que será compreendido, mais a frente, como um funcionamento em transicionalidade negativa, baseado em ligações traumáticas.

3. LIGAÇÕES SIMBOLIZANTES: O FUNCIONAMENTO DE INTERFACES E FRONTEIRAS

Podemos evitar qualquer abuso possível deste método de representação lembrando que as ideias, os pensamentos e as estruturas psíquicas em geral nunca devem ser concebidas como localizadas nos elementos orgânicos do sistema nervoso, mas sim, se podemos dizer, entre eles, onde as resistências e as facilitações (Bahnungen) fornecem as correlações correspondentes. Tudo o que pode ser objeto de nossa percepção interna é virtual. (Freud, SE,V)

Se o foco do presente aprofundamento teórico está sendo direcionado aos tempos do precoce e do primário, um tempo constituinte da possibilidade de trabalhar a partir de conteúdos psíquicos representados, parece-me que ele pôde revelar sua dependência da constituição de ligações psíquicas que simultaneamente configuram o espaço psíquico e seu funcionamento. As discussões, até então, buscaram acentuar as transformações que articulam os campos intersubjetivo e intrapsíquico na constituição de funções propriamente psíquicas e de símbolos. Entendo ser por meio do entre-jogo entre dentro/fora e Eu/não-Eu que tendências psíquicas primárias – sejam elas concebidas nos termos freudianos como ligação/desligamento, ou nos termos winnicottianos da criatividade primária – podem se tornar funções por meio de sua apropriação subjetiva. Este é o sentido do posicionamento winnicottiano que concebe as moções pulsionais do Isso como possíveis de serem usadas pelo sujeito somente mediante sua integração e disponibilização para o Eu.

A função simbolizante, portanto, constitui um modo de ligação psíquica que depende da construção de um território e de funções de trabalho e transformação psíquica entre Eu/não-Eu, entre Isso/Eu. Nos tempos primórdios, a categoria do transicional é essencial para designar um tipo de experiência subjetiva de simbolização. Entendo, em consonância com Roussillon (2001), o transicional como categoria não objetiva. O psicanalista francês realiza justamente uma suspensão dos pontos de vista econômico, tópico e dinâmico para pensá-los dentro de uma lógica da operação subjetiva, da subjetivação, que funda sua pertinência. O transicional seria, então, a matriz de uma tópica, de uma dinâmica e de uma economia psíquica, que ficaria prejudicada no traumatismo precoce. Seguindo a proposta de Green, buscarei, neste momento, antes o estudo dos elos que dos termos unidos por esses, que configuram as ligações simbolizantes e, mais tarde (itens 5 e 6), e mais tarde partirei para o estudo de seus fracassos relativos, no caso do traumatismo precoce. Tais elos remetem às estruturas terciárias como a do próprio Eu e a do símbolo, estabelecidas ou perturbadas durante os processos de diferenciação psíquica, em sua dependência da constituição de limites, dos continentes psíquicos. A simbolização em seus diferentes tempos tem, de maneira privilegiada, uma função limite para

3. Ligações simbolizantes: o funcionamento de interfaces e fronteiras

psiquismo. A noção de limites que interessa a autores como Winnicott e a Green, que têm sua atenção voltada às patologias do arcaico, é a de que não somente delimita dois espaços, dois tempos e duas dinâmicas diferentes, mas instala passagens e permite transgressões nos dois sentidos.

Os limites devem ser compreendidos como a instalação de fronteiras, a constituição de espaços animados por movimentos, capazes de dar forma às ligações tanto ao objeto externo como ao objeto interno³⁹. Eles remetem à constituição de um enquadre, em sua relação com a diferenciação da tópica psíquica por meio da internalização da função objetual, tendo, assim, papel essencial para a simbolização psíquica. Os limites são fronteiras que podem ser pensadas em termos da categoria do transicional, em que as excitações podem ser metabolizadas e transformadas. À medida que instauram espaços, possibilitam o trânsito e o deslocamento do investimento psíquico e, assim, um trabalho de pensamento. Ligação, simbolização, representação e pensamento são processos que se encontram intimamente relacionados: “Representar é ligar e pensar é religar as representações de um modo especular” (GREEN, 1982, p.269). Deste modo, as ligações simbolizantes constituem o fundamento da transferência psíquica, tanto internamente ao aparelho psíquico quanto em relação a novos objetos da realidade exterior.

A teoria de Freud da representação, como Roussillon (2012) sublinha, é uma teoria de grupos associativos, grupos formados por elementos perceptivos associados entre si, e das relações estruturais estabelecidas entre eles. Freud, em *Afásias*, já havia sustentado, tanto para as sensações quanto para as representações, que não é possível distingui-las, em termos de seus correlatos fisiológicos, das associações: “Sensação e associação são dois nomes com os quais recobrimos diferentes aspectos do mesmo processo” (FREUD, 1891/2013, p.80). Representação e associação partem do mesmo ponto e nunca se encontram em repouso em ponto algum. Green (2010b) também entende que representar é basicamente associar, criar certo número de relações entre as representações, o que pressupõe a atividade de ligação psíquica, atividade esta intimamente relacionada ao estabelecimento da memória, da fantasia e do desejo. Discutirei no presente item a teoria do funcionamento psíquico, a partir do pensamento de Freud, fundamentalmente como uma teoria do funcionamento associativo por meio de ligações simbolizantes.

Neste contexto, privilegiarei nas articulações teóricas que se seguem uma leitura que coloque em tensão uma dimensão topográfica e uma dimensão topológica da psicanálise

³⁹ Um espaço sem fazer intervir o ponto de vista dinâmico, diz Green (1990), é um espaço morto.

(NICOLAÏDIS, 1989; PONTALIS, 2005; DERRIDA, 1988). Nicolaïdis (1989), em referência à formulação de R. Henny (1977, exposição oral) diz que, no nível da análise, as representações se metaforizam e se topologizam na representação do corpo próprio e do corpo do outro, separadas por um contínuo cutâneo. Além disso, também considera que a colocação-em-forma seja mais uma colocação-em-letra do que uma colocação-em-logos. Considero que o conteúdo ou significado é solidário da construção do continente ou dos significantes na história do encontro da pulsão com o objeto. Esta coconstituição caracterizará os diferentes modos de funcionamento psíquico, tanto no nível da representação quanto no nível da organização do Eu.

A pulsão está na base do modelo freudiano e o objeto na dos modelos pós-freudianos, sendo que a representação constitui um eixo de articulação entre os dois, configurando o que se pode chamar de modelo do contemporâneo (URRIBARRI, 2013). A metapsicologia sob a perspectiva do modelo contemporâneo se assemelha ao paradigma da complexidade, ao introduzir uma lógica da heterogeneidade, explica Urribarri, que acentua a pluralidade (de componentes, de estratos, de conflitos, de lógicas), o processual e o *poiético*⁴⁰. Concordo com Green (*apud* URRIBARRI, 2013) a respeito do papel central da função de representação como forma específica da produção psíquica do sentido, em um processo dinâmico que envolve ligação-desligamento e religação. Por uma teoria generalizada da representação, Green (*apud* URRIBARRI, 2013) considera que a representação como significante psicanalítico, diferentemente da representação filosófica ou do significante linguístico, não se reduza mais ao plano do sentido, mas faça parte, também, do plano da força. Dando desdobramento à segunda tópica freudiana, o autor introduz na teoria da representação, a referência à moção pulsional, ao protolinguageiro, ao irrepresentável, à compulsão à repetição e à atuação. Propõe, então, estender ao registro dos significantes psicanalíticos (representações de coisa e palavra) os afetos, os atos e os estados do corpo próprio – o que remete ao seu conceito de heterogeneidade do significante psicanalítico –, emprestando-lhes uma forma de existência nas relações do inconsciente e do Isso, como destinos das moções pulsionais. Na verdade, Green (*apud* URRIBARRI, 2013) pensa que o psiquismo em contato com o corpo, com o outro semelhante e com o mundo produzirá diferentes tipos de representações por trabalhar com materiais muito diferentes. Levando-se em conta uma concepção estrutural, todos podem ser considerados como variedades de significantes, suportes de sentido. Green propõe (1982) o conceito de traço para os significantes psicanalíticos, mas me pergunto se não há diferenças nas formas de ligação psíquica produzidas na transformação das relações com o corpo, com o outro e com o

⁴⁰ Relativo ou pertencente à criação. Aproximo o campo da poética do processo da *Darstellbarkeit*, a ser trabalhado neste item.

3. Ligações simbolizantes: o funcionamento de interfaces e fronteiras

mundo em traços, que correspondam a ou determinem ações psíquicas diversas. De toda forma, Green supõe uma polifonia e poligrafia reticulares do inconsciente, cuja característica é fazer coexistirem diversos estados do material.

Esta heterogeneidade sobre a qual repousa a não identidade a si do significante não é um dado circunstancial, mas uma necessidade teórica para tornar inteligível os efeitos de estruturação. A tarefa destes últimos é menos a constituição de estruturas fixadas do que o estabelecimento de relações de coexistência e de compatibilidade entre a ordem simbólica e a ordem econômica, cujo resultado observável é a retomada indefinida do processo da atividade psíquica. É exatamente o que se vai traduzir na teoria pela ideia do trabalho de transformação da pulsão. (GREEN, 1982, p.291)

Em relação à hipótese de diferenças na qualidade das ligações psíquicas, Roussillon (2006) remete à importância de levarmos em consideração a estabilidade ou não das ligações psíquicas em três níveis de organização diferentes: na montagem pulsional, nos afetos e no nível das representações psíquicas. A organização da excitação em moção pulsional, ou seja, em representante psíquico na montagem pulsional (fonte-impulso-objeto-meta), onde o objeto é instituído de forma indispensável por meio dos processos de internalização, é certamente a primeira forma de ligação estável que permitirá as ligações afetivas e representativas. O afeto corresponde também a uma ligação psíquica relacionada aos aspectos propriamente econômicos, mas cuja formatação está intimamente relacionada também com o trabalho do objeto na e pela psique. A ligação que se opera na organização das representações psíquicas, entre representação de coisa e representação de palavra é mais classicamente descrita, mas também pode, como as demais, sofrer os efeitos desorganizadores e de desligamento decorrentes do traumatismo precoce.

Entendo também que a diferenciação que Green (1982) faz de certos ordens de organização de estrutura que agem no psiquismo possa trazer mais material para esta discussão. O autor propõe que a estrutura do soma – à qual eu acrescento a do outro semelhante – seja em princípio assimbólica. Por sua vez, a estrutura das pulsões pressupõe uma simbolização primária, enquanto que a do ego, para funcionar como uma instância de fronteira, necessita da simbolização secundária. Embora, frise Green, cada esfera possua sua organização específica disjunta uma das outras, elas são unidas por relações de conjunção a serem exploradas mais a frente sob a denominação de ligações simbolizantes.

A temática da ligação psíquica pode ser, assim, considerada como central em psicanálise, reunindo, paradoxalmente, a dimensão intersubjetiva e a dimensão propriamente intrapsíquica. Assumo a proposição de Green (2000) de que o principal papel da ligação psíquica seja a sutura estrutural pela instauração de um conjunto de sentido reunindo elementos

3. Ligações simbolizantes: o funcionamento de interfaces e fronteiras

que, isolados, seriam insuficientemente significativos. Tenho por hipótese que tais ligações possam ser diferenciadas em dois grandes grupos, as simbolizantes e as traumáticas⁴¹. As primeiras, no plano da força, promovem a intrincação pulsional e, no plano do sentido, tem como principal finalidade o reconhecimento de situações ulteriores próximas ao trilhamento (*Bahnung*) ligado para evitar ter que reiniciar o trabalho elaborativo a cada nova situação. Neste sentido, efetuam-se sob o signo do perigo do sem sentido e possivelmente do caos desorganizador. No nível primário, o trabalho psíquico de ligação é sempre duplo, devendo assegurar, por um lado, as relações com o objeto externo por meio da ligação intersubjetiva e, por outro, criar seu mundo interior a partir dos objetos internos por meio dos quais todo o campo do possível e mesmo do impossível é aberto, ligação intrapsíquica (GREEN, 1990, 1995; ROUSSILLON, 2006, 2011). Entendo, assim, na esteira do pensamento de Green (1990), que a tarefa da simbolização primária, de forma essencial, cria as condições que unem para o sujeito seu interior e seu exterior, permitindo deslizamentos e transitividade de sentido. Este configura, a meu ver, o campo das ligações primárias.

A pulsão não é somente um conceito limite entre a psique e o somático, é também um conceito-limite entre o sujeito e o objeto, pois sua entrada em atividade vai lhe levar a criar o objeto externo segundo a dialética do encontrar-criar proposto por Winnicott, ao mesmo tempo em que constrói seus próprios objetos – duplicados dos precedentes – que serão os objetos internos. (GREEN, 1995, p.239, *tradução nossa*)

Ao trabalhar a noção de ligação psíquica (*binden*), de energia pulsional enlaçada (*gebunden*), Hanns (2006), psicanalista, comentador e tradutor do texto freudiano, sustenta que a energia pulsional ou investimento pode, então, enlaçar-se a uma função ou a uma imagem (representação). Hanns se baseia no emprego que Freud faz do termo em diversos contextos, entre eles para descrever aglomerados em que a energia pulsional está enlaçada ou “grudada” à finalidade pulsional, ao afeto e à imagem; “enlaçados” formam uma unidade dotada de um sentido básico, bem como podem formar cadeias ou redes associativas nas quais os elementos estão amarrados entre si (*gebunden*) e dotam de sentido mais complexo uma experiência. Considero tal análise essencial para a compreensão do campo e, por este motivo, adoto no presente item esta distinção como chave de compreensão para a temática a ser explorada.

Corroboro, assim, a opinião de Green (1995) de que a verdadeira questão da psicanálise é saber a respeito da natureza, da função e da economia dos objetos de que trata os objetos psíquicos. Lembremos que o próprio Eu, em sua constituição, deve ser tomado como um objeto pelos investimentos do Isso. Os objetos psíquicos correspondem a uma construção que deve ser

⁴¹ Estas serão trabalhadas no item 5.

3. Ligações simbolizantes: o funcionamento de interfaces e fronteiras

considerada também, segundo o autor, em termos de partes e funções, sendo as partes tomadas sob o ângulo da relação com o Eu e Super-Eu, enquanto as funções remetem, sobretudo, à dinâmica das pulsões e do Isso. As partes referem-se a um enlaçamento em uma imagem, enquanto as funções pressupõem outra espécie de enlaçamento, decorrente do trabalho de interiorização do objeto, constituinte de uma estrutura. Estamos diante da problemática da coconstituição de continentes e conteúdos psíquicos, significantes e significados, em um movimento que envolve tanto o trabalho de representação psíquica quanto os processos de identificação.

Entendo e pretendo articular teoricamente que os elementos heterogêneos do psiquismo podem ou não se tornar significantes para o sujeito, indicadores de uma capacidade de reflexividade, dependendo da qualidade das ligações estabelecidas entre si. Podem se unir em uma textura diferenciada, na qual se entremeiam, nos trilhos de hoje e de ontem, elementos tão diversos como representações, atos, afetos, estados corporais, permitindo a associatividade psíquica. As relações de coexistência e compatibilidade entre ordem simbólica e econômica, como veremos adiante, entre processo primário e secundário, dizem respeito aos efeitos estruturais da terceiridade, simultaneamente produzindo e permitindo a simbolização da diferença e da falta. Prefiro pensar em termos de ligações simbolizantes, uma vez que sua ação possibilita o processo de transformação constituinte do psiquismo que envolve um perpétuo movimento de disjunção e conjunção, podendo ser pensadas, nos termos de Green, como ligações de equilíbrio instável.

3.1 A ligação entre dois ou uma teoria do contato: a superfície significativa

É possível afirmar, a partir do percurso teórico realizado até o momento, que o processo de subjetivação e criação de sentido psíquico se relaciona de forma simultânea e suplementar às transformações pulsionais referentes ao impacto do objeto externo⁴². Em um desdobramento do pensamento freudiano na psicanálise contemporânea, o complexo de Édipo pode ser pensado

⁴² A segunda tópica freudiana introduziu um hiato no processo psíquico entre o Isso e o Eu, entre o psíquico e o subjetivado, o representado simbólico. Este hiato aponta para um tempo primário de processamento psíquico, anterior à simbolização fundada sobre a ausência e a restrição perceptivo-motora que tornam mais complexas as teorizações acerca das relações entre simbolização e tópica psíquica. Os destinos do objeto externo, aquele “absolutamente necessário” na montagem pulsional, e suas vicissitudes psicopatológicas levaram alguns analistas pós-freudianos a teorizarem a respeito de um terceiro modelo topográfico, elaborado a partir do espaço analítico em termos de Eu-sujeito e do objeto. Endosso a opinião de Green: tanto não há necessariamente uma substituição da primeira tópica pela segunda, como o terceiro modelo pode ser considerado como suplementar ao primeiro e ao segundo. Botella (2007) também sustenta que não é necessário confrontar a teoria pulsional à teoria das relações de objeto. Em um primeiro tempo, como vimos, não tem sentido fazer a separação entre pulsão e objeto que, conforme Green, são a mesma coisa e inseparáveis: “Demora muito tempo para a criança perceber que o que lhe falta é algo exterior” (BOTELLA, 2007).

3. Ligações simbolizantes: o funcionamento de interfaces e fronteiras

como preexistente à sua manifestação. Concordo com a visão do Édipo de Green (1990), que concebe uma triangulação generalizada a terceiros substituíveis, presente desde o início da constituição psíquica, que me parece oferecer inteligibilidade às novas formas de organização social na atualidade. A importância da teoria da triangulação generalizada, segundo Green (1995), é fazer coexistirem dois modos de início do Édipo, ambos relacionados às primeiras formas de metabolização das excitações. Um deles acontece no corpo a corpo entre mãe-bebê e o outro através dos mecanismos de identificação, que configuram uma outra maneira de se apoderar do objeto, à distância, por meio de uma referência imaginária. A simbolização da alteridade, interna e externa, opera um início de descorporação por meio de mecanismos de identificação, já trabalhados no item anterior, que inauguram as matrizes do pensamento. Os processos de inscrição psíquica e de identificação se dialetizam na produção de continentes e conteúdos psíquicos, significantes e significados. Contudo, para que os movimentos de disjunção possam fazer surgir relações propriamente simbólicas, não se pode prescindir, em termos da simbolização primária, de uma teoria do contato, de um movimento de conjunção. Considero a dimensão do contato fundamental para pensarmos a instalação das ligações psíquicas, entendidas como a criação de formas e funções psíquicas primárias.

Apesar de Freud, em seu *Projeto* (1895), texto considerado pré-psicanalítico, ter pensado a experiência de satisfação derivada de uma ação específica realizada pelo objeto a partir de uma comunicação primitiva do bebê (a agitação motora ou o grito) – em que poderíamos enxergar o objeto externo se oferecendo como primeira superfície de elaboração e significação das excitações –, Green (1995) entende que a teoria das pulsões, de uma forma geral, escapa à tarefa de fornecer uma teoria de contato ao elevar a princípio guia do funcionamento psíquico as formações substitutivas, onde a satisfação pode ser (re)encontrada, como nos sonhos, nos sintomas e na transferência. Tal compreensão, contudo, refere-se ao entendimento produzido pela primeira tópica freudiana, que pressupõe uma capacidade psíquica de desdobramento/transformação das experiências em produtos propriamente simbólicos, em um tempo autoerótico. Vimos que este tempo da simbolização pode ser entendido como segundo, decorrente do processo de descorporalização, que permite aos movimentos pulsionais se ligarem em um cenário propriamente intrapsíquico.

No momento, contudo, pretendo aprofundar a teoria do contato no que concerne à aparição das primeiras formas psíquicas. Em relação à própria experiência de satisfação, sustento que ela permite que algo se crie internamente à medida que o objeto externo, por meio de sua intervenção concreta, difere a excitação tornando-a tolerável. Assim, instaura-se uma dimensão de comunicação entre dentro e fora, e de esperança, intrapsíquica, como fundamento

3. Ligações simbolizantes: o funcionamento de interfaces e fronteiras

da construção de sentido. A teoria do contato, segundo Green (1995, p.273, *tradução nossa*), “não é a teoria da satisfação pulsional agida, unindo efetivamente a pulsão e seu objeto, mas aquela que reúne o ato específico onde o contato teve lugar, na forma em que a vida mental cria seus *analogons* através das criações ligadas a ele”. Deste modo, a teoria do contato inclui sua efetividade e sua potencialidade, pois instaura não somente representações, mas funções psíquicas. Entendo que o modelo da segunda tópica, centrado na ação das moções pulsionais, e o da terceira tópica, que inclui os cuidados reais, encontram-se no horizonte desta concepção, permitindo pensar que os momentos constituintes tanto da organização do Eu quanto do campo representacional requerem um corpo a corpo, uma relação de superfície a superfície. Tal relação se revela tanto no contato do bebê com seus primeiros objetos, quanto na experiência de materialidade com os *objeux*, como Roussillon propõe. A experiência de materialidade, à medida que ocorre, revela diferenças que conduzem aos desdobramentos simbólicos do campo intermediário, constituindo uma primeira possibilidade de contato à distância, que permitirá a criação de um espaço e tempo psíquicos e da representação propriamente simbólica.

Apesar da primazia representacional de sua primeira tópica, quando Freud pensa a respeito dos primórdios do psiquismo, já é possível encontrar algumas indicações de formas de inscrição psíquica e associatividade mais primitivas que as relativas às formações do inconsciente recalcado. De acordo com a lógica de sua *Carta 52*, tais formas estão ligadas ao processo perceptivo e se configuram por relações de similitude e contiguidade. A própria pulsão, na concepção de Freud, como resultado filogenético de ações interiorizadas, pode ser pensada sob o ângulo da similitude (pulsão como ato interiorizado) e da contiguidade (ação específica em conexão espaço-temporal com a ação não ligada à pulsão) (GREEN, 1995). Também encontramos tais formas primárias na concepção freudiana do nascimento do Eu, que apesar de se apoiar nas descobertas a respeito da melancolia, onde a perspectiva da identificação ganha predominância, é devedora também de uma lógica corporal, a do erotismo anal.

O erotismo anal, como descrito por Freud em *Totem e Tabu* (1913), a partir do estudo da neurose obsessiva, permite-nos pensar a fixação anal como fundada sobre um erotismo de contato, material e interno, colocando em relação à mucosa anal o objeto que ela encerra, as fezes. O movimento de passagem das fezes pela mucosa produz prazer justamente por estabelecer uma interação interna do tipo dentro-fora⁴³. Sob esta ótica, Green (1995) sustenta que uma comparação entre o modelo da relação anal e aquele do Eu como envelope corporal se

⁴³ Tal fixação fundamenta teoricamente tanto o clássico “delírio do tocar” como a sexualização do pensamento.

impõe. A melancolia, considerada como impossibilidade de realizar o luto do objeto, igualmente pode ser pensada a partir desta lógica, como uma forma de retenção simulada, a partir da incorporação do objeto perdido no Eu cindido. Diferentemente da relação anal, em que se pode pensar em um objeto parcial, na melancolia, no entanto, trata-se de um objeto insubstituível, pois coextensivo ao Eu. Deste modo, a referência freudiana desloca seu acento na segunda tópica para o lado do objeto indispensável.

Em relação à compreensão freudiana do Eu como um “ser de superfície”, cabe ressaltar que quando Freud se refere à discriminação do Isso/Eu como um processo que ocorre pela constituição de uma superfície de projeções, capaz de conferir qualidade psíquica às excitações à medida que estabelece um limite entre dentro-fora, relacionando as duas faces (interna e externa) que constitui, sendo que o Eu recolhe as percepções corporais dessas faces. A projeção as eleva a uma qualidade mental, não mais referindo sua diferença em termos de dentro e fora, mas sim em termos do confronto com formas que nascem de dentro e são carregadas das exigências imperiosas das pulsões, que dão lugar às representações inconscientes (GREEN, 1995). Este conjunto merece ser chamado de ego inconsciente (se aí também se incluem as defesas contra a tomada de consciência das representações inconscientes). O resultado do confronto entre ego corporal e ego inconsciente poderia ilustrar a unidade superior do contato na segunda tópica de Freud.

Tal unidade superior ligará os aspectos do ego corporal pertencentes, podemos dizer, pela conexão espacial de seus componentes, ao mecanismo da contiguidade, e aqueles do ego das representações inconscientes derivadas do Isso, que realizam seu objetivo somente por similitude – esta é a semelhança que está aqui ao primeiro plano. (GREEN, 1995, p.277-8, *tradução nossa*)

Insistir a respeito das relações de superfície do Eu é, a meu ver, contudo, prioritariamente, focar na sua relação com o que lhe é externo, centrando “o papel do objeto entre as funções do Eu em sua relação com o exterior” (*Ibid.*, p.278). A superfície do Eu decorre necessariamente do contato – por meio da percepção, função psíquica situada nos limites entre o psíquico e o somático e entre o psíquico e o mundo exterior – com outra superfície corporal, a do objeto. O Eu corporal, segue Green (1995), forma suas percepções em um movimento de oscilação entre o que ele percebe de si mesmo enquanto ser que toca – e o olhar pode ser concebido, aqui, como uma forma de tocar (à distância, como diria Merleau-Ponty) –, pela estrutura dupla da percepção, e aquele percebido do objeto pelo qual é tocado. A unidade dos dois modos da contiguidade e da similitude concerne, de fato, primariamente ao objeto externo. É somente num segundo tempo que o “corpo toma o lugar do mundo exterior”, tornando-se o segundo mundo exterior do Eu, momento que coincide com a sutura do

autoerotismo, em que o narcisismo dito primário se consolidou. Desloquemos, então, a discussão para as contribuições dos autores pós-freudianos que puderam realizar importantes desdobramentos teóricos neste campo.

3.1.1 O corpo-a-corpo simbolizante

Se Winnicott sustentou a importância do espelho primário e do *holding*, compreendido enquanto a totalidade da função materna que dá suporte à criatividade do bebê na constituição do seio como fenômeno psíquico, ele não deixou de frisar a importância do contato direto com o objeto-ambiente. Os aspectos sensíveis e de fronteira corporal na forma do *handling* são fundamentais para a integração psicossomática. O *holding* abarca o *handling* e pode ser compreendido como enquadre primário, configurando um espaço onde se desenrolarão as primeiras atividades e transformações psíquicas constituintes. A teoria do contato dialoga com o paradoxo do encontrado-criado, como fundamento do símbolo.

Winnicott localiza no contato corporal uma forma de elaboração imaginativa, descrevendo uma forma rudimentar de *imaginação*, ativa desde o nascimento, que se utiliza das relações de interação com os objetos antes mesmo de o bebê descobrir que existem objetos. A vivência de reciprocidade na experiência de ilusão se encontra na origem de uma primeiríssima apropriação psíquica desta experiência de limite corporal, sendo por meio dela que o bebê pode incorporar as propriedades do objeto. Lembremos que Winnicott localiza a psique justamente no espaço corporal. Nos tempos inaugurais do Eu, comenta Naffah (2013), o bebê ainda vive disperso no tempo e no espaço, tendo uma identidade totalmente evanescente que se desloca por várias formas. O objeto subjetivo, portanto, pode ser, em diferentes momentos: a pura urgência instintiva, o seio que abocanha e o leite que engole. Quando ocorre uma totalização destes fenômenos corpo-objeto externo, o seio se instala como um fenômeno subjetivo. Tal fenômeno corresponde a uma identificação primária como parte do processo de elaboração imaginativa. Winnicott considera que existam dois tipos de seio, ou seja, dois tipos de mãe:

um seio que *é*, permitindo ao bebê a ilusão de onipotência e a identificação primária; e um segundo tipo de seio que não *é*, mas que *age*, impondo padrões externos ao bebê efazendo-o descobrir a existência de um mundo exterior à sua área de onipotência, num período em que ainda não tem maturidade para isso. (NAFFAH, 2013, p.45-46)

O primeiro tipo de seio configura o núcleo de origem do Eu e das funções representativa e de limite, e o segundo suscita a reação defensiva do bebê. Considerando o aspecto pulsional deste processo, conforme leitura de Roussillon (2013), tal identificação primária diz respeito à instalação de uma primeira ligação psíquica, sensório-motora, que traz em si a potência significativa da vivência de reciprocidade zona-objeto que lhe constitui.

Em termos mais metapsicológicos – e acredito que em diálogo com a teoria generalizada da representação de Green –, Nicolăidis (1989) propõe uma consideração interessante a respeito da teoria do contato. Assim como Green, o autor entende que a representação abarca todo o funcionamento do aparelho psíquico, contudo, analisa as diversas formas de sua inscrição, de acordo com diferentes graus de representabilidade. Penso que quando ele nos fala em diferentes graus de representabilidade, se refira a diferentes qualidades da ligação psíquica. Vejamos: o autor distingue, no campo da alucinação primitiva de Freud – campo da simbolização primária –, duas componentes em interação e influência recíproca: a “representação” primeira, que ele chama de objeto referente, e a representação significativa⁴⁴. Neste período inicial da vida psíquica, Nicolaïdis propõe que a pulsão se apresente por meio de uma imagem “objetiva” concreta, ainda não alucinável (compreendo que autor se refira, aqui, à satisfação alucinatória de desejo) do objeto, denominada de “representação” do referente. O objeto referente, na visão do autor, embora constitua um elemento de organização essencial para o lactente, emite sinais que ele não consegue decifrar, estabelecendo-se por meio de um movimento imajante, mas não-significante e que não tem, primariamente, valor defensivo. Difere, assim, de uma *Vorstellung*, conceito que, na visão de Laplanche e Pontalis (1999), pode ser aproximado da noção linguística do significante, considerada como uma unidade semântica, um signo coordenado com outros, uma representação. A *Vorstellung* como imagem psíquica, a meu ver, corresponde propriamente a uma projeção mental.

O objeto referente se constitui como um simples receptáculo de imagens que se mantêm numa relação de semelhança e simetria com um objeto.

⁴⁴ A primeira, no caso do trauma precoce, é situada no tempo e no espaço do fenômeno do colapso (*breakdown*) de Winnicott, onde se perpetua um estado de coisas impensável.

Sob esta perspectiva, ele está relacionado com a constituição do inconsciente, prévia ao recalque, em uma lógica da *Darstellung*⁴⁵, para utilizar o termo freudiano, da apresentação como um aparecimento no aparelho psíquico da imagem sob a forma do acústico, do visual, ou dos dois juntos, atribuída a um estado do corpo próprio, uma figura estésico-afetiva, uma apresentação sob a forma de uma percepção-sensação concreta em que não há distinção entre representante e representado (significado-coisa e significante). Tal aparecimento envolve uma ligação da dimensão propriamente quantitativa do funcionamento mental, que se espalha sobre a superfície do corpo, sobre os traços perceptivos deixados pelo objeto. Nicolaïdis recorre a A. Potamiancou, que pensa que no inconsciente existem também experiências pré-objetais, traços que não são exatamente uma representação, que não contém nenhum grau de simbolismo, mas que devem ser considerados como sensações demarcadoras. Tais sensações poderão ou não ser, em seguida, pegadas nas malhas da organização das representações e se tornarem significantes.

Nicolaïdis (1989) compreende o período do referente como de uma escrita pictográfica, um sistema que permite uma comunicação por “especularização simétrica” (espelho antes do estádio), por um reconhecimento direto do objeto sem intermediário simbólico, em que domine a primazia da representação de coisa. A comunicação entre mãe e bebê se dá via mímicas, posturas e gesticulações, que exercem uma atração permanente em direção à imagem dos objetos que ela apresenta. A representação imajante ou representação de coisa, segundo o autor, pode ser, neste momento, considerada como um “proto-pictograma”, pois difere, em sua

⁴⁵ Luiz Hanns (1996) analisa, em seu *Dicionário Comentado do Alemão de Freud*, a diferença entre os termos *Darstellung* e *Vorstellung*, em relação ao processo de representação psíquica. O comentador do texto freudiano propõe que a *Darstellung* tem como características constituir, dar forma apreensível e mostrar. Seu processo, nomeado de *Darstellbarkeit*, envolve a captura do instante em que ocorre a mediação entre aquilo que ainda se encontra em estado inapreensível e sua constituição em uma forma, inteligível aos sentidos (linguagem sensorial, forma pictórica, auditiva, cinestésica, etc.), produzindo uma imagem sensorial que pode fazer surgir alucinações motoras. Hanns, contudo, frisa que essa linguagem de imagens de sensações motoras constitui uma atividade tão objetivante quanto colocar a satisfação alucinatória na linguagem de imagens auditivas, visuais, gustativas e olfativas, etc. É esta forma de representabilidade que irá aparecer na linguagem onírica. Hanns conclui que as imagens sensoriais não constituem representantes-representações, ou símbolos-emblemas, mas são a configuração da coisa, a forma, uma imagem presentificada e apreensível. Esta atividade dirige-se a alguém, é um “imaginificar dirigindo-se ao outro”. Hanns (1996, p.384) considera que a *Darstellung*, “para representar internamente algo de forma apreensível, coloca o próprio sujeito como o “outro alguém interno” ao qual a *Darstellung* se dirige”. Esta dimensão de desdobramento remete a toda a problemática do duplo na psicanálise. Já o termo *Vorstellung*, diferentemente, implica a visualização de um movimento de colocação de algo diante de si, que recobre todo o “arco” (pegar o objeto, trazê-lo e depositá-lo diante de si). Trata-se, segue Hanns, de invocar e montar uma cena ou imagem na consciência a partir de elementos já representados no aparelho psíquico. Geralmente, as *Vorstellungen* se encontram associadas, no psiquismo, em uma extensa malha de ideias e imagens inter-relacionadas, porém não de forma estática. Hanns aponta que elas podem estar ligadas (*gebunden*) ou não às pulsões, podem estar associadas (*verknüpft*) ou não a outras, investidas (*besetzt*) de afetos e energia ou não. É ao longo da malha de *Vorstellungen* que os afetos se deslocam: “Ao ligar-se (*binden*) a uma *Vorstellung* é que a pulsão se faz representar. Neste sentido, as *Vorstellungen* são ‘suportes’ que carregam e representam as pulsões no circuito de circulação intrapsíquica, isto é, são *Repräsentanten*.” (HANNS, 1996, p.399). A *Vorstellung* pressupõe um trabalho psíquico de associação inconsciente, determinado por fantasias, como veremos adiante. Desta forma, podemos concebê-las como decorrentes do trabalho associativo de um psiquismo diferenciado entre interior e exterior segundo o duplo limite proposto por Green, sendo o mundo interno constituído por fantasias, funcionando sob a lógica do princípio do prazer-desprazer.

concepção, do conceito de pictograma de Aulagnier, que já carrega em sua formação um germe de simbolização. A meu ver, a interpretação de Nicolaïdis realiza uma espécie de fotografia do momento de primeiro contato, da primeira conjunção constituinte do amálgama que Freud chamou de *raw material*. Entendo, contudo, em consonância com o pensamento de Green, que seja importante ressaltar o contínuo movimento de conjunção e disjunção envolvido nos processos de simbolização primária e que qualquer paralisação deste ritmo psíquico seja decorrente de um traumatismo, como será discutido adiante. Então, considero que esta primeira imaginarização sensível já envolva um germe de simbolização que possibilitará seu desdobramento propriamente simbólico após novas transformações.

Sem pretender realizar um aprofundamento das ideias da autora, acho importante resgatar a concepção de Aulagnier a respeito do pictograma. Trata-se de um desdobramento interior de uma imagem da complementariedade entre “zona sensorial-objeto causa de excitação”, na experiência de prazer. A autora entende que a complementariedade zona-objeto engendra uma ilusão de autocriação do objeto adequado a ela. Aulagnier não se refere diretamente à experiência de ilusão de onipotência de Winnicott, mas tal associação me parece bem plausível. O pictograma pode ser compreendido

enquanto estabelecimento de um esquema relacional, no qual o representante se reflete como totalidade idêntica ao mundo. O que a atividade psíquica contempla e investe no pictograma é o seu próprio reflexo, que assegura que entre o espaço psíquico e o espaço do “extra-psique” existe uma relação de identidade e especularização recíproca. (AULAGNIER, 1979, p.51)

A representação pictográfica constitui uma figuração de uma percepção através da qual zona e objeto primordiais passam a existir um em relação ao outro, sendo esta indissociabilidade correlativa à representação primordial, pela qual a psique figura toda experiência de encontro com o mundo. Podemos pensar em uma mútua constituição entre instância representante e o representado, entre continente e contido. A boca, na opinião de Aulagnier, torna-se representante pictográfico e metonímico das atividades do conjunto das zonas, representante que autocria por ingestão a totalidade dos atributos do objeto, o seio, representado como fonte global e única dos prazeres sensoriais. A meu ver, o pictograma, como proposto por Aulagnier, difere da acepção comum de representação pictórica, constituindo um primeiro traçado psíquico (*Bahnungen*), uma figura sensório-motora composta de traços mnêmicos perceptivos, que pretende ligar psiquicamente as excitações que chegam simultaneamente do interior e do exterior, configurando uma superfície significativa. Esta discussão exige que outros parceiros sejam trazidos para o diálogo e que a problemática da *Darstellung* seja retomada e aprofundada.

Kahn (2001) sublinha o caráter de realização psíquica, sob a forma de alucinação, da *Darstellung*, da apresentação primeira. A alucinação deve ser entendida, aqui, como um *Agieren* psíquico, que opera uma transformação da matéria psíquica sob o impacto pulsional, criadora de uma primeira forma psíquica. Kahn considera que apesar do agir ser um conceito importante tanto na primeira tópica como na segunda, a mudança na compreensão da função primária do sonho trazida pela segunda tópica, entendida a partir de então como ligação psíquica primária de uma matéria bruta, uma primeira transformação criativa psíquica, faz com que a apresentação psíquica se torne o paradigma dos efeitos do Isso sobre a superfície psíquica. Tal pensamento se alinha ao de Green (2000, p.107), que propõe que, se na primeira tópica se tratava de uma realização registrada e figurada na cena psíquica, na segunda tópica, pelo contrário, o sistema “deve se realizar de um modo ativo (atuado ou alucinatório, e até somático por pré-definição) como uma percepção ou ato, e advir energeticamente sob uma forma motriz ou perceptível, sensível de toda forma”. O ato serve de paradigma para a segunda tópica; um ato que corresponde ao atuar pulsional, constituinte do ritmo primário, e não à ação propriamente dita.

Todo interesse na problemática da apresentação psíquica, acrescenta Kahn (2001), refere-se à transformação dos chamados sinais de percepção, ou traços mnésicos perceptivos, como Freud os nomeou em 1896. O fenômeno analisado realiza, na presença da impressão sensível, uma disjunção transformadora da matéria primária, bruta e concreta. Na dimensão qualitativa, os signos são transformados em representações de coisa, em imagem mnésica, aptos a se requalificar. Na dimensão quantitativa, estes mesmos traços conservam da percepção primária a energia engajada em seu investimento. Sob esta perspectiva, eles deixam de ser sinais para se tornarem marcadores de uma intensidade energética destacada de sua ancoragem perceptiva, uma quantidade indiferente que possibilita a transferência psíquica. De toda forma, Neyraut (2001) comenta a hipótese de Kahn, sublinhando que a apresentação tem como função agregar e combinar a quantidade e a qualidade, ao articular, em todos os planos das operações psíquicas (sonho, sintoma, ato e transferência), a ação em direção à forma e a ação da forma.

Por ação da forma, Kahn (2001) designa a relação orgânica, perfeitamente solidária, que aglomera a ação fantasística que se realiza de maneira deformada no ato psíquico, a ação transferencial que ocorre neste ato e o movimento engendrado pela transformação das formas constituintes do próprio processo: “É nesta trama processual que as percepções são interrogadas pelo filtro de sua destinação, que sua destinação orienta a cenarização do *Agir* e que tal cenarização, sempre incompleta, impulsiona, por sua vez, novas formas” (KAHN, 2001, p.1062). Green (2001) alerta, contudo, para a importância de se considerar o conflito de forças

3. Ligações simbolizantes: o funcionamento de interfaces e fronteiras

na origem da ação da forma. O conflito pulsional deve ser pensado entre uma inclinação psíquica a tomar forma e uma tendência contrária, seja pela oposição de outra forma, seja por perder toda referência à forma vinculada ao funcionamento por desligamento, conforme será abordado adiante. Este conflito de forças previne que o conceito de ação da forma escorregue para o lado da homogeneização. Além disso, o autor também ressalta o interesse pelo jogo entre formas psíquicas: as diversas formas agindo e reagindo umas às outras, o jogo da relação de forças entre elas. Tal jogo indica, a meu ver, o trabalho psíquico das diferenças. Considero tal preocupação de Green central à presente tese, pois confere relevância justamente à problemática das ligações psíquicas em sua relação com o funcionamento psíquico.

No meu entender, o psiquismo, por meio da apresentação primária, conjuga força e sentido em uma ligação capaz de, a partir deste momento, ser novamente conjunta/disjunta e abrir-se para novas formas psíquicas. Se Kahn aborda este movimento significativo sob uma perspectiva propriamente intrapsíquica, Nicolăidis (1989) enfatiza a ação da dimensão intersubjetiva. Segundo o autor a qualidade e intensidade das fantasias histórico-mitológicas parentais, aliadas à sua capacidade de ilusão, configuram o ingrediente necessário para tornar o objeto referente em representação significativa, protossimbólica. O grau de edipianização das fantasias maternas intervém como um elemento de separação e de diferença na relação dual mãe-bebê durante o período que corresponde, segundo o autor, ao primeiro tempo da castração. Neste contexto, o seio se torna um seio-falo: “Esta representação corporal universal (representação significativa), enquanto lugar das identificações primitivas, *é uma representação fálica* agindo como sinal de separação (e de diferença) e isto corresponde ao *Significante psicanalítico*.” (NICOLAÏDIS, 1989, p.73). A origem do eixo fálico do significante, no pensamento do autor, consiste no traço de união entre as fantasias parentais e as fantasias do sujeito, evitando, deste modo, a captação pela imagem do primeiro objeto libidinal e instaurando a capacidade metafórica do psiquismo, assim como a sexualização-edipização da relação⁴⁶. Desta forma, o seio-falo, enquanto significante primeiro (sucessor do objeto referente), corta a relação dual/especular mãe-bebê, agindo como instância “terciária” provocando e, simultaneamente, colmatando o vazio deixado pela perda original: “*Corta e permite ao mesmo tempo*, torna possível a relação” (*Idem*, p.77). O seio-falo pode ser entendido sob a ótica da teoria da triangulação generalizada a terceiros substituíveis de Green (1982), como um terceiro precursor do simbolismo e da proibição do incesto.

⁴⁶ Se a “dose fálica”, nos diz Nicolăidis, não é suficiente, o tratamento das diferenças se desenrola aquém do campo terciário, da edipização da relação.

O que muda, na opinião de Nicolaïdis, não é o significante, mas seu suporte simbólico, sua encarnação: o falo está tão presente no seio como mais tarde o estará no nível genital. Consequentemente, o autor considera que os traços perceptivos que formam as representações imajantes passam a servir de suporte (protótipo, molde matricial do sujeito-corpo) para as expressões metafóricas e metonímicas enquanto instrumento de relações objetais, de identificações secundárias. Além de funcionar como elemento de separação, o significante fálico se revela também como uma ponte, transformando a perda em ausência. Os traços mnêmicos ligados às primeiras perdas-faltas-desejos constituem, assim, os primeiros moldes do inconsciente, moldes que servirão de protótipos para a representação de objeto. Por representação de objeto, Nicolaïdis (1989) entende o objeto do desejo e a cena que evoca sua re-representação. A ligação das fantasias histórico-mitológicas parentais com as fantasias originárias⁴⁷ do sujeito serve, portanto, de contexto para a textualização e roteirização do inconsciente. O bebê pode, então, descobrir sua mãe e através dela as primeiras representações simbólicas que têm como fonte a relação psique-corpo, encarnando, desta forma, o simbólico. Uma boa “transferibilidade” das fantasias parentais configura a perda original de forma a transformar a alucinação primitiva em alucinação de desejo, enquanto capacidade de desejar o objeto ausente. A boa perda, por conseguinte, sustenta Nicolaïdis (1989), pode ser uma introdução ao espaço do jogo, aquele colocado a serviço da comunicação consigo mesmo e com os outros.

Green também pensa que a diferença fantasística existente entre o bebê e sua mãe tem um papel relevante na separação primária entendendo, em ressonância com o pensamento de Anne Denis, que a ficção constitua a característica primordial do psiquismo (GREEN, 2001a, 2002b). Através de uma elaboração um pouco distinta daquela de Nicolaïdis, Denis chega a considerações teóricas comuns, compreendendo, como condição necessária para animação ficcional, a sustentação de um campo de ficção no discurso parental. Este campo faz surgir uma diferença que se faz presente no contato, por meio dos representantes psíquicos da pulsão que

⁴⁷ Apesar da temática a respeito das fantasias originárias ser polêmica, elas podem ser consideradas, sob esta perspectiva, como formações psíquicas organizadoras dos processos conjuntivos/disjuntivos que ligam história e estrutura. Desta forma, podem ser articuladas ao campo da terceiridade psíquica que permite a simbolização do campo edípico originário e a constituição da satisfação alucinatória de desejo. As fantasias originárias, na visão de Green (1982), não são representações, muito menos conteúdos, elas são mediações e apresentam uma função estruturante e operatória de indução da representação. Green pensa que, por meio da fantasia originária, o que pode ser chamado de complexo primário representação-afeto se constrói. Neste entrelaçamento, força e sentido configuram um campo de apropriação recíproca e deste quiasma, insiste o autor, origina-se a libido propriamente dita e o que pode ser compreendido em termos de um representante ficcional. Se Freud nos diz que o inconsciente é esta outra cena, é porque um espetáculo é apresentado aí, um espetáculo que afeta o sujeito (GREEN, 1982). As fantasias originárias contribuem para sua construção entrelaçando o afeto a um cenário visual. Assim, parece-me ser possível pensar que o trabalho das fantasias originárias sustenta a transformação das representações de coisa de *Darstellungen* em *Vorstellungen*. Green (1982) aponta que o desejo (ou a relação de objeto), desta forma, advém como objeto psíquico. As fantasias originárias configuram o desejo como modalidade de transformações que não afeta apenas o objeto, mas o produzem enquanto objeto, contribuindo, assim, para a reflexividade psíquica, ou seja, a autorrepresentação das experiências.

3. Ligações simbolizantes: o funcionamento de interfaces e fronteiras

atuam sobre a base corporal mãe-bebê, remetendo, no entanto, cada um a seu próprio corpo. Tal campo instaura um representante ficcional que é requisito da transicionalidade, fonte da elaboração do significante e da terceiridade. Green (2001a) nos lembra que a transicionalidade porta implicitamente uma dupla negação: a representação não é a coisa e o objeto que a sustenta não se identifica com sua representação. Pais que enunciam somente “verdades”, ou seja, não podem sustentar fantasias histórico-mitológicas ou as transformam em segredos, perturbam a criação deste campo ficcional.

Retomando a perspectiva propriamente intrapsíquica, considero que são justamente as relações entre apresentação e representação que merecem maior atenção. Neyraut (2001), em diálogo com Kahn (2001), propõe que o afeto se torne, por meio desta primeira transformação, uma forma pura capaz de se reencarnar. Entendo que, desta forma, o autor dialogue com a proposição de Green (1982, 2011) do afeto como o significante da carne e a carne do significante. A natureza profunda do afeto consiste em ser, então, evento psíquico ligado ao movimento em busca de uma forma (GREEN, 2001b). Green (2011) propõe designar o que Freud denominou, em 1923, como um “algo” precursor do que se tornará consciente sob o aspecto qualitativo de prazer e desprazer (sensações diretas de prazer e desprazer), de representante-afeto. Desta forma, este “algo” precursor dos afetos tem um certo “poder de representar”, favorecendo também o encadeamento psíquico. Hanns (1996) aponta que o “quantum de energia” ou investimento pode visar, então, uma representação, o próprio Eu, imagens, conexões ou objetos externos. Corroboro a concepção de Kahn e Green a respeito da transferência como uma ação de encarnação. Green (2011) pensa que a problemática da figurabilidade psíquica na verdade remete à da inteligibilidade, à medida que reenvia ao destino da quantidade em movimento, do sentido que ela veicula e seus diferentes modos de “precipitação”, sendo que a palavra somente assegura sua continuidade (ao permitir perceber os processos de pensamento). A ligação primária produz, então, o que Green compreende como um investimento significativo, capaz de encadear traços em um trilhamento de sentido. Assim, podemos pensar que os afetos se inscrevem na memória como estruturas funcionais e não propriamente como conteúdos (BARROS, 2000).

Em uma tentativa de articular o modelo da primeira tópica freudiana ao da segunda, Green (*apud* URRIBARRI, 2013) nos oferece uma conceitualização esclarecedora das relações entre apresentação e representação psíquica, a partir de sua compreensão a respeito do conceito de representação de coisa e de seu lugar no psiquismo. O psicanalista francês entende que, apesar do representante psíquico da pulsão poder ser considerado como o primeiro esboço do sujeito, esta primeira ligação, realizada pela experiência de prazer, não é suficiente. Lembremos

a distinção que Freud faz em seu *Projeto* (1895) no campo da satisfação alucinatória, decorrente da experiência de satisfação: primeiro ocorre um investimento de prazer, pura reminiscência sem representação, depois lhe sucede o investimento de objeto, que já pode ser considerado como uma primeira representação e, desta forma, uma primeira rememoração. Green (*apud* URRIBARRI, 2013) propõe que seja necessário um trabalho de ligação, concomitante à ligação da moção em um representante psíquico, com o rastro mnêmico do objeto deixado pela experiência de satisfação, uma cooptação da representação de coisa para que o inconsciente se constitua como matriz da simbolização psíquica. Esta passagem pela representação de coisa é que diferencia o Isso do inconsciente e que torna este último a instância dos investimentos psíquicos capazes de transformações diferenciadas. A representação de coisa opera ligando, transformando, limitando e dando figuração à energia pulsional (GREEN *apud* URRIBARRI 2013). Penso, então, na afirmação de Freud, em sua carta a Groddeck de 1917, de que o inconsciente constitui certamente o intermediário correto entre o corporal e o anímico, o *missing link* buscado há tanto tempo. Nas palavras de Green (*Ibid.*, p.158): “A representação de coisa funciona – ou melhor dizendo, pode funcionar – como uma encruzilhada, uma ponte, o elo por meio do qual trabalha a simbolização”.

Faltava, portanto, à teorização de Freud a respeito da origem das representações de coisa, a parte relacionada à pulsão. Se Freud entende que as representações de coisa derivam das percepções, a representação inconsciente deve ser pensada a partir de um duplo sistema de representação: a representação de coisa, derivada do mundo exterior, suscetível de trazer satisfação, e outra, advinda do corpo, o representante psíquico da pulsão que exige a satisfação (GREEN, 2011). Green (2011, p.44, *tradução nossa*) conclui: “a representação inconsciente é constituída por um misto, uma associação, um amálgama formado pelo investimento por meio do representante psíquico, vindo do corpo, e pela representação de objeto, vindo do mundo”. A representação de coisa constitui, assim, enquanto uma imagem sensório-motora-perceptiva⁴⁸, uma figura em aberto que servirá às associações e tornará a servir nas conexões com traços mnêmicos verbais.

Em consonância com este pensamento, Guillaumin (2001) entende, por conseguinte, que não há ainda uma definição verdadeira de *Darstellbarkeit* na obra de Freud, apesar do termo ter sido utilizado para se pensar a construção das figuras oníricas. A respeito da consideração à figurabilidade, o autor propõe que a experiência imajante remeta ao investimento não somente

⁴⁸ Lembremos que a noção de imagem motora de Freud (*Projeto*, 1895) é paradoxal, nada tendo de imagem, mas constituindo-se como evocação de movimento, indução ao ato, espécie de sensorialidade movediça que quando a linguagem tiver a função de reinvestir de qualidade o processo de pensamento, aparecerá de outra forma (Green, 1982).

3. Ligações simbolizantes: o funcionamento de interfaces e fronteiras

do sensório, mas de algo mais complexo, a imagem. Esta utiliza, por meio de uma combinação de impressões sensoriais passivas, marcas recebidas do ambiente e de expressões projetivas ativas impostas pelo Eu ao mundo exterior, os traços sensório-perceptivos para se manter suspensa entre o interior e o exterior do Eu: “Tal combinação resulta de um equilíbrio mais ou menos estável, muitas vezes transitivo, móvel e capaz de transformações figurativas, entre dois movimentos, um receptivo e centrípeto e outro exercendo uma ação modeladora centrífuga na periferia” (GUILLAUMIN, 2001, p.1339, *tradução nossa*). Desta forma, a imagem constitui, simultaneamente, um continente e um reservatório de sentido detentor de mensagens simultaneamente extero-, intero- e próprio-ceptivas, que podem, sob certas condições, servir de molde para a representação, a simbolização e a interpretação. Ela apresenta um papel de interface entre afetar e ser afetado, o que lhe confere um valor de *formação limite* do Eu e do não-Eu, participando de um e de outro.

A parada sobre a imagem, ou sobre o registro imajante, detém tanto a invasão do mundo interno pelas excitações exógenas quanto a hemorragia do mundo interno no mundo externo. A imagem fornece temporariamente, por meio de uma espécie de latência sensorial, um horizonte ao mesmo tempo distante e próximo da psique, e torna possível no *après-coup* a transformação em psíquico daquilo que está aquém deste horizonte, mas também aquilo que vem de dentro do Eu, como realidade em si, no exterior do Eu. (*Ibid.*, p.1339, *tradução nossa*)

A imagem conjuga, assim, uma função defensiva e organizadora, oferecendo-se tanto como ponto de apoio ao psiquismo quanto ponto de contato separador entre o Eu e o não-Eu, uma verdadeira superfície significante com função de limite, que fixa sobre sua cena movimentos passivos e ativos que não param de se misturar e de se remeter uns aos outros, entre interior e exterior, evitando assim a intrusão traumática e a aniquilação uns dos outros (GUILLAUMIN, 2001). Desta maneira, a imagem colmata os rasgos egóicos da primeira separação e suspende os efeitos de violência traumática da percepção da alteridade. De toda forma, Guillaumin (2001) propõe o reconhecimento de um duplo caráter comum em todas as modalidades da imagem: de ser lugar continente de uma associação ou de uma ligação de composição variável (agir e sofrer, atividade e passividade) e de ser o meio funcional de elaboração de um limite entre Eu/não-Eu.

O pensamento de Green e de Guillaumin oferece desdobramentos ricos para a psicanálise contemporânea, talvez o *missing link* entre as teorizações da primeira tópica e as derivadas da segunda tópica, sob os auspícios de uma terceira tópica. É a coalescência entre os dois tipos de inscrição psíquica, derivadas do corpo e do mundo exterior, que se transforma em força dinâmica e motriz, dotada de um sentido rudimentar. A vantagem desta visão, segundo

Green (2011; *apud* URRIBARRI, 2013), é não pensar a representação como uma fixação, mas como uma ligação. A representação de coisa constitui, a meu ver, uma ligação primária de equilíbrio instável com função de pára-excitação, que abre o campo para a realização alucinatória do desejo. Ela envolve uma captura energética, à medida que o investimento do Isso por meio do representante psíquico da pulsão ocupa (*besetzen*) os traços do objeto. Esta ligação primária corresponde à construção de uma via de facilitação (*Bahnung*), como Freud descreve em seu *Projeto*, uma associação entre a percepção de uma necessidade com a percepção do objeto e com a percepção da satisfação, produzindo um traço mnêmico que poderá ser percorrido pelo investimento psíquico, um verdadeiro trilhamento significativo.

Ora, [...] a representação de coisa não é uma representação da coisa, mas um conjunto associativo relativo a este ou àquele traço dela, ou mesmo do campo no qual ela está situada e que sua especificidade é a de ser uma figura de investimento dos traços deixados por essa configuração. Reencontra-se aqui discrepância análoga à que separa percepção e representação na discrepância que separa as imagens mnêmicas diretas da coisa e os traços mnêmicos derivados dela. O traço vive apenas da repassagem sobre um traçado que o reanima e constitui sua manifestação. (GREEN, 1982, p.282)

Torna-se, portanto, fundamental resgatar certas formulações a respeito da organização egóica. Lembremos que Freud (1895), em uma descrição sistêmica e funcional, associa uma certa quantidade de interligações (*Bahnungen*) à formação do Eu. São estas interligações que permitirão, por meio de seu reinvestimento, tanto a satisfação alucinatória do desejo como as inibições do curso da quantidade movediça pelo investimento lateral. A interligação ou facilitação (*Bahnung*) constitui um termo central que permanece, segundo Hanns (2006), subjacente a inúmeros conceitos psicanalíticos, tais como traço mnésico, processamento associativo e resistência, relacionando-se, portanto, intimamente com a função de representação.

Neste contexto, gostaria de discutir algumas ideias de Green acerca da teoria do contato e do duplo para pensar as primeiras ligações constituintes do Eu enquanto uma estrutura de interface e fronteira. O autor relembra uma frase de Freud, escrita em *Notas Póstumas*, onde se afirma que “a psique é extensa, mas ela não sabe disso”, o que nos faz entender que o aparelho psíquico, para ele, se desdobra num espaço que é da ordem da extensão. A dimensão espacial fica evidente em sua compreensão do Eu como um ser de superfície. Green postula a noção de limite no início de qualquer organização: ela distingue dois objetos, dois territórios, dois espaços, duas qualidades, dois atributos, que à medida que se instalam, produzem, simultaneamente, um campo de trocas.

3. Ligações simbolizantes: o funcionamento de interfaces e fronteiras

O Eu, na visão de Green (1966, 2010), como vimos, constitui-se enquanto uma função limite por meio dos mecanismos de duplo retorno (a intersversão sobre a própria pessoa e o retorno em seu contrário), abrindo dois sub-espacos que passam a se comunicar entre si: o dos investimentos de objeto e o dos investimentos narcisistas. A teoria do contato se encontra no cerne da instalação da função limite do psiquismo, mas deve ser desdobrada para que possa constituir espacos psíquicos diferenciados tanto internamente quanto em relação ao exterior:

Há uma função limitante – ou uma função no limite do recalçamento – que se torna uma função do Eu tanto no interior (na vizinhança do Isso) quanto no exterior (na vizinhança da realidade e do objeto). Que estes dois limites tendam a ser um só pela projeção, é o que se constata na experiência analítica. (GREEN, 1966-7/1988a, p.175)

Se Freud (1900), quando discorre acerca do problema da figurabilidade no sonho, diz que a analogia, o contato e a semelhança são tudo o que existe no inconsciente, Green (1990) considera como matrizes simbólicas – mecanismos primitivos do pensamento – as ligações psíquicas por simetria, oposição e complementariedade. O mecanismo da intersversão sobre a própria pessoa pode ser considerado como um desdobramento simétrico que, aliado ao retorno em seu contrário, mecanismo propriamente de oposição, estabelece uma relação de complementariedade entre ambos, figurada pela fita de Möebius, que não tem “dentro” nem “fora”. A ligação é sempre dupla: há a ligação intrapsíquica, entre dois elementos da psique, e há a ligação intersubjetiva, entre o Eu e o objeto. Em ressonância a tal pensamento, Green (1988b) enfatiza a *forma* assumida pelos investimentos do sujeito e os investimentos do objeto em um relacionamento da complementariedade narcísica. O objeto é modelado sobre o narcisismo do sujeito em um relacionamento de duplicação mútua; um é o duplo do outro. O duplo é essencialmente o primeiro objeto com que o sujeito troca de lugar.

É possível pensarmos na necessidade de uma teoria de contato, em psicanálise, como constituinte de uma experiência tópica e dinâmica, anterior às formulações a respeito das vicissitudes representacionais da perda e da ausência, onde o que é da ordem do econômico é tomado sob uma forma indissociada da vivência de prazer e das primeiras significações que esta veicula. Trata-se, a meu ver, de uma experiência que confere formas primárias entre o dentro e o fora para a moção pulsional, concretizando uma ligação simultaneamente a um limite, seguindo o modelo do continente-contido, mas que ainda depende da presença objetiva do objeto⁴⁹ e que pode ser figurada como uma superfície significativa. O enquadre oferecido pelo *holding* materno permite o surgimento desta primeira forma, que configura uma interface

⁴⁹ Não há, ainda, distinção entre dentro e fora, existindo apenas um acoplamento, uma bidimensionalidade, segundo Anzieu (1986). Green e Roussillon afirmam que este momento remete a um funcionamento psíquico chamado de analidade primária.

entre sujeito e objeto, um primeiro fenômeno significativo que Winnicott chamou de fenômeno subjetivo. Tal superfície é constituída por significantes estésico-afetivos elementares que, ao darem forma a um determinado estado corporal, contribuem para a inscrição dos primeiros traços mnêmicos, para instalação do tempo e para a construção dos primeiros moldes do inconsciente.

Se o psiquismo tem início no contato com o corpo da mãe, ele também corresponde a um progressivo trabalho de descorporalização/disjunção que dá espaço para uma comunicação à distância, baseado em novo trabalho de ligação e simbolização. Green (1990) propõe como lei geral em psicanálise que, quando um espaço se divide em dois, atribuindo propriedades contrárias a cada um destes espaços, cada vez que há dois termos antinômicos ou duas estruturas opostas por diferenças, cria-se, ao mesmo tempo, um terceiro espaço na junção dos dois, que comportará atributos dos dois espaços separados. O psiquismo tem necessidade de formações intermediárias, ele próprio podendo ser considerado como uma formação intermediária no diálogo entre corpo e mundo. O autor sintetiza: “Esta é a velha definição de símbolo. E é o que se passa na sessão” (GREEN, 1990, p.31). O percurso trabalhado acima nos permite compreender uma afirmação mais tardia de Green (2010c), a respeito da função simbolizante do enquadre, que abre as discussões a seguir. O enquadre favorece a eclosão de uma terceira realidade, suscitada pelos objetos da terceira ordem (transicionais), que possibilita a metaforização psíquica.

3.2 Enquadre e terceiridade psíquica

A ausência inicia a articulação entre as dimensões intrapsíquica e intersubjetiva, constituindo ela própria uma dimensão intermediária entre a presença e a perda do objeto absolutamente necessário. A ausência é concebida como a origem e o índice da terceiridade (URRIBARRI in GREEN, 2010c). As duas frases acima introduzem, de maneira sucinta e clara, o campo da terceiridade psíquica, intimamente ligado ao trabalho necessário para transformar a perda original em função psíquica mediadora. Tal função instala a capacidade de fazer surgir os objetos psíquicos, bem como a relação com os objetos externos. A terceiridade, referida à triangulação fundamental das relações humanas, pode ser considerada como o modelo teórico desenvolvido pela psicanálise contemporânea e, segundo Urribarri, constitui o esquema capital da simbolização. Se já podemos pensar em uma simbolização mínima no ritmo

primário⁵⁰ (DENIS) do encontro da pulsão com o objeto em torno das formas de significação descritas anteriormente, é este mesmo ritmo que coloca em questão experiências de perda e reencontro. No contato com o objeto externo, o bebê se depara com dimensões enigmáticas, que dizem respeito às diferenças geracionais e aos desejos e fantasias do casal parental. Tal situação demanda do bebê soluções intrapsíquicas metaforizantes, pois, como bem o disse Roussillon, o objeto simbolizante, aquele necessário para a realização das primeiras transformações das excitações, é também um objeto a ser simbolizado. Portanto, torna-se necessário ganhar distância do objeto primário por meio da simbolização metaforizante. O campo intermediário entre o Eu e o outro deve ser simbolizado para ser subjetivamente apropriado, constituindo-se como fonte e objeto das funções psíquicas de mediação. Neste sentido, a problemática primária desloca o paradigma do sonho em psicanálise para enfatizar o papel simbolizante do jogo, o jogo da desapareição e retorno do objeto primário⁵¹. Entendo que o campo do jogo ao mesmo tempo em que permite criar uma relação entre os campos econômico (ligação da pulsão), tópico (delimitação de lugares psíquicos) e dinâmico (processos transicionais e terciários), permite o surgimento de um Eu-jogador, à medida que fundamenta a constituição de um enquadre interno.

É possível compreender a organização narcísica primária como uma matriz de sentido e sede da função de representação psíquica, funcionando como uma formação intermediária, um espaço terceiro. Urribarri (2010, p.258, *tradução nossa*), em leitura das ideias de Green, propõe que “tal organização institui em um mesmo golpe a estrutura terciária do psiquismo segundo as tríades pulsão-Eu-objeto, pulsão-representação-objeto e sujeito-objeto-Outro do objeto”. No presente item, articularei as funções psíquicas de mediação, que sustentam o campo do intermediário no psiquismo, à constituição e ao funcionamento deste continente psíquico enquanto um espaço transicional interno, sede de processos terciários. Tenho como pressuposto a afirmação de Green (2000) de que a estrutura do espaço governa a forma dos acontecimentos que nele se desenrolam. Desta forma, entendo que as funções psíquicas de mediação estejam

⁵⁰ Denis (1995) dialoga, em minha opinião, com a intuição de Freud (1895, 1924, 1925) em relação ao ritmo como constituinte do tempo psíquico e das experiências de prazer e desprazer. A autora postula a existência de uma temporalidade primitiva, proto-lingueira, feita de simultaneidade, infinita e indefinida e constitutiva das primeiras sensações de identidade. A gênese desta temporalidade primitiva está baseada em experiências rítmicas que incluem todos os ritmos biológicos e ambientais (físicos e aqueles do objeto), cuja existência psíquica dependerá das interações homeostáticas com as respostas objetais: “Uma resposta objetual deve ser entendida aqui como significando *tanto* a satisfação *quanto* a atribuição de significado para a pulsão por meio das contribuições baseadas na linguagem do objeto” (DENIS, 1995, p.1111). É neste entrejogo que a temporalidade primitiva configura uma descontinuidade, ao mesmo tempo em que forma um *continuum* com a subsequente função rítmica do sistema pré-consciente-consciente, que alterna períodos de investimento no mundo externo e períodos de retirada. Tal temporalidade diz respeito à constituição dos processos primários inconscientes.

⁵¹ Em relação à temporalidade psíquica, Green (2000, p.143-4) entende que o jogo seja seu agente estruturante mais poderoso “por instaurar a sucessão marcada de suas aparições e desapareições, autêntica ilustração do investimento periódico inaugural da temporalidade na alternância de suas modalidades ausência-presença, também por iniciar um tempo variável próprio do objeto, o tempo do Outro que se interpenetra com o tempo do sujeito”.

relacionadas à ligações simbolizantes, à criação de relações de significação, enquanto as perturbações traumáticas do campo intermediário produzam e estejam sustentadas por ligações traumáticas, como será discutido nos itens 4 e 5.

3.2.1 Transicionalidade: tecendo distâncias

As noções de diferença e de jogo são consubstanciais à instalação do campo transicional sob a lógica do paradoxo. Aprecio a explicação dada por Roussillon para os fenômenos paradoxais que, em sua visão, intercalam-se entre dois modos de realidade em ruptura relativos um ao outro: “A experiência do paradoxo vivido estabelece uma continuidade, constitui-se como uma ponte, é geradora de ligações” (ROUSSILLON, 2006, p.89). A própria constituição de uma relação em duplo, apesar de estabelecer um “intercâmbio compulsório” por sua estrutura de interface, já pressupõe um primeiríssimo jogo com a questão da diferença: o duplo é e não é Eu. Green (1988b, p.104) reflete que para se afastar deste “intercâmbio compulsório” em direção a um intercâmbio que leva em conta a diferença – e eu diria, onde a diferença pode ser simbolizada, onde os limites do Eu e do outro possam ser conhecidos –, o campo do intercâmbio precisa “ser baseado em outros objetos que não estão totalmente carimbados com o selo do narcisismo do sujeito”. Para sair do impasse, o sujeito precisa ganhar distância, e isso se dá à medida que o que é diferente e que produziu um enigma (ou, nos termos de Winnicott, os aspectos “duros” do objeto) pode ser transferido para outros objetos (*objeux*). A atividade representativa, para ser apropriável como tal pela criança, como foi dito, tem a necessidade de oferecer representantes concretos, perceptíveis, de si mesma. Para o Eu se (re)conhecer, ele depende ainda, como vimos, de um trabalho que o permita se captar por dentro seus próprios limites, em um mundo interno em que os processos de simbolização se tornam uma aquisição do sujeito. Tal trabalho corresponde a um trabalho de representação da relação com os objetos primários e de auto-representação, e envolve um jogo de presença e ausência objetais. É fundamental, portanto, simbolizar a simbolização primária (introjeção).

A invenção do objeto transicional, nem interno nem externo, mas no entre dois, está no início da separação do bebê e da mãe, sendo criador de um espaço potencial. Tal objeto é coextensivo, diz Green (1995), da categoria do jogo e da capacidade de estar só. Roussillon (2006) considera que ao teorizar a respeito dos fenômenos transicionais, Winnicott busca delimitar os espaços psíquicos em estado nascente, as experiências históricas que permitem ou bloqueiam a constituição dos espaços internos, dos lugares psíquicos. O autor também aponta

3. Ligações simbolizantes: o funcionamento de interfaces e fronteiras

que o surgimento dessas localizações internas é fonte de um certo número de paradoxos quando se deparam com outro imperativo psíquico, identificado por Winnicott, a necessidade de continuidade interna e externa/interna. São os fenômenos transicionais que sustentam, de maneira paradoxal, a possibilidade de perda do objeto e a constituição do psiquismo. Neste sentido, tais fenômenos constituem ligações psíquicas simbolizantes, capazes de sustentar a transferência e a transformação psíquica. O psiquismo, diz Green (1998b), é o efeito da relação entre dois corpos, um dos quais está ausente, mas esta ausência só pode ser elaborada ou produzir efeitos constitutivos quando não rompe a experiência de continuidade. O pensamento paradoxal de Winnicott está no centro das experiências intermediárias, permitindo pensar um ponto de ligação que oferece “uma ponte estendida acima das descontinuidades impostas pela realidade externa e pela tópica interna (duplo limite)” (ROUSSILLON, 2006, p.84).

O valor do objeto transicional, como proposto por Winnicott em 1951, é a experiência que a criança pode fazer de um objeto que não está nem no interior dela nem lhe é exterior, mas se encontra no limite do interior e do exterior. De um ponto de vista objetivo, o objeto transicional é não-Eu, mas de um ponto de vista subjetivo, ele é Eu/não-Eu. A posição do objeto transicional é justamente limite, e este paradoxo não deve ser solucionado para que esta experiência possa dar corpo a certos processos intermediários da psique. Roussillon (2006) enxerga nesta experiência transicional o ponto de partida de uma capacidade de animar o mundo no sentido do animismo infantil freudiano.

Winnicott nos fala em espaço potencial, um espaço utópico, espaço de localização de processos não localizáveis, no qual se desdobra a experiência de ilusão (que não é ainda a da satisfação alucinatória de desejo): “O objeto transicional (pedaço de lã, pedaço de pano que o bebê leva à boca ou com o qual se acaricia) se enraíza em uma certa qualidade da experiência, no interior da qual ele é a retomada deslocada” (ROUSSILLON, 2006, p.86). Trata-se fundamentalmente da retomada dos afetos originários ligados ao corpo materno e o início de sua apropriação subjetiva, como veremos a seguir, em afetos-representações primários. Winnicott localiza, nesta primeira transferência do seio, a primeira atividade psíquica da criança. Roussillon (2006) aproxima a tese de Winnicott daquela desenvolvida por W. Bion: para o último, o conceito nasce da retomada do encontro de uma pré-concepção com uma realização, isto é, a experiência do encontro desta pré-concepção com um seio real satisfatório. Winnicott, de fato, realiza desdobramentos teóricos importantes ao esclarecer que entende que a atividade mental consiste na derivação da experiência de encontro, a qual originará a experiência de jogo. Freud (1913) propõe, em *Totem e Tabu*, o pensamento como uma motricidade interiorizada em sua célebre fórmula: “No começo era a ação”.

Em minha opinião, este desvio ancorado pela percepção é fundamental para a experiência de descorporalização e o início da constituição de um intervalo, do desdobramento do limite como interface para um espaço de fronteira, onde processos de simbolização e imaginarização possam acontecer. Os fenômenos transicionais amparam as possíveis vivências de ruptura na separação com o objeto primário ao sustentarem uma experiência de continuidade, tornando-as distância psiquicamente elaborável. O paradoxo realiza o desdobramento de uma estrutura bi-face, onde zona corporal-objeto estão colados, de uma vivência de onipotência mágica para uma vivência dupla e simultânea: o objeto sendo subjetivamente criado pelo bebê e objetivamente encontrado. Roussillon (2006) se pergunta se o aparecimento dos fenômenos transicionais não são o *“sinal de que a criança acaba de constituir um representante externo/interno da simbiose primitiva, representante graças ao qual ela pode começar a aceitar sair desta”* (ROUSSILLON, 2006, p.88). Considero esta hipótese pertinente e entendo que o objeto transicional, enquanto criação material que pode ser tomada e experimentada como substituto do seio em seu sentido metafórico, abre o campo da simbolização propriamente dita. O símbolo precisa ocupar o lugar da pura sensibilidade, mas sem deixar de “ser corpo”. Repito aqui as palavras esclarecedoras de Winnicott: “O uso de um objeto simboliza a união de duas coisas agora separadas, bebê e mãe, *no ponto, no tempo e no espaço, do início de seu estado de separação*” (WINNICOTT, 1967a/1975, p.135).

Outro paradoxo proposto por Winnicott pode nos ajudar a clarear o papel dos fenômenos transicionais na sustentação da experiência de continuidade para a construção da capacidade de (re)conhecer: o paradoxo da capacidade de estar só configura uma experiência de solidão em presença que fundamenta a futura capacidade de estar só assim como a capacidade de estar “com”, sem intrusões recíprocas. A experiência de solidão paradoxal pode ser dividida em três momentos na visão de Roussillon (2006). No primeiro, a criança se acredita só, pois os cuidados maternos são encontrados onde a criança os cria. Em um segundo, que constitui a experiência paradoxal propriamente dita, a criança esquece que não está só. Ela, simultaneamente, está e não está só: “A realidade externa (a mãe silenciosa) presta-se ao jogo da realidade interna, faz-se isomorfa desta, enquanto o espaço transicional ‘se internaliza’ por intermédio do autoerotismo e dos processos que nele se precipitam” (ROUSSILLON, 2006, p.90). Roussillon pensa, ao contrário de Green, esta experiência constituinte de solidão paradoxal, não como um apagamento decorrente da alucinação negativa da mãe, mas decorrente de uma dupla presença materna. Durante o processo de internalização, correspondente à identificação primária, a mãe está presente, de um lado, como fundo silencioso real – e Roussillon frisa que os pensadores modernos diriam como “resguardo” da

3. Ligações simbolizantes: o funcionamento de interfaces e fronteiras

capacidade de estar só (mãe-ambiente) – e, por outro, está presente no jogo autoerótico da criança sozinha em sua presença como objeto. O esquecimento não equivale a uma defesa drástica e custosa, mas a uma vicissitude do processo de identificação. Este momento corresponde ao início da fantasmática psíquica. Roussillon sublinha a coconstituição da tópica interna como um espaço terciário e da função psíquica que lhe diz respeito.

É na experiência de solidão paradoxal, nesse duplo modo de presença da mãe, que se constitui certamente a matriz de uma tópica interna, de um espaçamento interno. É aí que o verdadeiro simbolismo começa a se constituir, no fato de uma coisa começar, *no espaço interno, a ser ela mesma e, ao mesmo tempo, outra coisa.* (ROUSSILLON, 2006, p.90-1)

Somente após ter a mãe presente dentro, por meio de um símbolo, em um terceiro tempo, a criança se torna capaz de deixar a mãe sozinha na presença de um outro (pai), experiência que colocará em cena o fantasma da cena primária e de seus constituintes, o Édipo e a ameaça de castração. Concorro, contudo, com a visão do Édipo de Green (1990), que concebe a triangulação presente desde o início. O interesse nesta visão é vislumbrar o Édipo como um precursor do sujeito que coincide com as diferenciações interna-externa e interna, possibilitadas pela intervenção do terceiro que solicita a instalação de distâncias, uma descorporalização constituinte.

A transicionalidade não se dá de uma vez, mas possui tempos de constituição que configuram um percurso, uma história, caracterizando um modo de funcionamento psíquico. Os paradoxos se encaixam e se complexificam simultaneamente à diferenciação do aparelho psíquico. Ela caracteriza basicamente um modo de funcionamento psíquico. O que eu gostaria de sublinhar é que a experiência do paradoxo vivida nos fenômenos transicionais estabelece e dá origem a ligações simbolizantes, que se constituem como uma ponte, elo capaz de sustentar a continuidade psíquica. O objeto transicional liga o sujeito à mãe tornando-a ausente (PONTALIS, 2005). Tais ligações transformam a perda original do objeto primário em ausência significativa. Inaugura-se, então, um estado de separação: os limites, a partir da experiência transicional, deixam de ser fronteiras para serem compreendidos, como Green (1990) precisamente os conceituou, como verdadeiros territórios de transitividade e transformação psíquicas. O espaço transicional se desdobra internamente em um espaço transicional interno, o pré-consciente (GREEN, 1990), entre a consciência reflexiva e o inconsciente desconhecido. Cria-se um lugar em que a separação pode ser uma forma de reunião e que fundamenta a função simbólica, a metaforização psíquica.

3.2.2 Processos psíquicos transicionais

A ligação psíquica não é um fenômeno simples, tampouco unívoco, relacionando-se intimamente com o aspecto mais pulsional do psiquismo, os processos de simbolização e de defesa. Ao longo do presente item busquei relacionar sua dimensão simbolizante, particularmente nos tempos originários, aos processos de simbolização primária constituintes do Eu e da relação com os objetos. São as ligações primárias simbolizantes que sustentam o processo de diferenciação Eu/não-Eu, Isso/Eu, envolvendo relações de conjunção e divisão que podem ser referidas tanto à ação pulsional como aos mecanismos de identificação primária. Essas ligações são suscitadas pela experiência de prazer que se torna um eixo organizador para a simbolização primária por seu poder de divisão⁵² e categorização da experiência sensório-motora. A simbolização primária estende-se, afirma Green (1982), entre a assimbolia do nada (princípio do Nirvana) e a simbolização secundária (princípio de realidade). E o autor prossegue:

A unidade de prazer está entre o zero que ela é tentada a alcançar e a ligação que chamamos de concatenação que implica a redução quantitativa do afeto primário em benefício do investimento da cadeia onde o afeto secundário (reduzido) toma seu lugar na rede das representações de coisa e de palavra. (GREEN, 1982, p.198)

Desenvolvi, ao longo da tese, articulações teóricas acerca dos processos de transformação e simbolização da dimensão econômica da pulsão, que levam à dimensão propriamente do desejo enquanto investimento do traço mnêmico. Na intersecção entre a pulsão, referida ao Isso, e o desejo, referido ao inconsciente, lugar de representações recalçadas e sede de processos simbólicos de deslocamento e condensação (processos primários), localizo o funcionamento de ligações simbolizantes primárias decorrentes dos fenômenos transicionais. Tais processos sofrem, simultaneamente à sua instalação, novas ligações mutativas decorrentes do funcionamento transicional estabelecido internamente, que favorecem a secundariedade regida pelo princípio de realidade. O funcionamento transicional, sustentado por ligações simbolizantes, tem uma localização intrapsíquica paradoxal. Segundo Roussillon (2006), esta seria utópica, repousando sobre a suspensão da oposição primário/secundário. A temática das ligações psíquicas, portanto, desloca, subverte e amplia a discussão a respeito dos processos psíquicos divididos em primários e secundários, questão a ser aprofundada agora.

Para todo psicanalista parece haver uma evidência da oposição e da pertinência dos traços discriminatórios entre processos primário e secundário que explica, em parte, a raridade

⁵² Green (1982) propõe que a rejeição inicial do desprazer dá lugar à divisão ulterior consciência-inconsciente.

de trabalhos a eles consagrados (ROUSSILLON, 2001). Contudo, Roussillon acredita ser esta uma doença da psicanálise atual, um verdadeiro sintoma teórico que surge a partir das inovações introduzidas por Freud em sua segunda teorização metapsicológica, decorrentes das interrogações suscitadas pela clínica do trauma. O sentido de oposição entre processo primário e secundário corresponde a uma primeira direção do pensamento de Freud, correlativa da oposição entre princípio de prazer e princípio de realidade, que aponta para seu valor cronológico e genético.

Neste primeiro momento, a formação de sintomas e a análise dos sonhos levam Freud a reconhecer um tipo de funcionamento diferente daquele da vigília, da atenção e do raciocínio, que se caracteriza por um incessante deslizamento de sentido. Freud (1900) considera, então, que os mecanismos de deslocamento, condensação e sobredeterminação, próprios do modelo do sonho e do processo inconsciente, têm por finalidade estabelecer uma identidade de percepção, ou seja, reproduzir na modalidade alucinatória, as representações da vivência de satisfação, em um tempo primário de metabolização pulsional, enquanto os processos secundários constituem uma modificação dos primários e buscariam uma identidade de pensamento por vias de ligação entre as representações, desempenhando uma função reguladora a partir da constituição do Eu. Os dois processos parecem corresponder, comentam Laplanche e Pontalis (1999), não apenas a diferentes modos de funcionamento no nível das representações, mas a duas etapas na diferenciação do aparelho psíquico.

Uma leitura atenta do item 7 da *Interpretação dos Sonhos* permite extrair os traços discriminatórios da oposição entre os processos. No processo primário, a energia não estaria ligada, a modalidade de pensamento teria como objetivo a busca da identidade de percepção e estaria baseada no trabalho de deslocamento, de condensação e de sobredeterminação da energia em representações de coisa (visuais). Seu trabalho ignora o tempo e não leva em consideração a negação. O processo secundário, por outro lado, diz respeito a uma forma de energia ligada em uma modalidade de pensamento que tem como objetivo a identidade de pensamento baseada no princípio de realidade, na lógica tradicional da não contradição, e consideração à temporalidade cronológica e às convenções coletivas.

A tendência atual do pensamento psicanalítico, contudo, mais congruente com a segunda metapsicologia e com o conhecimento atual acerca da epigênese psíquica – e aqui eu subscrevo a compreensão de Roussillon (2001) –, tenderia a um pensamento a favor da cofundação estrutural do primário e do secundário, um não podendo existir sem o outro. Freud (1915) mesmo já havia assinalado a existência de um Eu-realidade presente desde a origem, capaz de definir os termos de um conflito sincrônico fundamentado nos diferentes modos de

3. Ligações simbolizantes: o funcionamento de interfaces e fronteiras

tratamento dos conteúdos psíquicos⁵³. O caráter extratemporal do processo primário, segundo Roussillon (2001), tornaria caduca a compreensão da primariedade da ação dos processos primários no processo de integração pulsional. É difícil conceber a noção de um processo primário de início sem sua relação dialética e heteromorfa aos termos que constituem o processo secundário. Não obstante, um questionamento aparece como decorrência lógica desta compreensão: tal cofundação estaria presente desde o início ou substituiria um outro tipo de processo mais primitivo?

Roussillon (2001) nos oferece uma hipótese que, a meu ver, acrescenta um rico desdobramento à temática das ligações em sua relação intrínseca com os processos psíquicos, a partir do pensamento da segunda tópica. Se a oposição primário/secundário deve ser considerada estrutural, Roussillon (2001) propõe que os traços pertinentes que a constituem variem necessariamente no tempo e segundo a organização psíquica, produzindo diferentes tipos de oposição. Isto implica uma solidariedade do tipo de processo secundário com o tipo de processo primário que lhe corresponde. De fato, o processo secundário, tal como descrito no item 7 da *Interpretação dos sonhos*, suporia, entre outras coisas, a capacidade de negação e a existência de um tempo cronológico organizado. Sabemos que a aquisição da temporalidade secundária é tardia, assim como a instalação do princípio de não contradição, cuja lógica supõe um sujeito em relação reflexiva consigo mesmo. A clínica das modalidades associativas do funcionamento psíquico clivado, como será trabalhado a partir do próximo item, representada na simultaneidade de duas correntes psíquicas antagonistas atuantes, passa a evidenciar as perturbações do princípio de não contradição, indicando que a oposição estrutural entre os processos primário e secundário organizados de forma vertical pelo recalçamento, é substituída por formas horizontais em universos paralelos, opondo o retorno de um pólo a outro, sem reflexividade de um sobre o outro: “Tal carência de reflexividade constitui aí, sem dúvida, o ponto nodal, alguma coisa do processo não consegue ser entendido, visto ou sentido pelo sujeito” (ROUSSILLON, 2001, p.44). O autor sustenta que, teoricamente, aos poucos a oposição ligado/não-ligado vai se desconstruir em direção a uma inflexão que não se sobrepõe à oposição primário/secundário, mas a atravessa para analisar os processos de ligação e desligamento em cada sistema de funcionamento psíquico: “Ligação (*liaison*) e ligação fixa, fixada, se separam em benefício de tomar em consideração o tipo de ligação (*lien*), de organização diferencial dos tipos de ligação/desligamento ao longo do percurso psíquico, de modalidades da circulação sistêmica” (ROUSSILLON, 2001, p.46).

⁵³ Tal Eu-realidade, ou melhor, processo secundário inconsciente, pode ser relacionado às defesas primárias em relação à experiência traumática, como será articulado nos itens a seguir.

Tal problemática também já se apresenta sob a pena de Freud, que logo percebe que a associação livre revela a existência de restrições associativas relativas a ligações inconscientes primárias, na modalidade dos complexos inconscientes. A própria teorização do narcisismo e suas formações, inconscientes e primárias, em parte, baseiam-se em um sistema de autoinvestimento e de ligações para além do campo secundário. A introdução do conceito de Eu e, depois, de resistência inconsciente do Eu e de sua diferenciação nas instâncias do ideal de Eu e do Super-Eu, levou Freud a considerar que uma parte da vida psíquica inconsciente se encontra ligada e que a circulação energética não é livre como pensara. Finalmente, a descrição, proposta por Freud em 1923, de três inconscientes diferentes (o Isso, o inconsciente do recaiado e o pré-consciente) revela implicitamente dois registros do primário, a saber: aquele do inconsciente egóico, que se encontra ligado justamente pelo fato de pertencer ao Eu, e aquele do Isso, cujos traços receberão um certo modo de ligação, impulsionado pela coexcitação libidinal (ROUSSILLON, 2001).

A questão que se desdobra destas transformações teóricas, portanto, não se refere mais à oposição ligado/não-ligado, mas enlaçado por que tipo de ligações, ou desligado como? Enfim, o interesse se desloca para a qualidade das ligações e dos desligamentos, o trabalho psíquico por eles exercido em determinado momento da constituição psíquica. Neste campo de interrogação, Roussillon (1999, 2001) propõe uma diferenciação da ligação psíquica por modalidades simbólicas (primárias e secundárias) e por modalidades não simbólicas. Concorro com o autor que tal concepção apresente uma importância clínica e teórica para pensar o funcionamento psíquico decorrente de sistemas de ligação primária, derivados das primeiras formas de trabalho do Eu infantil. Na esteira do pensamento que vem sendo desenvolvido, tento articular o aparecimento de modalidades propriamente simbólicas de ligação às transformações psíquicas promovidas pelos processos transicionais e ao funcionamento deles decorrente⁵⁴.

Em *O criador literário e a fantasia* (1908), Freud deriva o espaço cultural de certas formas do animismo infantil ao localizar o espaço do jogo justamente em uma suspensão da oposição identidade de pensamento/identidade de percepção, considerada como uma das oposições constituintes da diferenciação primário/secundário. Roussillon (2006) enxerga que os processos paradoxais descritos por Winnicott participam deste animismo primeiro, realizando um modo de combinação secundário/primário que assegura uma continuidade tópica sem, no entanto, desorganizar a tópica, pois os outros diferenciadores da oposição (o não, o tempo, os diferenciadores lógicos, etc.) são mantidos. Em minha opinião, eles não são questionados,

⁵⁴ Entendo que o traumatismo precoce venha perturbar tal processamento e conduzir a modalidades de ligação não simbólicas, sustentadas pela cisão, como será aprofundado adiante.

3. Ligações simbolizantes: o funcionamento de interfaces e fronteiras

mantendo-se sob um fundo silencioso. Tal continuidade tópica e dinâmica, como foi dito, é o que possibilita que a separação Eu/não-Eu engendre processos de simbolização primária.

Em uma interessante teorização que vem acrescentar material para a discussão, Green (1990) considera que pela célula Eu-sujeito transitam tanto o circuito da linguagem (código) e da fala (mensagem), dos processos secundários propriamente ditos, como o circuito da pulsão/representação, dos processos primários. O circuito dos processos primários constitui um circuito de transferência para a palavra, o que quer dizer que, a partir desse circuito, algo pode ser convertido em palavra; por sua vez, o da cadeia da linguagem é visto como um circuito de transferência para o objeto e pressupõe a comunicação com o outro. O modelo dos processos psíquicos de Green se baseia na capacidade de transferência, de transporte⁵⁵. Considero tal modelo de importância fundamental para a psicanálise, tanto para a teoria da clínica, onde a temática do enquadre ganha destaque, quanto para a psicopatologia psicanalítica: o campo das não-neuroses pode ser referido às perturbações da transferência psíquica.

Neste duplo esquema transferencial, Green (1990) ressalta ser importante compreender que qualquer excitação em uma das cadeias acarreta a excitação da outra. O autor (1995) constata, a partir da clínica e da técnica psicanalíticas, que a maior dificuldade reside na coexistência dos processos primários e secundários em uma relação de conjunção e disjunção. Processos primários e secundários deveriam poder ficar em ligação estreita e, ao mesmo tempo, ser suscetíveis de existir separadamente. A maior parte do tempo eles funcionam conjuntamente ou de forma concorrente, pois não existe processo primário que não comporte certo grau de secundariedade. Na própria construção psíquica dos sonhos é possível localizarmos uma suspensão da oposição, segundo o critério da identidade de pensamento/identidade de percepção. Lembremos que Freud (1900) teoriza que, no trabalho do sonho, aos processos propriamente primários (deslocamento, condensação e sobredeterminação) se juntam processos de caráter secundário, a elaboração secundária, “que faz intervir a colaboração dos fatores psíquicos inseparáveis dos pensamentos da véspera que têm a marca de uma ação pré-consciente agindo sobre as percepções” (GREEN, 2007, p.73).

De uma forma geral, é ao campo do Eu-sujeito que a função de ligação do circuito secundário ao primário, e reciprocamente, é referida (GREEN, 1990), sendo que são chamados de processos terciários aqueles que promovem a ligação entre os processos primários e secundários: “*Por processos terciários eu entendo os processos que colocam em relação os processos primários e os processos secundários de tal modo que os processos primários*

⁵⁵ Originariamente, diz o autor, o significado de transferência dizia respeito ao transporte de um corpo e, em particular, de um cadáver de um lugar para outro.

3. Ligações simbolizantes: o funcionamento de interfaces e fronteiras

limitam a saturação dos processos secundários e os processos secundários aquela dos primários” (GREEN, 1995, p.152, *tradução nossa*). Green (1988b) considera fundamental um Eu que possa se provar capaz de reconhecer a existência dos processos primários e dos processos secundários; sobretudo, que possa ir de um para o outro sem negar a realidade psíquica e sem repudiar a realidade material, estabelecendo conexões flexíveis que possam ser feitas, formando hipóteses e conclusões temporárias, e desfeitas, a fim de deixar espaço para outras que ofereçam uma melhor representação da situação. Assim, os processos terciários funcionam como instrumentos psíquicos de conexão e desconexão.

Green (1990) sustenta que, além dos processos terciários, a célula Eu-sujeito tem também a particularidade de ser autorreferente, isto é, de poder refletir a si própria. Entendo que tal capacidade esteja intimamente relacionada à sua característica de funcionamento transicional. Os fenômenos transicionais, como vimos, sustentam a criação de áreas intermediárias, ou melhor, de um funcionamento intermediário no qual localizo as ligações simbolizantes propriamente ditas. A compreensão de um funcionamento transicional dialoga com o conceito de fronteiroço teorizado por Green (1988b). Se a função básica da psique é a divisão, Green pondera que, em nenhuma parte do aparelho psíquico, nas pulsões, entre corpo e psique, no Eu e suas relações com o Isso, o Super-Eu e a realidade, enfim, nos três modelos tópicos, existe uma divisão clara. Os processos terciários estão ligados ao funcionamento fronteiroço, decorrente de uma fronteira móvel e flutuante, e não podem ser compreendidos em termos pictóricos (representações), mas devem ser concebidos como processos de transformações de energia e simbolização (força e significado) (GREEN, 1988b).

Nesta perspectiva, é possível compreender a importância da noção de *mobilidade libidinal*. A estabilidade da energia libidinal (sem estagnação) e sua colocação em movimento (sem *movimento perpétuo*) alternam, em intervalo e diversidade, o espectro dos investimentos. Assim como o fazem as transformações da energia libidinal, devido à possibilidade de converter um processo primário em processo secundário, e inversamente. Enfim, a noção de um *equilíbrio instável* diz respeito a estes processos entre o “movimento sem parada” e o “definitivamente congelado”, entre o apelo incessante de outro lugar e a parada definitiva do aqui, entre o caos e o imobilismo, todos os dois igualmente mortíferos. O duplo jogo dos processos primários e secundários protege contra a tirania de uns sobre os outros. (GREEN, 1995, p.153, *tradução nossa*).

O trabalho de simbolização requer a divisão de dois elementos e sua conjunção a fim de criar um terceiro elemento, que se compõe dos dois elementos divididos, cada qual permanecendo o mesmo e, simultaneamente, tornando-se uma reunião de um diferente. Os processos terciários, esclarece Green (1995), não designam uma categoria especial de processos localizáveis na psique ou no discurso; no entanto, merecem ser isolados no plano conceitual

3. Ligações simbolizantes: o funcionamento de interfaces e fronteiras

como processos de relações entre os processos primários e secundários. Parece-me possível aproximar a localização dos processos terciários de Green da visão de Roussillon a respeito do espaço potencial winnicottiano, um espaço potencial interno, mas utópico, um espaço de localização de processos não localizáveis, no qual se desdobra a experiência de ilusão; um espaço onde não se coloca a questão da realidade ou não realidade do que está em jogo, como no espaço analítico. É ao campo da ilusão, justamente, que o funcionamento dos processos terciários deve ser referido, um campo que deve ser preservado como tal, campo paradigmático, a partir do qual a transferência se tornará um jogo utilizável.

Em uma tentativa de sintetizar a discussão teórica realizada até aqui, entendo que se, num primeiro momento, o limite entre zona erógena-objeto pode constituir por meio da experiência do prazer uma primeira ligação psíquica, um representante psíquico da moção pulsional, tal representante, sustentado pela continuidade estabelecida pelos processos transicionais, desdobra-se em representação simbólica, em coconstituição à internalização de um enquadre psíquico, fundante do Eu. O enquadre interno permite a transferência psíquica em termos de um investimento significativo do objeto externo e do objeto interno, por meio da constituição de redes associativas, onde o desejo, ele mesmo podendo funcionar como enquadre, pode se desdobrar. Concordo com o entendimento de Green (1995): de fato, as teorizações de Winnicott pretendem descrever o redobramento necessário da borda externo/interno sobre seu limite metafórico. O lugar potencial da reunião daquilo que foi separado se torna ele mesmo fundamento do jogo psíquico, capaz tanto de estabelecer um funcionamento transicional entre Eu/não-Eu, Isso/Eu, processo primário e processo secundário, como simbolizar tais relações. O limite deixa de ser uma interface para ser pensado como um território de trocas, transformações e significação, sustentado por ligações simbolizantes que estabelecem um equilíbrio instável entre as fronteiras do aparelho psíquico e permitem o movimento, o acontecer psíquico. Não seria justamente esta uma possível definição de aparelho psíquico? E não seriam as perturbações ou impossibilidades desta operação que se encontrariam no cerne das patologias ditas não-neuróticas (GREEN, 1988b; MINERBO, 2009)? Se concebemos a criação do objeto transicional como indicativo da apropriação subjetiva de um funcionamento transicional, uma primeira possessão não-eu, Green (1995) indica duas outras possibilidades no caso de trauma: sua não criação por uma espécie de “solda” decorrente de experiências precoces de fusão ou de separação com o objeto primário, e a inversão do sentimento de possessão pela satisfação negativa expressa pela paciente de Winnicott (caso a ser discutido): “Tudo o que possuo é aquilo que eu não possuo” (sic). Gostaria de terminar endossando a ideia de Green (1988b, 1995) de que o funcionamento

transicional – assim como o trabalho do analista – é capaz de modificar os termos extremos da alternativa que coloca em oposição a presença intrusiva que leva ao delírio e a vacuidade do narcisismo negativo que leva à morte, transformando o delírio em jogo e a morte em ausência. Antes de dar início às articulações teóricas acerca do traumatismo precoce e das defesas e ligações psíquicas daí decorrentes, finalizo o item trazendo algumas ideias a respeito do jogar e do sonhar como (lig)ações simbolizantes.

3.2.3 Jogar-sonhar

O jogo e o sonho, em sua dimensão instituinte, têm o estatuto de um objeto transicional e são matrizes de um espaço potencial, constituindo-se enquanto duas (lig)ações psíquicas simbolizantes da ausência do objeto primário. Jogar-sonhar são duas ações que têm valor experiencial, dizem respeito ao *sentir* (PONTALIS, 2005; ROUSSILLON 2006). É no mesmo movimento, pela passagem pelo ato-jogo-sonho, que presenciamos um trabalho de pôr-em-representação, uma representação em ato, a representação de coisa, compreensão que se aproxima da dinâmica da apresentação primária (*Darstellung*). Roussillon (2006) frisa como característica central do jogo seu valor simbólico, que considero estar intimamente relacionada à sua ação instituinte de um espaço psíquico, terciário, de jogo e de sonho. Desta forma, representam uma abertura, introduzem um espaço virtual entre o dentro e o fora e entre dois protagonistas. São objetos que oscilam entre Eu e não-Eu e à medida de sua ação, representam e constituem o espaço interno que os sustenta, configurando uma mutação do meio e não propriamente um protótipo do objeto psíquico (PONTALIS, 2005). Na minha opinião, constituem ligações simbolizantes transicionais que e cocriam simultaneamente um meio interno, seus processos dinâmicos e seus conteúdos. Esta é a função primária do jogo e do sonho, conforme as mudanças teóricas introduzidas pela segunda tópica que apontam para a importância inaugural das operações. Jogar, nos diz Roussillon (2006), é inscrever atividades no interior de um “quadro psicológico” particular, é localizar um certo espaço psíquico.

A psique seria, em essência, a mãe em nós, aquilo que, da mãe, cuida da criança, com a condição de deixar claro que a criança cria sua mãe ao menos tanto quanto ela a cria. Não falemos aqui de interiorização da mãe, real ou imaginária, como objeto bom ou mau. Digamos antes, que é a mãe *ausente* que constitui nosso *interior*. (PONTALIS, 2005, p.61)

Tomemos o exemplo do neto de Freud, uma criança de 18 meses que teve – isto é possível dizer – uma maternagem suficientemente boa, como nos informa o próprio Freud (1920). Sendo muito ligado a mãe, quando esta saía, apesar de não chorar, a criança passou a jogar para longe de si, fora de seu alcance, principalmente de sua visão, objetos variados. Um dia, Freud presenciou seu neto atirando, com bastante habilidade, um carretel amarrado a um cordão para o alto de seu berço de modo que caísse em um lugar onde não conseguia enxergá-lo, ao mesmo tempo em que pronunciava um *o-o-o (fort)* significativo, e, quando o puxava de novo para fora da cama, balbuciava um alegre *da*. O autor reconheceu nesta ação uma brincadeira de desaparecimento e retorno que correspondia, a seu ver, a uma grande aquisição cultural: a renúncia pulsional por permitir a partida da mãe. Winnicott relacionaria este jogo à construção da capacidade de estar só. De toda forma, por meio desta interpretação, Freud estabelece uma ligação entre as duas cenas, a do não-jogo externo relativa à ausência da mãe e a do jogo que começa a ocorrer (ROUSSILLON, 2006).

Roussillon (2006) retoma a leitura de Green (1970) da interpretação freudiana, para o qual o trajeto do carretel é um *analogon* externalizado do próprio trajeto pulsional, trajeto este que, nos encontros com o objeto primário, possibilitou a criação de uma pré-organização, por meio do processo de duplo retorno como descrito por Green, conforme sua leitura do jogo da espátula de Winnicott. Tal pré-organização configura o primeiro circuito do tempo do jogo, que realiza um retorno em ato. A não-reação de Winnicott à mordida voraz da menina constitui o resguardo pára-excitação, no qual a pulsão vem bater e se refletir, entende Roussillon (2006), para que, depois, ela possa ser deslocada para um objeto intermediário, a espátula, materializando, assim, o processo de retorno sobre si. Após este processo no qual se constitui o autoerotismo e o Eu como capacidade de retenção econômica, estando pré-formado esse primeiro circuito interno, Roussillon considera que o investimento – já significativo, a meu ver – pode se externalizar num jogo como o do carretel. Podemos compreender, então, que o retorno se dá, agora, no campo das representações de coisa: este jogo revela uma atividade simbólica nascente.

O primeiro pára-excitação será externalizado na utilização que a criança faz do rasguardo de seu berço, assim como a atitude ativamente passiva de Winnicott, que não cessa de devolver a espátula lançada no chão, origina a pré-concepção da ligação indestrutível com o objeto, o fio, que representa a ligação simbolizante que está sendo construída, a possibilidade da metaforização da relação com o objeto. A utilização dos fonemas *o-o-o (fort)* e *a-a-a (da)* marca o esboço de uma linguagem, uma metaforização mínima por redução a elementos representativos mínimos que Green (2001b) enxerga no trabalho do jogo: carretel para a mãe,

fonema para a conotação presença-ausência, lançar e trazer como figura do movimento pulsional. Tal metaforização opera “em conjunto um enlace entre a descontinuidade da experiência e a descontinuidade como escansão que revela a pré-condição de uma simbolização” (GREEN, 2001b, p.160).

O jogo é expressão e testemunha do desdobramento da compulsão à repetição em atividade representativa polissêmica. Green (2001b) ressalta a imbricação dos diferentes sistemas semiológicos, que apesar de se interpenetrarem mutuamente para dar corpo à significação, também podem conservar sua especificidade. É graças a esta polissemia, conclui o autor, que o campo da linguagem se articula com o da pulsão em sua relação com a realidade, sob os auspícios da percepção. Roussillon (2006) propõe então, como hipótese, que o jogo do carretel não é apenas um *analogon* do trajeto da pulsão, mas um *analogon* do conjunto do trabalho psíquico do Eu, energético e tópico, em que a dimensão representacional é de importância fundamental. A experiência do jogo do carretel estaria, assim, na origem de um espaço psíquico onde a fantasia e a linguagem teriam um vínculo mais estável.

Existe, contudo, uma dimensão do não-jogo que se refere à imposição que a mãe faz à criança de sua ausência ou presença. Neste sentido, Freud interpreta o jogo do carretel como retomada lúdica do não-jogo (ROUSSILLON, 2006). A criança se torna agente daquilo que padecia, em um processo de duplo retorno, criando tanto o espaço do jogo como o funcionamento mesmo do jogo, em um processo que simboliza a superação (*Aufhebung*) que a criança precisa realizar em relação ao acontecimento traumático. Roussillon (2006) entende que o jogo do carretel simboliza o próprio processo psíquico de ligação primária enunciado por Freud (1923): *Wo Es war, soll Ich werden*. O autor destaca que a operação que o jogo realiza é equivalente ao processo de recusa: a criança finge ignorar a presença do objeto (o resguardo da extremidade do berço permite a ausência da percepção), ao mesmo tempo em que, graças à motricidade associada à sensorialidade, sua mão sabe que o carretel está presente na ponta do fio e, assim, mantém a permanência do objeto. Desta forma, Green nos diria que o carretel é e não é a mãe.

Ausente “fora”, mas presente “dentro”, assim o objeto pode ser guardado à distância. A meu ver, esta operação produz um sentimento de convicção necessário para a constituição do sentimento de existir e do real. Se a ausência do objeto primário provoca diretamente uma experiência de desamparo, pois implica o risco do próprio desaparecimento do sujeito (BOTELLA, BOTELLA, 2001; GUILLAUMIN, 2001; PONTALIS, 2005), o jogo permite uma experiência intermediária, uma vivência de continuidade. Entre ser o seio e tê-lo (FREUD, 1938), o casal Botella insere o tempo: “não, ele está somente em mim”. O casal Botella nos diria que se trata de uma negação da percepção do objeto sem a retirada de seu investimento,

não se configurando, assim, como uma recusa, defesa que pretende ausentificar a representação da coisa negada. O jogo, na verdade, faz surgir, sustentado pelo modo onipotente de pensamento anímico, o vaivém de representações e suas associações. A diferença é que, com o apoio do objeto transicional, considerado como um misto de representação e percepção, o jogo começa a ser deslocado para o campo da identidade de pensamento, encontrando-se, deste modo, no cerne da relação da psique com a realidade. O movimento no seio da prova da realidade, como entendem os Botella (2002), consiste em negar a percepção do objeto, ou melhor, desinvesti-lo, em simultaneidade a um outro movimento que leva à convicção de sua existência por meio do pensamento anímico. No campo da diferenciação primitiva Eu/não-Eu e da constituição da indispensável descontinuidade representação-percepção, os autores propõem dois movimentos psíquicos paradoxais, incompatíveis, mas complementares, que criam uma dupla convicção contraditória: somente dentro-também fora; e concluem: “Seria desse trabalho psíquico semelhante a uma técnica mágica que surgiria o sentimento de existir e do real. Ele corresponde ao pensamento freudiano que considera a percepção uma ‘confirmação’ de uma representação, ela própria ‘reprodução’ da percepção” (BOTELLA, BOTELLA, 2002, p.46).

A alucinação do sonho também revela o modo de funcionamento transicional, sendo percepção e representação em simultaneidade. Dormir envolve enfrentar o mesmo risco de desamparo vivido diante da ausência do objeto e o enquadre sustentado pelo casal parental oferece o silenciamento, o pára-excitação necessário para que o sujeito possa adormecer. Green fica espantado por Winnicott não ter sublinhado que o *holding* tem, também, como papel permitir ao bebê dormir e deixar ao objeto a carga da relação com a realidade. Sonhar, para Pontalis (2005), é antes de mais nada tentar manter a impossível união com a mãe, preservar uma totalidade indivisa, mover-se num espaço da temporalidade primitiva. O sonhador desinveste a esfera motora e, em um movimento de “regressão tópica”, recolhe-se no seio materno do sonho (GUILLAUMIN, 2001). Contudo, o casal Botella frisa que esta tendência ao desinvestimento dos objetos reais tem o mesmo valor de sinal de alerta do perigo da perda de sua representação. Neste sentido, frente à angústia, a única “saída” é figurar e produzir o sonho.

Guillaumin (2001) enxerga na “regressão tópica” um processo em três tempos. No primeiro, quando o sujeito adormece, opera-se uma verdadeira clivagem no campo da percepção – que se encontra baseada na unidade sensório-motora de funcionamento diurno – por meio do desinvestimento da esfera motora do Eu. Em uma espécie de progressão no segundo tempo, tem início uma excitação interna, suficiente para o sujeito não acordar, mas que agita, através de um reinvestimento tópico incompleto, certas regiões sensíveis da reatividade motora que funcionam como zonas erógenas, como por exemplo, os olhos. A

3. Ligações simbolizantes: o funcionamento de interfaces e fronteiras

atividade fantasística, porém, encontra-se impedida justamente por causa da clivagem, o que configura uma experiência noturna de tipo fundamentalmente traumática. Sem poder esperar uma ajuda de um outro, o sujeito começa, no terceiro tempo, a procurar materiais, nos circuitos mais superficiais e também nos mais profundos do psiquismo, inscrições mnésicas mais ou menos organizadas para ligar as excitações e colocá-las em cena por meio das imagens. Reconheço, nesta descrição do acontecer onírico, a dimensão apresentativa da simbolização, também sendo possível aproximá-lo do processo de duplo retorno. Relembro, aqui, a afirmação precisa de Roussillon: através do sonho, o mundo interno que se desenvolvera fora nos tempos precedentes do processo de simbolização, redobra-se, agora, sobre si mesmo, fazendo-se espaço interno, internalizado. Desta forma, considero que o sonhar, enquanto fenômeno transicional internalizado, produz, simultaneamente, o espaço psíquico do sonho e seus conteúdos, as representações de objeto. Pontalis (2005) retomando as teorizações de Lewin resgata a ideia de que toda imagem de sonho pressupõe um espaço onde a representação pode se dar: a dimensão do sonho-objeto se articula à do sonho-espaço. Lewin vincula a tela do sonho ao desejo de dormir do bebê saciado, identificando, portanto, a tela branca sem imagens visuais ao seio. Em consonância com Guillaumin, Pontalis nos diz que o sonho-objeto, o visual, é suscitado por desejos ou impulsões perturbadores do sono. Desta forma, o sonho tem um papel de mediador. Lembremos que Guillaumin (2001) considera que a imagem (onírica) tem uma função tópica e dinâmica, pois consiste em uma formação limite entre o Eu e o não-Eu, que tem papel de interface, realizando um compromisso entre o mundo subjetivo e o objetivo e configurando uma distância mínima.

A experiência de satisfação contém uma ambiguidade em seu processo, uma vez que ao mesmo tempo em que realiza um apaziguamento, traz a sede do conjunto do processo. Se o objeto do desejo de dormir é a saciedade, o sonho visaria o suspense do desejo, a angústia e excitação que lhe acompanham (PONTALIS, 2005). A imagem-tela do sonho constitui, assim, um anteparo para o desejo do sonho. Tanto Guillaumin como Pontalis apontam para sua função de barreira contra o incesto consumado com a mãe – uma vez que a realidade (terceiro) foi excluída – “incesto que conjuga gozo e terror, penetração e devoração” (PONTALIS, 2005, p.50). A ligação do sonho, portanto, depende do figurável. Pontalis (*Ibid.*, p.50) conclui: “O que posso ver, o que posso imaginar já é o que posso manter à distância: a aniquilação, a dissolução do sujeito é mantida afastada. O umbigo do vidente-visível é o sonho: posso ver meu sonho e ver por meio dele”. Assim, podemos entender a compreensão de Roussillon de que no sonho o sujeito procura se produzir ao mesmo tempo em que produz figuras por meio das quais se reapresenta. As (lig)ações simbolizantes são, portanto, condição da reflexividade psíquica.

4. TRAUMATISMO E DEFESAS ARCAICAS: NOS DOMÍNIOS DO NEGATIVO

-Quando secar o rio, o meu barco ainda estará aqui.

Agora, a saia de roda era o barco na fundura das águas. Uma tristeza de nascença me separava do tempo. As outras moças, das vizinhanças, comiam para não ter fome. Eu comi a própria fome.

-Filha, venha sentar.

Não diziam «comer» que era palavra dispendiosa. Diziam «sentar». E apontavam uma estreiteza entre cotovelos em redor da mesa. Os braços se atropelavam, disputando as magras migalhas. Em casa de pobre ser o último é ser nenhum. Assim eu não me servia. Meu coração já me tinha expulso de mim. Estava desalojada das vontades. E esperava ser a última, arriscando nada mais sobrar. Mas havia essa voz que sobrepunha minha existência:

-Deixem um pouco para a miúda.

Afinal, sempre eu tinha um socorro. *Um pouco para a miúda*: assim, sem necessidade de nome. Que o meu nome tinha tombado nesse poço escuro em que minha mãe se afundara. E os olhos da família, numerosos e suspensos, a contemplarem a minha mão, atravessando vagarosamente a fome. Não tendo nome, faltava só não ter corpo.

A meu tio, certa vez, ousei inquirir: *quando secar o rio estarei onde?* E ele me respondeu: *o rio vive dentro de si, o barco é que secará.*
(Trecho do conto *A saia almarrotada de Mia Couto*)

4.1 Trauma precoce e destruição simbólica

Começo, agora, uma síntese da compreensão de traumatismo precoce que o pensamento de cada um dos autores acima trabalhados oferece à psicanálise contemporânea, para, ao longo do presente item, aprofundar e discutir a relação entre trauma precoce e defesas primárias. Antes disso, no entanto, para dar início às discussões, considero importante realizar um breve resgate teórico a respeito do trauma na segunda tópica freudiana e nas últimas teorizações de Ferenczi⁵⁶. Freud concebe o trauma psíquico como uma cicatriz narcísica relativa ao dano egóico produzido pela cisão, mecanismo de defesa primário acionado diante do despreparo psíquico.

Em *Além do Princípio de Prazer*, Freud (1920/2006) compreende como traumáticas as excitações internas e externas que possuírem força suficiente para romper o tecido psíquico. Em 1926, Freud relacionará o trauma ao desenvolvimento da angústia automática que inunda o psiquismo sem possibilidade de contenção e transformação. Especificamente, o que caracteriza o trauma no psiquismo “é a ausência de prontidão para o medo [*Angstbereitschaft*]; tal prontidão implicaria a existência de um sobreinvestimento de camadas de energia depositado nos sistemas que receberão antes dos outros os afluxos de estímulos” (FREUD, 1920/2006,

⁵⁶ Para uma discussão aprofundada a respeito do trauma na teoria de ambos os autores, remeto o leitor à minha dissertação de mestrado (MORENO, 2009).

p.155). O traumático diz respeito ao campo do além do princípio do prazer, em que a pulsão se faz presente sob o modo da compulsão à repetição como medida de desenvolvimento do sobreinvestimento necessário para a ligação psíquica das excitações excessivas, compreensão que aponta para o tempo do arcaico, da constituição egóica e da diferenciação psíquica. Figueiredo sugere que, para lidar com a ruptura do tecido egóico, devam se formar reservas de energia quiescente.

Serão estas reservas que acudirão em socorro das partes injuriadas se a crosta for rompida, e quando essa mobilização for intensa será vivida como dor. Temos aí reconhecida a necessidade de que a substância viva passa por um processo de cisões, na forma de uma diferenciação interna, capaz de produzir áreas relativamente especializadas e separadas umas das outras de forma a enfrentar os riscos do traumatismo, sendo as próprias experiências de trauma e dor as que criam e fortalecem essas regiões relativamente dissociadas umas das outras. (FIGUEIREDO, 2003, p.19)

O sobreinvestimento do sistema percepção-consciência é considerado, em 1920, como a “última linha de defesa do escudo protetor”, no modelo da vesícula viva, equivalente a um estado de atenção que impede que ocorra uma efração de excitações no psiquismo e que remonta à gênese do Eu. Freud, nestes primórdios da psicanálise, busca conferir uma materialidade para os eventos psíquicos, e conceitua a gênese do Eu como ligada à alteração causada nos neurônios pela experiência de satisfação. Esta produz uma associação entre seu núcleo e uma imagem perceptiva, a imagem do desejo com a informação do movimento. A atenção consiste justamente em estabelecer novamente o estado de expectativa de desejo, estando voltada constantemente para indicações de qualidade provindas das percepções. O autor afirma que “a passagem de uma percepção não acompanhada de atenção termina silenciosamente na catexização de algum neurônio vizinho, de cuja sorte nada sabemos” (FREUD, 1895, p.476). É possível enxergarmos, já nestes primórdios do pensamento psicanalítico, a importância que a noção de ligação psíquica ganhará a partir de 1920. O destino silencioso do traumático, ou melhor, a negatividade traumática, como será desenvolvida ao longo do item, está relacionada à ausência ou a perturbações da ligação psíquica (*Bändigung*).

A noção de sobreinvestimento aproxima o escudo pára-excitação da significação proposta em 1925, no texto *Notas sobre o 'Bloco Mágico'*, o que amplia uma compreensão desse escudo. Desvinculando-o de um suporte corporal determinado, Freud atribui a ele um papel funcional: “a proteção contra a excitação é garantida por um investimento e um desinvestimento periódico do sistema percepção-consciência” (LAPLANCHE, PONTALIS, 1999, p.333). A ligação psíquica das percepções estaria relacionada com este investimento periódico, que pressupõe uma atividade psíquica já no nível das percepções. O fator decisivo

para o traumatismo do psiquismo, portanto, remeteria ao fator de surpresa, ou melhor, à falta de preparo realizado pelo sobreinvestimento de cargas de energia no momento do evento traumático ou, como podemos depreender deste breve desenvolvimento teórico, da ausência de ligação psíquica da excitação decorrente de perturbações das experiências de satisfação.

Apesar de Freud sustentar, em *Inibição, Sintoma e Angústia*, o trauma do nascimento – o desamparo fisiológico – como protótipo da angústia (automática), é à perda de amor objetual que esta finalmente será referida. Estabelece-se, assim, a relação entre o traumático, o papel da percepção do objeto externo e o desamparo psíquico do bebê.

Quando a criança houver descoberto pela experiência que um objeto externo perceptível pode pôr termo à situação perigosa que lembra o nascimento, o conteúdo do perigo que ela teme é deslocado da situação econômica para a condição que determinou essa situação, a saber a perda do objeto. É a ausência da mãe que agora constitui o perigo... (FREUD, 1926, p.161)

A relação de perigo se torna paradoxal, então, entre sua evocação externa e seu surgimento interno, uma vez que o impacto pulsional só pode ser metabolizado na relação com um objeto externo. A qualidade da ausência ou da presença do outro-sujeito se torna condição externa das perturbações energéticas internas. A percepção do objeto, segundo Bass (2000), pode criar não somente ilusões de alívio, como na satisfação alucinatória, mas também de perigo. O sinal de angústia, segundo o autor, desloca a situação de perigo de ser inundado por tensão para o medo da ausência do objeto de alívio. Freud sublinhara que os sentimentos de perda de amor e de decepção em relação ao objeto de amor produzem sensações profundamente dolorosas que causam um “dano permanente ao nosso sentimento-de-si na forma de uma cicatriz narcísica” (FREUD, 1920/2006, p.146) e uma perturbação na economia energética do organismo, que leva ao acionamento de mecanismos de defesa e à colocação do princípio do prazer fora de ação. Freud indica a melancolia (identificação narcísica, incorporação do objeto) e a cisão egóica como possíveis saídas frente a perdas cujo sentido permanece desconhecido. Tais saídas impedem a realização do luto compreendido como o trabalho psíquico que “traz o objeto perdido para uma condição que transforma e renova o sujeito – integra-se ao eu – e o torna apto a novas ligações” (FIGUEIREDO, CINTRA, 2004, p.17).

As teorizações de Ferenczi assumem uma posição inovadora ao romperem com a ideia de caráter originário do traumatismo (KUPERMANN, 2008). O autor afirma, em *A adaptação da família à criança* (1928), que tanto o bebê já está pronto fisiologicamente para o nascimento, quanto são os pais que têm a tarefa de transformar o ambiente do bebê ao nascer no mais agradável possível, evitando, assim, uma vivência traumática de angústia. Ferenczi foi o primeiro teórico a intuir e a conceituar o papel continente e de ligação psíquica do objeto

4. Traumatismo e defesas arcaicas: nos domínios do negativo

externo. Segundo ele: “O trauma do nascimento é isento de perigo e não deixa traços substanciais, porque o mundo circundante ocupa-se imediatamente da reparação” (FERENCZI, 1990, p.105). Se os pais puderem se adaptar às necessidades da criança, ao se sintonizarem com as angústias da infância por eles já elaboradas, conseguem oferecer impulsões positivas (pulsões de vida) capazes de transformar a situação (FERENCZI, 1929). Tais impulsões têm efeitos vitais e constitutivos para o bebê, sendo que a ausência ou sua impossibilidade daria continuidade ao trabalho das pulsões de morte, como tendência psíquica arcaica ao desligamento e à busca do inanimado. Kupermann (2009) ressalta que, se a família pode se adaptar, as experiências vitais do bebê trariam a marca da alegria de existir e da exuberância onipotente que favoreceriam o gesto espontâneo e a expansão psíquica em direção à constituição do campo dos objetos e também do sentido de realidade. A teorização de Ferenczi a respeito do trauma se distancia, conseqüentemente, da concepção freudiana de estado de desamparo (*Hilflosigkeit*) que caracterizaria o ser humano desde o nascimento.

Ferenczi afirma que o propriamente traumático diz respeito ao ingresso da criança na sociedade, ao processo de adaptação ao código social e às falhas objetais. Quando os adultos são incapazes de se adaptar às necessidades da criança, causam um dano cuja sombra pode se projetar sobre o resto da vida do sujeito. A imagem de sombra se alia à de cicatriz para dar figurabilidade, como veremos ao longo do presente item, às conseqüências das defesas primárias em relação ao trauma precoce. Ferenczi (1990) nos revela que, sem a preparação decorrente de tal adaptação, o efeito das perturbações excessivas será de um choque que produz uma desintrincação pulsional, geradora de desorientação psíquica – uma psicose passageira – e de uma tendência à autodestruição, denominada de autoclivagem narcísica. Ferenczi desenvolve a ideia de uma reação psicótica ao traumatismo em dois tempos (DUPARC, 1992), sendo que o primeiro tempo envolveria os mecanismos de clivagem e alucinação negativa:

Parece que a primeira reação a um choque é sempre uma psicose passageira, isto é, uma ruptura com a realidade, de um lado sob a forma de alucinação negativa (perda da consciência ou desmaio histérico, vertigem), de outro lado sob a forma, muitas vezes, de uma compensação alucinatória positiva imediata, que dá ilusão de prazer. (FERENCZI, 1930, p.329)

A defesa pela clivagem, segundo o autor, ocorre na própria esfera psíquica, sendo a parte sensível ao trauma brutalmente destruída e desinvestida – o que também explica a amnésia retroativa –, enquanto a parte que sobrevive sabe tudo, porém não sente nada. Desta forma, Ferenczi descreve o que em 1938 será teorizado por Freud como cisão egóica decorrente da recusa de uma situação traumática, frisando, contudo, a dimensão intersubjetiva deste processo. O autor aponta como uma das vicissitudes intrapsíquicas do traumatismo frente à

4. Traumatismo e defesas arcaicas: nos domínios do negativo

perda da coerência interna e diante de uma suposta morte psíquica, um mecanismo de identificação narcísica, a identificação com o agressor simultâneo à cisão egóica, como será aprofundado no item 5. Por meio de um processo identificatório, que pode ser correlacionado à identificação narcísica de Freud ou à incorporação de Maria Torok e Nicolas Abraham, o sujeito garante a manutenção da ligação (agora com um objeto da fantasia) com o objeto absolutamente necessário.

A partir destas formulações ferenczianas, o objeto ganha um papel fundamental na teoria psicanalítica: ele tem influência direta no processo de introjeção das experiências do *infans*, assim como garante a intrincação necessária após a experiência de desintrincação pulsional acarretada pelas experiências de excesso. Tal papel conduz Ferenczi, finalmente, a associação do traumático, em 1933, à noção de desmentido. Já em 1928, o autor afirmara que a atitude dos pais de não reconhecimento do prazer envolvido no uso dos genitais pelo bebê era capaz de produzir uma negação a respeito da validade de suas experiências físicas. Dois anos mais tarde, em *Análise de Crianças com Adultos*, Ferenczi sustenta categoricamente que o que torna o traumatismo realmente patógeno, quando se manifesta a paralisia do pensamento e da motilidade frente a experiências excessivas, é a negação da realidade dos fatos, ou seja, a afirmação por parte do objeto de confiança de que nada ocorreu. A criança se sente abandonada, perde o prazer de viver e volta à agressão contra sua própria pessoa. Em seu *Diário Clínico* – em uma nota de 27 de julho de 1932 que tem como título a questão *O que é traumático: uma agressão ou suas consequências?* –, Ferenczi reafirma a capacidade de adaptação das crianças muito pequenas ao trauma, enfatizando a confusão traumática como consequência da reação ambiental. Segundo o autor:

A solidão traumática, a interdição e a vontade de interdizer do pai, a surdez e a cegueira da mãe, é isso o que torna a agressão traumática, isto é, própria para fissurar o psiquismo. O ser que fica só deve ajudar-se a si mesmo e, para esse efeito, clivar-se naquele que ajuda e naquele que é ajudado. (FERENCZI, 1990, p.240)

O trauma, portanto, é a experiência de excesso que não pode ser significada e contida no campo intermediário entre bebê-adulto. O desmentido, ao fissurar o psiquismo, impede a inscrição psíquica do vivido, e impossibilita a introjeção de sentido para a vivência do bebê. Veremos a seguir como os desdobramentos destas teorizações pelos autores contemporâneos convidados para participar do corpo desta tese apontam para os efeitos de destruição simbólica do traumatismo precoce.

4.1.1 Desdobramentos teóricos: a ausência impossível

Os pensamentos de Winnicott, Green e Roussillon realizam desdobramentos teóricos importantes da compreensão do trauma a partir da consideração do papel do objeto primário. Winnicott (1967b/1975) se questiona, em *O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil*, a respeito das vicissitudes intrapsíquicas da impossibilidade do objeto primário em reconhecer as necessidades do bebê e se identificar com aquilo que ele lhe transmite, de instalá-lo metaforicamente em seu psiquismo e refletir algo que, em princípio, seja simultaneamente dele/dela. Neste texto, a meu ver, o autor desenvolve a idéia do traumatismo precoce como a ausência de reconhecimento primário – que pode ser compreendida como um desmentido precoce – por parte do ambiente do próprio Eu (*self*) do bebê. Veremos como o trauma precoce é remetido, nas obras de Winnicott, Green e Roussillon a uma falha na função especular do objeto primário, compreendida de maneira ampliada, em suas funções de revelação, continência e simbolização.

Sigamos, de início, o pensamento de Winnicott para, então, introduzirmos o pensamento dos demais autores, pois, apesar de não fazer referência explícita, acredito que este primeiro autor realize desdobramentos importantes das intuições ferenczianas. Seguindo a tradição ferencziana, Winnicott confere verdadeiro potencial traumático à falha real do objeto de cuidados primários no desempenho de suas funções. O trauma, em sua concepção, é uma reação ao fracasso do objeto em desempenhar sua função adaptativa e, depois, desadaptativa no período de dependência absoluta (WINNICOTT, 1965/1994). Existe um aspecto normal do trauma, relativo à desadaptação, que é dosado pela possibilidade da mãe de sentir a capacidade de seu bebê empregar, tempo a tempo, novos mecanismos mentais. Entendo que, quando se fala em aspecto normal, fala-se em trauma constitutivo, já que o psiquismo, seus limites e funções estão sendo criados neste campo da ilusão/desilusão. A desilusão, como sublinhei, constitui uma tarefa materna de importância capital na instalação da capacidade de simbolização. Assim como Freud (1895) fala da importância do ritmo psíquico na constituição das marcas mnêmicas, Winnicott mede a eficácia da tarefa de desilusão constituinte da realidade psíquica em termos de tempo e espaço.

Quando uma mãe não pode reconhecer seu bebê, o que ela refletirá será somente seu humor e seus fantasmas. O bebê tentará buscar algum reflexo de si, mas não o enxergará. A ausência da mãe em termos precoces, impedida de se oferecer como superfície de projeção e reflexo da matéria psíquica primária, coincide com uma ausência de si impensável e, por isso, destruidora da capacidade de construir sentido psíquico. Rompe-se, desta forma, a possibilidade

4. Traumatismo e defesas arcaicas: nos domínios do negativo

de constituição do fenômeno subjetivo e da experiência de ilusão, fundamentos do início da experiência de continuidade psíquica e da capacidade de construção de símbolos. A capacidade criativa do bebê começa a se atrofiar e o bebê começa a reagir para obter algum reflexo no espelho materno que lhe diga respeito (WINNICOTT, 1967b/1975). Então, ele se torna perceptivo, não da falha materna, mas dos resultados dessa falha, quaisquer que sejam - geralmente irrupções que envolvem uma vivência de aniquilamento, de qualidade e intensidade psicóticas. Tal vivência configura uma “agonia impensável”.

Reativamente, o bebê tentará obter algo de si mesmo a partir do ambiente por outros meios, como a agressividade, colocando-se em dificuldades e especialmente ficando doente. No extremo, quando a catexia dos objetos externos não foi nem mesmo iniciada, o autor fala em morte física, como Ferenczi já anunciara em 1929. Em fases intermediárias, no entanto, o bebê será levado a sempre precisar fazer uma previsão das reações do objeto, de forma a controlá-lo e acabando por se afastar de suas próprias necessidades. Em direção à patologia, frente a uma capacidade de previsibilidade precária, o bebê será forçado aos limites de sua capacidade de permitir acontecimentos. Isto se constitui como uma ameaça de caos, e o bebê organizará, segundo Winnicott, uma retirada ou não olhará mais para sua mãe em busca de um reflexo de si, exceto para percebê-la, como defesa. A percepção, então, toma o lugar da apercepção, deslocando o que poderia ser o começo de uma troca significativa e criativa com o mundo. Green (1995) comenta que, se é o rosto do objeto-mãe que a criança percebe muito precocemente, ela não pode formar o que Winnicott chamou de objeto subjetivo, mas constitui prematuramente o objeto objetivamente percebido. O autor entende que o bebê se volta para fora de si ao mesmo tempo em que ocorre um *splitting* de sua personalidade e do objeto.

O trauma, portanto, deve ser visado tanto em termos de espaço, pela impossibilidade de constituição de um espaço privado, quanto em termos de tempo. Ambas as categorias se encontram intimamente relacionadas ao processo de simbolização, como podemos acompanhar. Segundo o autor, devemos pensar que o sentimento de que a mãe existe dura x minutos. Em um tempo $x+y$, a distância materna começa a dar início a um esmaecimento de sua imago no mundo interno do bebê, e “juntamente com ela, cessa a capacidade do bebê utilizar o símbolo da união” (WINNICOTT, 1969/1975, p.135). Se foi possível constituir um fenômeno subjetivo, ou seja, se o objeto interno está vivo e é suficientemente bom, não muito persecutório, o bebê pode dar início ao uso de um objeto transicional para aplacar sua angústia.

Roussillon (1999), a partir de uma leitura que leva em conta a metapsicologia freudiana, compreende que se, neste momento, existem traços mnésicos deixados por experiências de satisfação em relação ao objeto, o bebê é capaz de transformar sua vivência em um estado de

falta, um estado de esperança baseado em uma representação do uso do objeto. E o autor segue desdobrando o pensamento winnicottiano ao afirmar que, se o objeto sobrevive à aflição e à falta, se ele aporta em tempo a satisfação que apazigua o estado de tensão, tal resposta fornece a base de um contrato narcísico com o objeto.

Se o objeto, contudo, não se apresenta em um tempo $x+y+z$, ou se a resposta à necessidade do sujeito é deveras insatisfatória, ou se o preço pago para manter o contrato narcísico (exigências do objeto em troca do seu amor) excede as capacidades do bebê, o estado de falta se degenera sob o efeito da raiva impotente que ele mobiliza em estado de agonia (ROUSSILLON, 1999). Após algumas tentativas de solução interna, autossensuais, o fracasso dos recursos internos desencadeia um estado propriamente de desamparo, de tensão e de desprazer intensos, sem saídas internas, sem fim e sem representação. A vivência de agonia rompe “com o sentimento de existência contínua de uma mãe cuja consistência torna possível para a criança estar só e ter prazer em estar só, por períodos limitados” (WINNICOTT, 1958/1983, p.35).

No que diz respeito à função de simbolização, Winnicott sustenta que o fracasso materno em alguma função essencial conduz indiretamente à morte do objeto interno ou à sua qualidade persecutória, fruto da internalização de um objeto objetivamente percebido frustrante. Na concepção do autor, o objeto interno deixa de ter sentido para o bebê após a persistência da inadequação do objeto externo, em uma época do desenvolvimento anterior à criação da capacidade de manter as pessoas vivas na realidade psíquica interna, ou seja – subscrevo aqui a teorização de Roussillon –, constituir uma representação de coisa da representação do objeto primário. A morte deste objeto interno tem efeitos devastadores na constituição psíquica e na dinâmica pulsional do bebê, como Green sublinhará.

Entendo que, assim, Winnicott acrescenta um desdobramento teórico, em termos do processo de simbolização, à concepção ferencziana da criança mal acolhida por sua família. Ferenczi (1929) havia escrito que, na ausência das impulsões vitais por parte da mãe ou da família, a criança tenderia à autodestruição, à doença e à apatia, pois a pulsão mais arcaica – a de morte – não seria ligada e continuaria exercendo seus efeitos no psiquismo. Winnicott se distancia da herança freudiana acerca de uma pulsão de morte constitutiva, mas recebe influências ferenczianas ao pensar os efeitos destrutivos e impeditivos da integração psíquica (pulsional) como relacionado ao fracasso do papel do objeto, como reações a suas falhas. Green e Roussillon relativizam esta compreensão ao sustentarem uma coconstituição pulsional e objetual das funções psíquicas, inclusive a da pulsão de morte.

Winnicott acrescenta, ainda, uma consideração importante: “após a persistência da inadequação do objeto externo, o objeto interno deixa de ter sentido para o bebê e, então – e somente então –, o objeto transicional também fica sem sentido” (WINNICOTT, 1953/1975, p.24). Bebês que não podem deixar o colo materno, que não suportam sua ausência ou transformam o que poderia ser o uso transicional de um objeto em um uso compulsivo, indicam essa ausência de sentido. Este uso não apresenta mais uma função simbólica, deixando de oferecer segurança ao bebê. Como então, o bebê pode, sem ser pela via simbólica, integrar sua experiência? Ao texto *Objetos Transicionais e Fenômenos Transicionais*, de 1953, Winnicott acrescenta o material clínico de uma paciente adulta, com o intuito de demonstrar como o sentimento de perda de si pode se tornar uma maneira de integrar a própria experiência. Winnicott relaciona tal problemática ao que chamou de lado negativo dos relacionamentos, oriundo da morte da imago materna no tempo do traumatismo primário⁵⁷. Interessa-me pensar as vicissitudes de tal acontecimento, descritas como a instalação de um padrão negativo de realidade tanto interna como externa.

Se o objeto subjetivo se perde, instala-se um estado não-representado, ou irrepresentável, denominado por Winnicott de agonia impensável ou, por Bion, de terror sem nome; um estado para além da falta e da esperança (ROUSSILLON, 1999). Winnicott acredita que a imensa maioria dos bebês não chega a experimentar tal privação; geralmente eles são curados pelo mimar localizado da mãe que retorna e, desta forma, repara os danos causados pela sua ausência na estrutura do Eu, restabelecendo o símbolo de união, o que faz com que o bebê possa, mais uma vez, permitir a separação e, até mesmo, beneficiar-se dela.

No caso de traumatismo primário, no entanto, o bebê se encontra permanentemente privado da raiz que poderia proporcionar a experiência de *continuidade com o início pessoal*, ou seja, um sistema de memória e uma organização de lembranças. O traumatismo precoce, a meu ver, implica uma perturbação na própria instalação de uma capacidade para memorizar, apropriar-se das vivências subjetivas para sentir as experiências como próprias, vividas em uma área pessoal. Tal perturbação está intrinsecamente ligada a uma impossibilidade de constituição da função simbólica, como descrita por Winnicott. Tomando como fundamento de seu pensamento um diálogo entre Freud e Winnicott, Roussillon (2006) compreende que se o sujeito experimentou a “realidade” da não-sobrevivência do objeto, essa “realidade” realiza a fantasia da destrutividade e, ao mesmo tempo, faz com que perca sua localização intrapsíquica, gerando um núcleo de confusão primária que embaralha as referências do dentro e do fora: o

⁵⁷ Este caso será retomado e discutido no próximo item.

sujeito se sente culpado, uma culpabilidade primária pré-ambivalente, e responsável por não ter podido fazer face à ferida narcísica que lhe foi infligida. Este núcleo será a base de uma experiência de mau-ego que implicará em uma perseguição interna, ou será externalizada (secundariamente) para criar uma neorrealidade diante da qual o sujeito se verá diante da seguinte alternativa: submeter-se ou revoltar-se (delírio/comportamentos de revolta).

Green (2010) compreenderá que a morte do objeto interno pode se tornar um padrão defensivo, uma função psíquica, que denominará de desobjetalização. Winnicott (1960/1990), em referência aos trabalhos de Margaret Mead e Erik Erikson, já havia considerado que as modalidades sutis do cuidado materno determinam os padrões de defesa do sujeito. O traumatismo precoce, no pensamento de Green, que não deixa de considerar a dimensão pulsional, pode ser pensado como os efeitos da impossibilidade do objeto realizar sua função reveladora e continente das moções pulsionais. Se o encontro com o objeto primário não produz uma experiência de prazer capaz de ligar as moções pulsionais em representantes, Green nos fala em um coeficiente dinâmico mais ou menos desorganizador, devido à impossibilidade de negação do objeto e de instalação de uma estrutura enquadrante, guardião da simbolização psíquica. O objeto objetivamente percebido não pode ser perdido, sua presença se torna excessiva e intrusiva. O autor (Green, 2010a) propõe que, neste caso, o objeto cai em uma espécie de coalescência com a pulsão: ao invés de ser o que torna a pulsão suportável, é o que a faz ainda mais intolerável. O sujeito precisará se defender por meio de defesas muito primitivas, baseadas no modo de funcionamento da pulsão de morte: a cisão e o desinvestimento. Roussillon (2001), a partir de uma leitura a respeito dos estados de agonia proposta por Winnicott e da compreensão de que, ao invés da internalização da experiência de prazer ocorra a interiorização dos movimentos mortíferos vindos de fora, entende que, assim concebida, a pulsão de morte se inscreve nas experiências de inadequação do objeto às necessidades do *infans*, aparecendo ligada às vivências de destruição, à destrutividade e ao desligamento reativo aos estados traumáticos primários, sendo, então, contingente e conjuntural. Desta forma, a função psíquica arcaica de ligação e a disponibilidade de investimentos objetualizantes ficam perturbadas.

Green (2010a) entende que a manifestação própria à destrutividade da pulsão de morte configure o desinvestimento, que se traduziria em uma função desobjetalizante: “Essa qualificação permite compreender que não é somente a relação com o objeto que é atacada, mas também todos os substitutos deste – o Eu, por exemplo, e o *fato mesmo do investimento na medida em que ele sofreu o processo de desobjetalização*” (GREEN, 2010a, p.100). O desinvestimento produzido pela função desobjetalizante, no entanto, não produz uma separação

do objeto, ele “é o procedimento mais radical para se opor ao trabalho de luto que está no centro do processo de transformação característica da função objetualizante” (*Ibid.*, p.100).

Quando a internalização e o luto do objeto primário não podem ocorrer, concomitante à constituição da função simbólica, não se constroem estruturas psíquicas intermediárias (símbolo, fantasias originárias, processos terciários) que realizam a mediação entre realidade interna e externa e, assim, qualquer percepção endógena ou exógena se torna traumática por falta de uma estrutura que lhe dê continência e consistência. O funcionamento desobjetualizante, portanto, impedirá a percepção e seu possível deslocamento e transformação em direção ao campo representativo que poderia produzir um sentido para a falta de investimento objetual. Tal falta é impossível de conhecer, tornando-se o núcleo do irrepresentável no psiquismo, representante do traumatismo precoce. Roussillon pensa o traumatismo primário como um estado sem representação, o que, em sua concepção, contudo, não quer dizer sem percepção ou sensação, que restam cindidas no psiquismo. O casal de psicanalistas Cesar e Sara Botella (2002) enxerga tal estado como um estado de não-representação, sustentando que a incapacidade de tornar psíquico um estado – a meu ver, integrá-lo numa cadeia de sentido – gere um excedente de energia traumático. O estado de traumatismo primário, portanto, também se refere a esta experiência de excesso ligada à intensidade pulsional incitada que ameaça a existência mesma da subjetividade e da organização psíquica, e que obriga o sujeito a reagir todo tempo como alternativa a ser (WINNICOTT, 1960b/1983).

Lembremos que Winnicott (1967b/1975) diferencia existir e se sentir real, que consiste no sentimento de existir como si mesmo, relacionar-se com objetos como si mesmo e ter um Eu (*self*) para onde se retirar quando necessário. A função de reflexividade psíquica, desta forma, não se instala de modo a permitir um reconhecimento interno das vivências e percepções como próprias. Roussillon concebe, então, o traumatismo “primário” como falha do processo representativo, inscrevendo-se em uma teoria deficitária do funcionamento psíquico, um déficit na constituição de limites, que caracteriza a angústia psicótica. Em referência à falha fundamental de Balint, à noção de *gap* de Winnicott, forclusão de Lacan, ausência de representação de ausência de Green, Roussillon prefere falar em ausência de representação de coisa da representação ou representantes não representação do traumatismo como déficit específico da organização narcísica ou de organização do campo representativo. Os efeitos clínicos de tal falha devem ser pensados paradoxalmente como falta da falta, a falta de certo tipo de negatividade, de um espaço ou de um representante para acolher o desconhecido ou o não-representado. Desta forma, consolida-se uma função reflexiva deficitária que afeta de maneira fundamental a capacidade de se sentir si mesmo. Certos sintomas psicossomáticos,

4. Traumatismo e defesas arcaicas: nos domínios do negativo

certas patologias do narcisismo, certos sintomas psicóticos, processos autísticos, certas clivagens do Eu profundo que não são representáveis para o sujeito, certas percepções podem ser consideradas como *representantes* não psíquicos (ROUSSILLON, 2006) – eu diria não simbólicos. A experiência passará, então, a ser estruturada de maneira paradoxal, como será discutido adiante, a partir dos mecanismos de defesa primários suscitados. Roussillon sintetiza (1999, p.156, *tradução nossa*):

Só podemos nos representar aquilo que chegou a faltar. Só podemos perder o que tivemos. Não podemos fazer o luto daquilo que não foi admitido. Só podemos identificar a falta a partir de traços de uma presença anterior. Daí a dificuldade de uma representação, de um déficit que sempre esteve lá.

4.2 Defesas de morte

Pretendo, neste momento, inserir e trabalhar mais um vetor na discussão a respeito das implicações do traumatismo precoce no processo de simbolização primária, a problemática da defesa. Como já afirmei, penso que o sentido psíquico seja produzido em um campo de imbricação entre o intrapsíquico e o intersubjetivo, em uma temporalidade que se opõe a um pensamento genético e desenvolvimentista. Desta forma, entendo que a questão de uma passividade ou de uma atividade primárias se dialetize em um tempo psíquico que não segue uma linearidade cronológica; não há trauma sem o despertar simultâneo de um processo defensivo. Os próprios destinos psíquicos dos excessos provenientes tanto do soma como do contato com o exterior, com um outro sujeito, foram pensados, desde 1915, como decorrentes de mecanismos de defesa. No que tange aos efeitos do traumatismo precoce nos processos de simbolização, é preciso ter em mente a ação das defesas justamente no campo de diferenciação psíquica pré-simbólico/simbólico.

A presente discussão se insere na problemática teórica da oposição clássica entre uma posição de reconhecimento do déficit objetivo de certas organizações representativas e aquela que coloca o acento nos processos defensivos. Concordo com Roussillon (1999) de que tal oposição não é suficiente para dar conta da complexidade em questão nas organizações psicopatológicas decorrentes do traumatismo precoce. Como reconhecer a objetividade do déficit sem lhes negar o direito à diferença, sem desqualificá-las ou inferiorizá-las? Roussillon indica o pensamento paradoxal para abordar tal dificuldade. De fato, existem diferenças nas formas de organização representativa, uns conseguem simbolizar certas situações vividas e conferir-lhes certo sentido de real, outros, como nas organizações psicóticas, fracassam em

4. Traumatismo e defesas arcaicas: nos domínios do negativo

significar as experiências sem operar uma negação da realidade, o que trará consequências clínicas na medida em que se encontra implicada uma decisão acerca da causa última do sofrimento. Roussillon aponta, diante de tal paradoxo, para uma necessária e concomitante postura de vigilância epistemológica em relação aos campos da clínica, da teoria e da prática psicanalítica. É na diferenciação dos pressupostos de cada um destes campos e na manutenção de sua simultaneidade que tal paradoxo deve ser tratado, ao mesmo tempo em que a oposição déficit/defesa é desconstruída: não há déficit em si; sua identificação, sua definição e seu modo de tratamento dependem estreitamente do processo que o constitui. A posição deficitária não pode ser separada do processo de subjetivação que a caracteriza. Quando se trata de traumatismo precoce,

Ao déficit qualitativo corresponde o excesso quantitativo e inversamente, a quantidade está sempre em excesso quando faltam as condições/precondições de sua ligação qualitativa e representativa; as operações qualitativas serão sempre insuficientes para religar as quantidades muito grandes. (ROUSSILLON, 1999, p.151)

O trauma precoce, assim como a problemática do déficit em psicanálise, deve ser remetido, teoricamente, à questão dos limites e das diferenciações entre Eu/não-Eu e das instâncias psíquicas. Se pensamos o traumatismo precoce como perturbador da instalação de uma matriz simbolizante, de uma função representativa no psiquismo, que confunde os limites internos entre Isso/Eu e os limites externos entre Eu/não-Eu, pensamos na falta de estruturas intermediárias que possibilitariam a organização de um conflito (GREEN, 2002), o que gera um estado confusional, como descrito por Roussillon (1999). Tal estado será evitado/reproduzido por meio de defesas primárias, as quais se organizarão em estrutura, na falta de uma estruturação por introjeção da função simbólica reflexiva. As defesas primárias têm, no funcionamento pulsional, a ancoragem de seu modo de ação.

O trauma precoce, no entanto, situa-se em um campo teórico anterior ao que Winnicott denominou de integração psíquica. Freud já havia apontado, em seu texto de 1923, para o fato de que a defusão primitiva parecia se tratar mais de uma fusão incompleta de pulsões. O tempo do narcisismo primário é responsável pela aliança interna entre as pulsões de vida e de morte, o que confere uma determinada coerência à sua integração e produz uma homogeneidade à organização psíquica (GREEN, 2010c). No caso de trauma precoce prevalece a coexistência dos dois grupos de pulsões vivendo lado a lado, sem troca recíproca. O trabalho de ligação das pulsões de vida não é suficiente, as forças de desintração dominam e enfraquecem a estrutura psíquica. A pulsão de morte em suas formas elementares, sustenta Green (2010c), consiste em uma força que se opõe às diferenciações da estrutura psíquica e freia os processos

4. Traumatismo e defesas arcaicas: nos domínios do negativo

de transformação, atuando no psiquismo basicamente por meio de sua função de desligamento e cisão.

Em *Inibição, Sintoma e Angústia* (1926), Freud sustenta a hipótese de que o Eu é capaz de se amputar para se proteger da desorganização, o que me permite compreender que Freud concebe o déficit como uma função psíquica protetora e, portanto, defensiva, e que o Eu tira benefícios do déficit. Tal compreensão subverte a teoria clássica de uma oposição: a defesa se efetua, aqui, pelo déficit. Segundo a lógica da biologia por meio do termo autotomia, resgatada por Ferenczi (1921), uma parte do corpo do animal (lagartixa) é sacrificada, se deixa morrer, para proteger o todo. Apesar dessa lógica poder ser compreendida em termos psíquicos a partir da racionalidade secundária da formação de compromisso, quando se pensa em termos primários, Roussillon retoma a concepção de duplo retorno explorada por Green para pensar a criação de um déficit organizado e controlado como forma de proteção dos efeitos do déficit passado vivido passivamente. Em torno de tais defesas, dialetizam-se passividade e atividade psíquicas, déficit e defesa.

4.2.1 Negativação psíquica e negatividade traumática

Se busco articular a possibilidade da organização e diferenciação psíquica a partir de sua imbricação com a dimensão intersubjetiva, onde situo o tempo do traumatismo precoce, pretendo, agora, aprofundar a discussão a partir das reações subjetivas suscitadas em um campo propriamente intrapsíquico. Não se trata, contudo, da realização de uma dissociação violenta entre os registros, pois compreendo, como afirmei anteriormente, que o intrapsíquico deva ser pensado a partir do intersubjetivo e vice-versa. Neste sentido, partirei do conceito de desmentido, cunhado por Ferenczi em seus últimos escritos, tomado aqui em uma perspectiva mais ampla que remete à problemática do reconhecimento tanto no campo intersubjetivo como intrapsíquico. Pretendo sustentar que uma negação precoce vivida no plano intersubjetivo, bem como seus efeitos de indiferença e vazio especular, articula-se à ação de defesas primárias no plano intrapsíquico que promovem o que concebo como negatividade psíquica.

Ferenczi (1933) considera o trauma, a partir do modelo do desmentido, como a impossibilidade de reconhecimento e legitimação, no plano intersubjetivo, de uma experiência da criança com sua miríade de impressões sensíveis. O modelo do desmentido pode ser pensado em termos precoces como impossibilidade ou recusa do adulto em reconhecer as experiências do *infans* e seus gestos espontâneos. Tal estado, a meu ver, é capaz de se

4. Traumatismo e defesas arcaicas: nos domínios do negativo

desdobrar, na dimensão intrapsíquica, em uma perturbação na capacidade de reconhecimento interno, de apropriação e transformação das percepções, sejam elas endopsíquicas ou derivadas do contato com o mundo. A ausência deste reconhecimento constitutivo perturba a ligação primária das excitações, assim como a capacidade de representação. Como consequências desta perturbação, a destrutividade psíquica – seja ela compreendida como uma tendência pulsional ao desligamento ou como decorrente de uma falha de ligação no plano intersubjetivo – não pode ser enlaçada e passa a apresentar seus efeitos desorganizadores em um psiquismo cujos limites ainda não estão constituídos. Desta forma, as ligações psíquicas passam a ser alvo de um desinvestimento próprio do funcionamento da pulsão de morte. A questão que se coloca é: tal destrutividade é uma qualidade própria das excitações não ligadas ou decorre de defesas primárias colocadas em ação neste momento precoce?

Na visão de Ferenczi, a impossibilidade de reconhecimento de uma experiência vivida por parte de um outro, de quem o *infans* depende, é o que torna tal experiência capaz de fissurar um psiquismo, ou seja, produzir um efeito destrutivo. Interessa-me pensar o desmentido precoce como uma operação intersubjetiva traumática, em que o sentido de experiências vividas é impossibilitado ou recusado antes mesmo da capacidade de simbolização do bebê ser constituída. Ele está relacionado tanto às perturbações na função especular do objeto primário, quanto à impossibilidade de instalação de um investimento significativo e às falhas decorrentes na função simbolizante. Tal operação se encontra no cerne da diferenciação entre o campo da negatividade ou negativismo traumático, e o da negatização psíquica.

Em termos da negatização psíquica constituinte, Green (1995) propõe, a partir de uma compreensão freudiana, que o trabalho psíquico depende da noção de negatização dos excessos, tanto os pulsionais como os provenientes do encontro com o objeto. O campo da confrontação intersubjetiva exige, contudo, maior rigor no recurso à negatização, uma vez que coloca em questão um outro sujeito, não apenas como interlocutor ou destinatário, mas como parte constitutiva da experiência. É neste interjogo, na articulação entre realidade interna e externa, que o trabalho de negatização ganha importância constitutiva: o objeto deve se oferecer e suportar ser negatizado para que as funções que representa possam ser internalizadas. Esta é a condição para que as excitações possam ganhar representação no interior da psique e se transformem em traços mnésicos.

Se na primeira tópica freudiana a falta, a perda e a ausência constituíam os imperativos da simbolização, os fenômenos clínicos estudados por Freud e seus sucessores a partir de 1920 – a compulsão à repetição, a reação terapêutica negativa, a viscosidade da libido, a transferência dita narcísica, a alienação interna – obrigam os analistas a pensarem a falta, a

perda e a ausência como produtos dos processos de simbolização (GREEN, 2010a). Na segunda tópica, os procedimentos da negatização envolvidos na simbolização se complexificam ao colocarem em jogo a ação das defesas combinadas ao destino das pulsões e ao papel do outro. O lugar do duplo retorno, considerado como protótipo da negatização psíquica prévia ao recalque, uma defesa “constituente” de base do psiquismo nascente, realiza uma espécie de “consumo” do objeto à medida que o faz desaparecer, por meio de sua interiorização. Aqui a metáfora oral ganha toda a sua expressão.

Se o representar envolve, como sublinhou Freud em 1925, reencontrar o objeto, a simbolização do objeto ameaça o modo de presença do próprio objeto, pois se dobra sobre a sua desaparecimento (GREEN, 2010a). Não se trata mais, apenas, considera Roussillon (1999), de fazer o luto do objeto em nome do prazer, como no pensamento – de certa forma mais simplista – da primeira tópica, mas da necessidade de fazer o luto do luto, o que permite a instalação de uma capacidade reflexiva e da constituição de um limite entre interno e externo: “O objeto é e não é eu, ele é eu, em mim sob a forma de representação-coisa de um objeto de inclusão imagética, ele não é eu, ele deve ser reencontrado fora, outro, estrangeiro negador de si, alteridade externa” (ROUSSILLON, 1999, p.117).

A subjetivação implica, ao lado do trabalho de ligação, processos de divisão e separação constituintes. Freud, em *A Negativa* (1925), após ter relacionado claramente o destino da negação psíquica à dinâmica do recalque, encerra sua reflexão aprofundando e ampliando sua hipótese anterior, de 1920, de uma negatividade que também age no interior da própria vida pulsional, ao conectar a afirmação e a negação aos dois grupos das pulsões. Os efeitos de Eros e das pulsões de destruição são indicados nos atos de engolir e cuspir como prévios aos julgamentos de atribuição e existência, envolvidos no aceitar e negar psíquicos. Freud já havia pensado segundo a metáfora dos protistas, por referência à filogênese, que o próprio processo de integração e metabolização da pulsão era ameaçador por si mesmo, na medida em que produzia um resto tóxico. Este resto apresentaria uma característica autointoxicante que, na visão de Roussillon (1999), pode ser considerada como a negatividade do próprio processo, devendo ser separado: o protista irá se dividir para se purificar e se manter vivo. Desta forma, a metáfora alude à construção de uma tópica por negação-separação.

Green (2010a) propõe que a excorporação configura uma primeira separação dentro-fora. Ele considera que Freud, em 1925, apresenta duas formas do negativo, o que é mau e o que não existe, sendo que este último remete a um resquício do pensamento do *Projeto*, em que Freud fala de defesa primária em relação a experiências hostis de forma muito próxima à

4. Traumatismo e defesas arcaicas: nos domínios do negativo

alucinação negativa, mecanismo que implica um desligamento e uma cisão radicais. Por outro lado,

O que é mal é o que deve ser cuspidado, seja o proveniente de mim, de minhas pulsões interditadas, sexuais ou agressivas, seja o proveniente do objeto, do que favorece ou contraria a meta de minhas pulsões, das minhas proibições, o que provém das pulsões do objeto a meu respeito. (GREEN, 2010a, p.303)

Este vai se inscrever em um lugar externo, criado neste mesmo movimento, ao mesmo tempo em que se abre o espaço interno para o que deve ser incorporado, vindo a fazer parte progressivamente da realidade psíquica do indivíduo (FIGUEIREDO, CINTRA, 2004, p.31). Green (2010a) enxerga, neste desenvolvimento teórico, os indícios do pensamento freudiano a respeito da *Ichspaltung*, que seria teorizada em 1938, e de uma cisão constitutiva do aparelho psíquico e da capacidade de pensar (1940).

Nesta esteira, vale resgatar outra formulação de Green, na qual o autor propõe que as características que marcam os modos de ação das pulsões, em sua articulação com os mecanismos de defesa, poderão ser encontradas no nível do Eu “seja porque ele traz em si seu rótulo de origem, seja porque imita o funcionamento pulsional revelado pelo objeto” (GREEN, 2010a, p.102). Esta afirmação faz o autor se questionar se o que se encontra em jogo se trata de uma identificação do Eu com o funcionamento pulsional ou com os objetos deste último. Torna-se necessária – não à guisa de uma tentativa de resposta, mas como modo de problematizar este último questionamento – a retomada de duas outras afirmações do autor. A teoria freudiana das pulsões pertence à ordem dos conceitos, cujo objetivo é esclarecer uma experiência; mas esta última, paradoxalmente, não pode prová-la. Conceito e experiência, desta forma, não poderiam ser dissociados, o que leva Green (2010a, p.99) a afirmar que:

Mesmo que se apresentem as pulsões como entidades primeiras, fundamentais, isto é, originais, é preciso admitir que *o objeto é o revelador das pulsões*. Ele não as cria – e sem dúvida pode-se dizer que ele é criado por elas, pelo menos em parte –, mas é condição para que tenham existência. E é por essa existência que ele próprio será criado já estando lá. Essa é a explicação sobre o encontrado-criado.

Se o Eu não pode escapar às modalidades de atividade próprias das pulsões, ao comportar fatores de organização homólogos aos dessas pulsões (coesão e divisão), ele também será marcado pela relação com o objeto. Winnicott sugere, como foi visto, que as experiências traumáticas que puseram à prova a capacidade de espera, por parte da criança, da resposta ardentemente desejada da mãe, conduzam, na falta dessa resposta, a um estado de agonia impensável que impede que o *infans* possa criar um símbolo para suportar a ausência objetal – Roussillon diria uma representação-coisa da ausência da representação –, obrigando-o a se

4. Traumatismo e defesas arcaicas: nos domínios do negativo

defender, cindindo-se e identificando-se, seja por meio do falso *self*, seja com o negativo desta relação. A marca dessas experiências seria tal que se estenderia a toda estrutura psíquica (GREEN, 2010a) e, então, o negativo se imporia como uma relação objetal organizada. Winnicott inaugura uma constelação psicanalítica que permite reconhecer a importância dos “aspectos negativos das relações”:

Pode-se interpretar a situação descrita de duas maneiras: seja como inverso (negativo) da experiência estruturante e positiva da criação do objeto transicional e dos recursos que ele oferece à separação, seja – e essa é a tese à qual eu me apegaria – como vicissitude “negativista” de um negativo potencialmente criativo que o sofrimento, a raiva, a impotência teriam travestido e transformado em paralisia psíquica. Mas, dessa vez, a impotência não se refere mais apenas ao sujeito, mas engloba também o objeto na nova situação interna criada pelo *setting* analítico. A relação entre as duas formas de negatividade importa mais que a mera consideração de sua forma desesperada e desesperante. Não se poderia interpretá-la como uma simples falência a constituir objetos transicionais. (GREEN, 2010a, p.19)

O Eu carregará, portanto, as marcas desta relação intersubjetiva, de um objeto que não pode ser perdido e da destrutividade consequente. Tanto as experiências pulsionais muito intensas, que não puderam ser ligadas, quanto os sentimentos de perda de amor objetal produzem sensações profundamente dolorosas que causam um “dano permanente ao nosso sentimento-de-si na forma de uma cicatriz narcísica” (FREUD, 1920/2006, p.146). A problematização da relação entre modos de ação da pulsão e a problemática defensiva (a experiência da negatividade sendo repetida de forma compulsória) e identificatória (um funcionamento que repousa sobre uma identificação com o objeto primário ausente, que pode ser descrito como negativo do negativo, ou excessivamente presente e que, por esta razão, precisa ser permanentemente negativado) será realizada com maior profundidade nos itens a seguir.

Cabe, no momento, um breve resgate histórico de Freud acerca da negatividade psíquica. Em *Moisés e a Religião Monoteísta* (1938), o autor fala tanto em reações positivas em relação ao trauma, que estão relacionadas à possibilidade de colocá-lo em funcionamento na atualidade por meio de uma tendência à repetição da experiência, tornando-a real e também em reações negativas que impedem que a experiência seja repetida e recordada. Tais reações são consideradas defensivas e se expressam por meio de impedimentos que podem se intensificar em inibições e fobias. Ambas as tendências constituem fixações no trauma e conduzem a alterações no Eu comparáveis a cicatrizes, emprestando-lhe traços de caráter inalteráveis. Freud descreve a qualidade compulsiva de tais fixações como a evidência da existência de uma grande intensidade psíquica que apresenta uma independência em relação à organização de outros processos mentais, os quais se ajustam às exigências do mundo real e obedecem às leis

4. Traumatismo e defesas arcaicas: nos domínios do negativo

do pensamento lógico (FREUD, 1939). Freud fala, ainda, em partes do Eu que foram expelidas (*split off*) – o que coincide com o pensamento ferencziano da autoclivagem narcísica como decorrente do colapso psíquico –, que se não puderem sofrer uma ligação, com ajuda de um outro sujeito, podem conduzir a uma devastação ou fragmentação completa do Eu. Tais partes do Eu permanecem intocadas, ou seja, isolados da cadeia associativa e das demais organizações psíquicas, não sendo influenciados pela realidade externa, constituindo,

[...] poder-se-ia dizer, um Estado dentro de um Estado, um partido inacessível, com o qual a cooperação é impossível, mas que pode alcançar êxito em dominar o que é conhecido como partido normal e forçá-lo a seu serviço. Se isto acontecer, acarreta uma dominação, por parte de uma realidade psíquica interna, sobre a realidade do mundo externo, e está aberto o caminho para a psicose. (FREUD, 1939, p.91)

O trauma, portanto, sempre deixa marcas, traços perceptivos – Roussillon (2006) nos fala em traços mnésicos do contato com o objeto que atravessam o psiquismo sem poderem ser apropriados – que podem ser reinvestidos alucinatoriamente e, desta forma, ameaçar a organização egóica atual. A lógica da negatividade se relaciona a uma tentativa de impedir ativamente o retorno destes traços não apropriados. A concepção de dano narcísico articula, rumo à psicopatologia, duas figuras privilegiadas da negatividade psíquica – a cisão e o desinvestimento –, colocadas em ação diante da necessidade de evitar o (re)surgimento da agonia psíquica⁵⁸ decorrente do traumatismo precoce, estando ambas as figuras relacionadas aos efeitos de desligamento próprios da destrutividade não ligada.

O desinvestimento é descrito por Green (1988b, 2010a) como uma depressão primária, quase no sentido físico da palavra (vocabulário da meteorologia: depressão experimentada quando se está no avião e há uma queda pelo vácuo), como busca de um estado de vacuidade, de nulidade. O que se dá na mente do paciente com este tipo de depressão é o que pode ser compreendido como uma descatexia radical, ou seja, um desinvestimento tal como se uma bomba de sucção criasse um vácuo imediato e artificial. Ela consiste em um rebaixamento de tónus psíquico com uma tendência a zero. Em 1920, Freud já havia postulado uma tendência psíquica ao Nirvana como o zero de excitação.

A cisão pode ser abordada tanto a partir de sua qualidade constituinte quanto traumática. Em relação à primeira, foi considerada, a partir da segunda tópica freudiana, como a atividade fundamental da vida mental, pois é com ela que a diferenciação psíquica se inicia, sendo o primeiro ato psíquico que pode ser significado, à medida que dá início à divisão do universo em dois, bom-mau, dentro-fora: “Todos os pares essenciais que subjazem à vida psíquica implicam

⁵⁸ Angústias catastróficas ou impensáveis, temores de aniquilação e desmoronamento, sentimentos de futilidade, de desvitalização ou de morte psíquica, sensações de precipício, de buracos sem fundo, abismo.

4. Traumatismo e defesas arcaicas: nos domínios do negativo

um processo fundamental e matricial (não digo primitivo) de cisão” (GREEN, 2010b, p.4). A cisão constituinte psique/soma e psique/realidade pode dar uma virada patológica, como se observa na psicossomática, na psicose, nos casos-difíceis, etc. Já a cisão (*Spaltung*) patológica, segundo Laplanche e Pontalis (1999), sustentaria, no seio de um mesmo sujeito, duas atitudes psíquicas diferentes, opostas e independentes uma da outra, e que, diferentemente do modelo do recalque, não levaria à formação de um compromisso em uma relação dialética.

Antes de aprofundarmos esta discussão, é importante ressaltar que a série de mecanismos defensivos primários descobertos por Freud – recalque (*Verdrängung*), rejeição (*Verwerfung*), negação ou denegação (*Verneinung*) e recusa (*Verleugnung*) –, cuja contextualização levou Green (2010a) à denominação de conjunto de trabalho do negativo, repousa em modalidades diversas de aceitabilidade psíquica, ligadas à linguagem ou não. Tal reconhecimento se refere a diferentes categorias ou momentos da função representativa do psiquismo e de suas regulações. Pode-se mesmo falar, em direção à dinâmica mais arcaica do psiquismo, como o fez Freud, em uma negatividade intrínseca à vida pulsional, presente no antagonismo próprio do modo de ação das duas espécies de pulsões. Freud, como enfatiza Green, portanto, esteve longe de pensar a pulsão de forma simplista como pura positividade. O trabalho do negativo, desta forma, não se configura mais como uma atividade defensiva que estaria ligada apenas ao Eu, sendo remetido ao próprio funcionamento da pulsão (GREEN, 1990).

As formas diversas do trabalho do negativo obrigam a levar em consideração fenômenos que se situam, também, distantes da linguagem, do lado da representação coisa inconsciente, das moções pulsionais, da percepção, dos afetos, dos estados do corpo, dos atos. O trabalho do negativo mais arcaico se dá, neste caso, nos limites do psiquismo e tem por função, sustenta Green, estabelecer uma relação intrapsíquica e intersubjetiva por meio das diversas maneiras de dizer não.

De toda forma, é possível afirmar que as diferentes defesas colocadas em ação formatam, de maneira específica, o devir do funcionamento psíquico, os modos de pensar do sujeito. Na verdade, o pensamento da segunda tópica freudiana inova ao constatar que a sexualidade infantil, pensa Green (2010a), não é apenas fonte de fixações que estariam na base da sexualidade adulta, conferindo-lhe singularidade. Antes de tudo, a elaboração das suas pré-formas em sua relação com o Eu é produtora de modos de pensar, alguns prototípicos (*Verdrängung* – negação), outros mais desconcertantes (*Verleugnung* – cisão), ou mesmo no limite do entendimento (*Verwerfung* – rejeição).

Quanto mais a polaridade ligação-desligamento é acompanhada de religação inconsciente graças à existência de uma matriz simbolizante, mais o psiquismo se encontra

4. Traumatismo e defesas arcaicas: nos domínios do negativo

próximo do recalque e tem à disposição um investimento significativo, que pode ser utilizado para o deslocamento, a condensação e a figuração psíquica. Quando o psiquismo não dispõe ou tem sua função de ligação perturbada pelo traumatismo precoce, constata-se um afastamento do recalque e a utilização de outros tipos primários de defesa (a recusa e a rejeição) que têm no desligamento o protótipo de sua ação. Enquanto o recalque é o mecanismo de defesa empregado frente a processos internos e externos já representados no psiquismo, os últimos são dirigidos às percepções, sejam elas internas ou externas. Green (1990) sustenta que, quanto mais perto estivermos da pulsão, mais mortífero será o trabalho do negativo e mais o “negar”, na raiz do funcionamento pulsional, pode chegar até mesmo a transformações biológicas surpreendentes, como no caso da anorexia.

O desligamento, como Freud já afirmara, é exercido de maneira privilegiada como autodestruição; contudo, concordo com Green que, “diferentemente de Freud, não se deva defender a ideia de que essa função autodestrutiva se exprimiria, espontânea ou automaticamente” (GREEN, 2010, p.98). Entendo que Green se refira, aqui, à confusão decorrente da impossibilidade de perda do objeto. Se dentro/fora, Eu/não-Eu não puderam ser discriminados, a heterodestruição é também uma autodestruição. Nos casos em que é a própria estrutura de enquadramento que sofre os danos, a mente está diante da desintegração (GREEN, 1997, p.84) ou do colapso (FERENCZI, 1934; WINNICOTT, 1963/1994). O desligamento constitui o procedimento mais radical para se opor ao trabalho de luto de um objeto imperdível e, então, a negatividade traumática pode ser compreendida como o negativo do negativo constituinte. Sustentarei, no próximo item, a necessidade de uma cisão no Eu como mecanismo de defesa radical diante do traumatismo precoce. A cisão subjetiva corresponde a uma forma paradoxal de sobrevivência psíquica à medida que envolve um desligamento das experiências subjetivas.

4.2.2 Cisão subjetiva: um desligamento radical

A função básica da psique, como venho sustentando em meu percurso, amparada por Freud (1940), Green (1995, 2010) e Roussillon (2006, 2011), é a disjunção, uma divisão constituinte que possibilita a diferenciação entre dentro/fora e Eu/não-Eu, e a simbolização das experiências. Para tanto, tal disjunção deve ser acompanhada por um movimento de conjunção criador de um terceiro elemento, o símbolo, que instaura a capacidade de comunicação interna/externa. O traumatismo precoce consiste numa experiência de disjunção que

4. Traumatismo e defesas arcaicas: nos domínios do negativo

impossibilita a constituição da capacidade de ligação simbolizante. Green (1988, 2010) nos diria que, frente ao trauma, o sujeito se encontra em um dilema, delirar ou morrer, momento ao qual Roussillon (1999) se refere como de um impasse subjetivo. A cisão subjetiva, aqui, será tratada como o mecanismo de defesa primário diante deste impasse, a partir do qual o sujeito organizará suas experiências.

Ferenczi (1990), como foi visto, teorizou que, diante do trauma, instaura-se uma situação de comoção psíquica, que tem como vicissitudes a desintrinação pulsional e a autoclivagem narcísica. A hipótese metapsicológica que corresponderia a esse último modo de reação seria a de uma retirada do investimento libidinal do próprio organismo, então tratado como uma coisa estranha ao Eu, ou seja, hostil, reação esta que poderia ser compreendida como uma descatexia primária a serviço da cisão como forma de defesa ao trauma. A comoção foi relacionada, pelo autor, a um estado de aniquilamento do sentimento de si, da capacidade de resistir, agir e pensar (FERENCZI, 1934). A descrição do traumatismo precoce, oferecida por Winnicott em 1967 ao abordar as consequências da falha do papel de espelho materno, segue a tradição ferencziana. A incapacidade de empatia materna faz surgir um ódio primário reativo, que difere de uma raiva apropriada em uma relação ambivalente, e para se defender de tal ódio, Winnicott propõe que o sujeito bata em retirada do ‘EU SOU’, volte-se para fora de si, ao mesmo tempo em que ocorre um *splitting* de sua personalidade. Winnicott (1964) considera a mente se tornar um fenômeno dissociado e expelido (*split off*) do psique-soma como uma das decorrências da cisão, que, a meu ver, pode ser relacionada com esta retirada subjetiva. Entendo que, assim, se instala uma impossibilidade de trânsito e transformação dos dados sensoriais em traços mnésicos, baseada neste intercâmbio silencioso entre realidade externa e psíquica, constituinte de lembranças que podem ser sentidas como próprias.

As contribuições teóricas de Roussillon nos oferecerão, neste momento, um rico desdobramento teórico para pensar a cisão como destino particular do traumatismo precoce. Em diálogo com Winnicott, Roussillon (1999) considera que, se o estado de desespero dura um tempo $x+y+z$ para além do suportável, ele se degenera em um estado de traumatismo primário, ao qual se mescla, como dito anteriormente, uma experiência de terror ligada à intensidade pulsional incitada. O sujeito se encontra frente a um impasse subjetivo, sem recursos internos e externos, sem saída, para aquém da falta e da esperança. Roussillon descreve que, para sobreviver,

O sujeito se retira da experiência traumática primária, ele se *retira* e se *dissocia (coupe)* de sua subjetividade. Ele assegura, e este é o paradoxo, sua “sobrevivência” psíquica, dissociando-se de sua vida psíquica subjetiva. Ele não “sente” mais o estado traumático, ele não se sente mais lá onde estiver, ele

4. Traumatismo e defesas arcaicas: nos domínios do negativo

se descentra de si mesmo, se desloca de sua experiência subjetiva. (Roussillon, 1999, p.20, *tradução nossa e grifos do autor*)

Tal fenômeno se encontra amplamente descrito em estudos a respeito da tortura. Esta forma de retirada que pode, em minha opinião, constituir um desenvolvimento teórico da compreensão ferenciana (1921) do sintoma traumático como *estar fora de si*, é considerada por Roussillon, seguindo as linhas propostas por Freud em *Construções em Análise* (1937) e *Esboço de Psicanálise* (1940), como uma espécie de cisão no Eu. Somente este conceito permite, segundo o autor, respeitar o paradoxo de uma defesa que opera por meio de uma dissociação de si mesmo, de uma retirada da subjetividade, e não apenas como subtração da representação ou repressão do afeto. O aspecto paradoxal desta defesa extrema decorre do fato de que, ao mesmo tempo em que o Eu se cliva da experiência experimentada, esta não é constituída como uma experiência do Eu, o que suporia a possibilidade de sua representação, ou melhor, concatenação em cadeias representacionais. De um lado, diz Roussillon, a vivência aconteceu e deixou traços perceptivos ao mesmo tempo em que, de outro, não pôde ser experimentada e apropriada enquanto tal. Winnicott diria que a vivência não foi colocada para o ego e, portanto, não pode ser representada. Desta forma, desdobra-se a compreensão do traumatismo precoce enquanto negatividade psíquica. Esta importante contribuição de Roussillon não se liga apenas a teorizações winnicottianas, tendo sua origem também nas teorizações de Green acerca da temática da cisão, a partir do pensamento de Freud.

Na teoria freudiana, é possível afirmar que a cisão do Eu é um tema que tangencia a primeira tópica, cujo foco recaiu sobre o mecanismo do recalque, base da dissociação psíquica neurótica. A partir da segunda tópica ganha relevo o interesse pelas diversas formas de reação do Eu, principalmente aquelas despertadas em situações difíceis. Freud eleva a noção de divisão do Eu (*Ichspaltung*) a um posto de organizador das falhas narcísicas que não diz respeito apenas às psicoses e perversões, mas opera, também, nas neuroses, passando a explicar as dissociações neuróticas, tanto a histérica quanto a obsessiva. Em *Neurose e Psicose* (1924), o autor postula que o Eu, diante dos conflitos com as diferentes instâncias – Isso, realidade e Super-Eu –, pode evitar a ruptura de qualquer um dos lados deformando-se, eventualmente, até o ponto de abrir mão de sua unidade e se fragmentar.

Nesta colocação teórica, uma das defesas estudadas para pensar as alterações egóicas, foi a recusa (*Verleugnung*) associada aos quadros de psicose e de fetichismo. O modelo da recusa, descrito em *A cisão do Eu no processo de defesa* (1938), pressupõe um estado de satisfação pulsional que é surpreendido por uma experiência assustadora. A continuação desse estado acarretaria um perigo real, quase insuportável para o sujeito. O Eu, portanto, encontra-se

4. Traumatismo e defesas arcaicas: nos domínios do negativo

frente a um dilema: reconhecer a existência do perigo real e renunciar à satisfação ou recusar a realidade, sendo que uma recusa total da realidade traumática conduziria à psicose (*Verwerfung*). No caso da cisão egóica, o sujeito não abandona nenhum caminho, mas segue ambos, o que gera uma ruptura na tessitura egóica que não cicatriza mais. Por um lado, o sujeito rechaça a realidade e rejeita as proibições; por outro, reconhece o perigo que emana da realidade e acata o medo (*Angst*) dentro de si como um sintoma: “Assim, as duas reações opostas com as quais o Eu respondeu ao conflito passam a subsistir como núcleo de uma cisão no Eu” (Freud, 1938/2007, p.174). Freud nos conduz, assim, a pensar a respeito da estranheza deste processo, uma vez que afirmara anteriormente que o Eu sempre tendia a uma síntese psíquica, e conclui asseverando que a função sintética do Eu depende de condições específicas. Estariam tais condições baseadas no que Winnicott chamou de integração pulsional ou em uma função de objetualização, segundo o pensamento de Green? Penso que a função sintética do Eu está intimamente relacionada à instalação de ligações simbolizantes no psiquismo.

Quando Freud descreve a cisão psíquica decorrente da *Verleugnung*, certamente pensa em um momento em que o prazer já estava sendo experienciado, assim como certa integração pulsional. Desta forma, na compreensão freudiana, a cisão poderia ser relacionada à defesa pela desintegração, como descrita por Winnicott, causadora de uma defusão pulsional. Poderíamos então nos perguntar: o Eu, então se constituiria a partir de uma identificação com um funcionamento pulsional desintegrado (Green) ou a desintegração do Eu seria decorrente desta primeira defesa radical contra o trauma (Roussillon)? Parece-me que uma solução teórica remete à outra, e não há possibilidade, em momentos muito precoces, de decisão em relação a uma anterioridade causal.

Roussillon (1999) acrescenta um esclarecimento ao diferir a cisão no Eu que descreve da cisão do Eu teorizada por Freud. De fato, apesar de Freud ter associado a cisão do Eu a situações de trauma psíquico, ele a apresenta tanto em *A cisão do Eu no processo de defesa* quanto em *Fetichismo* (1924), como um rasgo de um Eu esquartejado entre duas cadeias representativas incompatíveis, relacionado à ameaça da castração. Trata-se da recusa da percepção da falta de pênis na mulher, que remete à lembrança da visão dos órgãos genitais femininos e das ameaças de castração e, desta forma, à ideia de perda do próprio membro do sujeito. O fetiche pode, então, ser visto como uma construção baseada no deslocamento, tal como nos sonhos, apesar de sua intenção ser a destruição da prova perceptiva de possibilidade de castração.

Já em 1940, Freud sustenta que “os estados patológicos do ego, nos quais ele mais se aproxima novamente do id, fundamentam-se numa cessação ou afrouxamento dessa relação

4. Traumatismo e defesas arcaicas: nos domínios do negativo

com o mundo externo” (FREUD, 1940, p.215). O foco da defesa se desloca, portanto, na direção da percepção e, mesmo assim, o autor considera que a relação com a realidade nunca é rompida de forma total. Freud afirma que, apesar da confusão alucinatória, se observarmos atentamente, perceberemos que existe um Eu “normal”, como um espectador desligado que “olha” sua doença ocorrer. Entendo que tal descrição freudiana se aproxima da concepção de uma cisão no Eu, ocorrendo uma *divisão* psíquica: “duas atitudes psíquicas formaram-se, em vez de uma só – uma delas, a normal, que leva em conta a realidade, e outra que, sob a influência dos instintos, desliga o ego da realidade. As duas coexistem lado a lado. O resultado depende de sua força relativa” (*Ibid.*, p.215). Neste caso, o autor se refere ao Eu imaturo, um Eu infantil que se livra das exigências do mundo externo por meio da *negação* das percepções. Green (1982) esclarece a oposição entre a problemática fetichista e a delirante: a primeira diz respeito à diferença dos sexos, à angústia de castração à qual a defesa responde pela criação do fetiche; enquanto a segunda incide sobre a identidade narcísica, resultado da angústia de fragmentação, à qual a defesa responde pela neorrealidade. Independente da forma de negação, Freud sustenta que será sempre suplantada por um (tipo de) reconhecimento. Relaciono esta compreensão tanto à de uma instância protetora, descrita por Ferenczi, quanto à de um Eu observador, no caso do falso *self* de Winnicott, como abordaremos mais a frente.

Os traumatismos precoces, na visão de Winnicott, Green e Roussillon, têm sempre por resultado impedir/perturbar a integração das pulsões no Eu. Uma visão estrutural, como postulada por Freud, é de importância capital, sendo complementada pelo parâmetro quantitativo, ainda mais quando se refere a um momento constitutivo em que é impossível para o sujeito manter, por si só, a pressão vivificante da força pulsional (GREEN, 1995). O fator quantitativo acentua a importância da precocidade dos traumatismos e do papel que eles têm sobre as alterações duráveis e irreversíveis sobre o Eu. Este é o motivo pelo qual a compreensão do trabalho do negativo, associado ao funcionamento pulsional, importa ao presente estudo.

Se concordarmos que é na relação de objeto que o traumatismo precoce se instala de forma privilegiada e que é o objeto que revela o sujeito da pulsão no encontro do Eu com a pulsão, a forma primária do sujeito se defender deve ser pensada, propõe Green (2010a), em termos de um sacrifício das metas pulsionais. Paradoxalmente, o sujeito se protege da relação com o objeto, portadora de uma potencialidade traumática, por meio de um corte entre o Eu e as pulsões. Green (2010a) denomina este corte de desligamento subjetal, que consiste em uma dissociação extrema entre o Eu e o sujeito – “em que o investimento realizado em nome do primeiro se desprende do segundo, isto é, procede ao desinvestimento da função da adesão ao

4. Traumatismo e defesas arcaicas: nos domínios do negativo

vínculo que testemunha o engajamento” (GREEN, 2010a, p.162). Tal vínculo não é atacado, tampouco desinvestido, podendo ser até fortemente investido; é o engajamento ao objeto passando pela pulsão que se desfaz.

No limite, a compreensão da cisão subjetiva remete ao mecanismo de defesa por desmantelamento, usado no estado autístico, descrito por Meltzer e resgatado por Roussillon (2007b). O desmantelamento visa à produção de uma dispersão por meio da suspensão da atenção, sendo que cada sentido do sujeito se realiza sobre objetos diferentes ou sob suas parcialidades. Deste modo, fala-nos Roussillon, o desmantelamento dispersa os objetos em uma multitude de pequenas partes, cada uma portadora de uma qualidade sensorial particular, o que impede a formação de associações, ou seja, de pensamentos. Tal mecanismo defensivo é vivido como passivo, pois não está carregado de angústia persecutória nem de dor ou de desespero. A meu ver, contudo, esta cisão extrema do sujeito e do objeto, que remete ao desligamento pulsional como Green o concebeu, visa justamente impedir o aparecimento de uma angústia impensável, correspondendo a uma dispersão do *self* que previne qualquer atividade mental.

Green sintetiza de forma precisa o que venho tentando construir a partir do pensamento freudo-ferencziano, de Winnicott e de Roussillon:

Pois é com amor que se vê o engajamento pulsional, o encontro do Eu com a pulsão, a revelação do sujeito da pulsão, porque o ser no mundo é uma concha oca se não é ser-em-outro (e não somente para outro). Sem dúvida, porque é através do outro que se percebe o ser como possibilidade. (GREEN, 2010a, p.168)

Se o encontro amoroso, constituinte da experiência de prazer, não se realiza, o *infans* vive, então, uma perda de ligação original insuportável e impensável, pois envolve uma perda de sentido. Sublinho o pensamento de Green de que o desligamento subletal e as formas pelas quais o sujeito lidará com este desligamento têm como meta “sustentar o desconhecimento do Eu em relação a ele mesmo, como atividade investidora, movida pela pulsionalidade consagrada ao desejo e às transformações deste” (GREEN, 2010a, p, 144). O sujeito se eclipsa de si, desengaja-se de seu movimento pulsional, deixa de reconhecer suas percepções para impedir que o traumatismo precoce, ameaçador de sua organização, produza sentido inconsciente.

A cisão, portanto, deve ser compreendida como um mecanismo primário privilegiado de defesa para lidar com o trauma precoce; no entanto, por si só não configura uma organização estrutural. Roussillon (1999) a concebe como uma primeira medida de sobrevivência psíquica que, para se tornar estrutural, necessita da intervenção de hipóteses suplementares acerca de como o sujeito lidará com a divisão (o recurso à ideia de sujeito de Green é, aqui,

imprescindível). O próprio Freud afirmou, em *A perda da realidade na neurose e na psicose* (1924), que as configurações da neurose e da psicose não se dão em um único tempo, sendo dependentes dos processos colocados em ação para compensar os efeitos da defesa.

Na neurose, Freud enxerga o afrouxamento com a realidade como consequência de um segundo passo, referindo-se justamente à parcela da realidade cujas exigências intoleráveis desencadearam o recalque contra a pulsão. Uma segunda fase na psicose, após o afastamento da realidade, seria uma espécie de reparação pela criação do delírio em uma manifestação da onipotência, novamente à custa da realidade. Os processos envolvidos na criação do fetiche também indicam o amplo alcance semântico do termo fetichismo, cujo mecanismo pode ser compreendido como uma solução de compromisso posterior à cisão, em que há um deslocamento do valor do pênis para outro local, outra percepção. Green (2010a), baseado nos comentários freudianos acerca do papel da fantasia na criação da neorrealidade e desvinculando-a da perversão, associa a função do fetiche à organização da fobia e a da área intermediária dos processos transicionais: “Ele é considerado, portanto, ora como concentração semântica que dá lugar à delimitação de um objeto com características específicas, ora como expressão de uma simbolização criadora de um campo reflexivo” (GREEN, 2010a, p.174). No que tange ao traumatismo precoce, como é impossível perder o objeto primário, a problemática das identificações primárias, ou melhor, da incorporação do objeto, como será explorada no próximo item, pode oferecer subsídios para a discussão. Tal problemática constitui, a meu ver, uma aliança entre mecanismos defensivos primitivos, que dão sequência à ação da cisão subjetiva para evitar a perda da ligação original por meio da interiorização do objeto primário, a partir do modelo de funcionamento da pulsão de morte.

5. AS LIGAÇÕES TRAUMÁTICAS: A SUTURA PELA NEGATIVIDADE

Você diz: Eu não vejo nada.
Ela diz: Tente ver, está incluído no preço que você pagou.
Você agarra o corpo, você olha os seus diferentes espaços, você o revira, você o revira
mais uma vez, você o olha, você o olha mais uma vez.
Você desiste.
Você desiste. Você para de tocar o corpo.
Até essa noite você não havia compreendido como se pode ignorar o que veem os olhos,
o que toca as mãos, o que toca o corpo. Você descobre essa ignorância.
Você diz: Eu não vejo nada.
Ela não responde.
Ela dorme.
 (Trecho retirado do texto *A doença da morte*, de Marguerite Duras)

A divisão foi compreendida como a ação psíquica básica que visa introduzir um mínimo de ordem em um universo caótico, à medida que lhe confere limites a partir dos quais um sentido psíquico (sentido de si e sentido do outro) começa a se formar, a partir dos processos de simbolização. A cisão tem efeitos constitutivos quando amparada por uma vivência de continuidade psíquica baseada no símbolo que suaviza as separações Eu/não-Eu, Isso-Eu, tornando-as elaboráveis. Nos casos de traumatismo precoce, no entanto, tal ação é menos constituinte que defensiva em relação a uma experiência em que o sentido traumático não é vislumbrado: suas impressões não podem ganhar desdobramento psíquico, devendo ser mantidas à distância, cindidas. Esta experiência se refere à perda de ligação primária, cuja reativação alucinatória ameaça a organização subjetiva. Neste sentido, a ação da cisão tem por objetivo manter a recusa da perda original, impossibilitando-a de ser simbolizada e elaborada, sendo sustentada por um funcionamento psíquico pautado em ligações traumáticas.

As ligações traumáticas configuram uma disposição psíquica de base decorrente do traumatismo precoce. Esta disposição não deve ser pensada como um nível de funcionamento antigo ou mais primitivo, mas relacionada à própria organização da experiência psíquica do sujeito. No item anterior, ressalttei como, no caso do traumatismo precoce, as primeiras defesas do aparelho psíquico constituem, também, as primeiras formas de estruturação da vida psíquica. Se não é possível internalizar as relações com o objeto primário em uma estrutura que permita a instalação de uma função simbolizante, em que a ausência é suportada pela criação de símbolos, as defesas primárias farão, à sua maneira, o papel de organizadoras da experiência.

5.1 A incorporação do objeto como ligação primária da perda original

Sob a ótica da constituição psíquica, a negação da presença do objeto, acompanhada de sua internalização, diz respeito a um processo de identificação constituinte do Eu como um continente interno discriminado do Isso e do objeto externo. É neste sentido que Green (2010a) a enxerga, não como um mecanismo de defesa, mas como um destino pulsional decorrente do trabalho do negativo: trata-se de um processo de integração pulsional e elaboração intrapsíquica da experiência. A identificação, nestes termos, consiste no oposto de um relacionamento objetal, envolvendo um trabalho de luto do objeto, sustentado pelo processo de simbolização. A identificação seria, “portanto, a resposta da negatividade à alteridade, sendo esta a condição para pôr em movimento a negatividade” (GREEN, 2010a, p.79), e sustentaria, desta forma, um contato à distância com o objeto, passagem que se dá no campo dos fenômenos transicionais. Somente por meio destes processos é que o objeto primário poderá ser perdido e transformado em uma ausência psíquica potencialmente criativa, que assegura uma articulação intrapsíquica e intersubjetiva.

Diante de uma situação traumática primária, o desligamento radical, compreendido em termos de uma cisão subjetiva, coloca em risco o vínculo com o objeto absolutamente necessário em um tempo anterior à possibilidade subjetiva de sua perda. Neste caso, a identificação passa a ser utilizada como mecanismo de defesa, como tentativa de resposta à ameaça de perda do objeto através de uma fusão com o objeto, pela qual se recusa qualquer distância e diferença, sob o risco de uma alienação total. Green (2010a) nos diz que, quando as modalidades do trabalho do negativo não puderem admitir as vicissitudes da falta dentro das redes de sistemas de representação, as quais poderiam oferecer outras orientações e desdobramentos psíquicos, a incorporação do objeto será conjugada ao desengajamento subjetal.

Esta discussão tem início com a percepção de Freud, em sua análise da melancolia, da existência de uma cegueira do Eu em relação a si mesmo, mais radical do que a apresentada na histeria. Neste trabalho, Freud (1919) sugere que o Eu se identifica com o objeto perdido e se amputa para que esta identificação ocupe o lugar desinvestido. O Eu, deste modo, divide-se; tornando-se cego não apenas a uma realidade que não pode ver, mas também em relação a si mesmo, sendo este desconhecimento de si o que condiciona secundariamente sua cegueira em face da realidade. A existência dessa cegueira estrutural, na visão de Green (2010a), obrigará Freud a modificar sua concepção do Eu e a construir a segunda tópica, em que passa a considerar o papel constitutivo e defensivo das identificações.

Freud distingue, no caso de perda do objeto⁵⁹, o trabalho do luto da melancolia. Na melancolia, apesar da perda ser evidente, o sujeito não sabe o que perdeu, ou melhor, não pode saber; tampouco sabe como enfrentou esta perda. Trata-se, justamente, de uma estratégia defensiva para impedir a emergência do sentido de um abalo que não pode ser representado. Poderíamos, contudo, nos questionar: a organização melancólica decorre apenas de uma regressão narcísica ou de uma progressão traumática a partir da destruição do Eu e do recuo do investimento objetal por meio de uma identificação?

Quando Green sustenta que o objeto, no desligamento subjetal associado à cisão subjetiva, não é desinvestido, entendo que ele esteja se referindo à ligação a objetos internos substitutos dos externos (ou melhor, a traços perceptivos do objeto primário) que não esmaecem, mas que se fixam e se aprisionam após os mecanismos de cisão e de incorporação do objeto em uma construção fantasística, em delírio. As afirmações de Freud (1917/1992) corroboram tal pensamento: o autor nos diz que, na melancolia, a libido objetal encontrou pouca resistência em se desligar e regrediu para o Eu, sendo utilizada, aí, para produzir uma identificação do Eu com o objeto abandonado. Tal processo é concomitante a uma defusão pulsional.

Sigamos um pouco mais o pensamento de Freud: a libido do objeto, cuja escolha nestes casos foi, desde o princípio, narcísica, regride para a fase oral própria do narcisismo originário, momento em que a identificação consistia como a etapa preliminar da escolha de objeto, “primeira modalidade, ambivalente na sua expressão, pela qual o ego distingue um objeto” (FREUD, 1917/1992, p.135). Tal identificação, porém, não servirá de base para uma diferenciação psíquica Eu/não-Eu, pois ela se instala justamente neste espaço de ausencificação de si deixado pela cisão subjetal, colmatando distâncias e ausências. Green (1980/1988a, p.249) esclarece: “De fato, não há reparação verdadeira, mas mimetismo, cuja finalidade, não podendo mais ter o objeto, é continuar a possuí-lo tornando-se não como ele, mas ele mesmo”.

O desligamento objetal, a meu ver, é contemporâneo do desligamento subjetal, como proposto anteriormente. Este duplo desinvestimento é responsável pela desintrincação pulsional ou pela sua não intrincação, e está implicado na impossibilidade de reconhecimento interno, perdendo-se a ligação entre realidade interna e realidade externa, o que produz a cegueira psíquica. Somente esta dupla operação pode explicar a afirmação freudiana de que a sombra do objeto caiu sobre o Eu. Acredito que um resgate da teorização ferenciana acerca da identificação com o agressor possa enriquecer o debate: no trauma, Ferenczi sugere que, frente

⁵⁹ Remeto o leitor à minha dissertação de mestrado (Moreno, 2009), em que realizo um estudo mais aprofundado da solução melancólica.

à perda da coerência interna decorrente da autoclivagem narcísica e diante de uma suposta morte psíquica, uma das saídas defensivas para a criança passa a ser a identificação com o agressor. Em suas palavras:

A pessoa divide-se num ser psíquico de puro saber que observa os eventos a partir de fora, e num corpo totalmente insensível. Na medida em que o ser psíquico ainda acessível aos sentimentos, incide todo o seu interesse no único sentimento que subsiste de todo o processo, isto é, o que o agressor sente. Tudo se passa como se o psiquismo, cuja única função consiste em reduzir tensões emocionais e evitar as dores no momento da morte de sua própria pessoa, transferisse sua função de apaziguamento do sofrimento automaticamente para as tensões, sofrimentos e paixões do agressor, a única pessoa a sentir alguma coisa – isto é, a identificar-se com aqueles. (FERENCZI, 1990, p.142)

Vimos, no segundo item, como o reconhecimento da realidade perceptiva se relaciona ao sobreinvestimento realizado por meio de uma relação objetal positiva, que permite a introjeção do sentido de determinada experiência. No trauma, diante da insuportável alteridade do objeto, o sujeito, como prova de realidade, precisou se identificar com o sentimento do agressor, “tomando-o” dentro no espaço psíquico abandonado pelo sujeito. O adulto desaparece da realidade externa e passa a assumir todo o espaço de reconhecimento de si da criança. Como consequência, a criança deixa de ser capaz de confiar no testemunho de seus próprios sentidos.

Verztman (2002) propõe que a organização psicológica, que resulta do que Ferenczi denominou desta neoformação egóica que sobrevém à incorporação, seja caracterizada pelo *papel de observador do mundo* e da *culpa a ser*. O autor ressalta que olhar para o que outrora fora seu Eu é olhar para o outro e, então, ser observador do outro se torna condição de vida. Caso tais identificações venham a predominar, Freud (1923) já havia nos alertado, elas podem, por si próprias, produzir uma fragmentação do Eu por meio das resistências que as diferentes identificações erigem umas contra as outras, isolando-se e fechando-se. Entendo que a incorporação se caracteriza como uma defesa primária para impedir que o sujeito entre em contato com a situação traumática, replicando o modo de funcionamento da cisão, evitando a simbolização primária.

Tal leitura corresponde à de Nicolas Abraham e Maria Torok a respeito da incorporação como uma doença do luto que tem como objetivo o bloqueio da introjeção da situação vivida. A incorporação, segundo os autores, consiste na instalação de uma fantasia no psiquismo que se opõe ao processo de modificação tópica imposta pela realidade perceptiva. A fantasia de incorporação alucina a presença, no interior de si, de uma coisa, de um acontecimento, de um objeto de amor para enganar a necessidade de fazer uma elaboração afetiva e verbal. Trata-se, segundo Rand (2001, p.79), de uma manobra de antirrealidade. Neste sentido, Abraham e

Torok afirmam a função conservadora da fantasia: “poder-se-á reservar o nome de ‘fantasia’ a toda representação, toda crença, todo estado do corpo, que tende ao efeito oposto (de modificação tópica), isto é, à manutenção do *status quo* tópico” (ABRAHAM, TOROK, 1972, p.243). Sustentam, desta forma, que a fantasia incorporativa é essencialmente narcísica, inconsciente e se refere a uma tópica secretamente mantida.

Winnicott descreve um destino semelhante para o traumatismo precoce, propondo a construção de uma organização defensiva, o falso *self* como fruto do *splitting*, por meio “da assunção prematura das funções de amamentação da mãe, de maneira que o bebê ou a criança se adapta ao meio ao mesmo tempo em que se protege e oculta o *self* verdadeiro, ou a fonte dos impulsos pessoais” (1950/1994, p.36). Winnicott (1950) relaciona o falso *self* à descrição que outros autores fizeram deste estado como o de um Eu Observador. A este respeito, Green (1995) concebe que o risco envolvido na construção do falso *self*, nesta ação de se conformar à percepção do objeto, seja o de se ter somente uma identidade exterior: no extremo deste *splitting* estaria o colapso esquizofrênico, caso em que o sujeito precisou implantar o falso *self* como única realidade.

Em direção aos primórdios do psiquismo, Roussillon (2007b) resgata, em diálogo com Bick e Meltzer, um mecanismo defensivo por identificação mais primitivo, chamado de identificação adesiva, observado mais frequentemente nos casos de autismo. Tal identificação conduz a um funcionamento psíquico por aderência para evitar a ameaça inerente às experiências de separação, ligada à agonia impensável. A identificação adesiva leva, sustenta Roussillon (2007b), à imitação estreita da aparência e do comportamento de superfície do objeto, sendo que o bebê pode, também, agarrar-se a uma sensação, proprioceptiva ou cinestésica. A criança autista tem necessidade, conta-nos o autor, de que a superfície das coisas seja imutável: qualquer pequena mudança é vivida como uma perda impossível e provoca uma experiência de aniquilamento e/ou uma crise de ódio, em que o sujeito se ausenta de si. Assim, o sujeito precisa criar um mundo subjetivo plano, bidimensional, sem interioridade e sem pensamento – que pode ser referido à ideia de uma superfície de interface não desdobrada em fronteira –, para evitar o aparecimento de qualquer distância e diferença entre Eu/outro, dentro/fora.

Introduzo, agora, um questionamento de Green (2010a) para dar sequência à discussão. Subscrevo a compreensão de Green de que é difícil distinguir se a busca pela desapareição do Eu, em uma espécie de autoamputação, decorre somente da destrutividade (pulsão de morte desintrincada) ou de uma forma de simetria mimética da não aparição do objeto. Em um diálogo com Winnicott, Green (1980/1988a) associa ao chamado complexo da Mãe Morta, a impossibilidade de negativar a presença da mãe. O autor francês tece em seu texto *A mãe*

morta, de 1980, considerações metapsicológicas acerca da falha do objeto primário no exercício de seu papel de espelho para o bebê.

O referido complexo se instaura quando a mãe é violentamente abatida por um luto ou por uma ferida narcísica (perda de um ente querido, sofre um aborto ou é traída pelo marido, por exemplo) nos momentos mais iniciais da vida do bebê, encontrando-se impossibilitada de investir em seu bebê. Consequentemente, ocorre um desinvestimento por parte do bebê de sua mãe e uma identificação inconsciente com a ‘mãe morta’. Green (1980/1988a, p.253, *grifos do autor*) sintetiza:

houve enquistamento do objeto e o apagamento de sua marca por desinvestimento, houve uma identificação primária com a mãe morta e a transformação da identificação positiva em identificação negativa, isto é, a identificação com o buraco deixado pelo desinvestimento e não com o objeto.

Parece-me que, desta forma, Green realiza uma articulação entre as noções de identificação com o agressor, de incorporação e de trabalho do negativo, em uma solução que pode ser considerada o negativo do negativo. A identificação com a ‘mãe morta’, para Green, constitui a única maneira do bebê se manter em reunião com ela, no mesmo sentido que Abraham e Torok (1972) associam a incorporação do objeto a uma reparação narcísica, que ocorre em presença do objeto, estando este último ausente, absorvido num estado que o impede de investir no *infans*. Entretanto, Green nos faz pensar tal processo em termos de investimentos. Se o bebê sentiu-se amado em princípio, a transformação na vida psíquica decorrente do desinvestimento brutal, sem nenhum aviso prévio ou preparação, é vivida como uma catástrofe⁶⁰, correspondente a uma desilusão antecipada “que provoca além da perda de amor, uma perda de *sentido*, pois o bebê não dispõe de nenhuma explicação para dar conta do que aconteceu” (GREEN, 1980/1988a, p.248). Green aponta, de tal modo, para o desmentido traumático que acompanha o desinvestimento materno.

Diante do impensável que constitui tal desinvestimento materno, o bebê tentará fornecer um sentido primário a partir do que percebe em termos de investimento. A *perda do sentido*, segundo Green (1980), está associada ao desmoronamento sem razão da “construção” do seio, que tem como causa, finalidade e garantia o prazer. Na distância entre uma imaginável falta que o bebê possa ter cometido e a intensidade da reação materna, ele pode ser levado a pensar “que esta falta está ligada à sua maneira de ser mais do que a algum desejo interdito; de fato, *lhe é interdito ser*” (GREEN, 1980/1988a, p.250). Green acrescenta também que a vulnerabilidade da imagem materna impossibilita o bebê de derivar a agressividade para fora. A

⁶⁰ Caso não tivesse ocorrido este começo, Green fala-nos em uma descatexia radical passível de ser expressa tanto por meio de uma desorganização orgânica muito precoce que poderia levar à morte, antes que qualquer integração psique-soma fosse possível, quanto pelo delírio (GREEN, 1975/1988b).

alternativa que lhe resta, decorrente do trabalho do negativo, é autoplástica: identificar-se com o buraco deixado pelo desinvestimento do objeto; o bebê se faz vazio. Tal instalação é contrária ao trabalho de luto capaz de transformar a falta em ausência.

Tenho por hipótese que, em um momento em que ainda não existe um limite Eu/ não-Eu estabelecido e o investimento não foi objetalizado, ou seja, não se deu uma ligação simbolizante que o torna apto a se ligar a representações do objeto, a identificação narcísica tomará como marca não o objeto, mas a própria qualidade do investimento, ou seja, sua ausência. É sobre uma negatividade que o sentido de si se edificará. Seguindo o pensamento de Green (1980/1988a, p.244):

A série “branca”: alucinação negativa, psicose branca e luto branco, todos referidos ao que poderíamos chamar de clínica do vazio ou a clínica do negativo, são o resultado de um dos componentes do recalamento primário: um desinvestimento massivo, radical e temporário que deixa marcas no inconsciente sob a forma de “buracos psíquicos” que serão preenchidos por reinvestimentos, expressões da destrutividade assim liberada por este enfraquecimento do investimento libidinal erótico. As manifestações do ódio e os processos de reparação que a elas se seguem, são manifestações secundárias a este desinvestimento central do objeto primário, materno.

O que nos interessa, no momento, são os efeitos destes buracos psíquicos. Green aponta acima para a secundariedade do ódio depressivo em relação à angústia branca, mas deixa de apontar que a angústia branca deriva de um mecanismo de defesa contra um ódio primário, aquele que irrompe no bebê em reação ao fracasso do objeto em desempenhar suas funções primárias de espelhamento e contenção, como Winnicott (1965/1994) bem o conceituou. Tal ódio, contraparte intrapsíquica do traumatismo precoce, deve sofrer um trabalho de negatização por meio de defesas arcaicas que caracterizam as ligações traumáticas. As ligações traumáticas primárias pretendem justamente transformar o ódio primário em núcleo frio, evitando assim a perda da ligação original. Esse *núcleo frio* deixa uma marca indelével nos investimentos eróticos dos sujeitos em questão (GREEN, 1980/1988a), perturbando a constituição e sutura do autoerotismo, culminando no investimento *negativo*, investimento do buraco deixado pelo objeto, o buraco tendo valor de única realidade. Neste sentido, o psiquismo tenderá a evacuar toda nova aquisição em um funcionamento que pode ser relacionado ao investimento que Winnicott chamou de “aspecto negativo das relações”: uma espécie de fixação à negatividade do objeto e que mostra uma notável intolerância ao luto.

A incorporação objetual que se segue à cisão subjetiva constitui uma estratégia de sobrevivência psíquica para impedir, por meio da criação de uma ligação intrapsíquica com um objeto não figurável, a criação de um sentido primário para a vivência de perda original. Produz-se, desta forma, o avesso do processo constitutivo de introjeção. Corroboro a hipótese

de Green (2010a) de que a incorporação, diferente de constituir um espaço potencial para a criatividade e transferência psíquicas, pode ser compreendida como uma vicissitude negativista de um negativo potencialmente criativo, geradora de paralisia psíquica.

5.1.1 Transicionalidade negativa: dor e compulsão à repetição mortífera

A ligação a este objeto não figurável corresponde a uma fantasia conservadora que tem efeitos devastadores na economia libidinal. Tal ligação pretende ser um antídoto contra a dor psíquica que, no entanto, só faz repetir a dor. A incorporação precoce do objeto no Eu constitui uma ferida narcísica, que Green (1979/1988a) associa especificamente à experiência de dor. Diante do fracasso do prazer, Denis (GREEN, 2001a) destaca o caráter de uma fixação em uma estrutura pelo “contato” desta fantasia de contaminação pelo objeto, em detrimento da orientação do psiquismo em direção à fantasia inconsciente. Esta ligação traumática fundamenta uma compulsão à repetição mortífera, cujo objetivo fundamental é impedir qualquer movimento psíquico. Não há luto, nos diria Green (2001a), pelo contrário, mas apenas ressurreição interminável de um objeto imortalizado do qual não é possível se separar nem substituir de uma vez por todas. A incorporação consolida, desta maneira, a cisão subjetiva configurando uma inexistência virtual do sujeito como revés da onipotência criativa ligada à criação do objeto subjetivo. Assim, a incorporação constitui um fenômeno de transicionalidade negativa.

A propósito da castração, Freud nos fala em angústia e perigo, mas quando se trata das doenças do luto e do trauma, utiliza a expressão “ferida” narcisista como se não se referisse mais a uma ameaça e, sim, a uma efetiva mutilação. A ligação traumática realiza, nos termos de Green (1979/1988a), um verdadeiro “sequestro” do objeto decepcionante que, contudo, não pode ser fonte de prazer à medida que não realiza, de fato, uma reparação. Seguirei o pensamento do Green, pois acredito que ofereça inteligibilidade ao fenômeno.

O autor propõe que o “sequestro objetal” tenha como objetivo reconstituir a unidade perdida pela criação de uma complementariedade interna: “O Eu enquista-se com o objeto na manutenção de uma unidade álgica onde procura aprisioná-lo” (GREEN, 1979/1988a, p.162). Tal unidade, paradoxalmente, parece conferir continência para a excitação traumática. Janin (2001) também sustenta que, diante de ausência de contratransferência primordial, o sujeito busca, antes, conter pelo contato do que enquadrar pela alucinação⁶¹. Esta ligação remete à

⁶¹ Neste sentido, podemos entender quando Green (1988a) nos fala em defesa pela realidade, a ser discutida em subitem adiante.

compreensão da “posição autossensual”, que Tustin diz estar presente de início, desde a origem do sujeito (ROUSSILLON, 2007b). Desta posição deriva a inteligibilidade para uma série de comportamentos autossensuais que têm valor defensivo quando o processo de internalização do objeto está impedido. Sensações são, então, investidas para manter um sentimento de continuidade de ser de forma diferente do autoerotismo, que se aproxima da dinâmica do jogo, supondo a introjeção de uma experiência de prazer com o objeto e seu investimento no pensamento em um cenário fantasmático, o que sustenta o narcisismo secundário e representa, assim, um processo transicional.

Desta forma, a dor constitui uma espécie de balaustrada (*garde-fou* em francês, que contém uma referência à uma proteção contra a loucura), prossegue Green, um estado de alerta constante como meio de existência para a sobrevivência, mas sem vida real. Esta *performance*, como denomina o psicanalista francês, tem como resultado “sujeitos de aparência externa ‘normal’, à medida que este adjetivo tenha algum sentido para um psicanalista, vivendo com uma enfermidade interna, receptáculo de objetos-trauma que vampirizam o Eu” (*Ibid.*, p.164). Na verdade, o objeto cai em uma espécie de coalescência com a pulsão, que ao invés de ser o que torna a pulsão suportável, é o que a faz ainda mais intolerável. Para Green, então, a dor se torna o sofrimento instalado na borda da ferida, colorindo todos os investimentos, colmatando os efeitos do ódio, da excitação erótica, da perda do seio. Na dor psíquica é impossível pensar. Green (1980/1988a, p.252) sintetiza:

O percurso do sujeito evoca a caça em busca de um objeto inintrojetável, sem possibilidade de a ele renunciar ou perdê-lo e tampouco com a possibilidade de aceitar sua introjeção no Eu investido pela mãe morta. Em suma, os objetos do sujeito ficam sempre no limite do Eu, nem completamente dentro nem totalmente fora. E isto porque o lugar está ocupado, no centro, pela mãe morta.

A presença do objeto, com base em um modelo que não é imaginário ou metafórico, deve ser pensado em termos de um real traumático irrepresentável. Green (1995) localiza as raízes do impensável no nível de uma representação psíquica corporal fusionada a um objeto que se ignora como tal, ou melhor, é ignorado como tal pela psique. O objeto não se inscreve sobre a tela do Eu, mas constitui a própria trama desta superfície, estando colado ao narcisismo primário do sujeito, sem possibilidade de diferenciação, o que explica a cegueira do Eu vislumbrada por Freud. Deste lugar psíquico, não pode jamais ser deslocado sem que toda organização narcísica seja ameaçada de colapso. Assim, toda nova mobilização só pode acarretar sua repetição: frente à ameaça de (re)viver o trauma, o que se reproduz é o ato de sobrevivência, do qual o sujeito emerge mutilado, para renovar indefinidamente a relação narcisista com o objeto primário capturado dentro (GREEN, 2001a). A compulsão à repetição

é, conseqüentemente, um ardil do identitário, conclui o autor. O que se repete, portanto, sob o domínio da pulsão de morte é o conjunto de elementos solidários, ou melhor, soldados, constitutivos de um bloqueio significativo.

É esta ligação traumática que configura a compulsão à repetição mortífera, pois, como bem sublinha Green (2001a), não há repetição psíquica sem ligação prévia. Seu caráter mortífero advém do fato de a estrutura que se repete estar fechada nesta espécie de barreira antiestímulos, que não se comunica com o restante do psiquismo. A compulsão mortífera constitui, assim, uma verdadeira subversão do princípio do prazer pela dor, que bloqueia o processo alucinatório localizado na raiz do desejo. Ao mesmo tempo em que oferece uma espécie de “bandagem”⁶², a dor, aqui elevada a um princípio, perseguirá um esgotamento ilusório através da descarga⁶³, ao invés de um desenrolar que possa esclarecê-la. A descarga da repetição busca fazer um vazio no interior do aparato psíquico. Poderíamos pensar, inspirados por um pensamento bioniano, que ela está a serviço de um autodesconhecimento por meio da evacuação de toda personalidade, deixando sobreviver apenas a nova relação de objeto.

Gostaria de trazer para a discussão, as noções de *distância útil* e *diferença eficaz* de Bouvet (1958), como trabalhadas por Green (1988a). Em *Inibição, Sintoma e Angústia* (1926), Freud escreve que, frente à ameaça de um perigo externo, não fazemos outra coisa senão aumentar a distância espacial entre nós e o objeto. Quando se trata de ameaças internas, porém, o psiquismo deve, por meio de seus mecanismos defensivos, estabelecer distâncias entre seus elementos (representação-coisa/afeto/representação-palavra). A distância deste afastamento, afirma Green, regula a inteligibilidade do discurso do analisando. Um afastamento mínimo produz um efeito de compreensão, enquanto um afastamento máximo cria uma tamanha flexibilidade do tecido discursivo que a compreensão do material analítico se torna muito difícil. Esta compreensão se refere a uma tópica intrapsíquica discriminada do exterior por meio dos processos de simbolização. Green (1988a), contudo, observa que certas estruturas *borderlines* revelam que a distância com o objeto deve ser materialmente estabelecida, isto é, atuada no real.

Bouvet considera a *distância útil* e a *diferença eficaz* como condições do funcionamento do Eu na sua relação com o Isso, com o Super-Eu e com a realidade. Penso que estas duas

⁶² Figueiredo (1999) utiliza a imagem de “bandagem” para a ligação psíquica que contém os efeitos de hemorragia narcísica suscitada pelos contrainvestimentos necessários quando o psiquismo experimenta uma ruptura do tecido egóico, a qual empebece e paralisa os demais sistemas psíquicos.

⁶³ Por conseguinte, a moção pulsional tenderá a ser evacuada sobre o corpo (externo-interno) ou por meio do ato (um agir resultado da dessimbolização, como necessidade de realização instantânea), ou à precipitação no alucinatório, no delírio, ou sobre o outro, pela identificação projetiva. Todas estas saídas configurarão novas ligações traumáticas, reunidas no subitem *O paradoxo das defesas por reviramento*, sob o denominador de defesas pela realidade externa da realidade interna.

categorias podem ser relacionadas à instalação de um funcionamento transicional que, à medida que desdobra uma borda em um espaço capaz de criar objetos psíquicos, produz diferenciações e relações Eu/não-Eu, Isso-Eu. Levando em consideração a articulação entre o campo intrapsíquico e o interpsíquico, Green (1988a) compreende por distância útil a distância interna que permite que o objeto (interno e externo) possa ser utilizado para servir à demanda do sujeito. Já a diferença eficaz consiste na alteridade entre os elementos decorrentes de uma relação de velamento-desvelamento ótimo (de enigma, trabalho do negativo e de representação psíquica) para o trabalho analítico, com a finalidade de favorecer a generatividade do processo. O pensamento de Green resgata a teorização de Winnicott a respeito da utilização do objeto. Aquele aponta para a incapacidade de certos analisandos de utilizarem o analista, ou de só o utilizarem para repetir as carências em relação ao objeto primário (objeto-ambiente), ou, ainda, como suporte de repetidas condenações à morte seguidas de um mesmo número de ressurreições que satisfazem, ao mesmo tempo, à onipotência destrutiva e à imortalidade do objeto.

No campo das não-neuroses, a problemática dos limites do Eu diz respeito à sua organização por meio de ligações traumáticas que se opõe ao processo de simbolização. Green (1990) a refere a uma desdiferenciação ou indiferenciação que indica a importância de mecanismos que acarretam esclerose e rigidez nas diferentes relações do aparelho psíquico. Tal esclerose pode produzir, paradoxalmente, tanto uma não-comunicação entre os seus elementos como um excesso de permeabilidade. As ligações traumáticas impedem e/ou prejudicam o estabelecimento de estruturas intermediárias no psiquismo, responsáveis pelas ligações simbolizantes. O núcleo melancólico derivado da incorporação do objeto configura o Eu como uma superfície de interface, um duplo do objeto, e não como uma instância de mediação, uma fronteira onde o trabalho de criação de elos e de significação pode ocorrer. O objeto incorporado, antes mesmo que o psiquismo possa lhe conferir alguma forma, funciona como uma inscrição cega no corpo, que atinge o intercâmbio vital de representações entre as instâncias psíquicas (DENIS, 1995).

A ligação traumática visa interpor uma barreira entre a função de representação psíquica, inscrição do traumático como traço perceptivo, e a função de significação, possibilidade de seu encadeamento em uma cadeia associativa. Impedido de significar sua experiência e, portanto, de se significar, o sujeito repete tal ligação para não se dissolver no nada. O processo de repetição resta como único modo de investimento aceitável à medida que salvaguarda e perpetua a ligação com um objeto imperdível (GREEN, 2001a). O objetivo fundamental da ligação traumática é impedir a atividade fantasística. Lembremos que o que podemos ver e imaginar é aquilo que podemos manter à distância (PONTALIS, 2005). A

ligação traumática, como avesso do processo encontrado-criado, produz um objeto destruído-vivo, ao preço do sujeito se ignorar como sobrevivente. O objetivo desta operação seria, aos olhos de Green (2001a), fundar as capacidades vitais do sujeito como se consistissem no poder de aniquilar o objeto. Trata-se, contudo, menos da perda do objeto do que de seu assassinato psíquico pelo sujeito.

Os quadros clínicos decorrentes do que estou chamando de “trauma precoce” se caracterizam por um sistema de fortificações, mantido permanentemente e periodicamente renovado contra a possibilidade de ver aparecer na psique uma organização pulsional edípica, em que a terceiridade possa significar a perda original. Impõe-se, a título de articulação teórica, problematizar a questão da impossibilidade de ligação simbolizante nestes quadros, a partir da discussão de duas noções defensivas complementares, a alucinação negativa e a desautorização perceptiva, que concorrem, como ligações traumáticas primárias, para a efetivação da cisão subjetiva e da incorporação do objeto como fantasia conservadora.

5.2 Sobre vazios, brancos e interrupções

Se o processo de introjeção foi interrompido pela cisão subjetiva e o sujeito só conseguiu manter a ligação ao objeto mediante sua incorporação, vimos que tal cisão impede a formação de um espaço psíquico e perturba a função de simbolização, à medida que se opõe justamente à substituição do representante do objeto primário (traço perceptivo) por novos significantes, prejudicando a generatividade psíquica. Estes traços perceptivos da ligação com o objeto imperdível, contudo, tendem a ser (re)investidos alucinatoriamente; Roussillon enxerga aí um retorno do clivado. Se Green considera que a alucinação negativa da mãe tem papel importante para o bebê no processo de internalização do sentimento de ter sido investido pela mãe em uma estrutura enquadrante, que corresponde à construção de um espaço psíquico e da função de objetualização psíquica, o autor também não deixa de considerar seu aspecto defensivo na relação do psiquismo com percepções insuportáveis e inconciliáveis. Neste caso, Green sustenta que a alucinação negativa é o processo pelo qual o Eu pode romper ou interromper, por meio da percepção, suas relações com a realidade. A alucinação negativa pode ser considerada como o processo fundamental que regula a relação que a realidade mantém com o Eu. Ela pode derivar, em casos extremos como na psicose, de uma recusa completa da realidade.

Sabe-se que a alucinação negativa é a particularidade que apresentam certos sujeitos colocados diante do espelho de não verem ser refletida nenhuma

imagem de si mesmos; mais do que geralmente uma percepção que se ache ignorada pelo sujeito que percebe. Não é um distúrbio de autorreconhecimento, é semelhante a um distúrbio de ordem perceptual. [...] A alucinação negativa é estrangeira a toda representação, a toda figuração ou evocação imaginária. (GREEN, 1995, p.80, *tradução nossa*)

Se é possível compreender que a ligação traumática se dá num campo de indiscriminação dentro-fora, em que não há separação dos registros da percepção e da representação, realidade interna-realidade externa, entendo que a alucinação negativa seja um mecanismo defensivo privilegiado para lidar com estes traços do objeto primário colados ao representante psíquico da pulsão.

Antes de dar sequência às importantes teorizações de Green acerca da alucinação negativa, gostaria de realizar um breve resgate histórico do conceito na obra de Freud. Herdeira da problemática da hipnose em sua dimensão negativa, associada à capacidade de tornar o sujeito anestesiado, insensível e não perceptivo de nada além do demandado pelo hipnotizador, a alucinação negativa foi relacionada aos mecanismos histéricos. Breuer, em *Estudos sobre a histeria*, enfatizou sua importância em relação às “ausências” de espírito, concentradas sobre representações afetivas, e à auto-hipnose, responsável por um “vazio no interior da consciência”. Ele nos oferece um belo exemplo de seu mecanismo no caso Anna O., cuja descrição vale reproduzir (FREUD, 1893/2006, p.62): “[Anna] Queixava-se de não conseguir reconhecer as pessoas. [...] Todas as pessoas que via pareciam figuras de cera, sem qualquer ligação a ela. Achava muito aflitiva a presença de parentes próximos, e essa atitude negativa foi-se acentuando”.

Neste primeiro momento teórico, em que Freud busca compreender os fenômenos clínicos em sua relação com a significação, focando os destinos das representações e conferindo privilégio teórico à histeria de defesa, entretanto, ele não deixa de fazer referência à histeria hipnóide e de efração (susto), as quais atestam uma perturbação ou paralisia do campo representacional. Em seu *Manuscrito K*, da mesma época, fala-nos em uma histeria por transbordamento egóico:

A produção de tensão, na experiência primária de desprazer, é tão grande que o ego não resiste a ela e não forma sintoma psíquico, mas é obrigado a permitir uma manifestação de descarga [...]. Esse primeiro estágio pode ser qualificado como “histeria de susto”, seu sintoma primário é a *manifestação de susto*, acompanhada por uma *lacuna* psíquica. (FREUD, 1896, p.276)

Tal histeria negativa apresenta parentesco com a descrição das neuroses atuais, com a primeira teoria freudiana da melancolia que frisava a carência de ligação psíquica da excitação e a ferida psíquica pela qual a libido escoava e, também, com as neuroses traumáticas. Desta forma, tal intuição inicial freudiana pode ser relacionada a toda clínica do vazio e da lacuna psíquica.

Antes de se interessar por este campo de fenômenos em sua segunda tópica, Freud faz referência, em *A Interpretação dos Sonhos* (1900), a um mecanismo psíquico semelhante à “censura russa”, que produz uma espécie de lacuna psíquica no movimento alucinatório positivo do sonho, a ser relacionada pelo autor à fonte do delírio. Na leitura que Freud faz de *Gradiva* (1906), uma ficção literária, a temática da alucinação negativa ganha destaque. Hanold, um arqueólogo, após a morte de seus pais, realiza um massivo “recalcamento de sua vida amorosa” pelo qual deixa de reconhecer Zoe, uma vizinha por quem nutria sentimentos eróticos: “[Hanold] possuía o dom da ‘alucinação negativa’, isto é, a arte de não ver e não reconhecer pessoas que estavam à sua frente [...]” (FREUD, 1907 [1906], p.65). Freud analisa os sonhos de Hanold e associa o desinvestimento de Zoe à idealização de Gradiva, um baixo relevo em que uma jovem dança e levanta ligeiramente a túnica, deixando entrever seu pé. Hanold fica obcecado por Gradiva e sonha que se encontrava em Pompéia, no ano em que o Vesúvio estava para entrar em erupção e destruir a cidade. Ele vê Gradiva diante dele, mas não consegue avisá-la do perigo iminente e Gradiva é, então, sepultada pelas lavas do vulcão. Na visão de Freud, Hanold se comporta como um hipnotizado durante toda a narrativa. Ele desenvolve tanto uma erotomania fetichista em relação ao pé de Gradiva como uma espécie de toxicomania, assim como passa a trabalhar de forma ininterrupta.

Somente a partir de sua *Metapsicologia* de 1915 e do caso do *Homem dos Lobos*, é que Freud começa teorizar a respeito de mecanismos defensivos mais primitivos que o recalcamento, como o recalcamento originário, o duplo retorno da pulsão, a “fuga do eu” nas neuroses narcísicas e um curioso mecanismo de “recalque da realidade” (DUPARC, 1992). Em termos de aceitabilidade psíquica, Freud refere cada um destes mecanismos a representações psiquicamente pouco elaboradas ou que se tornam inacessíveis ao sujeito. Em *Pulsões e Destinos da Pulsão* (1915), o autor concebe diferentes estados subjetivos em relação aos objetos. No primeiro destes, opõe o amor à indiferença: as experiências ou objetos agradáveis são confundidos com o Eu-prazer, enquanto os objetos desagradáveis não existem, são ignorados, indiferentes. Duparc (1992) aponta que, nesta compreensão, há um resquício do pensamento do *Projeto*, em que Freud fala de defesa primária em relação a experiências hostis de forma muito próxima à alucinação negativa. Na indiferença, o mundo exterior deixa de existir e a satisfação alucinatória de desejo sem objeto não pode progredir. Somente no próximo estado, de oposição amor-ódio, é que Freud pensará que as experiências desagradáveis poderão ser clivadas, projetadas e representadas pelos objetos de ódio pertencentes ao mundo externo.

Ainda no ano de 1915, Freud afirma em uma célebre nota de seu *Complemento metapsicológico à teoria dos sonhos*, a anterioridade lógica da alucinação negativa em relação

à alucinação positiva. A confusão alucinatória envolve um modo agudo de retirada de investimento da percepção traumática (DUPARC, 1992). Em 1924, Freud escreve:

Por exemplo, no quadro da amênia de Meynert – talvez a forma mais extrema e impressionante de confusão alucinatória aguda dentre as psicoses –, o sujeito não toma conhecimento do mundo externo, não o percebe, ou quando o percebe, essa percepção permanece sem consequências [...]. Na amênia, não somente a aceitação de novas percepções é recusada [*verwiegert*], mas também a importância (as cargas de investimento) do mundo interno é esvaziada. (FREUD, 1924/2007, p.96)

E logo à frente (*Idem*, p.97): “em sua gênese, o delírio se apresenta como um remendo aplicado no lugar onde originalmente havia surgido uma fenda [*Einriss*] no relacionamento do Eu com o mundo externo”. Freud, à medida que dispõe dos conceitos de rejeição da realidade perceptiva, de recusa e de cisão, não retoma mais o conceito de alucinação negativa. Duparc (1992), contudo, aponta que este conceito permanece como o mais apropriado para a alucinação ativa de um branco sobre uma percepção em vias de se realizar. Desta forma, Freud deixa em aberto um campo de pesquisa fundamental para seus sucessores, ao qual as teorizações de Green trazem novos desdobramentos teóricos que nos interessam de forma particular, pois têm como horizonte as implicações da alucinação negativa nos processos de simbolização: esta, assim como a identificação, constitui um mecanismo antagonista da representação.

De uma maneira geral, o mecanismo de alucinação negativa ocorre quando uma percepção da realidade é tão traumática que deve ser não somente colocada em dúvida, mas totalmente rejeitada (DUPARC, 1992). Face uma percepção insuportável ou intolerável, a alucinação negativa realiza uma negação da existência dos objetos da percepção por meio de uma retirada dos investimentos. Green (2010a) considera que apesar da alucinação negativa ser dirigida contra as percepções, há, de fato, o desenrolar quase simultâneo de duas cenas em dois teatros diferentes. Na face interna, a alucinação impede que a representação inconsciente se torne pensamento pré-consciente; e na face externa, realiza um corte entre pensamento pré-consciente e uma percepção intolerável.

Nas situações que dão origem à alucinação negativa, a realidade perceptiva atribuiria à representação inconsciente uma perigosa proeminência. Freud (1895, p.253) já havia sublinhado, a respeito da confusão alucinatória em seu *Manuscrito H*, que: “A totalidade da ideia incompatível – afeto e conteúdo – é mantida afastada do ego; e isto só se torna possível à custa de um desligamento parcial do mundo externo. Resta o recurso às alucinações, que *comprazem ao ego e apoiam a defesa*”. Se a moção pulsional que se encontra na base da representação inconsciente não pode ser freada, superando as censuras, ameaçando o psiquismo de “atualização realizante”, nas palavras de Green, só resta ao sujeito o recurso à disjunção com a percepção.

Apesar de tal recurso poder sobrevir nas situações mais comuns, como Freud mesmo já sublinhara, entendo que, nos casos de traumatismo precoce – onde impera uma confusão dentro-fora –, a disjunção com a percepção se torna fundamental na regulação das trocas psíquicas. Prefiro, então, pensar, não em termos de uma representação inconsciente, mas em traços perceptivos do objeto que se encontram ligados ao representante psíquico da pulsão, configurando, assim, um traumatismo interno, continuamente ameaçando o psiquismo de atualização. Green também considera que:

Parece que a alucinação negativa torna-se procedimento regular, e não apenas ocasional, em todos os casos em que o real é, no seu conjunto (realidade do corpo assim como realidade do mundo), e não mais apenas por meio de um ou outro de seus representantes situados em posição simbólica, sentido de forma hostil. (GREEN, 2010a, p.220)

De toda forma, corroboro a opinião de Green de que a alucinação negativa consiste no mecanismo psíquico destinado, em toda situação, a negar o temor do sujeito dos efeitos de sua própria hostilidade, uma hostilidade intensificada pela desintrincação pulsional, ao realizar um pronto desligamento da percepção, em sua dupla face, interna e externa, impedindo seu desdobramento simbólico. Os traços perceptivos da perda original (assim como os próprios traços perceptivos incorporados do objeto imperdível) não se dividem, diferente da representação de objeto, cujos componentes (a pulsão, a imagem e a palavra) podem ser fracionados e por isso mesmo relacionados. Logo, a percepção traumática só pode ser abolida, por meio de um desinvestimento radical. O lugar da percepção denegada, assim, deixa um espaço vazio.

A alucinação negativa consiste em uma noção que visa explicar de que forma as ligações traumáticas afetam concomitantemente a esfera da figurabilidade e a da reflexividade psíquica. Vejamos: a tendência ao alucinatório do psiquismo pode ser considerada como uma das primeiras teorizações fundamentais ao pensamento psicanalítico. Há, na visão de Freud, uma exigência de repetição, de reprodutibilidade e de figurabilidade à prova do princípio do prazer, na base da constituição psíquica, e que configura o processo de elaboração psíquica. Tal tendência, reconhecida por Freud de forma privilegiada nos processos oníricos, revela a necessidade de uma validação sobre a efetividade das introjeções que permitiram ao psiquismo se constituir enquanto tal. A realização alucinatória do desejo poderia, então, se desenvolver, na visão de Green (2010a), sob a caução do objeto internalizado e a partir do investimento significativo que lhe sucedeu. Laplanche e Pontalis (1999, p.449) afirmam que, “na alucinação primitiva, a representação de coisa seria considerada pela criança como equivalente do objeto percebido e investida na sua ausência”. Reconhecemos, portanto, a interpenetração entre

representação inconsciente e percepção externa, própria do campo do entre-jogo, como constituinte da realização alucinatoria de desejo.

No caso da alucinação negativa, o corte realizado ainda no campo da percepção (tanto em relação às percepções internas como às externas) faz com que os demais significantes psíquicos caiam sob o golpe de uma incapacidade de transformação, não podendo mais ser ligados. A alucinação negativa pode ser considerada como um poderoso mecanismo defensivo antipensamento, rompendo a ligação entre investimento, percepção e representação. Green (GREEN, 2010a, p.198) nos fala, então, em “estados de não-representação, de vazio, de branco, em que o pensamento se torna exangue sobre um fundo de alucinação negativa de suas próprias produções psíquicas”. A alucinação negativa faz calar o sentido da vivência sensível do traumatismo, assim como dos traços perceptivos incorporados do objeto. Desta forma, compreendo que os mecanismos defensivos colocados em ação diante do trauma precoce associem a impossibilidade de elaboração significativa da situação vivida a um prejuízo da capacidade de reconhecimento interno dos estados do Eu e de seus derivados.

Diferentemente do recalque, que realiza um corte a partir do qual o sistema psíquico pode se reorganizar, os mecanismos de alucinação desequilibram o sistema. O espaço deixado vazio passa ser ulteriormente ocupado por uma perpétua invasão dos diversos elementos do psiquismo. No caso da alucinação positiva, este espaço será ocupado por uma representação inconsciente, ou melhor, traços perceptivos relacionados à situação traumática. As impressões externas também tendem a se precipitar no buraco deixado, como Ferenczi já havia observado nos momentos de choque traumático. Durante a desconexão com a percepção, Ferenczi afirma (1934) que o sujeito aceita, sem resistência, qualquer impressão mecânica e psíquica, mas que delas não restam lembranças. O psicanalista húngaro localizou os vestígios do traumático justamente em uma espécie de memória corporal, o sistema mnésico do ego, sistema limite entre o somático e o psíquico, portanto, em uma região psíquica para além dos processos psíquicos decorrentes do mecanismo do recalque. Green (2010a) também nos indica que a desorganização das relações entre os diferentes tipos perceptivos pode conduzir a uma “despsiquização somatizante”, com recepção de influxos sensoriais internos do corpo.

Se pensarmos que a linguagem, ou melhor, as representações de palavra têm como função a percepção dos pensamentos, sendo inscritas no prolongamento da atividade de figurabilidade, elas também poderão ser alvo da alucinação negativa. Freud argumenta em seu *Projeto* (1895), que a linguagem verbal possui uma função essencial na atividade do reconhecimento interno, pois os investimentos da percepção devem ser marcados pelo selo de uma representação sonora, da qual deriva a representação de palavra. A imagem mnésica,

associando-se à imagem verbal, pode adquirir o “índice de qualidade” específico da consciência, forma como a passagem do processo primário para o secundário pode ser compreendida. Ao *infans* falta a linguagem verbal e Freud, então, afirma que a aprendizagem é feita por um duplo investimento: o das imagens sonoras provenientes das produções sonoras do próprio sujeito, e o investimento daquelas imagens provenientes do ambiente. A fonte da linguagem é, portanto, endo e exopsíquica, expondo-se na comunicação com o outro; ela é a interface que se torna objeto de excitação e de vigilância (GREEN, 2010a).

Se a identidade de pensamento depende de uma linguagem-percepção do pensamento, é possível pensarmos que a não identidade de pensamento passa realmente por um não reconhecimento de uma identidade de percepção, uma vez que esta pode ter sido “branqueada” sob efeito de uma alucinação negativa. Isto produz uma espécie de esquecimento diferente da resistência relacionada ao recalque.

Há toda uma série gradual de denegações que vão do não reconhecimento das palavras pronunciadas a não compreensão do sentido delas e, deste, às associações estabelecidas com o entendimento. Além disso, a alucinação negativa pode se referir ao afeto (conotação da transferência) que servia de marcador às palavras. Ela também pode referir seu aspecto denegador à presença do objeto. Às vezes, ainda de forma mais complexa, o objeto difícil de pensar não é apenas rebelde à figurabilidade, mas se dá como uma presença infigurável, fazendo alternar (e coexistir!) o excesso de peso que ele faz recair sobre o sujeito e a facilidade com que o contato com ele se volatiliza. (GREEN, 2010a, p.224)

Em relação ao aspecto da simbolização, a alucinação negativa pretende sustentar, como afirma Green (2010a), um “nem visto, nem reconhecido” que, para ser plenamente entendido, deve ser visto do ângulo “não visto, não tomado”, o todo resultando no efeito “desconhecido, não a tomar”. A alucinação impede, assim, a simbolização e a transitividade psíquica, prejudicando o surgimento de sentido inconsciente, particularmente aquele relacionado à situação traumática. No entanto, ela é extremamente fugaz e momentânea, devido ao alto custo energético (contrainvestimento massivo) envolvido; para manter seus efeitos e evitar o retorno da percepção traumática, faz-se necessária a associação de novos mecanismos defensivos, que caracterizam novas ligações traumáticas, como a criação do fetiche, a fuga motora, o uso de tóxicos (internos e externos) e também o investimento lateral (DUPARC, 1992)⁶⁴. Antes, contudo, considero importante discutir a noção de desautorização perceptiva trabalhada por Luis Cláudio Figueiredo (2003)⁶⁵, cuja função psíquica se aproxima àquela da alucinação negativa, a partir do paradigma da recusa (*Verleugnung*).

⁶⁴ Tais ligações serão exploradas mais adiante.

⁶⁵ O autor dialoga com o trabalho decisivo de Alan Bass (*Difference and Disavowal – The Trauma of Eros*, Stanford, 2000), que realiza um levantamento detalhado deste tema na obra de Freud e de seus sucessores.

5.2.1 A recusa do sentido traumático

Lembremos que Freud (1927) descreveu como efeito da recusa, a partir do modelo do fetichismo, a permanência de duas correntes opostas que continuam apresentando efeitos no psiquismo. O sujeito não abandona nenhum caminho, mas segue ambos, o que gera uma ruptura na tessitura egóica: por um lado, o sujeito rechaça a realidade e, por outro, reconhece o perigo e acata o medo (*Angst*) dentro de si. Figueiredo (2003), interessado em pensar os efeitos da recusa nos processos de simbolização, parte da observação de analisandos cujo funcionamento mental retrata um efeito de cisão. São pacientes que, apesar de serem capazes de registrar e armazenar aspectos importantes da realidade externa e interna e, às vezes, conseguirem comunicar com clareza o que captaram (particularmente em situações difíceis), tendem a não tirar consequências desses elementos e associá-los em uma visão integrada no tempo e conclusiva da própria realidade e da realidade alheia e, portanto, tais elementos tendem a se repetir infinitamente. Na situação analítica, eles passam a exercer uma ação de resistência aos esforços analíticos de elaboração. Considero que o estado de ruptura decorrente da recusa configura, paradoxalmente, uma ligação traumática primária.

Figueiredo amplia o campo da compreensão *Verleugnung* freudiana para tentar abranger os efeitos da chamada cultura do traumático, em sua dimensão temporal e processual. Em seu entendimento, o que se recusa não é uma dada percepção, mas sim o que viria depois dela, seja como “uma outra percepção que a primeira torna possível, uma possibilidade de simbolização, uma conclusão lógica aparentemente necessária ou uma lembrança que a percepção pode reativar” (FIGUEIREDO, 2003, p.60). O que se dá é uma interrupção do processo pela eliminação da eficácia transitiva de um dos seus elos. A cultura do traumático corresponde, a meu ver, à necessidade do psiquismo traumatizado precocemente funcionar por meio de defesas, as quais configuram as ligações traumáticas que se opõem ao movimento de conjunção-disjunção próprio da elaboração psíquica para evitar o surgimento de sentido inconsciente.

Neste contexto, a *Verleugnung* freudiana pode ser compreendida como uma *desautorização perceptiva*: o traço perceptivo permanece presente no psiquismo e não perde seu significado primário, mas perde sua eficácia, perde sua significação e a possibilidade de engendrar outros processos psíquicos e, assim, retém seu potencial traumático. Figueiredo propõe que imagens até cheguem a ser formadas, mas elas se tornam ineficazes, como se fossem desfalcadas da *autoridade* para ensejar novas percepções e outros processos psíquicos. Este mecanismo concorre para manter a percepção traumática isolada, cindida e “congelada”; registrada, porém não reconhecida. Como o próprio autor defende seu caráter processual,

entendo que ele envolva duas ações psíquicas de forma convergente, a recusa do traço perceptivo e a cisão no Eu.

A imagem metafórica que Green (1988b) constrói da organização psíquica dos pacientes fronteirços pode oferecer figurabilidade aos efeitos da desautorização perceptiva descrita por Figueiredo. Ele enxerga o psiquismo como um *arquipélago*, uma miríade de ilhas cercadas por um oceano, partes de terras isoladas delineadas por um espaço vazio. É possível pensarmos que este oceano seja uma figuração para a negatificação do Eu (ou do verdadeiro *self* em termos winnicottianos) que se dá no traumatismo precoce. A divisão interna do Eu revela núcleos diferentes e incomunicantes. Falta-lhes coesão e coerência, coexistem pensamentos, afetos, fantasias, estados corporais, identificações, subprodutos contraditórios do princípio do prazer e de realidade, que podem ser compreendidos como tais percepções desautorizadas. Significantes diversos que, justamente por não poderem ser conectados, perdem sua função representativa simbólica.

De fato, Figueiredo pensa a desautorização como um efeito desejado frente situações intoleráveis, entre percepções incompatíveis e seus desdobramentos divergentes. Impera soberano o “ódio à realidade”: ora à realidade interna, ora à externa. O autor nos fala que a capacidade de síntese é atacada e destruída, perdendo-se, assim, o contato com a “realidade” no que ela supõe de contínuo e transitivo, ou seja, sua caução na percepção e na memória, a possibilidade de ambas serem acessadas e colocadas em relação. Nesta medida, a desautorização perceptiva implica na obstrução do processo de simbolização e corresponde a um mecanismo de transicionalidade negativa.

Uma questão decorre desta concepção processual: se a remissão a outras percepções possíveis e prováveis já faz parte dos ingredientes constitutivos de uma dada percepção, “interromper o processo de percepção talvez já implique ‘desperceber’ algo essencial” (FIGUEIREDO, 2003, p.67). Penso que para “desperceber” seria necessário alucinar negativamente o percebido; desta forma, a desautorização perceptiva e a alucinação negativa se conjugam para manter o trauma controlado e ineficaz.

Figueiredo afirma que é provável que toda “despercepção” exija a construção de substitutos, os quais serão alvo de um processo que pode ser chamado de pseudopercepção, localizado na base da construção de uma fantasia conservadora. A pseudopercepção tem como finalidade, então, interromper a marcha do psiquismo, congelando-se em uma forma muito nítida, intransitiva e de caráter defensivo.

A título de exemplificação, o autor remete ao estatuto cognitivo do fetiche: os objetos deste, segundo Freud, quando não apresentam função simbólica, são escolhidos por sua

proximidade em relação à visão da ausência do pênis na mulher, por contiguidade. Figueiredo aproxima sua concepção da de Green ao afirmar que a percepção do fetiche contém em si uma duplicidade paradoxal, sendo uma alucinação negativa da falta e, simultaneamente, uma hipercatexia da percepção de um objeto. Para preencher a falta é necessário um excesso de investimento na “percepção”; assim, esta se transforma em uma percepção alucinada “como forma de estancar o processo perceptivo, obturar as faltas e oferecer ao observador uma experiência de completude, totalidade e autossuficiência” (*Ibid.*, p.69). As descrições que os pacientes observados fazem de suas vidas se configuram como imagens nítidas, estáticas e congeladas de um significado intenso, parecendo ter sido submetidas a tal pseudopercepção.

Abro agora um parêntese. De fato, é possível reconhecer claramente o diálogo que Figueiredo tece com as teorizações de Bass (2000) que renovam, a partir de um pensamento desconstrutivista da psicanálise freudiana e pós-freudiana, o interesse no funcionamento feticista. Bass propõe repensar a centralidade do recalque em favor de uma teoria da recusa da diferença e da diferenciação como fundamento da defesa. Tal concepção interessa de forma particular a presente tese, pois conduz a uma reflexão a respeito de organizações de realidade desdiferenciadas, que o autor refere a pacientes que foram originalmente chamados de “concretos” por Jacobson em 1957. A concretude é compreendida em termos de uma confusão entre fantasia e realidade: em um campo da ilusão psíquica, esses sujeitos tratam uma percepção interna como uma percepção incontestável vinda de fora. A defesa, nestes casos, tem como objetivo borrar afetivamente os limites entre interior e exterior, sem perder o conhecimento intelectual da realidade externa. Bass resgata uma teoria inicial de Freud (1895) que explica a complementaridade entre satisfação alucinatória de desejo, própria do mecanismo do sonhar, e defesa em termos de um processo primário de repúdio ao trauma real. Em 1917, Freud reformula a noção precoce de defesa primária como complemento da satisfação alucinatória. O sujeito impõe a percepção alucinatória do objeto à realidade e, assim, pode substituir a dor de sua perda por imagens de gratificação, produzindo uma inércia mental, mas, de toda forma, sempre há a percepção da ameaça de tensão, suscitada pela diferença. A alucinação negativa precede a positiva, impedindo o investimento na experiência traumática (a realidade registrada em um traço perceptivo) e eliminando a distinção entre percepção e memória para que o sujeito seja convencido pela aparente realidade da alucinação positiva. Neste sentido, a última teoria a respeito do feticismo reabre toda a discussão acerca da defesa contra a realidade.

O sonho é o real alucinatório, se distorcido defensivamente, percepção de fantasia de desejo; de forma análoga, a percepção real do fetiche, como uma forma de garantia convincente, implica que o fetiche possui conteúdo de fantasia ligado a ele. O fetichista, como o sonhador, cria a identidade perceptiva entre o alívio de tensão e a memória da fantasia: existe uma linha teórica direta que parte da alucinação original do seio para a necessidade do fetichista perceber o equivalente objetivado do falo materno. O fetichista, diferentemente do sonhador, é óbvio, cria uma identidade perceptiva entre objeto atual e fantasia na vigília como o bebê confunde ausência e presença da mãe, perigo e confiança. (BASS, 2000, p.28)

A despeito de tal construção fantasística ulterior, Figueiredo indica, como efeito geral da desautorização, a retirada da percepção da rede de associações, o que remete à teoria da cisão subjetiva que vem sendo defendida e sua preservação como uma “quase-coisa”, que tende a se repetir incessantemente em busca de sentido. Tais percepções, contudo, não podem ser inscritas no psiquismo, ou seja, ligadas a cadeias de traços mnésicos e, assim, gerar sentido e memória. Associo, então, este funcionamento à descrição que Green (1988b) faz de certos pacientes que, sendo muito sensíveis à perda objetual, constroem uma possibilidade de recuperá-lo por meio da constituição de um objeto substituto frágil e perigoso como o alimento, os vômitos, a droga, etc.; objetos que supostamente se encontram sob o controle onipotente do sujeito.

Considero que tais objetos “quase-coisa” refletem um trabalho de desautorização perceptiva e a necessidade de construção de substitutos controlados para o objeto traumático. Eles indicam (são índices), porém não simbolizam, a presença-ausência do objeto primário, encontrando-se em um *além do sentido*, em um espaço psíquico entre realidade interna e externa, mas sem eficácia transicional. Desta forma, apresentam um potencial traumático, pois tendem à repetição paradoxal. Apesar de buscarem alcançar um sentido, efetivam em si sua desautorização, pois “a própria razão de ser da desautorização é a esquiva a uma percepção, a uma lembrança ou a uma conclusão traumáticas” (FIGUEIREDO, 2003, p.64).

Para finalizar, acho importante sublinhar a acuidade clínica do entendimento de Figueiredo em relação aos pacientes que inspiraram suas teorizações acerca da desautorização perceptiva. O autor conclui que, não só os processos perceptivos, mas todos os processos da vida se encontram “permanentemente expostos a interrupções e perdas autogeradas de continuidade, como se toda a continuidade os ameaçasse com a aproximação de algo intolerável” (*Ibid.*, p.70). Esta afirmação incita a discussão teórica a respeito das defesas paradoxais que realizo a seguir.

5.3 O paradoxo das defesas por reviramento da realidade

Sob uma lógica da sobrevivência psíquica, a construção de ligações traumáticas primárias, como descritas até o momento, tornaram-se necessárias para evitar a morte psíquica, relacionada ao desligamento subjetal, em um tempo de indiferenciação Eu/não-Eu. Tais ligações, contudo, como pôde ser articulado ao longo do item, não sustentam uma função de mediação psíquica, mas, paradoxalmente, têm como objetivo a sobrevivência psíquica por meio do evitar da elaboração psíquica do núcleo traumático precoce, mantendo as percepções traumáticas isoladas e neutralizadas. Deste modo, visam a construção de verdadeiros muros psíquicos que tentam impedir o (re)encontro do sujeito com a situação traumática. Não obstante, os traços perceptivos do trauma clivados insistem em reaparecer, sendo reativados alucinatoriamente (os fantasmas deixam suas tumbas, nos diria Torok). O sujeito está sempre sob a ameaça de um coeficiente (afeto-representação amalgamados) desorganizador que irrompe ameaçando quaisquer diferenciações alcançadas. Assim, o psiquismo precisa continuar operando, de modo contínuo e processual, por meio de novas defesas, as quais se configuram, no meu entender, como ligações traumáticas secundárias que se relacionam de forma suplementar às primárias, caracterizando o que compreendo como equação defensiva traumática, constituinte de uma organização subjetiva (e psicopatológica).

Considero, em consonância com o pensamento de Green (1982), que as ligações traumáticas secundárias correspondem a tentativas de recuperação e controle do objeto infigurável, por meio de uma redescoberta realizada através de objetos vicariantes, que podem ser retirados do corpo ou do mundo como no fetichismo, na hipocondria, na toxicomania, etc. Tais ligações estão baseadas em mecanismos primários de reviramento, como os de duplo retorno constitutivos do psiquismo. As ligações secundárias apresentam um caráter paradoxal: são defesas contra a realidade interna por intermédio da realidade externa e, deste modo, tomam como paradigma de funcionamento a compreensão de Roussillon (2006) a respeito das defesas paradoxais. Esta última se baseia no desenvolvimento teórico que Winnicott oferece ao tema do traumatismo precoce em *O Medo do Colapso* (1963). Tal medo consiste em um sinal-vestígio, como o denominou Roussillon (2006), de um acontecimento passado que não pode ser experimentado e simbolizado pelo sujeito nem quando ocorreu e nem depois. Este acontecimento remete à experiência original de agonia, que não é passível de ser transformada em passado e ser esquecida, se o Eu não puder reuni-la dentro de sua experiência temporal e do controle onipotente. Winnicott entende que, paradoxalmente, o paciente procura o traço

mnésico passado, que ainda não foi integrado, no futuro. Por conseguinte, o sujeito apresenta como espécie de síndrome⁶⁶ a agonia original que sofreu.

Trata-se da mesma lógica já utilizada por Freud, em 1916, para compreender a relação de causalidade entre ato e intenção criminosa. Nos casos denominados de “criminosos por sentimento de culpa”, o crime verdadeiro não é a causa do sentimento de culpa, mas, antes, o seu resultado. O paradoxo consiste em se tornar culpado para não se sentir culpado. Roussillon considera que a defesa pela “realidade” exterior (a culpabilidade legal) contra a realidade interna torna a culpabilidade passível de ser circunscrita, dominada e expiada: “O comportamento, portanto, não é mais um apoio ou uma testemunha da realidade interna, mostrando, ao contrário, a maneira como esta, afinal de contas, é mascarada e recusada” (ROUSSILLON, 2006, p.93). Green (1980/1988a), quando pensa a respeito do complexo da “mãe morta”, fala-nos em defesa pela realidade, como uma necessidade de se agarrar à presença do percebido como real, isento de qualquer projeção. O sujeito traumatizado precocemente, por não ter podido organizar estruturas intermediárias de ligação, é assolado por uma ameaça psicótica quando fantasia e realidade se confundem. A defesa pela realidade perceptiva permite manter a negação da realidade psíquica por meio da cisão entre fantasia e realidade.

De fato, é possível generalizar a lógica paradoxal do temor do colapso a toda uma série de comportamentos que assumem o valor de defesa na psicose ou nos casos-limite. Tal compreensão coincide com a concepção freudo-ferencziana de que não há angústia sem a organização de uma defesa. O Eu, por não poder organizar defesas contra o fracasso ambiental e as suas consequências na economia pulsional, reage de maneira autoplástica, fazendo-se sentir ameaçado de colapsar. Winnicott (1963) tenta nos esclarecer: se a agonia for de um retorno a um estado desintegrado, a defesa será pela desintegração; se for de cair para sempre, o sujeito organizará um estado de autossustentação (*self-holding*); se a ameaça for de perda do conluio psicossomático, a defesa colocada em ação será a despersonalização; ao se sentir ameaçado de perda do senso do real, poderá utilizar a exploração do narcisismo primário; se a angústia for de perda da capacidade de se relacionar com objetos, poderá organizar um estado autista, e assim por diante.

Roussillon (2006) acrescenta outros exemplos desta defesa por reversão: se o temor for de morte psíquica, a defesa consistirá em se matar para não ser aniquilado; em relação ao temor do vazio, será organizado um vazio interno, por exemplo, não comendo, como na anorexia, não aprendendo; se a experiência for de perda de ligação, surge o que Bion descreveu como “ataque ao

⁶⁶ É interessante perceber que Winnicott utiliza a noção de síndrome e não de sintoma, pois diferentemente deste último, aquela não revela uma relação propriamente simbólica.

vínculo”. A lógica defensiva dos primórdios, sustentada por Winnicott, refere-se, portanto, a um “retorno *ao estado anterior* que protege contra o retorno *do estado anterior*” (ROUSSILLON, 2006, p.94), como forma paradoxal de ligação dos acontecimentos traumáticos.

Ao lado da cisão e do desinvestimento, que no contexto da tese vêm sendo considerados como mecanismos de defesa primários, Green (1988b) propõe dois outros que, a meu ver, circunscrevem o campo defensivo acima descrito: a exclusão somática e a expulsão via ação. Ambos promovem uma espécie de curto-circuito psíquico, perpetuando, assim, os efeitos da cisão subjetiva na simbolização primária. No primeiro deles, “O ego defende-se de uma possível desintegração em um confronto fantasiado que poderia destruir tanto o próprio ego como o objeto, mediante uma exclusão que se assemelha a uma atuação-fora, mas que agora está dirigida para o ego corporal não-libidinal” (GREEN, 1988b, p.45). A defesa somática está no pólo oposto da conversão, resultando em uma formação assimbólica por meio da transformação das excitações endopsíquicas em energia neutralizada, ou seja, sem possível significação psíquica, podendo, dessa maneira, colocar em risco a vida do sujeito.

A expulsão via ação, ou atuação-fora, é a contraparte da atuação-dentro no paciente psicossomático. Ela envolve a expulsão da realidade psíquica insuportável, o que obscurece as funções de transformação da realidade e de comunicação contidas na ação. Ambas podem ser concebidas como retorno a um mundo exterior ao qual o sujeito deve se agarrar, tendo como efeito a criação de uma cegueira psíquica que pode ser relacionada, como foi visto, à alucinação negativa: “O paciente se eclipsa diante de sua realidade psíquica, quer das fontes somáticas de seu impulso, quer de seu ponto de entrada na realidade externa, evitando os processos intermediários de elaboração” (*Ibid.*, p.45). Green (2005) nos fala em uma atualização dessimbolizante que se instala nas estruturas psicóticas e nas organizações-limite no lugar da dramatização simbólica. Diante da amputação psíquica decorrente da cisão subjetiva, a atualização não pode ter por teatro a cena psíquica das cadeias representacionais. As produções psíquicas tomam por referência o ato-fora, em uma quase-realidade. O delírio e a somatização poderiam ser concebidos, na esteira da presente lógica, como uma tentativa de autorrepresentação secundária, no presente e a partir de “fora”, da experiência traumática que, no passado, não pôde se inscrever “dentro”.

As contribuições de Roussillon (1999) vêm corroborar a compreensão de que os mecanismos de defesa secundários, em relação ao traumatismo precoce, constituem ligações psíquicas que têm como intuito a manutenção dos efeitos da cisão subjetiva. Tanto o é que o autor denomina as hipóteses complementares de “ligações primárias não simbólicas”, colocadas em ação pela psique para tentar conter e ligar de maneira estável o retorno do

clivado, porém de forma não simbólica, impedindo que o trauma seja elaborado psiquicamente e significado. Entre os efeitos das ligações não simbólicas, Roussillon, em consonância com o pensamento de Green supracitado, refere-se particularmente à manutenção da neutralização energética que acompanha a maior parte dos quadros clínicos associados à cisão subjetiva. Toda a falta que ameace reinvestir o estado traumático será evitada ou “congelada”, todo o engajamento/compromisso será limitado e, junto consigo, a vida que lhe diz respeito. Tal “enregelamento psíquico” visa tanto aos afetos ligados aos traços perceptivos traumáticos quanto à atividade psíquica ela mesma. Roussillon, assim como Green e Figueiredo, fala-nos de tentativas de religação secundária por meio de soluções somáticas, soluções perversas e por recurso à realidade externa, todas elas correspondendo, a meu ver, a uma defesa por reviramento da realidade interna.

A princípio, Roussillon (1999) fala em uma tentativa de retorno ao estado anterior ao trauma, em uma espécie de reedição secundária do contrato narcísico alienante, do tempo $x+y$. O autor se refere ao quadro de certos masoquismos, certos pactos denegativos (Kaës), certas formas de relações incestuosas (P.-C. Racamier), em que o sujeito, para se manter ligado ao objeto, aceita amputar uma parte de si mesmo, que permanece perdida, errando no psiquismo como um não acontecido. Tal organização poderia oferecer uma base para que uma simbolização pudesse começar a ocorrer, mas, diante da aproximação da zona traumática, ela tende a se tornar rígida e fixa a fim de evitar a angústia de separação do objeto. Na esteira deste pensamento, o autor também concebe uma tentativa de recalamento posterior à cisão, como forma de simbolização secundária das agonias primárias e fuga às infiltrações alucinatórias do clivado. No trabalho analítico, no entanto, tal recalamento se apresenta como uma resistência intensa (diferente do que origina os sintomas neuróticos), indicando que o que deve se manter distante possui natureza não representada simbolicamente e, desta forma, ao invés de produzir compromissos, provoca novos furos, espaços de extraterritorialidade utópicos e atópicos, que parecem atravessar o tempo sem serem remanejados pelas experiências posteriores.

Quanto à solução somática, Freud já vinha apontando desde 1920, a propósito das neuroses de guerra, que uma ferida física, sobrevinda em um momento oportuno, poderia proteger o psiquismo do desenvolvimento de um estado traumático de transbordamento energético por meio do direcionamento do investimento psíquico para a ferida. Esta hipótese fornece a base para a ideia de que, diante da ameaça de retorno do estado traumático clivado, “uma afecção ‘somática’ poderia ter o mesmo papel e vir a ligar corporalmente, em uma somatose que ela alimenta, aquilo que a psique não pode ligar por seus próprios recursos” (ROUSSILLON, 1999, p.31). Roussillon entende que a solução somática possa funcionar em dois

níveis, a saber: ela pode se contentar em manter uma doença somática em atividade, conferindo-lhe, assim, uma função psíquica; e pode contribuir à produção da própria afecção somática ao infiltrar alucinatoriamente, com percepções traumáticas anteriores, as percepções e sensações atuais do soma.

As soluções fetichista e do masoquismo perverso são, também, formas clássicas de ligações não simbólicas, que impedem a organização fantasística a partir da utilização perversa da sexualização. O masoquismo perverso remete à noção de coexcitação libidinal de Freud: “A ideia central aqui é que as experiências traumáticas não elaboradas tentarão ser integradas na subjetividade, utilizando as possibilidades de ligação conferidas pela excitação sexual e, desta forma, tentarão se inscrever sob o domínio do princípio do prazer-desprazer” (ROUSSILLON, 1999, p.27, *tradução nossa*). Face à impotência em relação ao estado traumático, o psiquismo prefere se apresentar como agente daquilo que não pode evitar. Na posição masoquista, a cisão é, de forma paradoxal, simultaneamente superada e mantida pela confusão primária e pela inversão do “bom” e do “mal”. O sujeito prefere se sentir culpado e, assim, responsável e ativo, à reencontrar a impotência. Roussillon enxerga aí uma forma de “contrato” que religa o sujeito a seu objeto interiorizado. A solução fetichista também sutura e liga a cisão anterior por meio da produção de um representante-representativo, mas ao preço de uma renúncia ao caráter metaforizante da simbolização psíquica: o fetiche fixa a sexualidade sobre um objeto particular que mascara a falha da organização representativa, impedindo, assim, um processo de sexualização fruto de uma relação com um outro-sujeito⁶⁷.

A realidade externa serve, conforme Freud já havia apontado em *Psicologia das massas e análise do Eu* (1921), como superfície em que uma parte do aparelho psíquico pode ser externalizada, atualizada e superposta ao objeto externo. Este trânsito explica, também, como o objeto pode ser colocado no lugar de ideal do Eu, assim como na identificação projetiva os objetos podem servir de continentes aos conteúdos psíquicos que não podem ser integrados. As instituições, o trabalho e seu entorno organizacional e humano podem, igualmente, servir como forma de ligar as partes clivadas do psiquismo. O objeto/ambiente, ao invés de apoiar a deflexão primária das excitações para fora e ajudar na representação e simbolização de seu conteúdo, serve apenas como superfície para a expulsão mental em uma espécie de excorporação. Neste caso, a realidade externa constitui apenas uma interface que não sustenta uma distância útil e uma diferenciação eficaz.

⁶⁷ Certas formas da anorexia feminina são aparentadas ao fetichismo: um corpo magro elevado à condição de “quase-coisa” contra a falha de simbolização; o pênis-corpo não mais caracterizando um atributo masculino definidor de uma identidade sexual, mas como atributo mágico contra o retorno de experiências cindidas que não podem ser simbolizadas (Roussillon, 1999).

5. As ligações traumáticas: a sutura pela negatividade

De fato, as modalidades de ligação traumáticas constituem soluções defensivas que não permitem a elaboração e figuração da experiência subjetiva. Roussillon (1999) sublinha que não se tratam de modalidades propriamente autoeróticas, pois não dizem respeito a um comércio interno de ordem representativa com o objeto, mas aparecem frequentemente como formas autossensuais próximas aos procedimentos autocalmantes. As ligações traumáticas impedem o desenvolvimento da angústia como sinal, então o sujeito fica sempre ameaçado de uma invasão traumática; tais ligações produzem pessoas que aparentam uma pseudonormalidade, um controle afetivo, mas escondem uma grande ferida dolorosa com a qual não podem entrar em contato; e caracterizam, de forma geral, ao sustentarem a cisão psíquica, o que foi descrito por Freud em 1920 como o empobrecimento do Eu.

6. A CONTRA-ASSOCIATIVIDADE PSÍQUICA: UMA REFERÊNCIA À CLÍNICA DAS LIGAÇÕES TRAUMÁTICAS

*O estar morto é uma mentira.
O morto apenas não sabe parecer vivo.
Quando eu morrer, quero ficar morta.*
(Confissão da mulher incendiada, por Mia Couto)

Vimos, ao longo da tese, como a criação de representações e de interligações determinará se uma excitação poderá ser contida ou excederá os limites psíquicos e se tornará traumática. Ao psiquismo se impõe a tarefa não apenas de registrar as vivências, mas, fundamentalmente, de ligá-las. As percepções inscritas em traços necessitam de um trabalho psíquico para se transformarem em representações e serem integradas ao Eu, trabalho que corresponde à criação de ligações simbólicas constituintes do sentido inconsciente. A teoria do funcionamento psíquico no pensamento de Freud, tanto no nível da representação quanto no nível da organização do Eu, é basicamente uma teoria do funcionamento associativo (ROUSSILLON, 2012). Representação e associação são coconstituídas em um movimento perpétuo que pode ser alvo, no traumatismo precoce, de defesas que têm por objetivo justamente sua interrupção. A seguir, articulo os efeitos das ligações traumáticas, fundamentalmente não simbólicas, na função de representação psíquica e suas ressonâncias no funcionamento do Eu, em uma tentativa de oferecer contribuições teóricas a respeito de uma metapsicologia do traumatismo precoce.

As ligações traumáticas, compreendidas como fenômenos de transicionalidade negativa, impedem a transferência psíquica sobre novos objetos – internos e externos. Desta forma, a presente tese busca dar sequência às interrogações freudianas surgidas a partir de 1920. Se até este momento, os objetivos clínico-teóricos da psicanálise eram encontrar o sentido nos fenômenos psíquicos e explicar seu movimento, a partir desta data, Freud se mostra preocupado em compreender a ausência de sentido.

6.1 Negatividade como fantasia constitutiva

A organização psíquica decorrente das ligações traumáticas não corresponderia, poderíamos pensar, à construção de uma fantasia constitutiva (conservadora, nos termos de

Abraham e Torok) que teria como função impedir qualquer mudança tópica e o surgimento do sentido inconsciente? Deste modo, visaria impedir o estabelecimento de qualquer relação simbólica que pudesse remeter à situação traumática primária. Não seria propriamente antirrepresentativa, mas impediria a transitividade psíquica, o encadeamento das representações, ou melhor, dos significantes psíquicos em uma cadeia de sentido. Seria constitutiva, pois, para manter a cisão subjetiva e o objeto imperdível, ela envolveria a própria organização psíquica em um movimento que poderia ser considerado de antissubjetivo, antideslocamento e antiprodutor de sentido.

Pretendo discutir tal proposição a partir do material clínico acrescentado por Winnicott a seu texto de 1951, *Objetos Transicionais e Fenômenos Transicionais*, publicado em *O Brincar e a Realidade*, em 1971. O autor confere, a partir deste momento teórico, uma importância fundamental à ausência na psicopatologia da área dos fenômenos transicionais. Para introduzir o exemplo clínico, Winnicott resgata sua compreensão a respeito dos efeitos do traumatismo primário, particularmente o esmaecimento da representação interna da mãe, relacionada ao desinvestimento objetal e, conseqüentemente, à perda de sentido dos fenômenos transicionais.

O caso trabalhado é de grande interesse, pois além de Green (1997) ter tido a oportunidade de dar sequência à análise desta mulher e dialogar com a compreensão de Winnicott a respeito das vicissitudes da ausência no psiquismo, o próprio Winnicott o introduz como tendo relação intrínseca aos aspectos do fantasiar psíquico. O autor considera que seu relato consiste na tentativa de demonstrar como “o sentimento de perda em si mesmo, pode tornar-se uma maneira de integrar a própria experiência” (WINNICOTT, 1953/1975, p.38). Tal compreensão associa, a meu ver, a lógica das defesas por reviramento à da incorporação do objeto, particularmente à leitura da “mãe morta” de Green, característica do campo da negatividade traumática. Winnicott (*Ibid.*, p.39) afirma, ainda, que “grande parte do material desta análise diz respeito a chegar ao lado negativo dos relacionamentos”.

De fato, esta mulher experimentou, em sua infância, separações para além de sua capacidade de suportá-las que tornaram necessária a organização de todo um conjunto de defesas que transformou o negativo em única realidade. Independentemente das aparições e desaparecimentos futuros do objeto, o modelo do negativo se tornou a característica das experiências vividas por ela, uma fantasia constituinte que articula a realidade externa a sua realidade interna. O “lado negativo dos relacionamentos” se apresentava, portanto, em toda situação transferencial.

No decorrer da sessão comentada no artigo, a analisanda se aborrece com uma amnésia. Winnicott enxerga que ela estava tentando lhe comunicar a existência de um anulamento e que esse ponto em branco poderia ser o único fato vivido como real. Ele assim nos escreve: “A

amnésia é real, enquanto aquilo que foi esquecido perdeu sua realidade” (WINNICOTT, 1953/1975, p.40). Dando sequência a este pensamento, o autor revela que, nesta mesma sessão, a mulher recorda a existência de uma manta que, apesar de poder ter sido usada por ela em um episódio regressivo anterior, tal uso já não era mais possível. Winnicott (1953/1975, p.40) interpreta: “a manta que não se encontra ali (porque não vai buscá-la) é mais real do que a manta que lhe oferece o analista”. Não usar a manta se torna uma necessidade absoluta, uma vez que a realidade é mais importante que o conforto (GREEN, 1997). Daí deriva outra afirmação da paciente em relação ao seu último analista: “ele será sempre mais importante para mim do que o analista atual, pois o negativo dele é mais real que o positivo em você” (sic). Green (1997) considera que Winnicott, durante esta sessão, estava atento a tudo o que diz respeito à falta ou à lacuna psíquicas – uma ausência de memória, ausência na mente, ausência de contato, ausência de se sentir vivo – e percebe que esta falta se torna, para a analisanda, substrato para o real.

Não pretendo resgatar as minúcias dos dois relatos, mas fazer algumas costuras a partir das articulações teórico-clínicas que me interessam. Winnicott, naquele momento, tinha sua atenção voltada ao campo da nostalgia psíquica, que se refere, em sua concepção, ao apoio precário que uma pessoa poderia ter na representação interna de um objeto perdido. O autor inglês relaciona a construção da fantasia do negativo nesta analisanda, base de seu funcionamento psíquico e sua apreensão da realidade, a uma mentira materna ligada a sua ausência. A paciente recorda uma história de separação ocorrida quando ela tinha dois anos, contada por sua mãe. As duas ficaram por um tempo, que a meu ver ultrapassou o tempo que a menina podia suportar, separadas a uma distância de quatro milhas, período durante o qual sua mãe disse que podia escutar o choro da filha. (Acho interessante apontar a semelhança deste relato com a vivência da analisanda na relação com seu filho: quando este tinha a mesma idade, a mãe fez uma viagem para ficar com o marido por três dias, ocasião em que engravidou novamente. Apesar de não tê-lo ouvido chorar, contam-lhe, em seu retorno, que ele chorara ininterruptamente por quatro horas, o que, em sua visão, tornou impossível restabelecer o vínculo entre eles durante muito tempo).

Naquela ocasião, Winnicott entende que sua paciente não pôde enfrentar o desmentido materno e tentara negar o que sabia ser verdade: que sua mãe realmente mentira. Como uma “mãe tão maravilhosa” poderia ao mesmo tempo mentir? A experiência de desmentido pode estar no cerne de uma dúvida central da paciente em relação à realidade das coisas, dúvida esta que se desloca sobre seus possíveis objetos transicionais, como seu cão de brinquedo Toby, de cuja existência se esquecera. O analista afirma que apesar de terem existido fenômenos e

objetos transicionais em sua vida, frequentemente ela teve que duvidar da realidade da coisa que eles estavam simbolizando: “Isso equivale a dizer que, se eram simbólicos da devoção e fidedignidade da mãe, permaneciam sendo reais em si próprios, mas aquilo que representavam não era real. A devoção e a fidedignidade maternas eram irreais” (WINNICOTT, 1953/1975, p.42).

Diante da separação intolerável, vivida em uma época anterior à criação da capacidade de manter as pessoas vivas na realidade psíquica por meio de ligações simbólicas, a destrutividade psíquica se manifestou como o “esmaecimento da representação interna”, nas palavras de Winnicott, ou como uma “destrutiva alucinação negativa do objeto”, nas palavras de Green. Apesar de Winnicott não fazer tal articulação teórica em sua compreensão do caso, parece-me que a mentira materna funcionou como um desmentido da vivência da bebê, que produziu uma perda de sentido, um traumatismo precoce narcísico do qual a analisanda teve que se defender por meio de uma cisão subjetiva. Diante do temor do colapso da atividade mental, para sobreviver, a mulher precisou se identificar com o negativo como única realidade possível (buraco deixado pelo desinvestimento do objeto). Sua vivência com o objeto baseada no negativo passa, então, a ser organizada como uma fantasia constituinte, como única coisa real, em uma última tentativa defensiva desesperada contra o fim de tudo. A não existência tomou posse da mente, apagando as representações do objeto que precederam sua ausência. Desta forma, a realidade do objeto continua, como padrão, relacionada à sua não existência (GREEN, 1997), mas não se perde o objeto: ele está sempre ali como o negativo.

Green acrescenta à visão de Winnicott um desdobramento teórico, apontando que faltou ao autor perceber, em seu *insight*, que, na realidade, o objeto mau nunca foi embora, estando presente como mau e como não existente. Diante do traumatismo precoce, não há distinção possível entre o julgamento de atribuição e de existência: “A coisa má tem que estar ali, e se não estiver, a ausência é equacionada a vazio e vácuo que se torna real, mais real que os objetos existentes ao redor” (GREEN, 1997, p.75). Apesar do lado negativo das relações ter se tornado o único existente, fica evidente a lógica paradoxal que subjaz ao conjunto defensivo, pois para evitar simbolizar o trauma e manter o objeto presente, é o próprio trauma que é repetido. Entendo que a descrição da continuidade de seu atendimento, agora realizado por Green, possa nos oferecer novas articulações teóricas em torno do tema.

Winnicott termina seu relato do caso se referindo ao pedido da analisanda para acompanhá-la durante a metade de seu percurso para sua casa de férias. Ele compreende que, desta forma, a mulher lhe falava sobre a importância que tinha para ela a experiência de desligamento, ao mesmo tempo em que transmitia que o afastamento causaria a perda de toda

sua importância. Após mostrar o ódio e inveja que a separação despertava em si, ao revelar que imaginava crianças e bebês no colo de Winnicott sujando-o com vômito, ela finaliza a sessão lembrando que sua partida, durante uma evacuação na 2ª Guerra Mundial, foi vivida como se ela estivesse indo ver se seus pais no outro local para o qual a levavam, mas quando chegou, eles não estavam lá e essa era a realidade. Realidade que tem que ser (re)encontrada repetidamente.

A mesma analisanda agora se deslocava frequentemente de Londres a Paris para ser atendida por Green, o “Winnicott” francês. Em sessão, ela fala de sua dificuldade em fazer a viagem e de seu medo de ficar perdida em algum deserto ou no meio do oceano; também conta a respeito do risco de morte que as crianças sofreram durante o trajeto da evacuação, período durante o qual havia mudado muito, física e moralmente, a ponto de sua mãe não mais a reconhecer quando voltou para casa, “como se sua mãe também a tivesse perdido”. Ela tinha se transformado, havia menstruado e não se vestia mais como criança. Neste período, fez amizade com duas crianças que tinham uma representação totalmente diferente de sua mãe, amavam-na enquanto ela a vivia como terrível, e a analisanda não podia compreender tal diferença.

Green (1997) considera a metáfora da viagem como característica do que acontece em seu espaço potencial: a mulher parecia estar perdida no meio deste espaço, não conseguindo chegar a lugar algum. O autor interpreta que isso poderia estar relacionado com o ‘aqui’ e o ‘lá’, e que talvez sua paciente não tivesse certeza de ser a mesma pessoa nos dois lugares assim como era difícil para ela conciliar duas mães. Ela concorda e diz que não tinha recordações anteriores à sua partida, “mas tenho a impressão de que quando estava no país no qual fui evacuada, foi como se meu coração tivesse sido arrancado e colocado de lado, e que a vida havia continuado” (sic). *Voilà* a cisão subjetiva.

Na sequência de suas associações, ela conta um sonho que teve com Elizabeth Taylor, que tinha recentemente escrito um livro e perdido 13 quilos (*two stones* em inglês – duas pedras). No sonho, ela dançava com sua mãe no chá da tarde que costumava haver durante a guerra, em que soldados eram convidados, episódio que a mulher interpreta como se não conseguisse deixar seus pais partirem. Green compreende que se trata da incorporação do corpo de seus pais em seu corpo e pontua: este é o problema de perder 13 quilos – *two stones*, aludindo aos dois túmulos de seus pais. Por mais que ela tenha dito que não conseguia entender esta interpretação, logo a mulher complementa que, quando pensa em sua mãe dentro de si, é como se ela estivesse petrificada. Vale seguirmos suas palavras de perto:

E quanto mais o tempo passa, mais sou confrontada com a necessidade de aceitar a morte de meus pais, e mais há algo em mim que não consegue admitir que eles não existam mais. É como se eu os mantivesse como prisioneiros em uma espécie de purgatório ou no limbo. (GREEN, 1997, p.80).

Após algumas derivações associativas, ela diz que tem a sensação de que seu problema é todo uma questão de espaço e tempo, ir e voltar causa problemas, ainda mais se não tiver banheiros, e que todo o seu pensamento fica tentando estabelecer conexões, como se ela estivesse procurando onde pudesse depositar partes de seu corpo na área transicional, como se o elo entre ela e sua mãe estivesse sempre lá. Esta descrição revela, de forma precisa, como, no caso de uma vivência traumática na relação com o objeto primário anterior a sua introjeção, as ligações traumáticas impedem a transferência e o deslocamento psíquicos, assim como a vivência de continuidade, causando uma necessidade de expurgar partes do Eu. Green entende que o problema com a viagem diz respeito à analisanda se experimentar como duas pessoas diferentes, uma no início e outra no fim, perdendo, assim, a sensação de continuidade, fato que está associado a não aceitação da morte, da perda original.

Green (1997) também aponta para a sua impressão de que, nestes casos, tanto o analista quanto o paciente periodicamente não existem na sessão; todo vínculo, toda ligação simbolizante deve ser atacada. É possível compreender, assim, o uso que o psiquismo tem que fazer de defesas secundárias, como a alucinação negativa, com o objetivo de sustentar o negativo como único real, para se manter colado ao objeto e evitar o surgimento do sentido inconsciente para a perda da ligação original. O negativo, como uma fantasia constitutiva, tem como função obliterar a transitividade psíquica e a simbolização primária.

6.2. A anti-associatividade traumática

Se o funcionamento psíquico, tanto no nível da representação quanto no nível do Eu, diz respeito a uma teoria da associatividade, abre-se um campo para pensar as formas de coerência psíquica suscitadas pelas diferentes ligações, simbolizantes ou traumáticas. A teoria da associatividade psíquica é fundamentalmente um estudo exploratório dos vínculos, das ligações psíquicas (ROUSSILLON, 2012); torna-se, portanto, importante qualificar o vínculo associativo e a lógica do discurso que tal estudo produz. Tenho sustentado que, mesmo diante do trauma mais grave, se o sujeito sobreviveu, é necessário considerar as ligações que sustentam seu funcionamento psíquico posterior, pois não há não-associação. Não podemos pensar em regressão sem considerarmos os movimentos de progressão traumática, como Ferenczi (1990) há muito propôs. Se as ligações simbolizantes sustentam a intenção de significar, a construção do sentido inconsciente e consciente, as ligações traumáticas visam não-significar, ao não reconhecimento da realidade traumática.

Sublinho a compreensão de Green (1982) a respeito do discurso psicanalítico como modalidades subjetivas de concatenação produzidas por impressões ou percepções provenientes de significantes heterogêneos (pensamentos, representações, afetos, atos e estados do corpo próprio) de investimentos energéticos variáveis que exprimem estados de tensão qualitativa e quantitativamente diferentes e tendendo à descarga. Green se refere a uma pluralidade de sistemas psíquicos, de forças e regimes, de formas que governam os significantes, portanto, de fontes e de pontos de partida da significação; diferentes tipos de significantes não obedecem às mesmas modalidades de concatenação. Poderíamos, contudo, pensar que as ligações simbolizantes são aquelas que, a partir de mecanismos de disjunção e conjunção, realizam um encadeamento de sentido inconsciente capaz de se tornar consciente. Tal encadeamento corresponde a uma polifonia e poligrafia reticulares, cuja característica, propõe Green (1982), é fazer coexistirem diversos estados do material inconsciente: “É a concatenação do discurso que remete retroativamente à rede das transformações da qual ele é produto sob a forma de cadeia” (GREEN, 1982, p.291). As ligações psíquicas produzem efeitos de estrutura pelas relações de coexistência e de compatibilidade entre a ordem simbólica e a ordem econômica, cujo resultado, segue o autor, é a retomada indefinida do processo de atividade psíquica.

As ligações traumáticas produzem uma estruturação que visa justamente a coexistência de significantes psíquicos, porém, sem que eles possam gerar efeitos de ressonância e reconhecimento entre si. Tal estruturação determina certa incompatibilidade entre a ordem simbólica e a econômica, que se encontra no cerne da compulsão à repetição mortífera. As articulações teóricas a respeito dos efeitos das ligações traumáticas, na função da associatividade psíquica, serão retomadas a partir da discussão do caso Gabriel, apresentado no início da tese. O funcionamento psíquico de Gabriel em análise, que Green (2002a) referiu a uma *posição fóbica central*, caracteriza-se por um impedimento associativo que indica uma extensa inibição do Eu como manifestação da negatividade traumática. Antes, contudo, acho extremamente importante resgatar as teorizações acerca da associação livre que Green (2002a) tece neste texto, no qual constrói um modelo baseado no resgate das primeiras noções do Eu propostas por Freud em seu *Projeto*, de 1895.

Freud propõe que a ligação entre dois elementos psíquicos (neurônios a e b) se dê por meio de um investimento de uma quantidade móvel, provocado pela atração do desejo (associação da imagem perceptiva e da imagem motora na experiência de satisfação). No entanto, esta via se encontra geralmente inibida ou reprimida (termo mais tardio). No lugar desta comunicação direta, o caminho é interrompido por um investimento lateral que segue um trajeto arborescente em direção a outros elementos (de a para $\alpha\beta\gamma\delta$). Green (2002a) levanta a

hipótese de que a ligação entre o primeiro elemento e o investimento lateral substitutivo apresente uma relação mais ou menos homóloga com a passagem inibida ($a \rightarrow b$), de tal maneira que a análise deste investimento lateral em relação ao primeiro elemento daria uma ideia parcial ou aproximativa da relação primária inibida. Esta esquematização se configura, na visão do autor, como um modelo nuclear da associação psíquica que reúne o investimento, a dinâmica do sentido, a defesa e a resistência. Tal modelo compreende um modo de reconhecimento que permite a abordagem indireta e parcial do inconsciente reprimido. Vale lembrar que a rede associativa se constrói no tempo, no ponto de encontro entre história e estrutura. Desta forma, a representação associativa, propõe Green (2002b), é necessariamente um nó temporal que reagrupa, sob a influência das fantasias inconscientes – como na lembrança encobridora –, elementos pertencentes a experiências temporais distintas.

Green (2002a) modifica este esquema geral para aplicá-lo ao tipo de comunicação em análise. Em associação livre, o paciente enuncia frases sem a necessidade de um elo lógico. Cada ideia tem certa consistência semântica, os semantemas principais, mas também se apresenta rodeada por comentários circunstanciais que podem desempenhar o papel de investimentos laterais. A resistência que obriga o desvio para evitar o estabelecimento de um vínculo muito direto com o inconsciente, ao mesmo tempo, enriquece as possibilidades de associação. Para a escuta analítica, “a nova trama permite pensar que relações significativas existem entre quaisquer elementos enunciados [...], presente de maneira incidente ou contingente, fazendo parte dos investimentos laterais enunciados ou ligados por inferência.” (Green, 2002a, p.156). A demanda por associação livre tem, na opinião do autor, uma dupla consequência: ao mesmo tempo em que leva à renúncia da imposição que assegura o encadeamento de ideias (a coerência lógica do pensamento secundário), convida e facilita, pelo afrouxamento das relações internas à comunicação, uma atividade que intensifica modos de irradiação à distância entre partes do discurso, como a poesia e a escrita artística buscam deliberadamente. Green (2002a, 2011) sustenta que o caráter do discurso associativo em psicanálise⁶⁸, devido à infiltração do discurso consciente pelo inconsciente com seus efeitos de arborescência, é marcado por efeitos de irradiação. As associações, portanto, permitem indicar núcleos de reverberação retroativa, em que aquilo que se diz evoca fragmentos de discurso já enunciados; e, também, de anúncio antecipatória, em que aquilo que se diz parece anunciar aquilo que ainda não foi dito, mas poderia aparecer na sucessão de associações. É na combinação dos enunciados que reside a fecundidade da associação livre e a construção do

⁶⁸ Diferentemente da análise dos linguistas que consideram que as relações entre os termos reunidos primam sobre o sentido dos próprios termos.

sentido inconsciente. Alguns termos ou momentos do discurso ocupam esta posição nuclear estratégica, posição de *indicadores* sob o efeito de uma vibração interna, que, defensivamente, também engendram investimentos laterais, paradas e rupturas.

É esta irradiação associativa, constituinte de um sentido da realidade traumática em rede, que pacientes como Gabriel temem. Regressemos ao caso: Gabriel, algum tempo depois da evocação de sua experiência de espera pela mãe que nunca vinha, retoma o episódio do abscesso do seio para relatar a Green uma frase de sua mãe: “E tu chupavas, e tu chupavas, e tu chupavas” (sic), mas não conclui o pensamento: “E nada vinha!”. Green propõe a denominação de *posição fóbica central* a este funcionamento mental que, por meio de defesas radicais, tem por objetivo manter cindidos e isolados os elementos nevralgicos relacionados à situação traumática precoce. Tais elementos devem permanecer assim, não pensados, pois a (re)união de temas é muito ameaçadora para o psiquismo, uma vez que dizem respeito aos pilares da vida psíquica que foram atingidos. O temor se refere à suscetibilidade da associação de tais temas nevralgicos virem a desencadear a catástrofe já vivida, porém não experimentada pelo Eu, não integrada em uma cadeia de sentido.

A ideia de centralidade do funcionamento que Green (2002a) descreve, testemunha a fragilidade da capacidade de autoinvestigação e reconhecimento interno, pois os temas que determinam a história do sujeito se potencializam mutuamente, amplificam-se na relação de uns com os outros,

afetando seu funcionamento psíquico que não pode mais, então, se contentar em evitar o que vem novamente à superfície isoladamente ou em impedir o ressurgimento do mais antigo ou do mais profundo, pois se trata também, de impedir a extensão da ligação dos temas uns com os outros. (*Ibid.*, p.152)

Parece-me possível articular tal funcionamento à proposta de Figueiredo (2003) da *Verleugnung* como desautorização perceptiva: uma estratégia defensiva que impede justamente a transferência e o deslocamento psíquicos e consequentemente a construção do sentido inconsciente. De fato, Bass (2000) sustenta que os pacientes que se recusam a reconhecer a realidade da diferença (ou traumática) resistem à interpretação analítica. A interpretação se torna o equivalente a uma percepção dolorosa que deve ser negatizada em bloco por meio da insistência do sujeito na realidade de sua percepção.

O questionamento de Green (2002a) a respeito do motivo deste impedimento do término do percurso associativo de Gabriel ressoa com a compreensão de Bass e Figueiredo. O analista conclui que para além de uma identificação projetiva – fazê-lo vivenciar a decepção de não o ver concluir, de não o ver chegar como a mãe – trata-se do temor do desamparo relacionado ao assassinato da representação da mãe que não aparece ou do seio que não acalma a fome, mas só

aumenta a excitação. Tal complexo configuraria o sentido inconsciente relativo ao traumatismo precoce, impossível de ser admitido psiquicamente, elaborado. Green nos fala que, então, sucede a recusa de existência da própria realidade psíquica do sujeito que realizou o assassinato: “Não, isso não existe em mim, não pode ser eu, não sou eu”. E remata:

Eis, portanto, uma variedade nova do trabalho do negativo referindo-se à alucinação negativa do sujeito por ele mesmo, consistindo menos em uma não percepção do que em um não reconhecimento. Gabriel, ao não ver sua mãe, reativava *nachträglich* o não-seio da mãe. Não o seio ausente – uma vez que se trata de um seio que se supõe estar lá amamentando – mas um seio presente e vazio, quer dizer destituído de suas funções, não existindo como seio, pressionando a se desfazer dele, a fazê-lo desaparecer, embora ele esteja muito perceptivelmente ali, na boca, em carne, mamilo entre os lábios que não sugam nada de valor. (GREEN, 2002a, p.171)

Considero a descrição da *posição fóbica central* como paradigmática para a compreensão das vicissitudes dos traumatismos precoces em geral. Ela nos revela como a organização psíquica, baseada em defesas arcaicas e ligações traumáticas, configuram um modo de pensar, de aceitabilidade psíquica, ou melhor, de antipensamento, um modo de prevenir a associatividade psíquica. Concordo com a leitura de Green (2002a) de que o trauma não se constitui pela referência a um evento único, por mais profundo e extenso que ele seja, mas pela relação de reforço mútuo entre eventos traumáticos. O fato dos traumas evocarem uns aos outros, leva o sujeito a se esforçar para recusar sua comunicação intrapsíquica, porque “eles configuram menos uma evolução integradora e tomam mais a forma de uma perseguição repetitiva” (*Ibid.*, p.171). No extremo, a cisão subjetiva pode se tornar a recusa da própria realidade psíquica ou da imagem que o sujeito tem de si. As defesas psíquicas suscitadas pelo trauma precoce, portanto, estão no centro da organização (anti)associativa do sujeito.

A diferenciação proposta por Winnicott (1975) entre o funcionamento do sonhar e do fantasiar ressoa com esta compreensão. O autor considera que a dissociação, organizada em termos da estrutura psíquica do sujeito, encontra-se no cerne do contraste entre um funcionamento mental baseado no sonhar e no viver criativo, e um funcionamento centrado no fantasiar. O sonho, em sua visão,

ajusta-se ao relacionamento com objetos no mundo real, e viver no mundo real ajusta-se ao mundo onírico por formas que são bastante familiares, especialmente à psicanalistas. Em contraste, porém, o fantasiar continua sendo fenômeno isolado, a absorver energia, mas sem contribuir quer para o sonhar quer para o viver. (WINNICOTT, 1975, p.45)

O autor segue em sua diferenciação: enquanto boa parte do material do sonho e dos sentimentos pertencentes à vida tem probabilidade de estarem sob repressão, a inacessibilidade do fantasiar constitui algo diferente, encontrando-se vinculada à dissociação. Winnicott nos

6. A contra-associatividade psíquica: uma referência à clínica das ligações traumáticas

oferece um exemplo clínico de uma paciente, cuja parcela principal de sua existência se realizava na fantasia, como se todo seu psiquismo estivesse voltado a preencher uma lacuna por meio da fantasia em um funcionamento muito próximo ao alucinatório, que caracterizava um estado essencial de “não fazer nada enquanto faz tudo”. Quando criança, durante as brincadeiras, ela se mantinha em um estado psíquico dissociado, observando-se brincando, como se observasse qualquer outra criança. As defesas e ligações psíquicas se organizaram de tal forma central que nada do que realmente acontecia era plenamente significativa para ela. Em transferência, este funcionamento psíquico centrado no fantasiar configura uma grande resistência à mudança, à elaboração. Winnicott nos apresenta a amplitude deste funcionamento, que aponta para a relação entre defesa primária e ligação traumática:

Assim, mais uma vez, enquanto falava comigo, havia me abandonado, e sentia-se dissociada, como se não pudesse ficar em sua pele. Lembrou-se de como lera as palavras de um poema, e como elas nada significavam. Observou que esse tipo de envolvimento de seu corpo no fantasiar produzia grande tensão, mas, como nada estava acontecendo, ela se sentia candidata a uma oclusão coronariana, pressão arterial alta ou úlceras gástricas. (*Ibid.*, p.53)

As defesas primárias e as ligações traumáticas visam bloquear a associatividade psíquica constituinte do sentido inconsciente e consciente, o “sentido traumático” – aquele relativo às vivências de perda de ligação original – deve ser evitado, sua realidade deve ser *desreconhecida*. Tal conteúdo psíquico, sob a forma de traços perceptivos, não pode se encadear, devendo permanecer “fora” do sentido inconsciente e, deste modo, deve deixar de ser suscetível à interpretação. O trabalho psíquico das ligações traumáticas é fundamentalmente antiassociativo; tais ligações impedem o reconhecimento interno das percepções e a elaboração das vivências, caracterizando-se, desta forma, como uma poderosa resistência⁶⁹ para a análise. Uma resistência na relação com o conhecimento, nos diria Green (1982) inspirado por Bion, que diante do perigo causado pela irradiação do sentido, visa des-reconhecer uma realidade perceptiva. Quando “isso que percebo”, “isso que sinto”, “isso que penso” pode trazer um perigo muito grande à frágil organização psíquica alcançada, é a própria realidade psíquica, de forma parcial ou total, que deve continuar sendo psiquicamente negatizada. O branco ou vazio psíquico se refere justamente a uma perda de sentido, sustentada pelas ligações traumáticas.

⁶⁹ A articulação teórica entre os conceitos de defesas primárias, ligações psíquicas e resistência foi apenas sinalizada no momento. Figueiredo (2013), em comunicação oral intitulada *Ligações Perigosas como fontes de resistência*, sustenta que determinadas relações, atravessadas pelo ódio, com um objeto interno mau (como na melancolia e em certos masoquismos), tornam-se fonte de poderosa resistência, são in-transponíveis e in-transformáveis. Trata-se de um campo de grande interesse teórico-clínico que merece uma discussão aprofundada.

6.3 Fueros: memória sem lembranças

A memória constitui uma função psíquica relacionada não somente à inscrição e conservação das experiências subjetivas, mas também às formas de seu retorno (ROUSSILLON, 2003): ela diz respeito às diferentes formas de subjetivação e historicidade das experiências. Freud associa, desde os primórdios da psicanálise, memória e aparelho psíquico. A psique guarda traço de todas as vivências do sujeito, de uma forma ou de outra, e, por isso, Roussillon (2003) frisa: se o Eu-sujeito pode “esquecer”, a psique não. A função da memória, contudo, está intimamente relacionada à forma de organização psíquica, de tal modo que é possível pensarmos em diferentes qualidades de memória decorrentes das diferentes qualidades de ligações psíquicas. O campo da memória, logo, não pode ser dissociado daquele da associatividade psíquica.

A teoria da memória remete à questão clínica da reminiscência. Em *Construções em análise*, texto de 1938, Freud estende a compreensão que tinha a respeito das históricas para o campo das psicoses: o delírio e a alucinação são também maneiras de sofrer de reminiscências. O autor, contudo, não chega a revisar e dar corpo a uma teoria da memória a partir das mudanças introduzidas por sua segunda metapsicologia, o que deixou um campo a aberto para seus sucessores⁷⁰. Roussillon (2003) entende que, a partir da segunda tópica, o pensamento de Freud tende a priorizar o trabalho de subjetivação (historicidade) do sujeito daquilo que lhe afeta. Afinal, Freud afirma, em 1925, que toda representação se origina em uma percepção e que as próprias percepções não constituem um processo passivo: elas pressupõem um investimento direcionado por configurações mínimas de sentido, de associatividade psíquica. A realidade psíquica só pode, deste modo, ser concebida em uma relação de coconstituição com a realidade externa (COELHO JR., 1995).

A questão da natureza do traço, de como a história se conserva e retorna, no caso do trauma precoce, remete, portanto, aos efeitos das ligações traumáticas na estruturação da experiência subjetiva. Não pretendo fazer um estudo aprofundado a respeito das articulações teóricas entre as ligações traumáticas e o campo da memória, pois acredito que este campo seja vasto e por si só configuraria uma nova tese; gostaria, apenas, de dar sequência a uma discussão que me é cara⁷¹, tecendo alguns apontamentos teóricos a título de finalização da presente tese (talvez como abertura de um horizonte de estudos no futuro).

⁷⁰ Roussillon (2003) aponta que a maior parte dos psicanalistas contemporâneos atacou a questão sob a perspectiva da temporalidade.

⁷¹ Remeto o leitor a minha dissertação de mestrado (MORENO, 2009).

Se nossa psique registra tudo, não há como se pensar em trauma sem um efeito de ressonância sensorio-perceptiva, sem marcas no psiquismo. Também não há trauma sem o acionamento simultâneo de defesas. Retomando a diferenciação que Freud realiza a respeito do funcionamento psíquico diante do trauma em *Moisés e o monoteísmo* (1938), já levando em consideração a teoria da cisão, entendo que, no caso do traumatismo precoce, as defesas suscitadas e as ligações psíquicas decorrentes produzem uma negatividade psíquica que impede que a experiência seja recordada, sendo, apenas, reproduzida. Trata-se de reações negativas, nos termos de Freud, que se opõem às ditas reações positivas ao trauma, as quais permitiriam que a experiência subjetiva fosse colocada em funcionamento na atualidade, por meio de uma tendência à repetição da experiência na transferência. Esta repetição, descrita por Freud em *Recordar, repetir e elaborar*, 1914, corresponde a um modo de registro (representacional), conservação (por meio do recalque) e retorno (em transferência) regidos pela lógica do princípio do prazer. O trauma precoce, contudo, encontra-se em um campo de fenômenos para além do princípio do prazer.

Winnicott, atento justamente às patologias dos tempos dos primórdios, realiza uma contribuição fundamental para o campo da negatividade traumática em sua relação com a problemática da memória: sua descrição da dinâmica do colapso (*breakdown*). O autor teoriza a respeito de uma forma de “retorno” de uma experiência que foi vivida, mas que não pode ser integrada ao psiquismo. O sujeito, para evitar o surgimento de sentido para uma perda impossível, produz ligações psíquicas que impedem o processo de simbolização da experiência, mas que geram uma repetição da situação traumática como forma paradoxal de domínio da vivência. Estamos diante de uma lógica defensiva organizada em torno do impensável (NICOLÄIDIS, 1989), sendo que tais ligações se baseiam no bloqueio da associatividade e da transferência psíquica, como sustentei ao longo deste item.

O conjunto de defesas e ligações psíquicas decorrentes do traumatismo primário tem como objetivo impedir uma distância útil e uma diferença eficaz do objeto primário. A imagem de um objeto enquistado no narcisismo primário, colado na borda do Eu diz respeito a uma impossibilidade de desdobramento da estrutura egóica constituída primariamente como uma interface em um território que permita passagens e transformações. Quando proponho que o objeto incorporado constitua uma fantasia conservadora, entendo que ele se refira a uma construção primitiva de uma ligação entre o representante psíquico da pulsão e uma imagem “objetiva” do objeto, um traço perceptivo primitivo do corpo da mãe, que não pode ser perdido e, por isso, não pode ser simbolizado. Em oposição ao significante que representa a representação polissemântica, na linha do processo linguageiro, Nicoläidis (1989) sugere o

termo “objeto referente” para este “objeto” impensável. A manutenção desta ligação impede que a representação objetual mais elementar possa ser constituída. A presença do objeto referente no psiquismo não representa um elo, mas uma ruptura, um sem-sentido a-significante, que diz respeito à impossibilidade da matéria psíquica primária (matéria-prima), o amálgama proposto por Roussillon, ser transferida ao objeto e introjetada, operação que permite o início de uma ligação (*lien*) ao objeto externo e de ligação (*liason*) intrapsíquica (representação). Este objeto sem sentido evoca, segue Nicoläidis, um quantum de afeto sem paredes, sem pele, que não se deixa ligar por uma representação de objeto.

A imagem perceptiva, aqui, não tem função terceira, intermediária, constituinte de distância útil e de diferença eficaz, fundamento da identidade de pensamento. Não se trata de uma imagem-lembrança da coisa, mas da coisa-em-si (significante e significado não são distintos) que justamente impede o funcionamento da representação. Desta forma, tal imagem evoca uma apresentação sob a forma de uma percepção concreta, sendo, por conseguinte, não alucinável e não transferível. Nicoläidis nos fala em dois destinos: o fracasso de representação para atenuar uma lembrança traumática e a forma pela qual esta “lembrança”, que não pode ser reconstituída por rememoração, apenas por reminiscência, torna-se traumática por ser irrepresentável. O autor, então, lembra-nos de uma paciente de Joyce McDougall, Annabelle Borne, que, nas palavras da analista, era inanalísável na medida em que a depressão ligada à sua vivência privada inconfessa e o ódio que lhe era corolário não podiam estar ligados a representações e serem reconhecidos.

O pensamento de Janin (2001, p.1259, *tradução nossa*) é consonante: “Amputado de lembranças dos elementos traumáticos, a dor real não consiste na falta de traços de memória, mas se refere ao traço, jamais desaparecido, sempre ativo, da violência de uma ruptura”. Green (2001a) nos fala em uma marca cravada na carne, cuja reprodução expressa a tendência a re-fazer o mesmo, a re-viver enquanto tal por falta de uma inscrição, ou traço mnésico, capaz de se fazer objeto de um trabalho de luto; trata-se de uma ferida, uma chaga aberta não cicatrizada, pela qual se esvai o investimento psíquico e, assim sendo, seu reinvestimento impele a atualização ao invés da evocação de sentido. A transferência, por consistir justamente em uma forma de lembrança em ato, pode ser usada como superfície para esta reprodução e, deste modo, pode produzir formas de atuação em que a apresentação da marca é vivida como atualização em uma confusão de tempo (ROUSSILLON, 2001a).

A teorização acerca das ligações traumáticas nos permite compreender que as formas de conservação e retorno da marca do trauma apresentam íntima relação com a configuração do espaço psíquico decorrente. A mesma noção de “objeto” impensável, fala-nos Nicoläidis

(1989), foi descrita por certos autores sem, contudo, poderem nomear com precisão o seu espaço, especificamente inominável: relação com o desconhecido e falta do significante da falta (ROSOLATO), ausência de um primeiro elo que permita a aderência da representação ao movimento pulsional (FAIN). A tópica do referente, propõe o autor, seria necessariamente a terceira, isto é, de um terceiro inconsciente não recalcado como proposto por Freud em *O Eu e o Isso*, de 1923⁷². Roussillon (2003) resgata o termo *fueros*, utilizado por Freud para designar aquilo do psiquismo que permanece fixado a formas anteriores. Os *fueros* são o resto do arcaico que não sofreu desdobramento histórico posterior, que não sofreu transformação simbólica e que resta sob a forma da primeira inscrição, em estado pré-histórico. Botella (2001) nos fala mesmo em pré-história como aquilo que escapa à configuração histórica da subjetividade, e Roussillon (2006, p.96) afirma que estes traumatismos, enquistados no narcisismo primário e que se encontram na origem de uma culpabilidade primária remetem a zonas de confusão eu/outro⁷³, estando como que “perdidos” para a historização do sujeito. De fato, esclarece os Botella (2001), a pré-história não se limita a um tempo primitivo anterior à linguagem, mas diz respeito a tudo aquilo que escapa à história, aquilo que não encontrou lugar psíquico para se inscrever e, eu penso, que não pode ser encadeado e processado. Assim se desdobra a teoria da cisão traumática, que configura mais um inconsciente como uma extraterritorialidade do Eu que um inconsciente no seio do Eu (ROUSSILLON, 1998).

Entendo que o que se encontra impedido pelas defesas primitivas e as ligações traumáticas de retomada (*Aufhebung*), de re-apresentação psíquica – e aqui podemos pensar na construção histórica da subjetividade como baseada em movimentos de re-gresso, re-torno e reprodução que organizam a reflexividade psíquica – não pode ser rememorado. Green (1995) considera a pulsão, já ligada sob a forma de *Psychische-Repräsentant*, como uma espécie de “mão psíquica”, capaz de realizar esta “tomada”. Neste sentido, a representação psíquica constitui uma re-apresentação, uma retomada de uma apresentação anterior (*Darstellung*), que é, desta forma, traço de memória. A ligação traumática do representante psíquico pulsional a pedaços de mãe, contudo, constitui um reservatório de sentido bruto, um sentido venenoso da coisa da mãe, nos diria Nicoläidis (1989), que produz tensões evocadoras de uma atualização potencialmente atuada. Tal atualização toma o objeto da percepção, o objeto do contato, como tela de sua (re)apresentação. Consequentemente, este modo de funcionamento por identidade

⁷² Relaciono tal concepção de um terceiro inconsciente não recalcado ao terceiro modelo topográfico proposto por alguns analistas pós-freudianos, elaborado a partir do espaço analítico em termos de *self* e do objeto externo.

⁷³ A teorização a respeito da analidade primária se refere a estas zonas traumáticas de indiferenciação e a uma terceira teoria pulsional, conforme leitura de Nicoläidis, uma organização psíquica caracterizada por um funcionamento de evacuação daquilo que não pode ser simbolizado.

perceptiva, impede a (re)tomada interna da vivência em uma representação. O casal Botella (2001) sustenta que este modo de funcionamento tem a função de ser o guardião de uma memória sem conteúdo representacional.

Os efeitos negativos do traumatismo, o negativo do negativo, apresentar-se-ão, portanto, em uma modalidade de memória que pode ser considerada amnésica, uma memória sem lembranças, pura repetição de cicatrizes narcísicas. Tal memória, propõe Green (2001a), concerne ao presente da relação transferencial e se configura pela repetição no lugar da rememoração, pela reprodução no lugar da representação. Tudo leva a crer, diz o autor em outro texto (2002b), que a memória se baseie em um fenômeno de antecipação perceptiva, estando, assim, ligada ao funcionamento associativo do psiquismo. No caso de um traumatismo inelaborável, a mobilização de uma configuração atual se põe em relação com acontecimentos que não puderam entrar em latência e cuja presença constitui uma constante ameaça para a organização psíquica. Green (2002b) entende que estes acontecimentos em carne viva correm o risco de serem carregados de uma potencialização pulsional, que não poderia ser qualificada simplesmente de afetiva, uma verdadeira carga explosiva que é preciso desativar. As ligações traumáticas promovem um esquecimento, que “é aqui uma máscara do reconhecimento inconsciente que, nem bem alcançado, deve negatar-se para salvar o funcionamento psíquico e o objeto que é seu destinatário” (GREEN, 2002b, p.245).

Quanto mais o sujeito repete, portanto, menos ele se recorda. Trata-se de uma estratégia, sustenta Green, para não arriscar despertar o sentimento que insiste e reitera no sujeito de que a ele ninguém ouve; uma repetição mortífera, como foi dito, para que o sujeito não se dissolva no nada. O que se efetiva via repetição, deste modo, não é a construção de novos sentidos, mas a desconexão de um pensamento que não pode ser formado. A memória amnésica corresponde, paradoxalmente, a uma evacuação psíquica de sentido; então, a memória já não é mais somente um assunto de conservação e esquecimento, fidelidade ou distorção, convertendo-se, antes de tudo, em testemunha de diferentes modos de organização psíquica (GREEN, 2002b). Como guardiã da elaboração psíquica, ela diz respeito a uma operação de religação interna a partir do desligamento perceptivo, fundamento da retomada simbólica; como guardiã de um trauma impensável, ela opera por meio do desligamento antecipado de possíveis conexões internas entre os diferentes significantes psíquicos e da ligação à realidade perceptiva. Consequentemente, torna-se possível associar a memória amnésica a um sentimento de inexistência, de vazio de sentido.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As articulações teóricas tecidas ao longo da tese configuram um pensamento em psicanálise que busca dar sequência aos questionamentos finais de Freud que apontam para a dimensão de construção do sentido psíquico, para a centralidade do mecanismo da cisão e para as problemáticas da organização da realidade, em sua relação intrínseca com o campo narcísico e representacional. Tais questionamentos são fruto da necessária retomada do interesse pelo campo do traumatismo psíquico em 1920, particularmente em relação aos traumas primários, como Roussillon os entende, aqueles que concernem a conjunturas históricas do sujeito que não puderam ser psiquicamente elaboradas. Quando se referem justamente à instalação de limites, das diferenciações entre Eu/não-Eu e das instâncias psíquicas, entendo-os como precoces. Em torno deste campo se articulam as dimensões de força e sentido em uma relação paradoxal de estruturação da organização psíquica e de seus destinos psicopatológicos. A realidade externa, mas principalmente a dimensão da alteridade no contato com um outro sujeito, é reinstaurada como pólo fundamental na organização desta relação. Neste movimento teórico ocorre um deslocamento do acento da pesquisa psicanalítica em direção a um enfoque mais centrado sobre processos inaugurais e modalidades subsequentes de funcionamento psíquico. Tais processos inaugurais se fundam, como propus, em ligações psíquicas que se instalam em um campo intermediário entre Eu/não-Eu, Isso/Eu.

Se na primeira tópica Freud trabalhou teoricamente a partir do modelo conflitivo da neurose, baseado em um psiquismo estruturado de forma simbólica e diferenciado tanto em relação ao que lhe é exterior (percepção-memória) quanto internamente, em instâncias (desejo e defesa), na segunda tópica ganha destaque o modelo da não-neurose, na qual o sofrimento passa a ser localizado nas relações de confusão entre dentro/fora, Eu/não-Eu. A compulsão mortífera toma, então, o lugar da realização de desejo, anunciando a necessidade de uma ação prévia: a ligação psíquica. Se muitos psicanalistas entendem, junto a Freud, o desamparo psíquico como constitutivo, prefiro pensar, amparada por Winnicott, Green e Roussillon, em movimentos psíquicos contemporâneos de disjunção e conjunção suscitados pela alteridade interna-externa, que associam a dimensão pulsional à do sentido. Tais movimentos ocorrem primariamente num espaço entre dentro-fora, entre o bebê e seus objetos primários, um espaço transicional e utópico; e sustentam um processo de diferenciação psíquica amparado por uma vivência de continuidade. O sentido psíquico, assim sendo, deve ser compreendido como uma construção – e aí se localiza toda a problemática do conhecimento, da ilusão e da convicção em

psicanálise – que se encontra intimamente relacionada às diferentes formas de ligações psíquicas constituídas e, portanto, com um determinado modo de funcionamento psíquico.

Freud propôs, em 1926, que a experiência de satisfação estivesse relacionada à percepção de um objeto que poderia pôr fim à situação econômica de tensão. É a partir deste momento, em que o sujeito passa a temer a ausência do objeto apaziguante, que Freud se refere ao desamparo como propriamente psíquico. Os escritos de Freud, não obstante, também começam a apontar para a dimensão traumática da diferença quando se referem ao “narcisismo das pequenas diferenças” e ao problema do reconhecimento da diferença sexual no modelo do fetiche. A teorização a respeito da simbolização primária de Winnicott é extremamente relevante para a construção, em psicanálise, de um pensamento que alinha a instalação da capacidade psíquica de reconhecer a diferença à separação Eu/não-Eu, Isso/Eu. Roussillon, na esteira de Winnicott, vem, então, sustentar teoricamente que o processo de diferenciação psíquica é fundamentalmente um processo de simbolização da diferença, dos aspectos enigmáticos dos objetos. Uma resposta do objeto primário, capaz de produzir uma experiência de satisfação, portanto, não deve ser visada somente em termos pulsionais, mas principalmente em sua dimensão subjetivante – como Winnicott sustentou ao relacioná-la às necessidades do Eu –, aquela que institui a capacidade de simbolização da diferença. O traumatismo precoce se refere justamente à impossibilidade de reconhecimento da diferença, pois certas condições simbolizantes não foram encontradas na relação com o objeto primário. Entre elas, localizo particularmente a função objetual de sustentar os processos de ilusão e desilusão psíquica. É no campo do paradoxo do criado-destruído-encontrado que a diferença começa a ser trabalhada psiquicamente. A interação mãe(pai)-bebê exerce uma função simbolizante quando permite o início da representação interna da realidade exterior em objetos psíquicos (*liason*) de maneira concomitante à ligação (*lien*) a um objeto externo reconhecido em sua exterioridade. Trata-se de um movimento de ligação das excitações (internas-externas), que comporta ações de disjunção e conjunção, em que estão sendo constituídos a integração pulsional, a organização do Eu e o sistema de representações e memória.

A simbolização primária passa então a ser vista como um processo de “pulsionalização representativa”, como se infere das teorias psicanalíticas pós-freudianas (GREEN, 1995). De fato, a atividade psíquica é governada por uma pressão inerente para formar representações e ligá-las em cadeias de sentido. Levine (2012) fala em narrativas e associações afetivas coerentes. Se o campo da ilusão realiza de forma hábil uma suspensão da oposição dentro-fora, da identidade perceptiva-identidade de pensamento, capaz de sustentar a alucinação primitiva (apresentação psíquica), o início da construção das primeiras ligações psíquicas e do

sentimento de si, considero que o campo da desilusão é necessário para o estabelecimento da diferenciação Eu/não-Eu e para a construção do teste de realidade. É nele que a criação psíquica, o objeto externo referente e o trabalho de (re)conhecimento se articulam. Não basta que haja convicção na criação para a construção de uma realidade psíquica separada, mas amparada pela realidade exterior, ou seja, para que haja reconhecimento da diferença. A construção da realidade psíquica não pode se sustentar somente de ilusão, pois chega um momento em que a verdade histórica exige o que lhe é devido: o reencontro com o mundo (KAHN, 2001). Entendendo-se a realidade como transformação e mudança, a realidade psíquica deve se manter em uma relação de mútua constituição com a realidade externa, para que o conhecimento e a produção de conhecimento continuem existindo (COELHO JR. 1995). O reencontro realiza, assim, a ligação entre símbolo e simbolizado, significante e significado.

Os conceitos de distância útil e diferença eficaz de Bouvet são, a meu ver, esclarecedores dos objetivos do trabalho psíquico de diferenciação. A organização de uma realidade psíquica diferenciada depende da instalação da capacidade de distinguir os diferentes momentos constitutivos do processo de criação: a percepção, seu objeto e o discernimento que se faz a respeito do percebido, ou seja, a constituição da reflexividade psíquica. Entendo que as modalidades de reconhecimento interno estejam intimamente associadas à maneira como o sujeito foi refletido pelo objeto primário. Um reconhecimento interno que possa considerar distâncias e diferenças permite ao sujeito relacionar— por meio do investimento significativo — o que se apresenta na atualidade, a percepção atual, com o que já se encontra conservado na memória, nas representações inconscientes. É esta combinação que confere formas (figuras) às sensações e percepções e que possibilita que o sentido deste complexo seja simbolizado e subjetivamente apropriado.

Todo este trabalho psíquico de simbolização se refere à constituição de um funcionamento transicional interno baseado em ligações simbolizantes que possibilitam um trilhamento significativo em um estado de equilíbrio instável, capaz de gerar movimento e generatividade psíquica. Ele constitui os fios invisíveis que sustentam o espaço do Eu transformado em espaço psíquico de trânsito e transformação subjetivante (objetalizante). Tal funcionamento permite que as pulsões, de vida e morte, possam se influenciar e se tornem fonte de diferenciação psíquica. Desta forma, a pulsão de morte pode promover os desligamentos necessários para a criação psíquica sem destruição, pois a capacidade de ligação psíquica se encontra garantida.

Associo o trauma precoce a uma falha objetal em suas funções primárias de revelação, continência e simbolização, que se desdobra internamente em uma dor psíquica decorrente das

perturbações no processo de diferenciação. Tais perturbações apresentam seus efeitos de maneira concomitante no nível da organização do Eu e no da organização das representações. Trata-se de um objeto primário que também é incapaz de se colocar como um suporte invisível e silencioso para o sujeito, ou seja, ele não se deixa perder, ser introjetado e esquecido, impondo-se como uma percepção atual da qual o sujeito tem que se defender precocemente. O impulso destrutivo, então, não consegue dar origem ao reconhecimento da realidade exterior do objeto absolutamente necessário e, concomitantemente, permitir o início de uma relação de objeto. Assim, esta presença muito real se torna “tóxica”, impedindo a construção de uma distância útil e de uma diferença eficaz. Toda a economia libidinal é colocada em risco, as experiências de satisfação pulsional não se transformam em prazer compartilhado, produzindo uma relação de espelhamento em duplo, na qual a dimensão da diferença pode começar a ser elaborada. Desta forma, o campo do autoerotismo resta muito prejudicado e o Eu não se configura como um espaço capaz de abrigar a representação de substituição, consolidando o que Green chamou de narcisismo de morte. O domínio do princípio do prazer não se instala e o sujeito é levado a reagir no registro da sobrevivência psíquica.

Diante da ausência de uma integração pulsional, os movimentos psíquicos deixam de voltar-se à constituição de diferenças para dar origem a ações e ligações defensivas de uma realidade traumática impossível de conhecer. Sobrevêm, deste modo, formas de atividade psíquica marcadas por uma destrutividade não ligada que apresentam o selo do funcionamento da pulsão de morte: uma tendência ao desligamento e à cisão psíquica. Elas atuarão em diferentes níveis: no próprio funcionamento pulsional; entre os representantes psíquicos da pulsão e as percepções; entre as representações de coisa que puderam se inscrever; e entre as representações de coisa e de palavra, impedindo a associatividade psíquica.

Primariamente, entendo que o desligamento se exerça impedindo que as excitações relacionadas à situação traumática ganhem representatividade e possam ser transformadas em objeto psíquico, este “algo” (representação de objeto) que o sujeito possa se apresentar e com que possa dramatizar sua experiência. Os objetos psíquicos, como vimos, constituem núcleos de sentido, estruturas do Eu, que operam como moldes inconscientes, uma memória capaz de atribuir sentido às experiências subjetivas (BARROS, 2000). A saída primária configurará uma cisão subjetiva das percepções relacionadas à situação traumática, um corte radical da própria experiência. Nestes primórdios, relaciono o desligamento traumático à qualificação de Green (2005) da função desobjetalizante como uma autopulsão anobjetal, no sentido em que se fala de animatéria. Assiste-se, assim, à morte do objeto interno e as excitações se transformam em angústia impensável. O próprio sentimento de existência do *infans*, o sentimento de si, parece

seguir a desapareição do objeto. Desta forma, os traços perceptivos da perda traumática (separação precoce não substituída de um dos pais, uma ausência em presença das figuras paternas, pais com estrutura psíquica cuja patologia produz efeitos nocivos durante muito tempo) funcionam, como propõe Green (2001a), como um reservatório de sentido bruto e periodicamente explosivo, pois enlaçam o mínimo de significações com o máximo de movimento. O trabalho desobjetalizante do funcionamento mortífero, desta forma, parece conduzir a psique a ceder mais e mais terreno à excitação e à luta contra a excitação em relação à função de representação propriamente simbólica.

O processo defensivo de sobrevivência psíquica à realidade traumática visa ao apagamento da vivência de angústia impensável por meio da anulação psíquica de qualquer tensão invocadora de uma atualização alucinatória. Se o sujeito recusa os traços perceptivos da situação traumática, ele não pode, contudo, devido à precocidade do vivido, perder o objeto desta experiência, que continua sendo absolutamente necessário. A cisão precoce é acompanhada por uma ligação, que nomeei de traumática, a uma fantasia primitiva conservadora decorrente da incorporação oral canibalística do objeto, por meio de mecanismos arcaicos do duplo retorno. A fantasia vem substituir a desorganização econômica: diante do sentimento de perda, o sujeito investe a ausência de esperança, o lado negativo da relação objetual. Tal fantasia, nos primórdios do psiquismo, corresponde, então, a um objeto não figurável (um objeto morto, simultaneamente inexistente e mau) que subsistirá colado às bordas do Eu. A construção desta fantasia impede qualquer mudança tópica e, assim, prejudica o processo de diferenciação psíquica e o estabelecimento de um Eu como uma instância fronteira de transformações. Trata-se de uma forma de representação não significativa que efetiva uma estabilização intransponível. A identificação do Eu com um objeto morto (um olhar materno sentido como negativo) previne contra as angústias impensáveis. Já não se teme a morte, pois algo ou alguém realmente falta deixando um branco, um vazio (MILNER, 2011). Qualquer movimento interno e externo que produza uma ameaça de “aparição” do sentido associado à perda original ou transformação de posição subjetiva, remete à necessidade de repetição mortífera da estratégia de sobrevivência. É possível pensarmos em termos do autoengendramento, um estado de “quase-morte” subjetiva que deve ser atualizado continuamente. O sujeito não pode vir a saber das implicações de suas percepções e sensações, que não podem ser transformadas em representações simbólicas da situação traumática. Tal estratégia de des(re)conhecimento, sustentada, então, pelos mecanismos de alucinação negativa e recusa, corresponde a um apagamento de si, do sentimento de estar vivo.

Este processo defensivo primitivo caracteriza a instalação de um funcionamento transicional negativo pautado por ligações traumáticas que visam manter não-conhecida, não-vista, não-reconhecida, a realidade traumática, a saber: a impossibilidade de se enxergar refletido no olhar materno. A realidade traumática é recusada simultaneamente a um sobreinvestimento da percepção atual, que é tomada de maneira alucinatória. Corroboro, deste modo, a concepção de Roussillon de que a alucinação primitiva tem início na presença do objeto, pelo aumento de tensão. Ao estender a lógica do colapso proposta por Winnicott a todo o funcionamento psíquico decorrente do trauma precoce, reencontro o pensamento de Bass (2000). Entendo que o modo de pensamento transicional negativo se baseia na criação de uma ilusão negativa, em que a oposição percepção-representação é suspensa para criar uma convicção momentânea de que o mundo interno e externo, o Eu e o objeto, são isomorfos. A realidade externa, sob a lógica do colapso, deve coincidir com a interna como garantia da materialidade do objeto. Jacobson (1957) nos fala em uma defesa por confusão da percepção da realidade e da percepção da fantasia pacientes que ela nomeia de “concretos”. Sandler (1976), em consonância, entende que uma percepção atual pode servir como fantasia substituta de um pedaço ameaçador da realidade externa. O objeto mau e inexistente deve *existir* na realidade. A distorção fantasística da realidade percebida serve para negar a realidade traumática dolorosa. Diferentemente da ilusão positiva que cria uma dupla convicção (*somente-dentro/também-fora*) constitutiva do teste de realidade, como proposto pelo casal Botella (2001), que ampara o início das ligações simbolizantes, a percepção atual, neste caso, é usada de forma alucinatória em uma tentativa de eliminar a diferença entre percepção e memória. O sobreinvestimento da percepção funciona como um contrainvestimento, uma ligação traumática contra a função de representação. Tal estratégia cria a convicção de que o que percebo agora não diz respeito ao meu passado. Assim, a percepção não pode garantir a objetividade, mas sim uma materialidade que não pode ser abandonada, colocando o teste de realidade fora de jogo. A defesa pela realidade, a transferência da percepção da fantasia para a realidade externa, só faz, deste modo, reencontrar o trauma impossível de elaborar.

A transicionalidade negativa constitui um trabalho psíquico em negativo dos setores traumáticos (*fueros*⁷⁴) do psiquismo, aqueles em “sofrimento” de integração, elaboração e historicização, que tendem a se repetir e se atualizar não como uma lembrança, mas por seus efeitos no funcionamento psíquico. Não obstante, tal atualização não deve produzir efeitos de sentido, constituindo, na verdade, o agente mais poderoso contra os processos de associação

⁷⁴ Os *fueros* podem ser considerados como uma modalidade de inconsciente traumático.

psíquica. As ligações traumáticas, deste modo, têm como objetivo impedir o (re)conhecimento da realidade traumática, condição da representação e elaboração psíquica. Concordo com a proposição de Bass (2000) de que a problemática que envolve o traumatismo precoce se refere à impossibilidade de reconhecimento da diferença. O *infans* não tem recursos (internos-externos), já que lhe falta uma resposta objetal suplementar que garanta a vivência de continuidade, para aceitar a perda original e transformá-la em uma ausência criativa. Desta forma, o psiquismo se organiza em um funcionamento (evacuador, projetivo e dessimbolizante) de repúdio à construção de sentido psíquico à realidade traumática.

Paradoxalmente, contudo, tal estrutura defensiva permite ao sujeito colocado diante do dilema do traumatismo precoce, abrir mão de suas percepções da realidade, um dos pólos em que a prova desta deve estar ancorada, para sobreinvestir a percepção atual com a percepção da fantasia, como modo de não perder o que lhe garante sua existência: a possibilidade de conferir um sentido próprio às vivências, mesmo que negativo. O paradoxo subjetivo do trauma precoce diz respeito a um ausentar-se de si para não se ausentar de si.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAM, N.; TOROK, M. (1972). Luto ou melancolia. In: ABRAHAM, N.; TOROK, M. *A casca e o núcleo*. São Paulo: Escuta, 1995. p.243-257.
- ABRAHAM, N.; TOROK, M. (1975). “O objeto perdido-ego”, notações sobre a identificação endocríptica. In: ABRAHAM, N.; TOROK, M. *A casca e o núcleo*. São Paulo: Escuta, 1995. p.277-296.
- BALINT, M. (1949). Changing therapeutic aims and techniques in psycho-analysis. In: _____. *Primary love and psycho-analytic technique*. London: Karnac Books, 1994.
- BARROS, E.M. Affect and pictographic image: the constitution of meaning in mental life. *International Journal of Psycho-Analysis*, v.81, pt.6, p.1087-1099, 2000.
- BASS, A. *Difference and disavowal: the trauma of eros*. Stanford: Stanford University Press, 2000. 309p.
- BOTELLA, C.; BOTELLA, S. Sur le processus analytique: du perceptif aux causalités psychiques. *Revue Française de Psychanalyse*, 1995/2, n.59.
- BOTELLA, C.; BOTELLA, S. Figurabilidade et régrédience. *Revue Française de Psychanalyse*, v.65, n.4, p.1149-1239, 2001.
- BOTELLA, C.; BOTELLA, S. *Irrepresentável: mais além da representação*. Porto Alegre: Criação Humana, 2002. 243p.
- BOTELLA, C. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v.41, n.1, p.19-29, 2007. [Entrevista].
- CAFFÉ, M. O padre-nosso da psicanálise. *Percursos*, ano.XXIV, n.48, 2011. Disponível em: http://revistapercursos.uol.com.br/index.php?apg=artigo_view&ida=983&id_tema=10. Acesso em: 31 jul. 2014.
- CANDI, T.S. *O duplo limite: o aparelho psíquico de André Green*. São Paulo: Escuta, 2010. 341p.
- COELHO Jr., N.E. *A força da realidade na clínica freudiana*. São Paulo: Escuta, 1995. 195p.
- COELHO Jr., N.E. Usos da percepção na psicanálise contemporânea. *Percursos*, ano.XII, n.23-2, p.97-106, 1999a.
- COELHO Jr., N.E. Inconsciente e percepção na psicanálise freudiana. *Psicologia USP*, v.10, n.1, p.25-54, 1999b.
- COELHO Jr., N.E. Fala, escuta e campo terapêutico em psicanálise. In: FIGUEIREDO, L.C.; COELHO Jr., N.E. *Ética e técnica em psicanálise*. São Paulo: Escuta, 2000.
- COELHO Jr., N.E. A noção de objeto na psicanálise freudiana. *Ágora*, v.4, n.2, p.37-49, 2001.
- COELHO Jr., N.E. A importância de André Green para a psicanálise contemporânea. *Percursos*, ano.XXV, n.49/50, p.141-152, 2013.

- COELHO Jr., N.E.; FIGUEIREDO, L.C. Figuras da intersubjetividade na constituição subjetiva: dimensões da alteridade. *Interações: Estudos e Pesquisa em Psicologia*, v.9, n.17, p.9-28, 2004.
- COELHO Jr., N.E.; GETLINGER, P. Fronteiras no trabalho clínico com casos-limites. *Jornal de Psicanálise*, v.39, n.71, p.1515-169, 2006.
- DENIS, A. Temporality and modes of language. *International Journal of Psycho-Analysis*, v.76, pt.6, p.1109-1119, 1995.
- DERRIDA, J. Freud e a cena da escritura. In: _____. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1988. (Debates).
- DUPARC, F. Nouveaux développements sur l'halucination négative et la représentation. *Revue Française de Psychanalyse*, v.56, n.1, p.101-122, 1992.
- DUPARC, F. La manie blanche ou la dépense des pensées. *Revue Française de Psychosomatique*, n.20, p.151-169, 2001.
- DUPARC, F. L'excitation et sa mise en cadre. *Revue Française de Psychanalyse*, v.69, n.1, p.75-86, 2005.
- ENRIQUEZ, M. *Nas encruzilhadas do ódio*. São Paulo: Escuta, 2000. 224p.
- FERENCZI, S. (1912). O conceito de introjeção. In: BIRMAN, J. (Org.). *Escritos psicanalíticos: 1909-1933*. Rio de Janeiro: Taurus, 1987. p.29-60.
- FERENCZI, S. (1913). Ontogênese dos símbolos. In: _____. *Psicanálise II*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p.115-118.
- FERENCZI, S. (1921). A propósito da crise epiléptica. In: _____. *Psicanálise III*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p.147-154.
- FERENCZI, S. (1924). *Thalassa: ensaio sobre a teoria da genitalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- FERENCZI, S. (1928). Adaptação da família à criança. In: _____. *Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p.1-16.
- FERENCZI, S. (1929). A criança mal acolhida e sua pulsão de morte. In: BIRMAN, J. (Org.). *Escritos psicanalíticos: 1909-1933*. Rio de Janeiro: Taurus, 1988. p.313-317.
- FERENCZI, S. (1931a). Análise de crianças com adultos. In: BIRMAN, J. (Org.). *Escritos psicanalíticos: 1909-1933*. Rio de Janeiro: Taurus, 1988. p.333-346.
- FERENCZI, S. (1933). Confusão de línguas entre os adultos e as crianças. In: BIRMAN, J. (Org.). *Escritos psicanalíticos: 1909-1933*. Rio de Janeiro: Taurus, 1988. p.347-356.
- FERENCZI, S. (1934). Reflexões sobre o trauma. In: _____. *Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p.125-135.
- FERENCZI, S. *Diário clínico*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. 273p. (Estante de psicanálise).

- FIGUEIREDO, L.C.M. Modernidade, trauma e dissociação: a questão do sentido hoje. In: _____. *Psicanálise: elementos para a clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta, 2003a. p.11-40.
- FIGUEIREDO, L. C. *Verleugnung*, a desautorização do processo perceptivo. In: _____. *Psicanálise: elementos para a clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta, 2003b. p.57-75.
- FIGUEIREDO, L.C.; CINTRA, E.M.U. Lendo André Green: o trabalho do negativo e o paciente limite. In: CARDOSO, M.R. (Org.). *Limites*. São Paulo: Escuta, 2004. p.13-58.
- FIGUEIREDO, L.C. André Green: o discurso vivo. In: COSTA PINTO, M. (Org.). *O livro de ouro da psicanálise: o pensamento de Freud, Jung, Melanie Klein, Lacan, Winnicott e outros*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.
- FIGUEIREDO, L.C. A questão do sentido, a intersubjetividade e as teorias das relações de objeto. In: _____. *As diversas faces do cuidar: novos ensaios de psicanálise contemporânea*. São Paulo: Escuta, 2009. p.115-130.
- FREUD, S. (1891). *Sobre a concepção das afasias: um estudo crítico*. Tradução de Emiliano de Brito Rossi. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. 176p. (Obras Incompletas de Sigmund Freud).
- FREUD, S. (1900). *A interpretação dos sonhos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. 24v. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.4).
- FREUD, S. (1917). Luto e melancolia. Tradução de Marilena Carone. *Novos Estudos CEBRAP*, n.32, 1992.
- FREUD, S. (1920). Além do princípio do prazer. In: _____. *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Tradução de Luiz Alberto Hanns. São Paulo: Imago, 2006. p.123. (Obras psicológicas de Sigmund Freud, v.2).
- FREUD, S. (1923). O eu e o Id. In: _____. *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Tradução de Luiz Alberto Hanns. São Paulo: Imago, 2007. p.13-19. (Obras psicológicas de Sigmund Freud, v.3).
- FREUD, S. (1925). Uma nota sobre o “Bloco Mágico”. In: _____. *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Tradução de Luiz Alberto Hanns. São Paulo: Imago, 2007. p.135-144. (Obras psicológicas de Sigmund Freud, v.3).
- FREUD, S. (1925). A negativa. In: _____. *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Tradução de Luiz Alberto Hanns. São Paulo: Imago, 2007. p.145-148. (Obras psicológicas de Sigmund Freud, v.3).
- FREUD, S. (1927). Fetichismo. In: _____. *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Tradução de Luiz Alberto Hanns. São Paulo: Imago, 2007. p.159-170. (Obras psicológicas de Sigmund Freud, v.3).
- FREUD, S. (1938). A cisão do Eu no processo de defesa. In: _____. *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Tradução de Luiz Alberto Hanns. São Paulo: Imago, 2007. p.171-180. (Obras psicológicas de Sigmund Freud, v.3).

- FREUD, S. (1895[1950]). Projeto de uma psicologia científica. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.1, Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- FREUD, S. (1895). Manuscrito H. Paranóia. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.1. *op.cit.*
- FREUD, S. (1896). Carta 52. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.1. *op.cit.*
- FREUD, S. (1896). Manuscrito K. As neuroses de defesa. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.1. *op.cit.*
- FREUD, S. (1926[1925]). Inibições, Sintomas e Angústia. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.20. *op.cit.*
- FREUD, S.(1895[1950]). Projeto de uma psicologia científica. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.1. *op.cit.*
- FREUD, S. (1921). Psicologia das massas e análise do ego. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.15. *op.cit.*
- FREUD, S. (1937). Análise Terminável e Interminável. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.23. *op.cit.*
- FREUD, S. (1937). Construções em Análise. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.23. *op.cit.*
- FREUD, S. (1939 [1934-38]). Moisés e o Monoteísmo: Três Ensaio. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.23. *op.cit.*
- FREUD, S. (1940[1938]). Esboço de Psicanálise. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.23. *op.cit.*
- FULGENCIO, L. A situação do *narcisismo primário* em Winnicott. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v.47, n.3, p.131-142, 2013.
- GARCIA, C. A.; PENNA, C.M.P.A. O trabalho do negativo e a transmissão psíquica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v.62, n.3, p.68-79, 2010.
- GREEN, A.; DONNET, J.-L. *Le enfant de ça*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1973. 352p.
- GREEN, A. La double limite. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, n.25, p.267-283, 1982.
- GREEN, A. (1966/7). Narcisismo primário: estrutura ou estado? In: _____. *Narcisismo de vida e narcisismo de morte*. Rio de Janeiro: Imago, 1988a. p.87-142.
- GREEN, A. (1979). A angústia e o narcisismo. In: _____. *Narcisismo de vida e narcisismo de morte*. Rio de Janeiro: Imago, 1988a. p.143-185.
- GREEN, A. (1980). A mãe morta. In: _____. *Narcisismo de vida e narcisismo de morte*. Rio de Janeiro: Imago, 1988a. p.239-273.

- GREEN, A. *Sobre a loucura pessoal*. Rio de Janeiro: Imago, 1988b.
- GREEN, A. *Conferências brasileiras: metapsicologia dos limites*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- GREEN, A. *Propédeutique: la métapsychologie revisitée*. Seyssel: Champ Vallon, 1995. 319p. (L'or d'Atalante).
- GREEN, A. *El tiempo fragmentado*. Buenos Aires: Amorrortu, 2001a.
- GREEN, A. Que sont les formes? *Revue Française de Psychanalyse*, v. 65, p.1121-1127, 2001b.
- GREEN, A. *La pensée clinique*. Paris: Éditions Odile Jacob, 2002a.
- GREEN, A. *La diacronía en psicoanálisis*. Buenos Aires: Amorrortu, 2002b.
- GREEN, A. A intuição do negativo em o brincar e a realidade. In: ABRAM, J. (Org.). *André Green e a Fundação Squiggle*. São Paulo: Rocca, 2003. p.69-90.
- GREEN, A. Demarcação originária e transformações da ligação, de Freud a Winnicott. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v.41, n.1, 69-83, 2007.
- GREEN, A. *Orientações para uma psicanálise contemporânea: desconhecimento e reconhecimento do inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 2008. 373p.
- GREEN, A. *O trabalho do negativo*. Porto Alegre: Artmed, 2010a. 313p.
- GREEN, A. Thoughts on the Paris School of Psychosomatics. In: AISENSTEIN, M.; AISEMBERG, E.R. (Eds.). *Psychosomatics today: a psychoanalytic perspective*. London: Karnac, 2010b.
- GREEN, A. *Illusions et désillusions du travail psychanalytique*. Paris: Odile Jacob, 2010c.
- GREEN, A. *Du signe au discours. Psychanalyse et théories du langage*. Paris: Ithaque Editions, 2011.
- GUILLAUMIN, J. L'image entre le dedans et le dehors: activité et passivité dans l'expérience imageante. *Revue Française de Psychanalyse*, v.65, p.1337-1347, 2001.
- GURFINKEL. A psicanálise do fronteiroço: André Green, entre Freud e Winnicott. *Percurso*, Ano.XXV, n. 49/50, 2013. Disponível em: http://revistapercurso.uol.com.br/index.php?apg=artigo_view&ida=1008&id_tema=57. Acesso em: 31 jul. 2014.
- HANNS, L.A. *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. 505p. (Série Analytica).
- JANIN, C. Contenir par le contact, encadrer par l'hallucinoire. *Revue Française de Psychanalyse*, v.65, p.1251-1261, 2001.
- KAHN, L. L'hallucinoire, la forme, la référence. *Revue Française de Psychanalyse*, v.65, p.1057-1074, 2001.

- KAHN, M.M. Ouvir com os olhos: notas clínicas sobre o corpo como sujeito e objeto. In: _____. *Psicanálise: teoria, técnica e casos clínicos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. p.285-304.
- KUPERMANN, D. *Ousar rir: humor, criação e psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 383p. (Sujeito e história).
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 552p.
- LEJARRAGA, A.L. *O trauma e seus destinos*. Rio de Janeiro: Revinter, 1996.
- LEVINE, H.B. The colourless canvas: representation, therapeutic action and the creation of mind. *International Journal of Psycho-Analysis*, v.93, n.3, p.607-647, 2012.
- LOFFREDO, A.M. Ler Freud: apreensões em torno do originário. *Jornal de Psicanálise*, v.37, n.68, p.11-30, 2004.
- MEZAN, R. Do auto-erotismo ao objeto: a simbolização segundo Ferenczi. *Percursos*, ano.VI, n.10, p.19-30, 1993.
- MILNER, M. *The hands of the living God: account of a psycho-analytic treatment*. New York: Routledge, 2011.
- MINERBO, M. *Neuroses e não-neuroses*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009. 213p. (Coleção Clínica Psicanalítica).
- MORENO, M.M.A. (). *Trauma: o avesso da memória*. São Paulo, 2009. 168p. Dissertação de Mestrado - Instituto de Psicologia – Universidade de São Paulo.
- NEYRAUT, M. L'illusion de la forme ou l'invasion de la Sicile par les ours. *Revue Française de Psychanalyse*, v.65, p.1075-1080, 2001.
- NICOLAÏDIS, N. *A representação: ensaio psicanalítico*. São Paulo: Escuta, 1996. 214p.
- PINHEIRO, T. Trauma e melancolia. *Percursos*, ano.VI, n.10, p. 50-55, 1993.
- PINHEIRO, T. (). *Ferenczi: do grito à palavra*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- RAND, N. *Quelle psychanalyse pour demain? Voies ouvertes par Nicolas Abraham e Maria Torok*. Paris: Érès, 2001. 168p.
- ROUSSILLON, R. Le psychique et le représentable: une réflexion d'ensemble à partir de textes prépubliés. *Revue Française de Psychanalyse*, v.62, n.5, p.1811-1820, 1998.
- ROUSSILLON, R. *Agonie, clivage et symbolisation*. Paris: Quadrige/PUF, 1999. 245p.
- ROUSSILLON, R. *Le plaisir et la répétition*. Paris: Dunod, 2001. 232p.
- ROUSSILLON, R. Historicité et mémoire subjective: la troisième trace. *Cliniques Méditerranéennes*, n.67, p.127-144, 2003.

- ROUSSILLON, R. *Paradoxos e situações limites da psicanálise*. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2006. 291p.
- ROUSSILLON, R. A função limite da psique e a representância. *Revista de Psicanálise da SPPA*, v.14, n.2, p.257-273, 2007a.
- ROUSSILLON, R. *Manuel de psychologie et de psychopathologie clinique générale*. Paris: Elsevier Masson, 2007b. 702p.
- ROUSSILLON, R. *Primitive agony and symbolization*. London: Karnac, 2011. 245p.
- ROUSSILLON, R. *Manuel de pratique clinique*. Paris: Elsevier: Masson, 2012. 245p. (Psychologie).
- ROUSSILLON, R. *La créativité: un paradigme pour la psychanalyse freudienne*. Texto não publicado, 2013. [Submetido].
- SANDLER, J. Dreams, unconscious fantasies and 'identity of perception'. *International Review of Psycho-Analysis*, v.3, n.1, p.33-42, 1976.
- SOUZA, O. Trauma, defesa e criatividade. *Tempo Psicanalítico*, v.35, p.115-135, 2003.
- TOROK, M. (1968). Doença do luto e fantasia do cadáver saboroso. In: ABRAHAM, N.; TOROK, M. *A casca e o núcleo*. São Paulo: Escuta, 1995. p.215-235.
- URRIBARRI, F. André Green: a representação e o irrepresentável: rumo a uma metapsicologia da clínica contemporânea. *Percurso*, Ano.XXV, n.49/50, 2013. Disponível em: http://revistapercurso.uol.com.br/index.php?apg=artigo_view&ida=1019&ori=edicao&id_edicao=49. Acesso em: 31 jul. 2014. [Entrevista].
- VERZTMAN, J.S. O observador do mundo: a noção de clivagem em Ferenczi. *Ágora*, v.5, n.1, p.59-78, 2002.
- WINNICOTT, D.W. *O brincar e a realidade*. São Paulo: Imago, 1975. 205p.
- WINNICOTT, D.W. (1953). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In: _____. *O brincar e a realidade*. São Paulo: Imago, 1975. p.13-44.
- WINNICOTT, D.W. (1967a). A localização da experiência cultural. In: _____. *O brincar e a realidade*. São Paulo: Imago, 1975. p.133-143.
- WINNICOTT, D.W. (1967b). O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil. In: _____. *O brincar e a realidade*. São Paulo: Imago, 1975. p.153-162.
- WINNICOTT, D.W. (1969). O uso de um objeto e relacionamento através de identificações. In: _____. *O brincar e a realidade*. São Paulo: Imago, 1975. p.121-131.
- WINNICOTT, D. (1958). A capacidade para estar só. In: _____. *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artmed, 1983. p.31-37.
- WINNICOTT, D. (1960a). Teoria do relacionamento paterno-infantil. In: _____. *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artmed, 1983. p.38-54.

WINNICOTT, D. (1960b). Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro self. In: _____. *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artmed, 1983. p.128-139.

WINNICOTT, D. (1962/1983). A integração do ego no desenvolvimento da criança. In: _____. *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artmed, 1983. p.55-61.

WINNICOTT, D. (1963a). Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo. In: _____. *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artmed, 1983. p.79-87.

WINNICOTT, D. (1963b/1983). Comunicação e falta de comunicação levando ao estudo de certos opostos. In: _____. *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artmed, 1983. p.163-174.

WINNICOTT, D.W. (1950). Idéias e definições. In: WINNICOTT, D.W.; SHEPHERD, R. *Explorações psicanalíticas*. São Paulo: Artmed, 1994. p.36-37.

WINNICOTT, D. (1954). O brinquedo na situação analítica. In: WINNICOTT, D.W.; SHEPHERD, R. *Explorações psicanalíticas*. São Paulo: Artmed, 1994. p.24-25.

WINNICOTT, D. (1965) O conceito de trauma em relação ao desenvolvimento do indivíduo dentro da família. In: WINNICOTT, D.W.; SHEPHERD, R. *Explorações psicanalíticas*. São Paulo: Artmed, 1994. p.102-115.

WINNICOTT, D. (1969). A experiência Mãe-Bebê de mutualidade. In: WINNICOTT, D.W.; SHEPHERD, R. *Explorações psicanalíticas*. São Paulo: Artmed, 1994. p.195-202.

WINNICOTT, D. (1970). Sobre as bases para o *self* no corpo. In: WINNICOTT, D.W.; SHEPHERD, R. *Explorações psicanalíticas*. São Paulo: Artmed, 1994. p.203-218.